Aline Silva Santos

MORTE E PAISAGEM

Os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo

2015

Aline Silva Santos

MORTE E PAISAGEM

Os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Catharina Pinheiro
Cordeiro dos Santos Lima

Apoio CNPq

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: aline123@uol.com.br

Santos, Aline Silva

S237m Morte e Paisagem: Os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo/ Aline Silva Santos - São Paulo, 2015.
349p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente)
FAUUSP.

Orientadora: Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

1.Crematórios - São Paulo(SP) 2.Morte 3.Cremação 4.Jardins
5. Paisagem I.Título

CDU 726.8(816.11)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: SANTOS, Aline Silva.

Título: Morte e Paisagem: Os jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Aprovado em: _____

banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Primeiramente, à Deus.

AGRADECIMENTOS

Este longo caminho não seria percorrido da mesma forma se não houvesse pessoas fundamentais ao meu lado. Cada um aqui elencado, à sua maneira, colaborou para que se pudesse chegar ao fim deste trabalho. Assim, peço licença à Academia para, neste pequeno espaço, poder me render a algumas coloquialidades e expor minha gratidão a algumas delas.

À minha família querida: Titi, pelo apoio imprescindível e por ser meu fiel companheiro de aventuras; e pessoal da casaBauru – mãe(Cidi), pai(Béco), irmão(Edan) e irmã(Dé) –, por tudo, por sempre torcerem por mim.

À profa. Catharina, pela orientação, carinho, convivência, aprendizado e doçura; a Raul Pereira, pelo aprendizado ao longo dos anos e incentivo no mestrado; a Caio Boucinhas, pela força e incentivo; ao prof. Renato Cymbalista, pela colaboração no recorte da pesquisa e pelas observações na banca de qualificação; ao prof. Eugenio Queiroga, pelo aprendizado (principalmente durante o estágio docente) e pelas colaborações na banca de qualificação, com sua leitura atenciosa do trabalho; aos profs. José Guilherme Magnani e Maria Júlia Kovács que gentilmente me acolheram em suas respectivas disciplinas da pós-graduação e me ajudaram a ampliar o olhar da pesquisa. À profa. Marta Enokibara, por me ensinar os primeiros passos da pesquisa acadêmica, ainda na graduação.

Aos amigos do grupo RoC, pelas colaborações, conversas, risos e cafés; aos amigos que fiz na Paisagem da pós-graduação, igualmente; aos Rauperianos, pela torcida e por me cobrirem no escritório quando ia às aulas da pós; às meninas

do Bonde, pela amizade e anos de convivência, fundamentais para não se perder a sanidade em momentos de stress da dissertação; ao pequeno Logan, pela alegre companhia de sempre.

A todos os funcionários de bibliotecas consultadas (FAU, FFLCH, ECA, IP, Museu Paulista), pela dedicação e auxílio; aos funcionários da secretaria da pós-graduação e da secretaria do departamento de projeto da graduação da FAU; a Renato Chiantelli, Suely e sr. Zadra do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, pela recepção e ajuda; ao Serviço Funerário Municipal; aos colegas da ABEC, pelo acolhimento e pelas valiosas considerações em relação a este trabalho; aos arquitetos Ivone Arantes e José Henrique, por gentilmente me receberem para entrevista e pelos materiais cedidos; às pessoas que cederam suas fotos para constar neste trabalho.

Aos funcionários do Crematório que conheci ao longo da pesquisa; aos enlutados e visitantes do Crematório que me concederam seu tempo e compartilharam histórias: vocês são parte fundamental deste trabalho.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

A todos que, de algum modo, cruzaram meu caminho e cooperaram para que este trabalho tomasse forma, meu muito obrigado.

Morta... serei árvore,
serei tronco, serei fronde
e minhas raízes
enlaçadas às pedras de meu berço
são as cordas que brotam de uma lira.

Enfeitei de folhas verdes
a pedra de meu túmulo
num simbolismo
de vida vegetal.

Não morre aquele
que deixou na terra
a melodia de seu cântico
na música de seus versos.

Cora Coralina

“Meu epitáfio” In: Meu Livro de Cordel, 1976.

RESUMO

A despeito de ser considerado o único animal consciente de sua própria finitude, sendo capaz de raciocinar e elaborar ritos para lidar com esta realidade, o ser humano, principalmente a partir da modernidade, nega cada vez mais sua mortalidade. Apesar da superexposição decorrente da violência dos grandes centros e da mídia, a morte, no contexto atual, geralmente é pensada como um fato abstrato, colocada de forma longínqua, do outro.

Dentro deste quadro, diversos autores relacionam este “tabu” em relação ao tema com o desenvolvimento de novas formas de lidar com os mortos. A cremação, prática relativamente recente nos meios urbanos ocidentais, foi considerada como um método que possivelmente poderia reforçar esta mentalidade de interdição: dispensaria os túmulos e locais para homenagem, sendo uma maneira racional de lidar com o cadáver e sua decadência após o falecimento.

Diante do exposto, a presente dissertação busca uma crítica a esta visão a partir das atitudes encontradas no Crematório Municipal de São Paulo. Constituído por um edifício locado em meio a um jardim que se assemelha a uma configuração de parque, seus espaços livres possuem as mais diversas apropriações, dentre as quais chamam a atenção as delimitações constituídas pelos enlutados para a disposição de cinzas de seus entes queridos. Locais de homenagem e retorno para visitaço, delineados à moda de pequenos jardins dentro de um grande jardim, so muitas vezes cercados e personalizados, de maneira a se constiturem como nicos e identitrios de seus mortos. Assim, estes lugares, por suas caractersticas e papel evocativo de lembrana, foram

denominados pela pesquisa de “jardins de memória”.

Entendendo-se paisagem como uma categoria sensível e ligada a natureza, poder-se-ia estabelecer um diálogo com esta forma de lidar com a morte no Crematório expressa pelos jardins. Assim, procurou-se um embasamento nos estudos da filósofa Adriana Serrão, que muito se apoia em Rosário Assunto, filósofo que entende o sentimento de paisagem ligado a um tempo circular, ligado à natureza, onde a apreensão estética humana, com um sentimento de pertença, seria fundamental.

Desta forma, assumindo a existência de um sentido de paisagem no local, buscou-se entender em que medidas este poderia se relacionar com tais expressões nos espaços livres do Crematório, estabelecendo-se um diálogo entre a morte, símbolo da finitude, com a vida, em uma dialética revelada pela paisagem.

Palavras-chave: morte, cremação, Crematório Municipal de São Paulo, paisagem, jardim

ABSTRACT

In spite of be considered the only animal conscious of his own finitude, being able to reason and elaborate rituals to deal with this reality, the human being, especially from modernity, increasingly deny their mortality. Although the overexposure due to the violence of the urban centers and the media, death, in the current context, it is generally thought as an abstract fact, placed distantly on the other.

In this framework, several authors relate this “death taboo” with the development of new ways of dealing with the dead. Cremation, relatively recent practice in Western urban areas, was considered as a method that could strengthen this mentality: dispense the tombs and places to honor, being a rational way to deal with the body and its decay after death.

Therefore, this research seeks a critique of this view from the attitudes found in the São Paulo Municipal Crematorium. Formed by a building within a garden that resembles a park, its open spaces have the most diverse appropriations, of which draw attention the places established by the mourners for the disposal of their loved ones ashes. Sites for reverence and visit, like little gardens in a big garden, most of them are surrounded and presents individual objects in reference to the dead. Therefore, by reason of this characteristics, this places were named “memory gardens”.

Considering Landscape as a sensitive category and connected to the nature, it can establish a dialogue with the way of dealing with death expressed by the memory gardens. Thus, were studied texts of the philosopher Adriana

Serrão, that much is based in philosopher Rosario Assunto: he consider the sense of landscape related to a circular time, connected to the nature, where the human aesthetic apprehension, with a sense of belonging , be essential.

Therefore, assuming the existence of a landscape sense on site, it looked for to understand how could to relate this with the memory garden in Crematorium spaces, establishing a dialogue between death and life in a dialectic revealed by the Landscape.

Key words: death, cremation, São Paulo Municipal Crematory, landscape, garden.

SUMÁRIO

	NOTAS AO LEITOR	19
	INTRODUÇÃO	21
capítulo 1	INTRODUTÓRIA À TEMÁTICA: Uma breve fala sobre a morte	30
	1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL	34
	1.2 A “MORTE INVERTIDA” E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE PÓS-MODERNA	36
	1.3 A MORTE COMO OBJETO DE NEGAÇÃO HUMANA	51
	1.4 O “DIA DE FINADOS”: QUANDO A MORTE TEM O SEU LUGAR NA METRÓPOLE	55
	1.5 UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA PARA UM ENTENDIMENTO DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS	59
capítulo 2	A CONFORMAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: O Crematório de São Paulo no contexto dos espaços cemiteriais paulistanos	63
	2.1 DE MONUMENTO À PARQUE AJARDINADO: O INÍCIO DOS CEMITÉRIOS-JARDIM EM SÃO PAULO	66
	2.2 A MORTE E O JARDIM	82
	2.3 CREMAÇÃO NO OCIDENTE: O <i>REVIVAL</i> DE UM ANTIGO COSTUME	90
	2.4 CREMAÇÃO NO BRASIL: UM QUADRO A SER DELINEADO	100
	2.5 O CREMATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO PAULO	109
	2.5.1 A inserção na metrópole Paulistana	109
	2.5.2 Vizinhança imediata: o cemitério e o parque	119
	2.5.3 O projeto do crematório	128

capítulo 3	ESTABELECENDO MÉTODOS E TATEANDO DEFINIÇÕES: Interpretações do trabalho de campo	157
	3.1 SEGUINDO OS PASSOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS REALIZADOS	161
	3.1.1 De perto e de dentro: as visitas a campo e a experiência etnográfica	161
	3.1.2 Roteiro em mãos: a entrevista em profundidade	168
	3.1.3 Períodos de desenvolvimento da pesquisa de campo	173
	3.1.4 O papel da autarquia municipal: conversas com o Serviço Funerário Municipal	178
	3.1.5 Entrevista com a autora do projeto	179
	3.2 PRIMEIRAS IMPRESSÕES EM CAMPO: APROPRIAÇÕES E CONTRADIÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES	181
	3.2.1 Entre pipas e cães: os contra-usos do lugar	182
	3.3 DIRECIONAMENTO À PAISAGEM	202
capítulo 4	AS EXPRESSÕES DIANTE DO TABU: Os jardins do Crematório e o sentido de Paisagem	209
	4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PAISAGEM	212
	4.2 DESCOBRINDO OS JARDINS NO JARDIM	219
	4.3 FALANDO SOBRE TÚMULO	226
	4.4 A ESCOLHA PELA CREMAÇÃO E PELO CREMATÓRIO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	229
	4.5 A COMPOSIÇÃO DOS JARDINS DE MEMÓRIA	235
	4.6 A CRÍTICA DO ARQUITETO: OBSERVAÇÕES EM RELAÇÃO AO PROJETO PROPOSTO	286
	4.7 OS RITOS FÚNEBRES E OS JARDINS DE MEMÓRIA	290
	4.8 O ENCONTRO DE THANATOS E EROS NA PAISAGEM	302
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	321
	ANEXOS	342

NOTAS AO LEITOR

Para melhor articulação do texto e das imagens, optou-se por utilizar notas de fim em cada capítulo no presente trabalho.

As citações correspondentes a falas de entrevistados – tanto relativas a reportagens como a entrevistas realizadas pela pesquisadora – estão grafadas em *itálico*.

Para consultas relativas a termos comumente utilizados na área cemiterial, ver “Anexo V” ao fim deste trabalho.

INTRODUÇÃO

É afirmado por diversos autores que hoje, a morte, na mentalidade ocidental pós-moderna, seria um fato considerado tabu. Tendo suas marcas gradativamente esmaecidas no cotidiano das cidades, pode-se dizer que, cada vez mais, o ser humano não quer ver as evidências que revelam sua finitude.

A despeito da violência cotidiana nos grandes centros urbanos e de sua exposição exacerbada pela mídia – o que a psicóloga M. J. Kovács chama de “morte escancarada” – a morte geralmente é pensada como um fato abstrato, colocada de forma longínqua, do outro.

Assim, apesar de ser considerado o único animal consciente de sua própria finitude, sendo capaz de raciocinar e elaborar ritos para lidar com esta realidade, o ser humano, principalmente a partir da modernidade, nega cada vez mais sua mortalidade. Nestes termos, é consonante a fala de Fernando Catroga(2010) que diz que

Nunca, como hoje, se está tão pouco preparado para morrer, e nunca a morte chega tão cedo; é quase de um assassinato que se trata. Morre-se sempre “de”, e esquece-se que, afinal, a causa (das causas) da morte é o incessante perecer da vida. (p.164)

Diante desta realidade, estudar a morte, seja em qualquer um dos seus aspectos, causa muitas vezes espanto de forma geral. Como disse a professora de história Gabriela Ramos certa vez em uma conferência¹, quando se diz que se está estudando o tema, parentes e colegas de profissão acabam perguntando o porquê disto, se a pessoa está em depressão ou se está doente. Isto mostra de forma indireta a dificuldade das pessoas em lidar com o tema.

E, justamente por ser de difícil palatabilidade, faz-se urgente sempre discuti-lo, levando também em consideração a forma como é enfrentado. No

tocante aos meios urbanos, é fundamental o arquiteto urbanista entender o papel de espaços ligados a tal temática. Esta foi a semente pela qual se iniciou o presente trabalho.

Muitas vezes murados, com poucos acessos, e mal conectados à malha em que se inserem, os espaços cemiteriais² acabam por se tornar verdadeiros enclaves urbanos. Assim, não é de se admirar o surgimento de planos para redução de áreas desta natureza localizadas em regiões centrais. Um exemplo é o caso do cemitério do Araçá, para o qual o arquiteto Jorge Wilhrein sugeriu desativação, em proposta urbanística para São Paulo da década de 1960: os restos mortais dos túmulos seriam transferidos para um cemitério vertical construído em outro local, sendo que no terreno seria implantado um centro cultural. O argumento era justamente ser um “desperdício” utilizar para enterros uma área tão valorizada da cidade (WILHEIM, 1965). Esta ideia, todavia, é parte de um plano mais extenso de Wilhelm para a cidade de São Paulo, o qual ficou apenas no campo propositivo.

Outro fator que se considera, é o encarecimento de terras urbanas, onde extensas áreas para a disposição dos mortos poder-se-iam constituir um desperdício em vistas da necessidade destas para os vivos (ZIEGLER, 1977).

Poderiam estes espaços serem melhor apropriados? Como poderiam se conectar no meio onde se inserem? Assim, o presente trabalho se iniciou a partir da proposta de uma pesquisa visando estudar 4 espaços cemiteriais distintos na metrópole de São Paulo: cemitério São Paulo, cemitério da Paz, cemitério São Pedro e Crematório Municipal de São Paulo.

Como ponto de partida, escolheu-se um primeiro estudo de caso para

incursão, o Crematório Municipal, onde foi realizado um trabalho etnográfico. No entanto, este trabalho revelou um campo que mereceria aprofundamento, o que poderia ser alcançado por um recorte da pesquisa no mesmo. Desta maneira, o foco do estudo começou a se transformar e encaminhar-se para apreensão das atitudes presentes naquele espaço que vão desde o uso para lazer até expressões relativas aos mortos.

Inaugurado em 1974, sendo o primeiro crematório do país, e ainda hoje o único da cidade, este se apresentou como paradigma para a prática da cremação do Brasil. Inicialmente rejeitada pela população, de cultura com fortes influências católico-cristãs, com o tempo foi paulatinamente mais aceita como uma forma de lidar com os mortos; atualmente há uma demanda de serviços em plena ascensão³, de tal forma que a instituição paulistana já adquiriu mais 2 fornos desde sua abertura e ainda possui em vista uma ampliação para os serviços do edifício.

O que primeiramente chama a atenção naquele espaço, aproximadamente 40 anos após a sua abertura⁴, é o fato dos seus espaços livres⁵ serem utilizados como local de lazer. Desde passeio com cães até empinar pipas, aos fins de semana principalmente, há uma ocorrência simultânea de cerimônias de despedidas no edifício e atividades de lazer nos espaços abertos.

No entanto, no desenrolar da pesquisa, ainda observou-se na gama de espaços livres que compõem o local, um grande jardim, repleto de demonstrações de expressões de luto e homenagem a falecidos. Isto se mostrou paradoxal diante da lógica racional que pautou o estabelecimento da cremação no Ocidente, e consequentemente no Brasil: prática que dispensa a construção de locais

específicos para visitação – como túmulos para a disposição dos falecidos –, consolidou-se primeiramente como sendo uma solução pragmática de lidar com a morte. Assim, diante desta contradição, sentiu-se a relevância do estudo de tais atitudes, tão peculiares no jardim do crematório. Manifestações que muitas vezes assumem o caráter próprio de pequenos jardins individuais para evocação de lembrança dos mortos, – contendo até mesmo cercamentos e mensagens –, entendeu-se apropriado chamá-las de jardins de memória.

Dadas as suas características formais e o local em que se encontram, percebeu-se a pertinência de relacionar estas pequenas construções com a paisagem. Polissêmica e sem um conceito fechado, a paisagem, se entendida como uma categoria sensível e ligada à natureza, poderia estabelecer um diálogo com a forma de lidar com a morte no Crematório.

Assim, o presente trabalho baseou-se nos estudos da filósofa Adriana Serrão, que muito se apoia em Rosário Assunto, filósofo que entende o sentimento de paisagem relacionado a um tempo circular e ligado à natureza, onde a apreensão estética humana, com um sentimento de pertença, seria fundamental. Desta forma, assumindo a existência de um sentido de paisagem no local, buscou-se entender em que medida este poderia se relacionar com tais expressões nos espaços livres do Crematório, estabelecendo-se um diálogo entre a morte, símbolo da finitude, com a vida, em uma dialética revelada pela paisagem.

Deste modo, pode-se dizer que a pesquisa foi se delineando e transformando no decorrer de seu processo. As visitas a campo de forma organizada, mas sem padrões estabelecidos, foram fundamentais para que se enxergassem possibilidades relevantes de temas a serem desenvolvidos, estabelecendo-se hipóteses de estudo.

Como procedimento metodológico do trabalho, entendeu-se em um primeiro momento que a etnografia poderia ser uma forma elucidativa de estudo. Nesta, a experiência em campo se faz fundamental para uma constante realimentação e questionamento da teoria. Assim, aconteceram as primeiras descobertas em campo e questionamentos teóricos, relacionados à morte e também à paisagem.

Posteriormente, quando se decidiu manter o foco nos enlutados que construíam jardins de memória, utilizou-se da entrevista em profundidade, método caro da psicologia, sendo uma forma qualitativa de pesquisa. Nestas, ao invés de questionários, são elaborados roteiros, no qual pontua-se temas a serem abordados nas entrevistas, realizadas de forma livre. Assim, com estes depoimentos, pôde-se ter um diálogo mais direcionado para as questões que se desejou abordar no presente trabalho. Reitera-se aqui ainda a pertinência da conversa juntamente às obras jardinísticas destas pessoas, de forma que houvesse a possibilidade de se referirem livremente aos seus elementos e processo de constituição.

Os registros fotográficos também foram relevantes para a pesquisa, sendo uma maneira de descrever a forma como o campo se apresenta. A partir de conversas com os frequentadores do local, observações, e reflexão teórica, foram também feitas inferências em relação às formas como se apresentam os jardins de memória, sempre buscando cuidado para não se cometer generalizações.

A partir do trabalho realizado, decidiu-se então dividir a dissertação em 4 capítulos, além da presente introdução e das considerações finais, os quais estão elencados a seguir:

No **primeiro capítulo**, “**Introdutória à Temática: Uma breve fala sobre**

a morte”, busca-se introduzir o tema da morte e como é apreendido pela cultura Ocidental de uma forma geral, mantendo o foco no recorte estabelecido que se encontra na realidade brasileira paulistana. Assim, com este panorama, procura-se ter um pano de fundo conceitual para uma discussão em relação a como os espaços cemiteriais se organizam, com enfoque no estudo de caso pretendido, que é o Crematório Municipal de São Paulo.

Exposta esta contextualização inicial, o **segundo capítulo, “A conformação do estudo de caso: O Crematório de São Paulo no contexto dos espaços cemiteriais paulistanos”**, procura abordar aspectos essenciais para o entendimento do Crematório, tanto em relação ao projeto de seus espaços, como suas motivações para implantação frente à cultura em que se insere, além de discutir sua receptividade pela população. Inaugurado em 1974, o Crematório Municipal de São Paulo foi o primeiro estabelecimento do tipo no país, mantendo-se como único por mais de 20 anos, sendo que o contexto de sua abertura se cruza com um momento de advento dos cemitérios-jardim, tão populares na atualidade.

Assim, no referido capítulo, estabelece-se primeiramente um quadro sobre o surgimento dos cemitérios-jardim, evidenciando seus primórdios no Brasil, para se chegar ao início da prática da cremação e seus espaços. Desta forma, entende-se ter um panorama propício para as discussões relativas ao estudo de caso.

No **terceiro capítulo, “Estabelecendo métodos e tateando definições: Interpretações do trabalho de campo”**, inicia-se um mergulho nos estudos relativos ao Crematório. Primeiramente, apresentaram-se os principais

procedimentos metodológicos utilizados, todos de viés qualitativo. Como já explanado anteriormente, optou-se de início pela etnografia, que possibilitou o reconhecimento do campo e o despertar para questões a serem estudadas, com o entrelaçamento contínuo entre trabalho de campo e teoria.

Com o objetivo definido, no momento em que se encaminhou para o final da pesquisa, sentiu-se a necessidade de um diálogo direcionado com os usuários do Crematório, de maneira que se escolheu o método da “entrevista em profundidade”, que possibilita um diálogo aberto, guiado por um roteiro definido para a análise das questões colocadas pela pesquisa que, no caso, seria o papel da paisagem em relação aos jardins de memória.

Ademais, este terceiro capítulo apresenta as primeiras observações a partir da etnografia inicial, a qual Magnani (2012) chama de “experiência etnográfica”. Ali, foram expostos os usos que primeiro chamaram atenção nas idas a campo, que são aqueles destinados ao lazer dos espaços livres do Crematório.

Com o seguimento da etnografia, parte-se para o **quarto e último capítulo, “As Expressões diante do tabu: Os jardins do crematório e o sentido de paisagem”**. Este expõe a discussão pertinente ao objetivo da pesquisa que é refletir sobre o papel da paisagem em relação aos jardins de memória no Crematório Municipal.

Assim, são retomadas teorias expostas nos capítulos anteriores para o empreendimento do debate relativo à construção dos jardins de memória. Leva-se em consideração o símbolo do jardim e suas relações com as acepções de morte e vida, bem como a atribuição de locais para memória de pessoas falecidas, além da instância terapêutica relativa ao luto.

Cruzam-se estas observações com teorias da paisagem que consideram o papel da natureza e a estética, pensando-se de que forma os jardins de memória se relacionariam com um contexto de paisagem, onde a vida se faz presente na morte e vice-versa, em uma ideia de circularidade.

Frisa-se ainda que a etnografia e entrevistas em profundidade com idealizadores de jardins de memória foram fundamentais para o estabelecimento da discussão proposta, a qual se entende que não seria completa apenas a partir da subjetividade da presente autora e da teoria estudada.

Assim, estabeleceu-se um quadro desejável para os pontos desenvolvidos nas **Considerações Finais**, onde as sínteses destacadas procuram estabelecer não um fechamento, mas uma abertura para novas pesquisas.

Portadora da morte e da vida em sua constante renovação, a natureza, presente no jardim, possibilita que se estabeleça uma discussão relativa aos jardins de memória construídos pelos enlutados no grande jardim dos espaços livres do Crematório Municipal de São Paulo. Expressões espontâneas, frutos de um desejo de lugar de retorno e lembrança dos entes falecidos, mostram ainda a existência de um anseio ritualístico em relação à morte, que mantém essências de comportamentos antigos com a incorporação de personalizações individuais na pós-modernidade. Apesar do tabu da morte, estes jardins podem mostrar que, pela paisagem, haveria uma possibilidade de palatabilidade do tema.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

1. Conferência “La muerte em los Andes coloniales. Aspectos historiográficos y metodológicos”, ministrada pela professora Gabriela Ramos, do departamento de história da Universidade de Cambridge, proferida no congresso Imágenes de La Muerte, na cidade de Salta, junho 2014.
2. No presente trabalho utilizou-se do termo “espaço cemiterial” na intenção de referenciar tanto espaços de cemitérios como de crematórios. Isto porque, apesar da maioria dos crematórios se apresentarem juntamente a cemitérios, há casos em que se encontram sozinhos, como no Crematório Municipal de São Paulo. Aqui, considerou-se que, assim como o cemitério é local de “descanso” dos corpos, também o crematório tem este papel, servindo, no entanto, para o descanso em outro tipo de disposição, onde os processos naturais de decomposição corpórea foram acelerados.
3. De acordo com a própria instituição, em informações fornecidas em 2014 para a pesquisadora.
4. Levando-se em consideração os anos em que foram empreendidas visitas a campo para dissertação, que foram entre 2011 e 2014.
5. Considera-se neste trabalho “espaço livre” de acordo com a definição proposta por Miranda Martinelli Magnoli (2006): “O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso).” (p. 179)

CAPÍTULO 1

INTRODUTÓRIA À TEMÁTICA

Uma breve fala sobre a morte

Houve um tempo em que o nosso poder perante a morte era muito pequeno. E por isso os homens e mulheres dedicavam-se a ouvir a sua voz e podiam tornar-se sábios na arte de viver. Hoje, o nosso poder aumentou, a Morte foi definida como inimiga a ser derrotada, fomos possuídos pela fantasia onipotente de que nos livramos de seu toque. Com isso, nós nos tornamos surdos às lições que ela pode nos ensinar. E nos encontramos diante do perigo de que, quanto mais poderosos formos diante ela (inutilmente, porque só podemos adiar...) mais tolos nos tornamos na arte de viver. E, quando isso acontece, Morte que podia ser conselheira sábia, transforma-se em inimiga que nos devora por detrás. Acho que para recuperarmos um pouco a sabedoria de viver seria preciso que nos tornássemos discípulos e não inimigos da Morte. Mas para isso seria preciso abrir espaço em nossas vidas para ouvir a sua voz. Seria preciso que voltássemos a ouvir os poetas...

Rubem Alves

Difícilmente se conseguirá entender a conformação e usos de um espaço cemiterial se não houver a busca de entendimento das concepções de morte relativas à sociedade em que está inserido. Segundo Jean-Didier Urbain (1978 p.332), “no que concerne à história da morte no Ocidente, a evolução topológica e morfológica do cemitério¹ se mostra uma perfeita reveladora da orientação ideológica de nossa sociedade no curso do tempo”. O tratamento com os corpos, os ritos fúnebres, a forma como são desenvolvidos os cultos de memória, a maneira como se dão as visitas – ou mesmo sua ausência – aos locais de disposição dos mortos, são elementos que se relacionam com as configurações destes locais. Assim, pode-se dizer que para entender como os espaços cemiteriais se organizam, é fundamental também a compreensão de como a morte é apreendida culturalmente.

Cultura, sublinha-se brevemente aqui, entendida em uma noção de acordo com a trabalhada por Geertz (1989), onde o autor a considera como interpretativa das teias de significados que são tecidas pelos próprios indivíduos e nas quais estes se encontram amarrados. Neste sentido então, se constituiria

por um “padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”. (p. 66) Em outras palavras, segundo Sahlins (1997), é ela quem nomearia e distinguiria o fenômeno da “organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos”, sendo uma capacidade singular à espécie humana (p.41).

Estabelecidos estes pressupostos, parte-se então para um enfoque no espaço central proposto como estudo de caso deste trabalho: o Crematório Municipal de São Paulo. Observando-se seu discurso conceitual, nota-se que foi construído dentro de uma conjuntura moderna contendo um ideário igualmente moderno de morte urbana. Mas, que ideário moderno de morte é este? E como se comporta a morte na atual sociedade pós-moderna? São estas questões que este capítulo introdutório busca discutir, criando um pano de fundo conceitual para uma discussão produtiva relativa ao referido estudo de caso.

Frisa-se, no entanto, que o enfoque principal pretendido diz respeito à cultura brasileira, mais especificamente num recorte paulistano, na sua ligação com os costumes ocidentais-cristãos, presentes no meio urbano. É relevante destacar que o Brasil não possui expressões em relação à morte que sejam hegemônicas. Determinadas regiões mantêm ritos e costumes próprios. O livro organizado por José de Souza Martins, “Morte e os Mortos na Sociedade brasileira”, ilustra algumas destas facetas onde são expostas concepções pertencentes à cultura brasileira do africano, do caboclo, do caipira e do indígena. Estas, obviamente se encontram, em diferentes medidas, refletidas nas cidades, e serão então exploradas nestas inserções.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL

É tarefa árdua estudar comportamentos sociais relacionados com a própria época em que se vive. Agamben (2009) afirma que ser contemporâneo significa deslocar-se de seu tempo, mantendo-se simultaneamente distante e aderido a ele, para assim ser capaz de percebê-lo e apreendê-lo. É manter “fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (p.62), de forma que perceba este “escuro” como algo que lhe concerne, não cessando de interpelá-lo.

No tocante ao tema da morte, o historiador Ariès (1977), afirma que as transformações do humano diante desta são lentas e compreendem extensos períodos de imobilidade. Assim, o olhar deve-se manter amplo, de forma a se tomar cuidados para estendê-lo a períodos maiores que duas grandes mudanças consecutivas. Desta maneira, objetiva-se ter tal cuidado neste presente esforço de delinear um quadro das atitudes contemporâneas perante a morte na procura de entender as formas como os espaços cemiteriais são tratados e utilizados dentro do meio urbano, prestando atenção às especificidades, que talvez sejam apenas uma face de um mesmo comportamento social.

Destaca-se ainda que são diversos os campos que discutem a questão da morte e, dependendo da abordagem realizada – histórica, antropológica, psicológica, entre outras – ela toma contornos diferentes. Assim, salienta-se que, no presente trabalho, apoia-se nas disciplinas de cunho histórico e antropológico para a discussão proposta, o que não impossibilita que sejam feitas incursões de outras áreas quando convier no enriquecimento do debate. Especifica-se ainda o recorte para as discussões, que estarão em uma conjuntura ocidentalizada e brasileira, tendo a cidade de São Paulo como campo. O fato de ser uma metrópole

e assim conter em si heterogeneidade de expressões culturais, a concomitância de comportamentos sociais característicos de sociedades contemporâneas e de sociedades “tradicionais”, faz com que o empírico possua uma riqueza nos dados a serem observados.

Ao longo do trabalho, procurou-se também tomar o cuidado relativo a generalizações e especificações quanto ao contexto atual, que aqui será apontado como pós-moderno², apoiando-se nas reflexões de autores como Harvey (2012) e Jameson (1995, 2014). Esta é uma conjuntura na qual Harvey (2012) destaca algumas características como a acumulação flexível³, que vem se processando desde a década de 1970, e que envolve uma transformação da experiência tempo-espço, onde as informações e bens viajam entre longas distâncias em curto tempo, movimento que o estudioso chama de “compressão tempo-espço”. Aponta também o fato da estética superando a ética como foco primeiro da preocupação social e intelectual, com a espetacularização e valorização da imagem. Faz parte deste contexto ainda a efemeridade e fragmentação, que assumem precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada. (p.293)

Neste mesmo sentido, Jameson (1985), considera pós-modernidade como uma estrutura, um momento do capitalismo, agora globalizado. Em uma definição delineada ainda na década de 1980, para o autor, este seria

um conceito de periodização cuja principal função é correlacionar a emergência de novos traços formais na vida cultural com a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica – chamada, frequente e eufemisticamente, de modernização, sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo, sociedade dos mídia ou do espetáculo, ou capitalismo multinacional. (JAMESON, 1985 p.17)

Pode-se dizer que hoje são constituintes deste panorama as conexões

globais, o capital financeiro, as redes de comunicação e a tecnologia computacional, por exemplo. (JAMESON, 2014)

Mas em que medida as atitudes perante a morte se relacionariam com cenário apontado? O mercado funerário atual e até mesmo a forma como se lida com os moribundos e com o morrer, poderiam dar pistas de um entendimento de como este contexto estaria imbricado também nas relações do humano com a morte. Será este então o esforço das reflexões a seguir.

1.2. A “MORTE INVERTIDA” E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Pode-se dizer que é contraditória a condição contemporânea da morte no contexto ocidental: ao mesmo tempo em que se encontra tão “escancarada”⁴, por sua presença constante nos meios de comunicação e violência no dia-a-dia das metrópoles, é tida como um tema interdito.

Esta atitude de interdição é observada por Ariès (1977, 1981b) que a nomeia de “morte invertida”. Segundo o autor é um comportamento que começa a ser visto a partir do século XX, nas “zonas mais industrializadas, urbanizadas e tecnicamente adiantadas do mundo ocidental” (p.613). Haveria assim uma inversão dos costumes mantidos até então, em que a morte – no ocidente de cultura latina, católica ou protestante – de certa forma fazia parte da sociedade, e se observava que o falecimento de uma pessoa “modificava solenemente o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira” (p.612). O autor diz então que, progressivamente, a morte teria passado de um acontecimento social para um acontecimento privado, onde suas evidências

seriam gradativamente apagadas do cotidiano.

É um comportamento também discutido por estudiosos brasileiros. Nas palavras de José de Souza Martins (1983):

O tema da morte é um tema interdito, banido, nos centros urbanos e nas regiões mais cultas e desenvolvidas da sociedade brasileira. Sobre a morte pesa o silêncio civilizado, a indiferença aparente, a atitude racional e prática que remove rapidamente da vida o peso dos mortos. (MARTINS, 1983 p.9, grifo do autor)

Faz parte deste contexto a progressiva medicalização⁵ da morte, com avanços tecnológicos que promovem cada vez maior longevidade, além de drogas que possibilitam curas das doenças, de forma que o morrer passa a ser visto como uma derrota frente às possibilidades da tecnologia. As pessoas não morrem mais em suas casas, junto a seus familiares, mas em hospitais, onde é feito de tudo para que se mantenham vivas, sendo muitas vezes ligadas a máquinas.

Neste contexto pode ocorrer a chamada distanásia⁶, termo utilizado na área da saúde para definir um inútil prolongamento de vida de um paciente terminal por meios totalmente artificiais. Pode-se dizer então que este ato se configuraria mais como uma extensão do processo de morte do que de vida. (PESSINI, 1996) Outro termo utilizado para tal prática é “obstinação terapêutica”⁷, que foi cunhado pelo francês Jean-Robert Debray na década de 1950, cuja definição seria um “comportamento médico que consiste em utilizar processos terapêuticos cujo efeito é mais nocivo do que os efeitos do mal a curar, ou inútil, porque a cura é impossível e o benefício esperado é menor que os inconvenientes previsíveis” (CUYAS apud PESSINI, 1996); já nos Estados Unidos, é mais utilizada a expressão “futilidade médica”⁸.

Destaca-se que como contraponto a estas atitudes está a ortotanásia. Terminologia originária do radical grego *ortho* (direito, justo, correto) e *thanatos* (morte), estaria ligada a uma morte digna, “na hora certa” (KOVÁCS, 2003). Esta também se diferencia de outro termo mais conhecido popularmente, a eutanásia. Esta, cujo radical procede do grego *eu*, que significa “bom”, inicialmente era definida como “boa morte”. No entanto, com o passar do tempo, a designação acabou recebendo o acréscimo de uma lógica de indução, apressamento de morrer, ao seu sentido. (KOVÁCS, 2003)

De acordo com Maria Julia Kovács (2014 p.98),

Opondo-se à distanásia, ortotanásia não é eutanásia, embora por vezes possa ser erroneamente entendida como apressamento da morte. A diferença entre elas, entretanto, é significativa: se o principal objetivo da eutanásia é levar à morte para abreviar a dor e o da distanásia é impedir a morte a qualquer custo, a ortotanásia busca a morte com dignidade no momento correto, com controle da dor e sintomas físicos, psíquicos, bem como questões relativas às dimensões sociais e espirituais. Por seu caráter multidisciplinar busca oferecer apoio à família na elaboração do luto antecipatório e no pós-óbito. A ortotanásia é, portanto, atitude de profundo respeito à dignidade do paciente.

Assim, no contexto cultural apresentado, a atitude médica seria relevante no sentido de poder reforçar uma interdição cultural da morte. Quanto a distanásia, eutanásia e ortotanásia, são temas que suscitam discussões complexas e constituem-se como fundamentais no campo da ética médica.

Ainda dentro da discussão da morte no campo da medicina, no tocante ao comportamento esperado pelos moribundos nos hospitais, observa-se um esforço para que estes não se expressem de forma exaltada, oferecendo-se calmantes para evitar tais comportamentos. Evita-se assim a morte deselegante, feia e que venha

a causar perturbação (KOVÁCS, 2003). Ariès (1977) coloca que, neste contexto, o morrente muitas vezes não seria nem informado de seu próprio estado, com seus entes próximos passando a dissimulá-lo.

Certeau (1998) comenta que na sociedade ocidental, o moribundo, sujeito à inação, contrariaria a lógica da sociedade ocidental em que o não-trabalho é algo absurdo. Nas palavras do autor:

Em nossa sociedade, ausência de trabalho significa absurdo; deve-se eliminá-la para que prossiga o discurso que incansavelmente articula as tarefas e constrói o relato ocidental do “há sempre alguma coisa a fazer”. O moribundo é o lapso desse discurso. É e não pode ser senão obscuro. Portanto, censurado, privado de linguagem, envolto numa mortalha de silêncio: inominável. (CERTEAU, 1998 p.294)

O autor ainda acrescenta que a atitude de isolamento dos doentes em hospitais traria um alívio à sociedade ocidental presa à produção e consumo. No entanto, ao ser separado dos seus, o doente deslocar-se-ia da vida cotidiana em que antes estava imerso, podendo haver o prejuízo das relações familiares:

(...) o doente deve seguir a sua enfermidade onde será tratada, nas empresas especializadas onde logo se muda num objeto científico e lingüístico, estranho à vida e à língua cotidianas. É posto de lado numa das áreas técnicas secretas (...) que aliviam os vivos de tudo aquilo que poderia frear a cadeia da produção e do consumo e que, na sombra onde ninguém penetra, consertam e fazem a triagem daquilo que pode ser reenviado à superfície do progresso. Retido ali, torna-se um desconhecido para os seus. Não mora mais nas casas deles nem no seu falar. (CERTEAU, 1998. p.295)

Diversos autores ainda colocam o tabu em relação à morte de uma forma geral como um reflexo das relações sociais que se iniciam com a sociedade industrial moderna, em que as mesmas começam a ser mediadas pelo capital. Há

o enfoque na produtividade, onde é essencial que “a máquina humana” tenha seu tempo de funcionamento prolongado (RODRIGUES, 2006, p.188). O tempo, nesta forma de concepção social, deve ser racionalizado ao máximo, para maior aproveitamento e produção, ou seja, o seu ritmo é cada vez mais acelerado (OLIVA-AUGUSTO, 1995 p.98). Ainda segundo Jean Ziegler (1977 p. 147):

A sociedade mercantil ocidental transformou a experiência tanática num resíduo irreconhecível: a própria morte é reduzida a uma simples alteração de formas. Não acontece mais nada, no sentido mais estrito do termo. O homem-objeto vê a morte como uma troca de posições aritméticas na rede referencial. Todo conteúdo autônomo da morte desapareceu. Ela já não é um destino. Só existe em relação a um sistema de produção, de troca e de consumo de mercadorias. A morte, status previsto pelo sistema, mesmo o mais discriminado possível, tornou-se o estado da não-consumação, da não produção.

Nesta conjuntura de morte racionalizada e medicalizada, os rituais fúnebres ainda passam a ser realizados por terceiros, não mais pelos próximos do morto, nem por figuras religiosas. Assim, são contratadas empresas funerárias que cuidam do falecido, vestem, colocam nas urnas, enfeitam, colocam flores. São elas que também organizam os velórios, agora em locais neutralizados e assépticos, em contraponto às residências como nos costumes tradicionais, sendo que conta-se ainda com o serviço de mestres de cerimônia para ajudar nas palavras de adeus. Estes serviços surgem no século XX, com mais força nos EUA, com as casas funerárias (*funeral home*) e a tanatopraxia que é o tratamento de conservação dos cadáveres, feito de forma a parecer que estão ainda vivos, sendo uma espécie de negação ao estado da morte.

Assim, os ritos fúnebres se tornariam uma mercadoria. É uma tendência de minimização social e maximização de mercado na hora da morte. Jessica

Mitford, pesquisadora estadunidense chamará esta lógica de lidar com o morrer de “*American Way of Death*”⁹, fazendo um trocadilho com o termo “*American Way of Life*”¹⁰. No seu livro datado de 1963 e que possui este mesmo título, a autora faz dura crítica à indústria funerária.

No Brasil, alguns destes aspectos são encontrados em diferentes escalas. Os espaços para velório são uma realidade comum. Dentre estes, há exemplos de empreendimentos luxuosos e exclusivos como o “Funeral Home”, na cidade de São Paulo, onde, à moda estadunidense, as pessoas têm um espaço velatório e também de recepção para os enlutados com serviço de *buffet*. Até o tradicional doce de casamentos chamado “bem-casado”¹¹ ganhou uma versão para o funeral, o “bem-velado” para ser distribuído em tais ocasiões. Segundo reportagem¹² datada do ano de 2008, uma cerimônia no local poderia chegar até o valor de R\$40 mil. A “última festa” então seria um reflexo do modo de ser que o falecido levava em vida, com comemorações cercadas de luxo e objetos refinados, de alto custo.

Figura 1 (esquerda). Sala de velório do Funeral Home na cidade de São Paulo.

Figura 2 (direita). Bem-velado, doce oferecido como opção de lembrança em cerimônia fúnebre.

Fonte: Site Funeral Home. 2014.
Disponível em: <<http://www.funeralhome.com.br/espaco/>> Acesso em: out.2014.

Anualmente no país também ocorrem diversos eventos ligados ao setor, como a Exponaf¹³, Feira Funerária, e Funexpo, que reúnem empresas do ramo, oferecendo palestras aos profissionais e apresentando novidades de produtos, como novos tipos de urnas funerárias ou veículos de cortejo de luxo.

Não se coloca aqui, contudo, que estas atitudes sejam totalmente esvaziadas, meramente não dotadas de sentido em relação aos mortos, pertencendo apenas ao campo da imagem e da mercantilização. Sabe-se que é pertinente também lançar um olhar em relação a como estes serviços podem tornar mais palatável a forma de se lidar com a morte. O tratamento de um corpo deteriorado pela tanatopraxia, por exemplo, pode trazer alívio aos seus entes, de maneira que não retenham uma imagem do falecido como alguém que estaria passando por algum tipo de sofrimento. Segundo Colin Murray Parkes(1998 p.199), “uma morte dolorosa, um corpo mutilado ou destroçado podem perturbar e causar medo nas lembranças do enlutado, evitando, assim, lembranças mais felizes do morto.”

A forma da cerimônia também pode ser uma maneira de expressão que ajude no processo do luto. No entanto, é inegável que estas medidas de alívio, acabam sendo absorvidas pela estrutura vigente tornando-se objeto de mercado e espetacularização. Chama-se então aqui a atenção para uma reflexão de em que medidas a lógica da sociedade de consumo se refletiria nestes modos de agir relacionados à morte. O papel dos profissionais da área nestas escolhas também é relevante, já que muitas vezes o vendedor de serviços pode influenciar

Figuras 3 e 4 (acima). Limusine funerária de luxo, modelo Cadillac. O interior (foto à esquerda) é acolchoado e possui iluminação em led. Fonte: Site da empresa “Procópio Limousines” Disponível em: <<http://procopiospecialvehicles.com/site/pt/categoria/funerarias-14/>> Acesso em: out. 2014.

o consumidor, que está em um momento de fragilidade e sofrimento, a levar produtos caros e que outrora não acharia relevantes.

Ao mesmo tempo, apesar destas formas de espetacularização, estes novos tipos de cerimônias fúnebres ocorrem da forma mais discreta possível, onde os símbolos da morte não devem ser evidenciados no cotidiano da cidade, e o luto deve ser contido. No meio urbano, por exemplo, observa-se o declínio da tradição dos cortejos fúnebres que se direcionavam do local do velório até o cemitério. Hoje, muitas vezes o velório é no próprio cemitério, tornando uma situação mais prática, e o cortejo se dá apenas no trajeto por dentro da necrópole em direção ao túmulo. Essa tendência é reforçada pela visão do próprio poder público num sentido de racionalidade. No plano diretor de 1985 da cidade de São Paulo, a falta de velórios junto a alguns cemitérios é posto como um problema pelo fato de que os cortejos fúnebres seriam causadores de problemas no tráfego (PMSP, 1985).

Além disto, nota-se que não existem mais expressões de identificação como roupas pretas ou braçadeiras e, quando se sabe que alguém sofreu uma perda, o comum é evitar comentar sobre o assunto, isolando-se a pessoa para que a mesma formule seu luto de forma totalmente privada e contida. Esta necessidade de contenção do luto pode ser notada na fala da escritora Joan Didion ao relatar sobre os acontecimentos relativos à morte de seu marido, descrita em seu livro “O ano do pensamento mágico”:

Eu havia chegado ao necrotério Frank E. Campbell tão determinada a evitar qualquer reação inadequada (choro, raiva, uma gargalhada irrefreável a um pedido de silêncio, e outras coisas tipo “Mágico de Oz”) que simplesmente não esbocei qualquer reação. (DIDION, 2006 p.13)

A reação de Joan é um relato comum observado hoje. A maneira “adequada” que socialmente se espera do enlutado, é que o mesmo permaneça com mínimas demonstrações de perturbação, sem incomodar o próximo. Estas atitudes podem até mesmo se tornar fatores prejudiciais à saúde. Segundo Sigmund Freud (1974), o luto, que seria uma reação à perda de um ente querido ou alguma abstração que ocupe o lugar deste, é um processo extremamente prolongado e gradual, mas não se trata de uma condição patológica em sua forma normal. Entretanto, o autor considera que de forma atípica, poderia se transformar em um “luto patológico” em alguns casos. Esta condição, entretanto, seria dificultosa de se definir claramente, já que o luto pertence a um campo permeado pela subjetividade, sendo difícil uma definição clara do que é “normal” ou “anormal”. Estudiosos recentes da área, vêm ainda substituindo o termo “luto patológico” por “luto complicado”, de forma a afastar uma classificação ligada à medicalização. Segundo Kovács (2008 p.157):

Há dificuldades em identificar o que se considera como luto complicado, e uma necessidade de revisão de alguns conceitos como luto patológico, desajustado, amormal, disfuncional, desviante, entre outros. A nova tendência é falar em fatores complicadores do luto. Esta abordagem é mais fidedigna porque não responsabiliza a pessoa por seu sofrimento e complicações. Pode-se dizer que há circunstâncias da morte e do *pós-morte* que podem complicar o processo de luto.

A autora também chama a atenção para o fato de o luto, se mal elaborado, por condições de não expressão entre outros motivos, poderia ser provocador de sintomas físicos e mentais.

Ainda sobre esta questão, nota-se um encaminhamento cada vez maior da medicalização das pessoas enlutadas e encurtamento da consideração do período deste processo. No ano de 2013, a nova edição lançada do *Diagnostic*

*and Statistical Manual of Mental Disorders*¹⁴, o DSM-5, publicação da *American Psychiatric Association*¹⁵ (APA), manual de referência da área de psiquiatria por reunir informações sobre o diagnóstico de doenças mentais, mudou o seu olhar em relação ao luto. Segundo o DSM-5, se tal situação se prolongar por mais que um período de duas semanas, há o diagnóstico de uma condição patológica depressiva, podendo ser realizada medicalização. Isto causou controvérsias entre estudiosos, pois não existe uma precisão de tempo em que o luto se dá, sendo subjetivo e diferente em cada pessoa, aconselhando-se um acompanhamento próximo para entendimento de como se desdobra.

Retomando a discussão relativa ao tratamento dado aos moribundos diante da morte-tabu, o sociólogo britânico Tony Walter (1994, 1996, 2003, 2012) possui alguns estudos concernentes à sociedade pós-moderna ocidental, nos quais aponta uma transformação em relação a situações onde o doente não tem controle sobre a própria morte, como afirmava Ariès(1977).

Ao estudar países como Grã-Bretanha e EUA, Walter mostra que nestes países desponta-se um movimento dos chamados *hospices*, locais onde as pessoas se recolhem para cuidados paliativos de doenças incuráveis e há terapias de grupo para os enfermos. Nestes locais, o morrer é tratado não somente pelo seu viés médico, mas de forma integrada, levando em consideração as necessidades físicas, psicológicas, espirituais e sociais dos pacientes (WALTER, 1994 p.88).

Apesar do primeiro *hospice* ter surgido na Austrália em 1830, é na Inglaterra que se consolidam como ideal de tratamento de pacientes com estágio avançado de doença. Neste contexto, destaca-se a médica inglesa Cicely Saunders, expoente na área de cuidados paliativos, a qual funda o “St. Christopher’s Hospice” em 1959.

Em funcionamento até os dias de hoje, o St. Christopher localiza-se em Londres, Inglaterra, e não foi o primeiro *hospice* a existir. Entretanto, é uma das mais importantes instituições do tipo existentes. Lá, dependendo das necessidades do paciente, o mesmo é alocado em quartos coletivos ou individuais, com espaço para seus itens pessoais. Diversas atividades são oferecidas como musicoterapia, terapias complementares, pintura, cerâmica, entre outros. Além de ser um local para tratamento, também se constitui como centro de pesquisa e ensino para a área.

Figuras 5 e 6. Jardins (foto à esquerda) e quarto (direita) para internação do hospice St. Christopher. Fonte: Site da instituição. Disponível em: <<http://www.stchristophers.org.uk>> Acesso em: 15 jan. 2015

Figuras 7 e 8. Atividades no hospice St. Christopher.: grupo de coral (foto à esquerda) e costura (foto à direita), 2013. Fonte: Blog da EAPC (European Association for Palliative Care¹⁶). Disponível em: <<https://eapcnet.wordpress.com/2013/08/13/death-chat-at-st-christophers>> Acesso em: 15 jan. 2015.

Os cuidados paliativos seriam uma contraposição à morte medicalizada, encaminhando-se para um tratamento humanizado, em que se procura proporcionar uma morte com dignidade, livre de sofrimento, buscando boa qualidade de vida nos últimos dias do enfermo (KOVÁCS, 2008). Segundo Kovács (2008), estes ainda favorecem a criação de espaço necessário para despedidas e preparação para a separação dos entes que sobreviverão (p.78).

Pode-se dizer que no Brasil, não se vê ainda movimentos em relação aos hospices como nos outros países anteriormente citados. Aqui o equivalente a esses serviços seriam os centros de cuidados paliativos que, no entanto, se localizam geralmente junto a hospitais, não se constituindo como espaços distintos. Contudo, é uma área que vem crescendo no país.

Em relação ao momento do morrer, Walter (1996, 2003, 2012) aponta um sentido de retomada do moribundo na autonomia de sua morte, e estaria acontecendo então, segundo o autor, um *revival* da morte, onde sua experiência agora se torna publicizada com terapias de apoio ou até mesmo via redes sociais *on-line* ou blogs.

Discute também como estão se desenvolvendo os novos ritos contemporâneos da morte nestas sociedades que ele descreve como “individualistas, seculares, burocráticas e onde tudo tem um preço”. Nestas, juntamente com a maior autonomia do moribundo, haveria um deslocamento nos ritos fúnebres: antes a atenção era a alma e o corpo do morto, agora o foco é a lembrança da personalidade e o que este realizou em vida. Desta forma, os funerais seriam mais uma forma de exaltação de como o falecido foi em vida, do que uma preocupação com a sua alma póstuma ou cuidados com seu corpo. No

entanto, deve-se tomar cuidado em transpor totalmente esta lógica em diferentes contextos. No cotidiano dos ritos fúnebres dos casos urbanos brasileiros, por exemplo, apesar de se enxergar a tendência apontada pelo autor, de uma maneira geral também se nota ainda certa permanência de uma preocupação com alma do morto em diferentes medidas. Até mesmo nos cultos de memória, vistos com maior destaque nos dias de finados, são desenvolvidos rituais que, de alguma forma, ainda referenciam o pós-vida do falecido, como velas acesas ou orações.

No tocante à manutenção da memória do que o morto foi em vida no contexto pós-moderno, é relevante também destacar o estudo da pesquisadora Ligia Diogo (2014) que discute acerca da morte na rede social online *Facebook*. Na medida em que as páginas pessoais desta rede começam a se tornar versões online de si construídas pelos usuários, com dados de sua vida organizados em uma linha do tempo – chamada de *Timeline* –, acaba existindo então um caráter performático, que nem sempre se perde com uma eventual morte física, *offline*, do indivíduo. As contas destes usuários então, se não desativadas pela família, podem permanecer ativas, ou até mesmo se tornarem memoriais, uma espécie de continuidade da vida da pessoa:

Em casos de rompimento abrupto na continuidade da vida *offline*, como quando acontece um acidente, por exemplo, a *Timeline* pode contribuir para que quem ainda vive se depare com uma situação inusitada, peculiar e contraditória. Especialmente no caso dos jovens, conectados ao *Facebook* diariamente e atuantes em diversas formas de trocas intersubjetivas neste site, a morte repentina pode acabar por demarcar o clímax das histórias de suas vidas e não o seu fim. A partir deste momento, muitos relatos e imagens podem vir a povoar a linha do tempo da vida de alguém já morto. De alguma maneira é dado a esse perfil uma vitalidade jamais experimentada em vida por esse usuário. (DIOGO, 2014, p.9)

Estas reflexões bem como os apontamentos de Walter são dados colocados para se pensar em que medidas se estaria caminhando para essa “morte pós-moderna”, e quais seriam as implicações nos espaços cemiteriais.

Focando a sociedade brasileira e seus ritos fúnebres no meio urbano, pode-se dizer que estes nem sempre são homogêneos. Ou seja, não possuem em sua unanimidade este sentido de atitudes e luto reprimidos. A pesquisadora Valéria Sanches (1999), por exemplo, nos seus estudos sobre a morte na periferia de São Paulo, mostra que nestas regiões ainda restam costumes antigos que se mesclam às concepções modernas das áreas mais centrais da cidade. Também nestas regiões, a morte estaria presente de forma cotidiana, em contraponto às áreas mais elitizadas da cidade. Lá haveria maior incidência de mortes, que muitas vezes ocorrem de forma violenta e em vias públicas, onde os cadáveres juntamente com “cenas dramáticas da chegada de familiares e amigos ao local” ficam “expostos aos olhares curiosos dos transeuntes.” (SANCHES, 1999 p.100). O que, pode-se dizer, se coloca de forma diferente da atual exposição midiática da violência e morte nas cidades, pois nestes casos, o impacto decorrente é mais o de medo de se sofrer tais violências do que a dor da perda de um ser humano em específico. Isto pode ser entendido na fala de Morin (1976), que coloca que:

A dor provocada por uma morte só existe se a individualidade do morto tiver sido presente e reconhecida: quanto mais o morto for chegado, íntimo, familiar, amado ou respeitado, isto é, único, mais a dor é violenta [...] (MORIN, 1976, p. 31, grifo do autor)

Assim, a morte nas periferias urbanas acabaria por possuir certa centralidade, constituindo-se em marcos de tempo e espaço, sendo comum “pessoas lembrarem-se de locais ou referirem-se às ruas como sendo aquela onde mataram ou morreu fulano” (SANCHES, 1999 p. 100). Em relação aos ritos como os funerais, há a mobilização

da comunidade em geral, além dos familiares, criando uma rede de solidariedade, sendo os velórios e enterros momento de participação comunitário. O luto, devido à participação da vizinhança nos velórios e enterros, também seria mais bem expressado, em contraposição aos costumes de mantê-lo de forma contida e discreta. (SANCHES, 1999)

Desta maneira, de diversas formas, os ritos de morte ainda resistem mesmo no seio de cidades cosmopolitas como São Paulo, que seriam os locais onde a própria lógica do capital e da racionalidade se fazem expressas de forma mais intensa. Ziegler (1977 p. 157) ainda coloca que “os estragos operados pela classe capitalista mercantil não agem da mesma maneira em todas as regiões e em todos os grupos que esta classe submeteu política e economicamente”.

O que leva também a pensar como os ritos em relação à morte e o seu enfrentamento possuem aspectos mais amplos do que os estritamente relacionados às situações de maior pobreza, devendo ser levados em consideração outros aspectos como a heranças de crenças e o quanto estas implicam no dia-a-dia das pessoas. Ziegler(1977) dá um bom exemplo com um caso fora do meio altamente urbanizado, mas também afetado pela lógica capitalista: a sociedade cabocla e a sociedade africana dos quilombos, ambos no interior da Amazônia. Com uma vida igualmente dura, em ambiente de natureza semelhante, com condições de vida de exploração e miséria física, os tratamentos dados à morte por estas sociedades são completamente antagônicos. Ao passo que a sociedade cabocla viu despedaçar seus ritos perante a morte sempre presente, a africana os mantiveram, de forma que em seus candomblés, a cosmogonia da morte, ritos e instituições fúnebres possuem um papel fundamental (p. 157).

1.3. A MORTE COMO OBJETO DE NEGAÇÃO HUMANA

Com o panorama apresentado até então, não se intenciona dizer aqui, apoiando-se nos autores apresentados, que a morte era um fato mais palatável para o humano ocidental até o século XIX – até porque isto seria algo difícil de se demonstrar. Estudiosos do campo da psicologia, por exemplo, afirmam que o morrer, a finitude biológica, é objeto de negação inerente ao ser humano.

Neste sentido, Becker (2013), sugere que a “atividade heróica”, permeia a vida humana. Ou seja, há no ser humano um esforço constante em se ter um sentido básico de valor, que haja valor no que o mesmo cria em sociedade, de forma a ser algo duradouro que sobreviva à morte e à decadência.

O autor também discute o que chama de uma condição de “individualidade dentro da finitude”: ao mesmo tempo que o ser humano é um ser simbólico, consciente e imaginativo, tem a condição biológica, de “verme e alimento de vermes”. Nas palavras de Becker (2013):

O homem está literalmente dividido em dois: tem consciência de sua esplêndida e ímpar situação de destaque na natureza, dotado de uma dominadora majestade, e no entanto, retorna ao interior da terra, uns sete palmos, para cega e mudamente apodrecer e desaparecer para sempre. (p.49)

Assim, ao longo da vida, o eu simbólico tentaria a todo custo reprimir as expressões corpóreas, que marcam a fragilidade, decadência biológica humana, não podendo permitir que o corpo tenha controle sobre ele. (p.55)

Em relação a este tema, Freud afirmava que o ser humano possui um impulso inato tanto à morte quanto à vida, sendo que a agressividade humana seria resultante de uma fusão entre o instinto de vida e o de morte. O instinto

de morte representaria a vontade do organismo de morrer, que pode se salvar deste impulso redirecionando-o para o exterior, sendo então o desejo de morrer substituído pelo de matar. Assim, o homem neutralizaria o seu instinto de morte matando os outros.(BECKER, 2013)

Becker (2013) vai mais além nesta concepção, não deixando a explicação do comportamento humano ligada somente aos instintos. O autor explicita que matar seria uma “solução simbólica de uma limitação biológica”, ou seja, resultante da “fusão do nível biológico (angústia animal) com o simbólico (medo da morte) do animal humano” (p.129). Como reforço deste pensamento ainda cita Otto Rank (Rank apud Becker, 2013): “o temor da morte que o ego sente é atenuado pela matança, pelo sacrifício do outro; através da morte do outro, a pessoa se livra da penalidade de morrer, de ser morto” (p.129)

É relevante ainda destacar que o morrer, é algo que consegue ser experimentado apenas via o outro. Ou seja, “o homem viverá durante toda sua vida com uma imagem empírica de morte, aquela que uma dada sociedade, em um momento determinado de sua história, formula acerca do desaparecimento inexorável de seus membros” (RODRIGUES In: SANTOS; INCONTRI, 2007).

E, estando fora de si, parece mais palatável pensar que é algo que nunca acontecerá consigo, mas sempre com outro alguém. Um exemplo deste raciocínio pode ser retratado pelo personagem Ivan do livro “A Morte de Ivan Ilitch”, de Lev Tolstói:

Ivan Ilitch via que estava morrendo, e o desespero não o largava mais. Sabia, no fundo da alma, que estava morrendo, mas não só não se acostumara a isto, como simplesmente não o compreendia, não podia

de modo algum compreendê-lo.

O exemplo do silogismo que ele aprendera na Lógica de Kieseewetter: Caio é um homem, os homens são mortais, logo Caio é mortal, parecera-lhe durante toda a sua vida, correto somente em relação a Caio, mas de modo algum em relação a ele.

(...)

E Caio é realmente mortal, e está certo que ele morra, mas quanto a mim, Vânia, Ivan Ilitch, com todos os meus sentimentos e ideias, aí o caso é bem outro. E não pode ser que eu tenha de morrer. Seria demasiadamente terrível. (TOLSTÓI, 2009 p. 49)

Rubem Alves em uma reflexão, chama a atenção para a relação entre o temor da morte e o medo de uma vida não vivida plenamente:

A branda fala da morte não nos aterroriza por nos falar da Morte. Ela nos aterroriza por nos falar da Vida. Na verdade, a Morte nunca fala sobre si mesma. Ela sempre nos fala sobre aquilo que estamos fazendo com a própria Vida, as perdas os sonhos que não sonhamos, os riscos que não tomamos (por medo), os suicídios lentos que perpetrados (ALVES In: CASSORLA, 1991. p.12-13)

Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo*, trata da relação entre a apropriação da morte e uma autenticidade de vida plena¹⁷. Segundo Nogueira (In: SANTOS; INCONTRI, 2007), para o filósofo, “existir autenticamente consiste em assumir a si mesmo diante da morte. Somos então tirados da situação da perda de nós mesmos pela compreensão e apropriação dessa possibilidade-limite”. (p.116) Assim, pode-se notar um traçado de paralelo entre como é enfrentada a questão da morte e a forma como a vida é apreendida.

Postos tais raciocínios, frisa-se então que a intenção aqui não é dizer que somente no período moderno e pós-moderno é que o homem ocidental se vê

temeroso ou de certa forma em negação diante da morte, mas sim tentar mostrar qual é o “tabu” que vem se consolidando; que mudanças estão acontecendo, como se mostram nos rituais mortuários e suas evidências no dia-a-dia das cidades, bem como os símbolos ou atitudes que remetam à morte.

O morrer é um fato posto a todos os seres vivos e os humanos têm que apreender a viver diante desta realidade. Uma situação onde não mais exista é absurda. Em “As Intermittências da Morte” José Saramago (2009) explicita, com certo humor, essa situação. No romance, em um certo país, a morte resolve fazer uma pausa em seu trabalho, a fim de mostrar aos ingratos humanos como seria viver para sempre.

O resultado são hospitais cheios, doentes incuráveis agonizantes, os idosos cada vez mais envelhecidos em casas de repouso lotadas, os profissionais do setor funerário desesperados com a falta de mercado e os líderes religiosos com a problemática da falta de sentido da religião, já que não poderia mais haver a ressurreição, pois ninguém mais morre. O desespero começa a tomar conta das pessoas que passam então a clandestinamente cruzar a fronteira com seus moribundos a fim de que consigam finalmente descansar em paz. Surgem assim conflitos diplomáticos, vigias que devem assegurar a não saída dos moribundos e então a *máphia*, organização não oficial que se encarregaria de discretamente fazer a passagem dos morrentes pela fronteira. Este retrato, apesar de ficcional, ilustra bem como a morte é fundamental e estruturadora de diversas instâncias sociais.

1.4. O “DIA DE FINADOS”: QUANDO A MORTE TEM O SEU LUGAR NA METRÓPOLE

Apesar do interdito contemporâneo em relação a um passado em que a morte, como diz o historiador João José Reis (2009), era “uma festa”, o dia de finados se coloca como uma exceção. Tradição de procedência católica comemorado em 02 de novembro desde o século XIV, é posterior ao Dia de Todos os Santos, fixado em 01 de novembro pelo Papa Gregório III no século VII. Foi designado com o objetivo de ser um dia para reverenciar e rezar pelos mortos (ARAÚJO, 2009).

Presente no calendário de diversos países ocidentais, possui diferentes formas de expressão de acordo com a cultura envolvida. No México, por exemplo, a celebração que é chamada de “*Día de Muertos*”¹⁸, fusiona crenças ancestrais pré-hispânicas e o catolicismo dos colonizadores espanhóis. Lá, as comemorações começam anteriormente ao dia de todos os santos e terminam no dia 03 de novembro. É caracterizado por rituais onde são preparados altares decorados com flores, incensos e velas, possuindo oferendas compostas por comidas, cigarros, bebidas alcoólicas de acordo com o gosto que os falecidos familiares possuíam, além de alimentos tradicionais do ritual como o *pan de muerto*¹⁹. Assim, espera-se o retorno da alma do morto para partilhar destes alimentos sendo que cada elemento e a forma que é colocado possui seu papel e importância específico. Em algumas localidades, a família come no cemitério juntamente ao jazigo do falecido. As caveiras decoradas e coloridas também são elementos presentes, e a data acaba por possuir um tom festivo. É uma comemoração que possui relevância tal que foi classificada em 2008 como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura) além de ser uma das atrações mais esperadas do ano na Cidade do México, recebendo milhões de turistas por ano²⁰.

Figura 9 (esquerda). Altar com oferenda para Día de Muertos na cidade de Huaquechula no México. Foto: Jesus Perez, 2010 (Flickr). Disponível em: <<http://bit.ly/1IY3ewM>> Acesso em: set. 2014.

Figura 10 (direita). Praça da Constituição (Zócalo) na cidade do México, no período do Día de Muertos. Lá acontecem oferendas coletivas, exposições, shows, e têm grande participação de nativos, e turistas. Foto: Omar Bárcena, 2010 (Flickr). Disponível em: <<http://bit.ly/19aZl2l>> Acesso em: set. 2014.

Já no Brasil, de uma maneira geral, a data de finados não possui este contorno, com tais elementos, mas há intensas visitas a cemitérios, sendo uma tradição ainda mantida viva nas cidades brasileiras. Hoje, contudo, é celebrado por todos os tipos de religiosos e também de não religiosos, sendo assimilado como um dia de memória e homenagem em relação aos mortos comportando expressões populares plurais. As formas de envolvimento da população bem como seus reflexos nas cidades variam dependendo da região a ser observada. Em algumas localidades, principalmente no interior do país, por exemplo, há procissões religiosas e expressiva mobilização popular.

No caso paulistano, há uma efervescência em todos os espaços cemiteriais, independente do tipo de configuração, da região em que se encontra ou do público a que é destinado. Isto revela que, apesar do ocultamento do luto e dos símbolos fúnebres na cidade, o culto, visita e manutenção dos túmulos, ainda se fazem importantes pelo menos no dia de finados. É um momento em que são

homenageados não somente falecidos familiares , mas também famosos, santos, milagreiros.

Em cemitérios tradicionais que abrigam construções tumulares como o cemitério São Paulo, por exemplo, podem-se observar diversos visitantes que vão até o local para lavar os jazigos familiares no intuito de manutenção e conservação. Nestes cemitérios públicos tradicionais, onde se vêem mausoléus pertencentes à classe dominante paulistana, as principais vias de acesso aos túmulos possuem pavimentação em asfalto e no dia de finados muitos visitantes optam por chegar a eles de automóvel, o que gera até mesmo congestionamentos no local.

Figuras 11 e 12. Cemitério São Paulo (São Paulo, SP) no dia de finados de 2012. O número expressivo de visitantes em automóveis gera congestionamentos dentro da própria necrópole. Fotos: Autora, 2012.

Nos cemitérios populares as visitas aos túmulos também são expressivas. Nestes, há ainda um significativo comércio de ambulantes onde são vendidos lanches para os visitantes e velas e flores para ornamentação dos túmulos, fazendo com que o espaço cemiterial assuma ares característicos de feira (SANCHES, 1999; REZENDE, 2000). Também acontecem shows e cultos ecumênicos ou de orientações religiosas específicas.

No entanto, isto não se restringe apenas a cemitérios públicos. Os cemitérios particulares buscam oferecer uma multiplicidade de atividades nestes

espaços, algumas nem mesmo relacionadas à morte, o que se pode relacionar à “morte invertida” de Ariès (1977), já discutida anteriormente neste trabalho. Em reportagem do periódico Folha de São Paulo em 2011, foi noticiado sorteio de panelas e cafeteiras em um cemitério em Guarulhos-SP e distribuição de *ecobags*²¹ na porta de cemitérios em São Paulo-SP²². Vê-se então que é criada uma situação antagônica em que as pessoas ao mesmo tempo em que vão aos cemitérios homenagear e lembrar os mortos, devem se sentir em um local que não evoque a morte.

Figura 13 (esquerda). Cemitério de Vila Formosa (São Paulo, SP) no dia de finados de 2013. Na foto, palco montado pela prefeitura para celebrações no dia. Foto: Adriano Maia De Lima, 2013.

Figura 14 (direita). Cemitério da Paz (São Paulo, SP) no dia de finados de 2012. Geralmente a necrópole contrata músicos para tocarem em meio aos jardins do local no dia de Finados. Foto: Autora, 2012.

A partir destas observações, nota-se uma esfera de vida pública²³ nos espaços cemiteriais em dia de finados. As pessoas visitam estes locais não somente em busca de homenagear seus mortos de maneira privada, podendo-se dizer que existe um caráter público nos atos de manutenção, ornamentação de seus jazigos, pois vê-se um desejo de mostrar ao outro a existência de cuidado e preocupação com estes locais. Destaca-se ainda que além de uma data celebrativa, é também um feriado nacional. A disponibilidade das pessoas e as variadas atividades nestes espaços, como as citadas anteriormente, acabam por atrair não somente interessados em homenagear os mortos, mas também em participar das mesmas.

1.5. UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA PARA UM ENTENDIMENTO DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS

Posta esta discussão inicial, observa-se que no contexto urbano pós-industrial ocidental, é notado por diversos autores um interdito da morte, com movimento de esvaziamento dos ritos, causado talvez pela predominância do raciocínio temporal linear em que o tempo do indivíduo é visto de forma definida e finita, não havendo uma continuidade na pós-vida. Ainda pode ser traçada uma relação com a estrutura dominada pelo capitalismo e sua lógica atual de exploração da produção e consumo. O morto, não produtor, não consumidor, seria um elemento sem valor dentro deste sistema. Além disto, há o fato de que, com o avanço da medicina, há um crescente posicionamento de caracterização da morte como derrota, alvo a ser combatido a qualquer custo.

Deste modo, é importante entender, dentro desta lógica, o sentido dos espaços cemiteriais no contexto urbano atual, buscando-se perceber em que termos dialogam com a cidade e com as pessoas. Ocupando extensas áreas urbanas, muitas vezes centrais, podem se tornar barreiras se vistos como locais inóspitos, a serem evitados. Assim, é relevante procurar realizar uma reflexão de possibilidades, de forma que não se tornem enclaves urbanos contemporâneos, constituindo-se espaços sem apropriação.

Além de local para abrigo dos mortos, eles podem ainda acolher outras atividades que não imediatamente correlatas a esta função. Nos anos de 2014 e 2015, por exemplo, algumas necrópoles paulistanas acabaram recebendo espetáculos teatrais que discutiam justamente a questão da morte. Iniciativas estas que talvez podem ser um modo de aproximar as pessoas destes espaços e quebrar o tabu existente em relação ao tema.

Faz-se relevante ainda pensar a morte por um olhar inserido em contextos metropolitanos como São Paulo, que abriga pessoas de diversas origens com costumes distintos, revelando uma concomitância de modos de ser e organizações tanto da lógica pós-industrial como tradicionais. Nestes locais, observa-se que, apesar da interdição contemporânea da morte, ainda resistem rituais que se mostram significativos para as pessoas, o que torna os espaços cemiteriais palcos importantes para representações culturais.

O capítulo a seguir, que discutirá a conformação do estudo de caso da presente dissertação, intencionará também mostrar que os espaços cemiteriais não possuem uma lógica descolada da estabelecida nos meios urbanos em que se inserem. A partir de exemplos apresentados, pode-se dizer que as formas como as diferentes culturas se relacionam com a morte irão definir diretamente os espaços destinados aos mortos e a relevância que possuirão no meio social em que se encontram, sendo assim parte fundamental na análise da conformação e apropriação dos mesmos.

Figura 15. Cena de “A Jornada de Orfeu”, da cia. teatral Coexistir. Espetáculo interativo, que por meio do mito, pretende discutir os arquétipos da vida e da morte. Levando o espectador ao cemitério, que seria o melhor representante do Hades, o grupo pretende dialogar com o espaço, e “ressignificá-lo, não como um lugar de dor, perdas e finitude, mas um lugar de transformação, confronto o desconhecido, memória e amor” (cia. Coexistir, 2014). Foto: Francisco Reyes V., 2014.

Figura 16. Cena de “Além dos Cravos”, do grupo teatral cearense “EmFoco”, apresentado no Cemitério da Consolação em São Paulo, 2015. A peça tem como objetivo refletir sobre o tabu da morte e como esta é parte indispensável da vida. A montagem tem o cemitério como fonte de estímulo para reflexão. O grupo já encenou em diversas outras necrópoles pelo país. Foto: Osiris Lambert, 2015.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

1. E agora talvez seja possível incluir aqui o crematório.
2. Entende-se, no entanto, a complexidade e existência de diversas abordagens do termo exposto.
3. Segundo Harvey (2012), a acumulação flexível é marcada por “um confronto direto com a rigidez do fordismo”, apoiando-se na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. (p.140)
4. Termo utilizado por Maria Julia Kovács, psicóloga e pesquisadora do tema da morte. Nas palavras da autora,

“Morte escancarada é o nome que atribuo à morte que invade, ocupa espaço, penetra na vida das pessoas a qualquer hora. Pela sua característica de penetração dificulta a proteção e controle de suas consequências: as pessoas ficam expostas e sem defesas. (...) ela é brusca, repentina invasiva e involuntária.

Exemplifico a morte escancarada com duas situações: a morte violenta das ruas, os acidentes e homicídios; a morte veiculada pelos órgãos de comunicação, mais especificamente pela TV.” (KOVACS, 2003 p.141)
5. Pode-se dizer que a medicalização “tanto pode ser compreendida como a ampliação dos atos, produtos e consumo médico, como a interferência crescente da medicina no cotidiano individual, através da imposição de normas de conduta social”. (CORRÊA apud MENEZES, 2003)
6. Termo originário do radical grego *dys* (ato defeituoso ou errado) e *thanatos* (morte). (PESSINI, 1996)
7. No original, “*l’acharnement thérapeutique*”
8. No original, “*medical futility*”
9. Modo de morte americano, em tradução livre do inglês.
10. Modo de vida americano, em tradução livre do inglês.
11. Doce que consiste em espécie de mini bolo recheado, tradicionalmente oferecido em casamentos.
12. BERGAMO, Monica. Champanhe e bem-velado em funeral VIP de R\$40 mil. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, Sáb. 6. Set. 2008.
13. Exposição Nacional de Artigos Funerários.

14. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
15. Associação Americana de Psiquiatria - APA
16. Associação Européia para Cuidados Paliativos, em tradução livre.
17. Entende -se aqui a complexidade da discussão que Heidegger propõe do que ele denomina “ser-para-morte”, sendo necessário um estudo específico e profundo da área de filosofia para pleno entendimento. Assim, não se deseja aqui, de maneira alguma, simplificar pensamentos. A intenção desta pontuação é evidenciar que o filósofo, deveras respeitado, trata a morte como tema central em algumas de suas reflexões em relação ao ser, mostrando relação entre a vida e a morte.
18. Dia dos Mortos, em tradução livre.
19. Espécie de pão doce, que pode ser decorado ou não.
20. Informações de acordo com declarações do secretário de turismo da Cidade do México, Alejandro Rojas Díaz Durán feitas em 2010. Fonte: Secretaría de Turismo del Distrito Federal, Gobierno del Distrito Federal. La Ciudad de México ofrece un abanico infinito de atracciones para turistas durante la celebración de Día de Muertos. Boletín de Secretaría de Turismo de Ciudad de México, Ciudad de Mexico, 27 out. 2010. Disponível em: <<http://www.mexicocity.gob.mx/contenidos.php?cat=41400&sub=366>> Acesso em: 11 set. 2014.
21. Sacolas retornáveis. Podem ser confeccionadas em diversos materiais, como plástico, tecido, entre outros.
22. ROCHA, Marília; GOIS, Antonio; SOUTO, Luiza. Finados tem pula-pula e sorteio de panela. **Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. São Paulo, quarta-feira, 02 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/f0211201123.htm>> Visualizado em: 08.set.2014.
23. Colocada aqui no sentido que Queiroga (2012) denomina de “esfera pública geral”, sendo concernente a toda vida em público.

CAPÍTULO 2

A CONFORMAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O Crematório de São Paulo no contexto dos espaços cemiteriais paulistanos

A conformação do Crematório Municipal de São Paulo está inserida em um contexto de mudança das necrópoles paulistanas. Implantado em uma conjuntura de renovação dos cemitérios e inserção dos modelos jardins na cidade, seu espaço segue influência deste tipo cemiterial. Os fins da década de 1960 inauguraram em São Paulo (e pode-se dizer no país) um período em que tanto empreendimentos da municipalidade como particulares estariam em um movimento de negação das tradicionais e monumentais necrópoles oitocentistas, rumando para espaços cemiteriais livres de evidências funéreas, buscando se assemelhar a grandes parques urbanos arborizados. Este é um ideário que se difunde por todo o país mantendo-se até nos dias atuais, já que a maior parte dos cemitérios implantados no Brasil seguem hoje tal modelo.

A instalação do crematório também foi chave para introdução da prática da cremação nos meios urbanos brasileiros, já que foi o primeiro estabelecimento do tipo no país, mantendo-se como único por aproximadamente 20 anos. A partir da década de 2000, no entanto, o método começou a ganhar lugar nas escolhas dos brasileiros e mais da metade dos estados do país agora já possuem crematório. Um fato interessante é que vários não se apresentam de forma independente, mas sim, conjugados a cemitérios-jardim. Outro aspecto é que poucos são o que se instalaram próximos a cemitérios tradicionais como o São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

Assim, este capítulo procura abordar pontos fundamentais para o entendimento da área de estudo. Discutindo, deste modo, o advento dos cemitérios jardins, traçando um panorama da cremação no país para por fim caracterizá-lo de forma mais aprofundada, considerando os ideais levados em conta na sua concepção.

Chama-se a atenção para o fato de que, apesar de serem apresentadas neste capítulo predominantemente necrópoles de caráter oitocentista e de tipo jardim, existem diversas outras formas como os espaços cemiteriais contemporâneos se apresentam. No Brasil, por exemplo, observa-se a presença de cemitérios do tipo vertical, onde são construídas gavetas para as urnas funerárias e os cemitérios tomam a forma de edifícios. Deste, o maior representante é o Memorial Necrópole Ecumênica, na cidade de Santos, SP.

Ademais, existem ainda diversas experimentações de projetos que fogem a estes modelos em diversas partes do mundo, de forma que não se encaixariam em nenhum tipo pré-estabelecido. Contudo, o presente trabalho estará se atentando para as configurações encontradas na cidade de São Paulo, onde se insere o estudo de caso central - o Crematório Municipal de São Paulo.

2.1. DE MONUMENTO À PARQUE AJARDINADO: O INÍCIO DOS CEMITÉRIOS-JARDIM EM SÃO PAULO

Edgar Morin (1976 p. 13), afirma que somente a espécie humana é capaz de reconhecer sua própria finitude e acreditar na sobrevivência dos mortos ou seu renascimento. Assim, seria a única para qual a “morte está presente durante a vida” (p. 13), possuindo ritos e crenças em relação à morte e aos mortos, onde expressariam e exorcizariam um trauma provocado pelo aniquilamento. Segundo o autor, os ritos fúnebres caracterizariam uma certa passagem do estado de “natureza” para o estado de “homem”. Assim, a preocupação com os mortos, seria algo além dos instintos, mostrando um início de pensamento humano, característica que já é vista nos estudos do homem de Neanderthal.

Afirma também que as diversas combinações de crenças e ideologias de morte surgem a partir de duas temáticas primitivas: o duplo e a morte-renascimento. Onde se pode entender que o duplo seria como um alter-ego do vivo, sua duplicação, sobrevivência por meio de espectro, fantasma, espírito; e a morte-renascimento se relacionaria à transmigração, renascimento após a morte.

Diante desta visão, pode-se dizer que a morte-renascimento é a que perpassa todo o ideário cristão, estando presente nos seus diversos ritos, e até mesmo em seu próprio Deus, o messias, Jesus Cristo, que se sacrifica e ressuscita posteriormente. Religião baseada na ideia de salvação, no apelo à imortalidade individual e horror à morte, o cristianismo, segundo Morin, será determinado “unicamente *pela morte*. Cristo irradia em torno da morte, só existe para e pela morte, traz consigo a morte e vive da morte” (MORIN, 1976, p.194, grifo do autor).

E é este cristianismo, de viés católico, herança de uma colonização portuguesa, que balizará por muito tempo os costumes funerários nos meios urbanos brasileiros. A Igreja Católica era ainda a instituição que controlava a destinação dos corpos, já que a mesma tinha seus poderes imbricados com o do Estado, representando a religião oficial até 1890. Assim, à maneira do que ocorria nos países cristãos católicos europeus desde a Idade Média, os primeiros cemitérios urbanos surgem juntamente com as igrejas, partilhando seus arredores e até mesmo seus edifícios, com covas predominantemente coletivas.

Segundo Ariès (1977), na língua medieval francesa a palavra “igreja” não fazia referência apenas ao edifício, mas a todo o seu entorno e, de acordo com diversos estudiosos, as palavras latinas *coemeterium* e *atrium* possuíam um paralelismo na indicação de local de inumação dos mortos.

Contudo é a palavra *coemeterium* - derivada do grego *koimêtêrion*, “lugar de dormir”, que vem de *koiman*, “dormir” (URBAIN, 1978) - que irá originar “cemitério”, com origens de utilização pelos cristãos como local onde se dorme em aguardo à ressurreição (LIGOU, 1975).

A situação de igreja como local dos mortos permanece por centenas de anos até a chegada do século XVIII, onde com o despontamento da reforma e medicina urbana, os mortos passam a ser afastados dos vivos e são criados os primeiros cemitérios laicos¹, separados das igrejas e distanciados dos centros urbanos, com localizações em regiões altas de forma que o vento que por lá passasse não soprasse na cidade. Estas necrópoles, cujo movimento no Brasil irá ganhar força no século XIX², irão originar os cemitérios monumentais, com construções tumulares vultosas e ornamentadas, que seriam uma oportunidade da burguesia

afirmar e perpetuar o seu poder³. Isto tudo se inclui em um contexto romântico, em que a morte é vista com dramaticidade exacerbada, inaugurando o culto aos túmulos, onde a visitação aos mesmos era frequente, sendo praticamente uma obrigação (MOTTA, 2009). A organização espacial destes locais ainda evidenciava uma diferenciação de poder, sendo que aos mais humildes eram destinadas as regiões menos prestigiosas, com permissões de construção mais simples, tudo devidamente definido pelos regulamentos cemiteriais (CYMBALISTA, 2002 p.79).

Quanto à tradição católica, ela ainda se mantém nestes primeiros cemitérios laicos brasileiros. Assim, apesar de laicos, são espaços que de maneira alguma são secularizados, o que pode ser reforçado pelo fato do catolicismo ainda ser religião dominante e oficial do Estado na época. Faz-se uso de diversas representações cristãs como anjos e santos, além de muitos túmulos acabarem sendo construídos na forma de réplicas reduzidas de capelas. Encontram-se traços destas tradições representativas até hoje. Dificilmente, por exemplo, há uma necrópole municipal que não possua um cruzeiro: elemento tradicional dos cemitérios brasileiros, é lá o ponto onde se acendem velas às almas para, segundo as crenças populares, iluminar seus caminhos (ARAÚJO, 2009). Contudo, não são vistas representações puras de um catolicismo europeu, mas sim de um catolicismo “à brasileira”, permeado de outras influências como as africanas, com suas próprias variações.

Figuras 17 e 18. Cemitério da Consolação, primeiro cemitério laico de São Paulo. Nota-se diversas referências ao contexto cristão. À esquerda, túmulo-capela, réplica de igreja gótica. Fotos: Autora, 2013.

Este modo de configuração cemiterial, irá permanecer nos meios urbanos brasileiros, sendo utilizada até a contemporaneidade. No entanto, sua força diminui com o passar do tempo, começando a predominar outras formas de lidar com os espaços cemiteriais. A sociedade também já não é mais a mesma, pois progressivamente vê-se diminuir as visitas aos túmulos, o que se encaixa na lógica progressiva ocidental de tabu com os espaços de morte nas cidades contemporâneas.

No Brasil, nota-se nas últimas décadas um movimento em direção aos cemitérios parque/jardim⁴, sendo que a maior parte das novas necrópoles implantadas se apresentam desta forma⁵, principalmente as de cunho privado. Isto é visto com mais veemência ainda na cidade de São Paulo, onde das 41 necrópoles existentes – 22 públicas e 19 particulares –, pelo menos 45% seguem os ideais deste tipo de cemitério (ver figura na página seguinte). Mais recentes ainda e em franco crescimento, são os crematórios, que no país, em sua grande maioria, apresentam-se ligados aos cemitérios parque, tornando-se uma espécie de opção a mais dentro destes espaços.

LEGENDA

- CEMITÉRIOS MUNICIPAIS
- CEMITÉRIOS PARTICULARES
- CREMATÓRIO (MUNICIPAL)

1. Cemitério de Colônia	22. Cemitério São Pedro
2. Cemitério Parelheiros	23. Cemitério Vila formosa I
3. Cemitério Parque Girassóis	24. Cemitério Vila formosa II
4. Cemitério Parque Cerejeiras	25. Cemitério Quarta Parada (Brás)
5. Cemitério São Luiz	26. Cemitério Penha
6. Cemitério Campo grande	27. Cemitério Itaquera
7. Cemitério de Congonhas	28. Cemitério do Carmo
8. Cemitério Santo Amaro	29. Cemitério Lageado
9. Cemitério Parque Morumbi	30. Cemitério da Saudade
10. Cemitério da Paz	31. Cemitério da Lapa
11. Cemitério Parque Gethsêmani	32. Cemitério Freguesia do Ó
12. Cemitério Israelita Butantã	33. Cemitério Santana
13. Cemitério São Paulo	34. Cemitério Vila Nova Cachoeirinha
14. Cemitério do Redentor	35. Cemitério Tremembé
15. Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo (Araçá)	36. Cemitério Parque dos Pinheiros
16. Cemitério Araçá	37. Cemitério Horto Florestal
17. Cemitério Consolação	38. Cemitério Cantareira
18. Cemitério Cemitério dos Protestantes	39. Cemitério Parque Jaraguá
19. Cemitério Ordem terceira do Carmo	40. Cemitério Gethsêmani Anhanguera
20. Cemitério Vila Mariana	41. Cemitério Dom Bosco
21. Cemitério Israelita Vila Mariana	c. Crematório Dr. Jayme Augusto Lopes (Vila Alpina)

Modelo relativamente recente no Brasil, o cemitério parque se define por uma configuração na qual os túmulos se localizam em gramados extensos, sem construções acima do nível do solo, identificados por lápides padronizadas. Suas origens, pode-se dizer, está nos *lawn cemetery* britânicos e estadunidenses que se caracterizavam pelo predomínio de campos relvados com túmulos demarcados por placas funerárias (ARIÈS, 1981b p.580).

Nos EUA, este tipo de cemitério é uma espécie de etapa posterior ao *rural cemetery*, cujo surgimento data do século XIX, em um contexto da saída dos cemitérios dos meios urbanos para os rurais de acordo com os novos paradigmas de saúde pública, e também da lógica da valorização de terras urbanas devido ao fato de ser um período de crescimento das cidades americanas (SCHUYLER, 1986). Os projetos dos *rural cemetery* se encontram dentro da tradição estadunidense do *landscape*, que se constitui no país ainda no século XVIII, em grande parte fruto da cultura americana mesclada com o romantismo inglês (DAL CO, 1975), onde se acreditava que cenários naturais provocariam impactos positivos na mente das pessoas. Pelos jardins sinuosos eram construídos os túmulos, que se configuravam como pequenos monumentos, quando pertenciam a personagens ilustres. Também se intencionava uma função didática nestes espaços, onde cenário e monumentos instruíam em moralidade e inspirariam momentos de reflexão em relação à morte (SCHUYLER, 1986).

Estes locais se tornaram pontos de visitação da população urbana, sendo áreas de recreação e descanso. Alguns chegavam a receber até 100.000 visitantes ao ano e houve casos de casas construídas nas redondezas de cemitérios rurais no intuito dos proprietários usufruírem das vistas dos prados e lagos dos mesmos⁶.

Figura 19 (página ao lado).
Cemitérios e crematório da cidade de São Paulo. Desenho: Autora, 2015.

O sucesso de tais espaços ajudou a reforçar um reconhecimento do público da relevância dos parques naturalísticos como parte de uma nova paisagem urbana que se formaria nos Estados Unidos e, pode-se dizer que, por suas funções, estes espaços precederam os primeiros parques estadunidenses (SCHUYLER, 1986).

O cemitério de Mount Auburn, em Cambridge, Massachusetts, região metropolitana de Boston, é considerado o primeiro cemitério desta tradição. Datado de 1831, foi construído devido ao empenho e ideais de Jacob Bigelow, médico e botânico estadunidense. Na medicina, este personagem, em consonância com os estudos de sua época, tinha atenção pelo campo da saúde pública, principalmente em relação à transmissão de doenças, publicando diversos artigos neste tema. Assim, com o projeto de Mount Auburn, ele intentava unir suas duas grandes áreas de interesse, de forma a ser um cemitério que garantisse a saúde pública bem como ser também um jardim botânico experimental.

O projeto teve apoio da Sociedade Horticultural de Massachussets⁷, que intencionava um propósito didático com os jardins, de forma a aumentar o gosto do público pelo ramo da horticultura (SCHUYLER, 1986). Seu projeto mesclou influências do também oitocentista cemitério parisiense Père-Lachaise⁸ com elementos do jardim inglês, sendo implantado em um terreno conhecido por ser um cenário romântico e belo.

Figura 20 (página ao lado). Gravuras e Plano do Cemitério de Mount Auburn (Cambridge, Massachussets), de 1831, por Alexander Wadsworth.. Fonte: Norman B. Leventhal Center at the Boston Public Library. Disponível em: <<http://maps.bpl.org/id/12923>> Acesso em: 5 ago. 1024.

Este cemitério se encontra aberto até os dias de hoje, sendo que o meio urbano também já se aproximou de sua circunvizinhança. Ainda se configura como uma reserva de biodiversidade importante no meio em que se encontra, tanto que a arquiteta paisagista Anne Spirn (1995), na época de seus estudos sobre Boston por volta da década de 1980, afirmou que este local abrigava um significativo reduto de espécies silvestres variadas no meio urbano. Hoje, alguns espaços dos seus jardins são até mesmo alugados para cerimônias como casamentos.

O sucesso de Mount Auburn, à época de sua inauguração no século XIX, o fez configurar-se como um modelo a ser seguido por todos os Estados Unidos. Alguns exemplos relevantes são o cemitério de Laurel Hill de 1836, na Filadélfia, Pensilvânia, que contou com um concurso para seu projeto e também se instalou em uma localização já famosa por suas belezas naturais; e o cemitério de Green-Wood de 1838, na região do Brooklyn em Nova York, tido como possuidor de uma vista mais espetacular que de Mount Auburn e possuindo uma escala também maior. Este último também se diferenciou por inovar administrativamente em relação à Auburn e Laurel Hill, pois vendeu largas parcelas de suas terras para igrejas e irmandades para que estas pudessem enterrar seus fiéis de forma próxima.

Figura 21. Imagem de litografia de vista geral do cemitério de Laurel Hill (Filadélfia). Autoria de Edward J. Pinkerton, 1844. Fonte: Word Digital Library (Library of Congress - UNESCO). Disponível em: <<http://www.wdl.org/en/item/9301/>> Acesso em: 5 ago. 2014.

Figura 22. Vista olho de pássaro do Cemitério de Green-Wood (Brooklyn, Nova York), por David B. Douglas, 1839. Litografia por John Bachman, 1852. Fonte: Museum of the City of New York. Disponível em: < <http://www.mcny.org/content/beautiful-way-go> > Acesso em: 5 ago. 2014.

No Brasil, os primeiros cemitérios jardim não tiveram toda esta efervescência de intenção de visitação e vida pública como ocorreu nos *rural cemeteries* estadunidenses. Seus projetos se encontram como sendo um contraponto aos cemitérios de tradição oitocentista, com túmulos elaborados e ornamentados.

É difícil ainda traçar um início da tradição deste modelo no país, sendo que o “Cemitério da Paz” na cidade de São Paulo, aberto em 1965, se declara como o primeiro do tipo. Sobre este empreendimento, é relevante ainda observar

que possui cunho particular, pertencente a uma associação protestante.

Sublinha-se que os cemitérios protestantes se caracterizam por serem menos ostensivos que os católicos, muito por conta da não utilização de imagens. Frisa-se que esta é uma religião muito difundida nos EUA e Inglaterra, berços das tradições dos cemitérios rurais e dos *lawn cemeteries*. Assim, a decisão pela abertura do “Cemitério da Paz” pode talvez refletir o desejo de um grupo por uma forma de expressão cemiterial condizente com os ideais culturais de países de onde provêm sua tradição religiosa.

Destaca-se, contudo, que antes da abertura desta necrópole, já é encontrado indicativo deste tipo cemiterial — sem, no entanto, nomeá-lo como parque ou jardim — no memorial descritivo de Lucio Costa para o “Plano Piloto da Cidade de Brasília”, da década de 1960:

Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial, evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados; com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação. (ArPDF/ CODEPLAN/ DePHA, 1991 -item 18).

Entretanto, a princípio, esta recomendação projetual de configuração não foi seguida logo na abertura do primeiro cemitério brasiliense, que se deu em 1959, pelo motivo da morte de Bernardo Sayão, engenheiro que participou das obras da capital e que morrera em acidente durante a construção da estrada Belém-Brasília. Batizada com o nome de “Campo da Esperança”, esta necrópole, apesar de largamente arborizada, por longo tempo manteve a tradição da construção tumular. Juscelino Kubitschek, por exemplo, quando faleceu, em 1976, lá foi enterrado⁹ em um túmulo com projeto de Oscar Niemeyer, o qual, segundo

relatos históricos, foi construído com mármore que sobrara da construção da catedral metropolitana. Somente no início da década de 2000 que este cemitério passou por um processo de remodelação e, a partir de então, apresenta seus túmulos novos apenas de forma gramada, sem construção acima do solo.

Figura 23 e 24 (acima). Cemitério Campo da Esperança em Brasília. À esquerda, túmulos construídos acima do nível do solo, como se configurou inicialmente. À direita, parte nova após reforma nos anos 2000, seguindo modelo parque. Fotos: Anderson Medanha, 2013.

Independente do precursor desta nova organização cemiterial, é fato que a mesma acabou por se espalhar no cenário brasileiro. No entanto, seria incorreto afirmar que são predominantes em todas as partes do país, pois, em diversas regiões, ainda as necrópoles tradicionais de características oitocentista são mais utilizadas ou desejadas, e os túmulos elaborados ainda são almejados numa tentativa de demonstração de poder. No entanto, o que se pretende frisar aqui, é a tendência à escolha dos modelos jardim, principalmente em novos empreendimentos e regiões de caráter metropolitano como São Paulo.

A seguir, são apresentados quadros, onde são destacados os cemitérios presentes nesta cidade e de que tipo se caracterizam. Pode-se observar que as necrópoles novas, abertas principalmente após meados da década de 1960, são todas do tipo parque.

QUADRO 1. Cemitérios públicos na cidade de São Paulo

CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	ANO FUNDAÇÃO ¹⁰	TIPO ¹¹
Araçá	1887	tradicional
Campo grande	1953	tradicional
Consolação	1858	tradicional
Dom Bosco (Perus)	1971	parque
Freguesia do Ó	1901	tradicional
Itaquera (Vila Carmosina)	1929	tradicional, mas sofreu reforma e parte é parque
Lageado	1904	tradicional
Lapa	1918	tradicional
Parelheiros	1905	tradicional
Penha	1896	tradicional
Quarta Parada	1893	tradicional
Santana	1896	tradicional
Santo Amaro	1857	tradicional
São Luiz	1981	parque
São Paulo	1926	tradicional
São Pedro	1971	parque
Saudade	1960	tradicional
Tremembé	1933	tradicional
vila formosa I	1949	tradicional
Vila formosa II	1976	reforma para parque
Vila Mariana	1904	tradicional
Vila Nova Cachoeirinha	1968	parque

Fonte: Serviço Funerário do Município de São Paulo, 2011.

Fontes: Este quadro foi confeccionado a partir de diversas fontes reunidas, a saber:

-Para os cemitérios do Carmo, Horto Florestal, Redentor e Ordem Terceira do Carmo (Consolação): Plano Diretor de São Paulo, 2002.

-Para cemitério dos Protestantes: FIX, 2007.

-Para cemitério Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo (Araçá): CYMBALISTA, 2002.

-Para cemitério Parque dos Girassóis: Arquivo EVA (Estudo de Viabilidade Ambiental), disponível no site da Prefeitura Municipal de São Paulo.

-Para cemitério de Congonhas: Arquivo EIA-RIMA (Estudo de impacto ambiental - Relatório de impacto ambiental), disponível no site da Prefeitura Municipal de São Paulo.

-Os demais cemitérios, informações procedentes das próprias empresas, através de contatos via site ou telefone.

-Cemitério Parque Jaraguá não retornou contato.

QUADRO 2. Cemitérios Particulares na cidade de São Paulo

CEMITÉRIOS PARTICULARES	ANO INAUGURAÇÃO ¹²	TIPO ¹⁰
Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo (Araçá)	1899	tradicional
Ordem terceira do Carmo (Consolação)	1862	tradicional
Cemitério da Paz	1965	parque
Cemitério de Colônia	1829/2000	tradicional
Cemitério de Congonhas	1972	parque
Cemitério Parque Morumby	1968	parque
Cemitério do Redentor	1924	tradicional
Cemitério dos Protestantes (Consolação)	1856/primeiro enterro 1862	tradicional
Gethsêmani	1971	parque
Israelita Butantã	1954	tradicional
Israelita Vila Mariana	1921/1923 primeiro enterro	tradicional
Cantareira	1985 / 1990 primeiro enterro	parque
Parque Cerejeiras	1993	parque
Parque Girassóis	1985	parque
Parque dos Pinheiros	1998	parque
Parque Gethsêmani Anhanguera	1997	parque
Parque Jaraguá	s/ informações	parque
Horto Florestal	1977	parque
Cemitério do Carmo	1983	parque

Sobre São Paulo e sua relação com tais cemitérios há ainda um fato significativo a ser pontuado. Em 1966, o próprio poder público constituiu um grupo de trabalho para estudar os problemas das necrópoles da cidade, cujo resultado foi um relatório que recomendou, entre outras diretrizes, que os próximos cemitérios construídos pelo município seguissem o modelo jardim. De acordo com publicação do Serviço Funerário Municipal no ano de 1977, o plano da instituição na época era gramar a maior quantia possível das necrópoles municipais, com o objetivo de torná-las o mais próximo dos cemitérios-jardins. Serviço que, contudo, não objetivava descaracterizar cemitérios tradicionais existentes, mas sim fazer esta intervenção nos mais recentes que ainda possuíam áreas extensas a serem gramadas.

O objetivo desta operação seria tornar tais necrópoles “mais verdes, e portanto, mais agradáveis e humanas”, se enquadrando em uma ideia de retirar seu aspecto lúgubre, “marcado pela maneira tradicional de se ver a morte e muito bem identificado através dos mausoléus exageradamente suntuosos que caracterizavam os cemitérios até meados deste século”(SFMSP, 1977 p.39). Ainda dentro deste ideário, entre 1975 e 1976, foram plantadas aproximadamente 35.000 árvores nos cemitérios paulistanos.

O primeiro cemitério-jardim público paulistano foi o de Vila Nova Cachoeirinha. Um ano antes de sua inauguração, o jornal Folha de São Paulo publicou sobre seu projeto:

O cemitério de Vila Nova Cachoeirinha terá um parque público para recreação ativa e contemplativa, com 100 mil metros quadrados; um moderno centro educacional, que ministrará instrução tradicional e atividade esportiva para os alunos, e uma escola vocacional, com 900.000m². (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967 p.5)

Além disto, ainda era prevista a instalação de um forno crematório¹³, que seria o primeiro do país. Para a época este programa proposto era incomum — e pode-se arriscar dizer que mesmo para os dias atuais —, pois até então os cemitérios se apresentavam predominantemente com túmulos monumentais e com edifícios ligados somente a questões relativas a este serviço. Entretanto, tal projeto não acabou sendo implantado desta forma, instalando-se apenas as funções cemiteriais.

Segundo Ivone Macedo Arantes, autora do projeto desta necrópole — além das de Dom Bosco (1971) e Vila Formosa II (1976), também estabelecidos neste contexto —, os cemitérios-jardins “deveriam ser locais de lazer, sem nenhum aspecto que lembrasse um cemitério no conceito tradicional” (FOLHA DE S. PAULO, 1974). Contudo, tanto nestas como em outras necrópoles do mesmo período, como o São Luiz (1981) e São Pedro¹⁴ (1971), o padrão “jardim” é seguido somente no sentido de não haver predominância de construções de jazigos acima do nível do solo. Todos são de caráter popular e não se nota um projeto paisagístico consistente na sua implantação. Em alguns casos as manutenções são precárias e os espaços gramados dos túmulos acabam por se constituir áreas sem manutenção ou então chãos de terra batida¹⁵.

Voltando à discussão da configuração dos cemitérios jardim, pode-se arriscar ainda fazer uma relação de sua disseminação e aceitação com as formas de enfrentamento da morte do século XX, pois, ao consolidar um espaço da morte com uma configuração que pouco remeta a ela, com jardins com referências funerárias amenizadas, este espaço combinaria também com as atitudes comedidas perante a morte.

Segundo Amir Abdala (2002 p.95), este tipo cemiterial pode oferecer uma situação que “não compõe um texto em que a morte possa ser lida”, pois quanto menos “se revela como cemitério, com mais presteza cumpre sua função”. No entanto, o pesquisador também aponta que é possível que haja em tal espaço uma apropriação de outro tipo pelas pessoas, que não seja a de negação da morte, de forma que o visual natural propicie um diálogo dentro da ideia de local de descanso e repouso dos mortos.

Esta é uma perspectiva adotada pela pesquisadora Maria Elizia Borges (1991 p.142) que afirma que cemitérios-jardim poderiam ser representativos de uma “espécie de paraíso terrestre reencontrado” em meio às cidades.

Assim, observa-se que é possível enxergar esta relação com outros olhos, num sentido de que um espaço ajardinado remeta ao imaginário do Éden, do Paraíso, de local de descanso final justo para o morto. Este espaço então, visto como possibilidade não de negação, mas de diálogo com esta, revelaria um tipo de paisagem que já estaria no imaginário social.

2.2. A MORTE E O JARDIM

A relação de espaços mortuários com os jardins não é nova. Encontra-se no imaginário popular, e remete aos mitos. Mito, aqui, tratado numa acepção colocada por Eliade (1963), onde se refere a uma história “exemplar, sagrada e significativa” (ELIADE, 1963 p.9).

Michael Laurie (1983), afirma ainda que a maioria dos credos religiosos descrevem o “início dos tempos ou o término da vida em jardins ou paraísos”

(p. 29). A própria definição da palavra *garden* remete ao mito do Éden, paraíso cristão. Sua etimologia remonta de dois vocábulos hebraicos: *gan*, que significa proteger ou defender, o que sugere a presença de algum tipo de cercamento; e *oden* ou *eden*, que quer dizer prazer ou deleite. (LAURIE, 1983).

E a origem da palavra “paraíso” também está imbricada com os jardins: origina-se do antigo persa, em que *pairidaēza*, cujo significado é “recinto”, indicava os jardins murados e parques de caça. Foi ainda retomada posteriormente pelo gregos que denominavam *paradeisos* os parques reais que haviam conhecido na época persa. Na transcrição das Escrituras Sagradas do hebraico para o grego, no século III, os tradutores optaram pela utilização de *paradeisos* como tradução do termo *gan eden*. (PANZINI, 2013)

Contudo, a presença de vegetação junto aos mortos nem sempre se ligou a caracteres míticos. Na implantação das primeiras organizações cemiteriais urbanas dos séculos XVIII/XIX, a presença arbórea se ligou primordialmente à ideia de salubridade, entre as tantas outras recomendações para estes novos espaços citadinos. No Brasil, o fim do século XIX e início do século XX era um período em que a arborização de avenidas e praças era considerada uma condição de higiene para o ambiente urbano (GUARALDO, 1995 p.61), e os cemitérios, pela sua condição de necessidade de salubridade, também se encaixavam neste contexto.

Ainda em 1918, em São Paulo, as necrópoles passaram a ser atribuição da Administração dos Jardins. Nesta época, a cidade sofria da epidemia de gripe espanhola e recebeu obras de ampliação e melhoramentos nos seus espaços cemiteriais (GUARALDO, 2002). Washington Luís, então prefeito, classifica

estes como “parte dos reservatórios de ar da cidade”, de modo que as reformas teriam assim levado muito em consideração a vegetação e a sua organização, transformando-os em espaços agradáveis, chegando a ser considerados como “parques de utilidade”. (GUARALDO, 2002, p.53). Assim observa-se que já nos primeiros cemitérios da cidade como os cemitérios da Consolação e do Araçá, há uma vegetação expressiva em meio à organização tumular.

Figura 25. Cemitério da Consolação em 1890.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Uma grande referência em organização e arborização cemiterial é o Père-Lachaise, em Paris, França. Construído no início dos anos 1800, no contexto da saída dos cemitérios ligados a igrejas nos centros urbanos, teve o projeto concebido pelo arquiteto francês Alexandre-Théodore Brongniart. Apresentava traçado romântico e era largamente arborizado, sendo que seu plano serviu de modelo para diversos outros cemitérios pelo mundo, como o já citado Mount Auburn, de Boston. Inicialmente, possuía o nome de cimetière de l'Este¹⁶, devido à sua localização nos arredores de Paris, passando a ter sua nomenclatura atual em homenagem ao Jesuíta Père François de la Chaise, que vivia em uma capela anteriormente existente no local em que foi construído.

Ao longo de sua história sofreu reformas e, desde 1887, abriga também um crematório e columbário¹⁷. Em uma área próxima a um de seus muros, foi criada, na década de 1970, uma faixa gramada denominada “jardim de lembrança”¹⁸, de forma a ser uma opção para as pessoas espargirem as cinzas de seus entes cremados e também para ser local de memoriais de grupos de pessoas que tiveram mortes cujos corpos muitas vezes não são encontrados, como acidentes aéreos. Quanto à sua capacidade, existem atualmente mais de 300 mil pessoas enterradas além das que se encontram em forma de cinzas nos columbários. Se constitui como uma das necrópoles mais visitadas do mundo, sendo um ponto de visitação turística da cidade, principalmente por lá se encontram túmulos de personalidades famosas como Jim Morrison, Oscar Wilde, La Fontaine, Molière, entre outros.

Figura 26. Plano inicial do cemitério de Père-Lachaise (cemitério de l'Est), em 1828, concebido por Alexandre-Théodore Brongniart. Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans, GE D-14531. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>> Acesso em: 1 dez. 2014.

Figura 27. Plano do Cemitério do Père-Lachaise em Paris, de 1875. Nota-se que foi expandido a partir do plano inicial, mas mantendo em sua grande parte o ideal de traçado Romântico que havia inicialmente. Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans, GE D-14111. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>> Acesso em: 1 dez. 2014.

Figura 28. Plano atual do Cemitério do Père-Lachaise. Fonte: Mairie de Paris, 2012.

Figuras 29 e 30. Vista de duas ruas do Cemitério de Père-Lachaise nos dias atuais. Nota-se intensa arborização. Foto: Autora, 2014.

Figuras 31 e 32 (abaixo). Cemitério Ohlsdorf (Friedhof Ohlsdorf), em Hamburgo, Alemanha. Fundado em 1877, com projeto de túmulos em meio a jardins. Possui ainda um segundo projeto para sua expansão após a I Guerra Mundial. Abriga diversos lagos e espelhos d'água, sendo que possui diversas áreas de memoriais especiais relativos às I e II Guerras. Ainda ativo, atualmente tem área de 4 milhões m² segundo a própria instituição. Fotos: Helga Schoolmann, 2013 (esquerda) Disponível em: <<http://goo.gl/K3ycDe>> Acesso em: fev. 2015. ; MisPahn, 2008 (direita). Disponível em: <<http://goo.gl/3GYLy2>> Acesso em: fev. 2015.

Ainda na cidade de Paris, de uma maneira geral, a vegetação cemiterial é expressiva, sendo que hoje os cemitérios contêm cerca de 20% do total das árvores existentes na cidade — não contabilizando aqui os bosques — o que torna a arborização destes locais relevantes. Além disto, as necrópoles parisienses são tratadas como pontos de apoio para a biodiversidade urbana, abrigando além de vegetação, espécies da fauna (APUR, 2011).

A Europa, de uma maneira geral, possui uma série de organizações cemiteriais nas quais a vegetação é estruturante dos espaços, como os já citados *Lawn Cemetery* dos britânicos¹⁹; os *Parkfriedhof*²⁰ e os *Waldfriedhof*²¹ alemães, cujo exemplo mais emblemático deste último foi construído fora da Alemanha, em Estocolmo, Suécia: o cemitério de Skogskyrkogården, datado de 1916, patrimônio mundial pela Unesco desde 1994 (PACHECO, 2012).

Sublinha-se ainda que em alguns países orientais encontra-se uma cultura de relação estreita com os elementos naturais. Na China, por exemplo, segundo Augustin Berque (2009), o pensamento da natureza nunca se descolou de seu fundamento religioso, o que faz com que tenha o que ele chama de um “pensamento paisageiro”²², expresso principalmente na figura do *fengshui*. Este último se constitui basicamente em um conjunto de regras que regem a organização do habitat dos mortos e dos vivos, fundamentado na ideia de um sopro vital - o *qi*- que percorre não só os seres animados, mas toda a Terra. Assim, vê-se existir uma profunda relação entre a natureza e a organização do espaço cemiterial, onde o elemento vegetal é parte integrante. Contudo, por este ser um universo amplo, que foge do recorte e domínio desta pesquisa, não será discutido neste trabalho.

Figuras 33 e 34. Cemitério Skogskyrkogården em Estocolmo, Suécia. Datado de 1916, é considerado patrimônio mundial pela Unesco desde 1994. Fotos: Peter Guthrie, 2008; Emilio Quintana 2008 (respectivamente). Disponível em: <<https://www.flickr.com/>> Acesso em: fev. 2015.

Figuras 35 e 36. Cemitério Okunoin, em Monte Koya, Wakayama, sul de Osaka, Japão. Antigo cemitério budista onde os túmulos são erigidos em meio à vegetação e elementos naturais, de forma integrada. Foto: Rogério Pellegrinelli, 2013.

Quanto à questão relativa à escolha pelo uso de determinados elementos vegetais, pode-se dizer que certas espécies possuem significados ligados ao fúnebre. As coníferas, por exemplo, pelo fato de se manterem sempre verdes, são muitas vezes utilizadas nos espaços cemiteriais. Destas, se destacam popularmente os ciprestes: gregos e romanos utilizavam seus ramos nas piras funerárias, além de haver evidências de sua utilização por povos como assírios, caldeus e chineses como árvore mortuária (PACHECO, 2012 p.60). Seu uso no caráter fúnebre pode ainda se verificar pela nomenclatura científica de um de seus tipos, originário da China: *Cupressus funebris* que, no Brasil, tem o nome popular de cipreste-fúnebre ou cipreste-chorão. A forma pendente dos ramos deste vegetal ainda faz com que seja associado a uma expressão de choro e pesar.

Outra espécie popularmente conhecida por este aspecto dos ramos, sendo também de origem chinesa, é a *Salix babilonica*, conhecida pelo nome de chorão ou salgueiro-chorão, a qual é largamente vista em cemitérios.

Independente da espécie, pode-se dizer ainda que a árvore remete

a uma organização mitológica do sagrado²³. Segundo Eliade (1992), para diversas culturas ela expressa simbolicamente o Cosmos, “a Vida, a juventude, a imortalidade, a sapiência” (ELIADE, 1992 p.124).

2.3. CREMAÇÃO NO OCIDENTE: O REVIVAL DE UM ANTIGO COSTUME

Como já explicitado, a forma mais comum de disposição dos corpos na cultura europeia ocidental cristã, de maneira geral, é a inumação para a decomposição natural do cadáver. Seja em mortalhas ou em urnas funerárias, a tradição é que os corpos sejam enterrados, tanto diretamente no solo ou em jazigos construídos. Todavia, a cremação hoje é uma prática que tem tido uma procura crescente.

Longe de ser um método novo, era largamente praticada na Antiguidade grega, onde se acreditava que o fogo separava a alma (pura) do corpo (impuro) e a libertava para ascender aos paraísos. Seu uso é ainda tradicional em costumes orientais. Nas escrituras hindus, por exemplo, principalmente nas *Upanishads*²⁴, há a descrição de que a queima do corpo seria uma forma de purificação da alma para seu renascimento (PHROTERO, 2001).

Nos costumes ocidentais europeus, entretanto, esta prática permanece por muito tempo incomum e banida, principalmente devido aos cristãos. Isto, por diversas motivações, dentre as quais pode-se destacar: vontade de diferenciação em relação aos costumes pagãos, manutenção de tradição dos judeus de rejeição da queima dos corpos e crença da indissolução da alma e corpo.

Diferente dos gregos, que consideravam o corpo uma prisão e tinham

o fogo como uma forma de libertação para a alma, os cristãos celebravam — e pode-se dizer que ainda hoje celebram — o corpo como templo do Espírito Santo Sagrado. Daí uma rejeição a intervenções após a morte, como a cremação.

Assim posto, pode-se dizer que a escolha pela inumação perpassou não só interesses metafísicos como também sociológicos (PHROTERO, 2001) e a queima dos corpos no meio ocidental-cristão foi por muito tempo tida como algo anômalo. Carlos Magno, por exemplo, em 789 d.C. criminalizou a cremação no ocidente cristão, sendo ela por muito tempo permitida apenas como solução para os mortos em guerras. Durante a Idade Média, era ainda utilizada como punição a hereges. Posteriormente, em alguns casos, também foi tomada como forma de lidar com alto volume de cadáveres devido à epidemias, como a Peste Negra na Europa, no século XVII (DAVIES, 2005).

Os primeiros retornos de discussão no ocidente sobre a utilização do método de cremação como um costume fúnebre possível foi somente em 1658 com a publicação do livro *Hydriotaphia*, do médico sir Thomas Browne. Nesta obra, o autor se propõe a refletir sobre a natureza da morte e rituais fúnebres, inspirado pela descoberta de algumas urnas funerárias que ele julgava ser da época do império romano²⁵. Assim, no decorrer da obra, é discutido o lugar da cremação entre diversas culturas do mundo que a utilizavam como maneira de lidar com seus mortos. O título, é uma palavra latina originada da junção de dois termos em grego: *hydrio* (do grego *hydria*, jarro de água ou urna cinerária) e *taphia* (do grego *taphē*, local de enterro)²⁶.

No entanto, as discussões acerca desta forma de lidar com os mortos e ponderações sobre possibilidades e mecanismos desta prática ganham força

posteriormente, no século XIX, onde se destacam dois eventos na Europa: uma apresentação de protótipo de forno crematório pelo italiano Lodovico Brunetti na Exposição Universal de Viena em 1873, e a publicação do artigo “Cremação: o tratamento do corpo depois da morte”²⁷ do inglês Sir Henry Thompsons, em 1874.

Apesar de ser difícil destacar um ponto de inflexão preciso para o início da cremação no ocidente moderno, Stephen Prothero(2001), coloca estes dois acontecimentos como chave para a ocorrência de um crescimento sobre o debate desta causa, e seu espalhamento “além do Atlântico”, chegando aos Estados Unidos. Para se ter uma ideia, em 1873 o jornal New York Times publicou apenas uma matéria falando sobre o tema, sendo que no outro ano, 1874, já publicou 17 artigos sobre o assunto.

É relevante destacar ainda que este debate se encaixa em um contexto de revolução industrial, desenvolvimento de engenharia e energia, sobremaneira secularizado e em contraposição ao ideário cristão. As Exposições Universais, como a de Viena, eram claras em intentar demonstrar a superioridade do trabalho industrial. É ainda um período onde a medicalização do corpo começa a ganhar força, sendo que este, que outrora era sacro e depositório da alma, agora começa a ser visto como detentor de miasmas pestilentos, agente de contaminação que deve ser medicalizado (PAGOTO, 2004 p. 100).

A decomposição, estagnação e odor fétido passam a ser entendidos como transmissores da própria morte e começa-se a considerar que os cemitérios, assim como as fossas das cidades, onde se estagnavam as matérias fecais, espalhavam “subitamente seu vapor infectado, perigoso em todos os tempos

e em todos os lugares”(VIGARELLO,1996 p. 162). É uma época em que os locais de “amontoamentos”, tanto dos vivos como dos mortos, começam a ser considerados ameaçadores: ruas com acúmulo de lixo e águas pútridas, hospitais, prisões, matadouros de animais, cemitérios. Estes espaços então começam a ser repensados e são propostos remodelamentos urbanos (VIGARELLO,1996). Isto vai se refletir no debate de médicos acerca das formas de lidar com os mortos, sendo a cremação aventada como uma possibilidade.

A cremação também foi utilizada como modo de enfrentamento da autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana em países onde esta instituição religiosa se ligava ao Estado. Na revolução Francesa, por exemplo, os revolucionários, num sentido de descristianizar os rituais funerários, a promoviam. Foi um costume também ligado à Maçonaria, onde esta ajuda a espalhar o costume cremacionista, tendo grande influência em países dominados pelo poder católico como França e Itália²⁸. Na Argentina, por exemplo, a primeira geração de cremacionistas, e muitos que os seguiam, eram maçons.

Em meio a esta conjuntura, em 1886, o Vaticano denuncia a queima dos corpos como anti-cristã, proibindo seus fiéis de se juntar a sociedades cremacionistas ou permitir que seus corpos sofressem este procedimento após a morte. Alguns críticos mais ferrenhos vinculavam ainda o movimento não somente a maçons e pagãos, mas diretamente à figura de Satanás. (PROTHERO, 2001 p.74)

A disseminação e debate acerca da cremação teve como um dos grandes elementos fortalecedores a criação de sociedades cremacionistas, onde os membros se reuniam para discussões, mobilizavam-se para sua divulgação e

financiavam experimentos. Dentre estas, uma das mais antigas e relevantes que se pode destacar é a Sociedade de Cremação da Inglaterra²⁹, criada em 1874. Formada por literatos, artistas e médicos, focava no investimento da difusão deste método e batalhava para que fosse instalado o primeiro forno crematório no país. Assim, são desenvolvidos artigos propagando seus benefícios e desenvolvidos estudos para dispositivos que realizassem tal processo. O discurso proferido se apoiava não só no avanço sanitário - como método de prevenção à propagação de doenças -, mas também em argumentos como redução de despesas com funerais, segurança contra vandalismo pela possibilidade de manutenção das cinzas em urnas, e até mesmo a utilização das cinzas como adubo.

Observa-se então que a intenção da cremação moderna colocada em questão era o tratamento dos corpos de maneira racionalizada, em locais fechados e controlados, com utilização de equipamentos fabricados para este fim. Desta forma, as pessoas seriam poupadas dos cheiros e demais emanções corpóreas liberadas neste processo, de forma que os gases e líquidos nocivos do cadáver seriam isolados e destruídos pelo fogo purificador da fornalha.

Pontua-se ainda que os equipamentos em projeto procuravam funcionar de maneira que o fogo não tocasse literalmente o corpo, pois a intenção seria a fornalha provocar um aquecimento a ponto de que o próprio calor consumisse a matéria, num processo de evaporação. Com o auxílio de uma máquina, o procedimento, além de limpo, seria bem mais rápido do que no caso do corpo ser incinerado literalmente por chamas ao ar livre, como as piras vistas até hoje em regiões do rio Ganges na Índia, por exemplo.

No tocante à prática da cremação na citada cultura indiana, destaca-

se ainda alguns aspectos diferenciadores em relação à concepção ocidental. Segundo Catroga (1986), a utilização da incineração de corpos em sociedades onde este costume é mantido a partir de antigas tradições, como Índia e Bali, esta possuiria uma função mítica. Isto porque ritualiza uma crença metafísica em que a mediação do fogo simboliza a “libertação da impureza corpórea”, sendo que “a dispersão das cinzas, geralmente no mar ou no seio de um rio sagrado”, gestualizaria o “regresso do espírito à unidade matricial do Ser”. (p. 225)

Figura 37. Piras de cremação às margens do rio Ganges na cidade de Varanasi, Índia. Diferente de como ocorre no Ocidente, nesta cultura, a prática crematória dos cadáveres é uma tradição antequíssima cercada de rituais e ligada a um caráter sagrado. Foto: Shreyans Bhansali, 2009.

Mantendo a visão no contexto asiático, pode-se citar ainda o Japão como um país altamente cremacionista³⁰. Apesar de não ser realizada da mesma maneira que no caso indiano, sendo os crematórios atuais equipados com fornos específicos, a influênciareligiosa ajudou a propagar a prática nos seus primórdios no país: segundo o pesquisador Andrew Bernstein (2000), além de fatores políticos-sociais, a cremação no Japão se apoia e ganha força com o budismo³¹.

Assim, vê-se que o ressurgimento da cremação no Ocidente, vêm de um ideário racional e higienista, e pouco se ligou a ritualizações religiosas. Fato este

que, como se viu, se difere de alguns países asiáticos.

A considerada primeira cremação moderna nos Estados Unidos, por exemplo, que ocorre em 1876, foi a do corpo de um médico, o Barão Joseph Henry Louis Charles De Palm, que quando estava doente, antes de morrer, pediu para ser cremado³². Os apoiadores desta causa, consideraram este evento ainda como a indicação do início de uma nova era no progresso científico e de um encaminhamento a uma simplicidade ritual. A cerimônia foi feita no crematório experimental do médico aposentado Francis Julius LeMoyne, que o construiu para uso próprio, sendo então De Palm o primeiro a ser cremado lá.

Este evento foi considerado por cristãos contrários ao movimento como uma “obra de Satã”. Contudo, nem todos os religiosos cristãos eram contrários a esta prática. Prothero (2001) explicita que houve discussões em fins do século XIX entre líderes desta corrente religiosa sobre a cremação: se seria ou não algo aceita por Deus e como se daria a ressurreição do corpo se o mesmo estivesse em forma de cinzas. Apesar da grande maioria ser contra o método, alguns, principalmente os com visão menos ortodoxa, se posicionaram a favor do movimento, tanto na Europa como no continente americano.

Figura 38 e 39. Ilustrações sobre o evento da cremação do Barão de Palm no jornal New York Daily Graphic, em 13 de dezembro de 1876. A imagem à esquerda indica o edifício onde ficava o forno crematório. À direita, o momento que o corpo do Barão foi inserido no equipamento. Devido seu caráter inédito, foi um acontecimento onde estiveram presentes diversos convidados da imprensa. Fonte: “The Baron’s Cremation”, New York Daily Graphic, December 13, 1876.

Fazendo um levantamento na Europa ocidental, Urbain (1978 p.444) observa que os países com índices mais baixos na escolha pela cremação possuem raízes católicas, como Itália, França, Portugal, o que poderia ser consequência da influência da Igreja Católica Apostólica Romana, que apenas permite a prática a seus fiéis em 1963 (PHROTERO, 2001 p. 165). Talvez esta possa ser uma explicação para a demora do aparecimento e aceitação de crematórios na América Latina como um todo também.

No continente latino-americano, os primeiros desdobramentos na área aparecem apenas na década de 1930³³, quando legislações relacionadas a este tema são traçadas (MATES, 2005). Isto, contudo, não faz com que sejam construídos crematórios imediatamente, levando-se alguns anos após as primeiras legislações para se estabelecerem instituições em certos países.

Em fins da década de 1980, Mates (2005) aponta que houve um salto na cremação latino-americana. O autor explicita que entre os anos de 1987 e 1994, a maior companhia de fornos crematórios estadunidense possuía por volta de 70 pedidos encomendados para países da América Latina. Isto, colocaria esta região como a de maior crescimento nas práticas de cremação na época, sendo que em 1994, a cada mês, pelo menos um crematório era instalado em algum país latino-americano. As motivações por trás deste aumento estariam na questão econômica. Segundo Mates(2005 p.295),

O que mudou foi que as autoridades tinham percebido a necessidade econômica de cremação e sua utilidade para lidar com o grande número de mortos ‘indigentes’. Além disso, muitos desses países tinham economias crescendo, e os empresários começaram a perceber as possibilidades com fins lucrativos em cremação.

Tradições e rituais enraizados por centenas de anos em uma cultura nem sempre mudam rapidamente. Assim, não é estranho que a cremação não tenha tido larga aceitação em um primeiro momento e que ela tenha ocorrido em diferentes níveis dependendo da cultura abordada. Isto, principalmente, devido ao seu viés anticlerical, já que em muitos países o cristianismo era dominante. No entanto, acabou agregando adeptos com o tempo e se espalhando pelo ocidente de uma maneira geral, sendo que hoje está entre o preferencial como destinação dos mortos em alguns locais como a Inglaterra, que tem um índice de 70%³⁴ de escolha.

Nos Estados Unidos, por exemplo, de acordo com a Associação de Cremação da América do Norte³⁵ o percentual pela escolha desta prática pela população saltou de 15% para 41% entre os anos de 1985 e 2011 (SACK, 2011). Já na França, o percentual atual³⁶ chega a 30% contra os menos de 1% na década de 1970³⁷.

Podem-se elencar diversos fatores para o crescimento desta prática no ocidente, sendo muitas vezes alvo de críticas de pesquisadores. Este aumento dentro da concepção ocidental pós-industrial, é exposto por alguns estudiosos da morte como sendo na verdade uma forma de liquidação rápida dos mortos e da memória em relação a estes.

Ariès (1977) descreve a utilização da cremação na contemporaneidade³⁸ como uma atitude intrinsecamente ligada ao tabu em relação à morte. A partir da análise de uma pesquisa realizada com enlutados na Inglaterra pelo sociólogo Geoffrey Gorer na década de 1960, este autor conclui que a escolha moderna ocidental europeia pela cremação se configurava como uma tentativa de fuga

do culto aos mortos. Isto porque Gorer mostrou em seu trabalho que, entre as pessoas observadas que optavam pela cremação de seus entes, mesmo quando havia a oportunidade de utilização de locais para disposição das cinzas e futuro retorno para memória, a maioria dispensava estas opções.

Ziegler (1977 p.141-42) aborda ainda outro aspecto, onde aponta que a sociedade mercantil, na ânsia de maximização da renda imobiliária, somado ao contexto de ocultação dos mortos, preferiria queimá-los como solução para ganhar espaço urbano, já que os enterros demandariam a ocupação de grandes extensões territoriais.

Outro autor que fez críticas à cremação é Urbain(1978) que coloca o método como um agente de desaparecimento literal e metafórico do morto, onde diz que com a incineração dos corpos

não se tem mais necessidade de discursos e símbolos por negar o cadáver e a corrupção [do corpo]: não existe mais cadáver, mais corrupção, mais morto! O fogo, esse **ultra-vivente** como diz Bachelard, permite produzir a uitra-morte. a morte da morte, uma segunda morte, a morte do morto. (URBAIN, 1978, p.445, grifo do autor, tradução nossa)

Todavia, em artigo posterior, dos anos 2000, publicado em uma enciclopédia sobre morte e crenças³⁹, o mesmo autor revisa esta afirmação, pois diz que a cremação não funcionaria somente dentro de uma lógica negativa de destruição dos restos mortais, mas poderia permitir a conservação dos traços do falecido e o trabalho da memória, embora pelo ângulo de um novo pacto de culto entre os vivos, os mortos e a sociedade, já que a forma de lidar com os mortos estaria em uma escala mais microssocial em relação a como ocorria no passado (BUSSIÈRES, 2007).

Outra afirmação relevante é da psicóloga Maria Helena Franco, coordenadora do Laboratório de Estudos sobre o Luto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Para ela, a escolha da cremação seria justamente uma forma de falar sobre a morte em tempos que a mesma é interdita. Ao refletir e escolher entre sepultamento e cremação, a pessoa e os familiares envolvidos estariam pensando na sua morte e a encarando (WESTIN, 2013).

Assim, observa-se que não há uma visão unilateral relativa ao tema e deve-se ter cuidado em transpor afirmações de estudiosos como verdades para a realidade contemporânea brasileira. Daí a importância da pesquisa em campo que, acredita-se, deve sempre alimentar a teoria e vice-versa. Assim, a partir desta visão, o presente trabalho procurará explorar nos próximos capítulos uma dialética com estas teorias supracitadas.

2.4. CREMAÇÃO NO BRASIL: UM QUADRO A SER DELINEADO

No Brasil, a cremação possui um quadro ainda a ser traçado. Independente da abordagem disciplinar, existem poucos trabalhos nacionais que discorrem sobre o tema. As informações são escassas, sendo que índices percentuais, como relativos à proporção da escolha por este método em relação à inumação no país ou mesmo estados, são inexistentes. É curioso ainda que algumas informações são encontradas em publicações internacionais, como o compêndio *Encyclopedia of Cremation* (DAVIES; MATES, 2005).

A queima dos corpos como prática funerária é um costume encontrado em diversos grupos indígenas brasileiros diferentes, sendo parte de rituais elaborados. Entre as formas utilizadas de procedimento existe uma ampla variação dependendo

do grupo a que pertencem: há, por exemplo, os que realizam a queima direta do cadáver, os que optam pelo enterramento do corpo com posterior constituição de fogueira sobre o mesmo, os que queimam o defunto após um período de exposição ao ar livre. Existem até grupos que se utilizam do método dependendo da idade do morto ou o tipo de morte que sofreu. Comumente, a incineração ainda não é o final do rito, havendo destinações posteriores para os ossos. Em relação às motivações desta prática, seu uso está muitas vezes ligado a uma lógica de preocupação com a alma do morto, onde o fogo é utilizado como elemento de purificação. Há casos ainda em que a intenção é utilizá-la como dispositivo para impossibilitar o retorno do falecido para perturbar o mundo dos vivos ou então há a preocupação de evitar que corpos sejam profanados por animais selvagens (MÜLLER, 2008 p. 131-32).

No meio urbano, contudo, a cremação foi uma prática adotada tardiamente, sendo datada da década de 1970. Pontua-se, todavia, que houve iniciativas anteriores, todas frustadas. Na época das reformas urbanas higienistas do século XIX, por exemplo, alguns médicos brasileiros, assim como os europeus, se debruçaram sobre a possibilidade da cremação, defendendo a visão de que tal procedimento seria uma solução higiênica de lidar com os corpos, de forma a eliminar a presença do cadáver e suas emanções pútridas. Em 1878 houve até mesmo proposta – que não teve prosseguimento – para a instalação de fornos crematórios no cemitério de São Francisco Xavier, na cidade do Rio de Janeiro (SCHWYZER, 2001 p.74).

Posteriormente em 1920, Manequinho Lopes, conhecido botânico, liderou um movimento para a instalação de forno de cremação na cidade de São Paulo. Há notícias ainda de que no final da década de 1930, a Cruz Vermelha

Brasileira teria tentado estabelecer um crematório no país, sem sucesso (DAVIES; MATES, 2005). Mais tarde, em 1950, Jânio Quadros, quando prefeito de São Paulo, chega a cogitar a compra de um forno para ser instalado no cemitério do Brás, enxergando nisto uma possível solução à falta de verbas para a aquisição de novos terrenos para cemitérios que seriam necessários futuramente devido ao crescimento populacional. Contudo, esta proposta gera repulsa em expressiva parte da população, cujo catolicismo predominante se opunha à queima dos corpos.

O primeiro crematório brasileiro acaba sendo então somente o Crematório Municipal de São Paulo, instalado em 1974. Este permanece durante cerca de 20 anos sendo o único do país. Inicialmente o processo não tinha aceitação popular significativa, sendo baixa a procura pelo serviço. Para se ter uma ideia, entre agosto – seu mês de inauguração – e dezembro de 1974 houve uma média de 14 corpos cremados por mês, sendo que o maquinário – dois fornos – possuía a capacidade para uma demanda de 3.000 cremações por mês.

Isto faz com que se questionem os motivos de sua instalação e o porque de uma capacidade tão alta para a iniciativa de uma nova prática a ser oferecida. Segundo o Serviço Funerário Municipal de São Paulo, ela se dá a partir do relatório gerado pelo grupo de trabalho contratado pela municipalidade em 1966 para estudar os problemas das necrópoles da cidade⁴⁰. Tal relatório teria colocado a construção de um crematório como uma opção moderna a ser seguida, a exemplo da Argentina que já possuía um. A municipalidade ainda coloca como um dos motivos para a implantação, “solicitações feitas por munícipes que, por motivos de tradição cultural, pretendiam ter seus corpos ou o de seus familiares cremados” (SFMS, 1977 p.32).

Já o documento da CPI Perus/Desaparecidos⁴¹, supõe ligação desta iniciativa com mecanismos empreendidos pela ditadura para destinação de corpos de executados pelo regime, enterrados como indigentes. O relatório desta CPI aponta que na planta do cemitério Dom Bosco, em 1969, já havia a indicação para instalação de um forno crematório e mostra também a existência de um processo do mesmo ano que consta a encomenda pela prefeitura de um forno à empresa inglesa Dowson & Mason (D & M) com previsão de instalação no cemitério de Vila Nova Cachoeirinha. Mas o que faz relacionar estas evidências à destinação de corpos pelo regime ditatorial é a existência no referido processo de uma carta enviada pela Dowson & Mason questionando o projeto de edifício elaborado pela prefeitura para instalação de seu equipamento. A empresa teria demonstrado estranheza com a organização espacial pretendida, fazendo então algumas observações, entre elas os trechos destacados a seguir:

Parece não haver o hall de cerimônias nesse projeto. E também muitas coisas que, francamente, não entendemos, mesmo considerando estarmos associados e trabalhando há quinze anos em projetos de crematórios em todo o mundo [...] Gostaríamos de saber qual o motivo de ter duas enormes portas vai e vem nas posições assinaladas A e B. Porque na maioria dos crematórios a sala propriamente dita, onde as cremações são realizadas é mantida algo discreta, mesmo que as pessoas e o público em geral peçam para serem conduzidos a tal sala. Seria muitíssimo desagradável que tais portas permanecessem abertas o dia todo e todo o dia a qualquer pessoa do público que por ali estivessem vagando. Alguém poderia presenciar cenas altamente emocionais que perturbariam os operadores. (Relatório CPI Perus/Desaparecidos, 1991 In: Instituto Macuco, 2012)

No entanto, estas motivações não podem ser confirmadas, sendo que a empreitada do crematório no Vila Nova Cachoeirinha teria sido abandonada. O Crematório Municipal seria construído futuramente em outro terreno, vizinho

ao cemitério São Pedro, em Vila Alpina, em uma época e contexto diferentes, onde outro projeto, totalmente distinto do primeiro apresentado é desenvolvido. Assim então é aberto o Crematório Municipal de São Paulo.

Mesmo com as hipóteses aventadas pela CPI Perus/Desaparecidos, não se pode eximir a contribuição e desejo do crematório em se configurar como uma espécie de modernização dos espaços cemiteriais na cidade de São Paulo. E, apesar da procura pela cremação por muito tempo se manter reticente, aos poucos foi se tornando maior. Assim, em 1995 é aberto o segundo crematório brasileiro na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, possui características diferentes do paulistano, pois foi instalado junto a um cemitério tradicional, o São Francisco Xavier. Ainda sua administração e construção ficou sob responsabilidade de uma instituição de cunho religioso, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que ganhou a concessão da municipalidade para este fim e já controlava a necrópole que o abriga.

Quanto a percentuais relativos ao crescimento da procura da cremação como passar dos anos, não existem publicações oficiais relativas ao país. Porém, sabe-se que, na cidade de São Paulo, por exemplo, o serviço cresceu aproximadamente 3.000% desde que foi iniciado, sendo que somente entre os anos de 2005 e 2011 deu um salto de aproximadamente 59%. Esta cidade possui até mesmo uma lei municipal que institui programa permanente de esclarecimentos e incentivos (lei nº 15.452/setembro de 2011), que consiste na produção de campanhas e distribuição de cartilhas explicativas. De acordo com o vereador autor do projeto de lei, a prática seria uma alternativa econômica aos túmulos, pois estes possuem manutenção dispendiosa e podem sofrer vandalismo⁴².

Gráfico1. Número estimado de cremações de corpos por ano no município de São Paulo (números do crematório Municipal “Dr. Jayme Augusto Lopes”). Fonte: Serviço Funerário do Município de São Paulo; WESTIN, 2008; WESTIN, 2013.

Tendo-se em vista que o crematório de São Paulo se estabelece antes de haver uma demanda da população que, na verdade, em sua maioria, estranhava e rejeitava este método, pode-se dizer que este empreendimento somente foi possível nesta época por ser um investimento público, já que empresas de capital privado se estabelecem predominantemente oferecendo produtos ou serviços de forma a terem um retorno lucrativo. Somente após uma razoável aceitação e aumento de procura que é implantado o crematório carioca, de caráter público mas de concessão particular, firmando um terreno para posteriores empreendimentos privados, agora com um horizonte mais definido de procura pelo serviço.

Através de informações da Associação Cemitérios e Crematórios do Brasil (ACEMBRA), Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP) e de algumas empresas do ramo funerário, reuniu-se o conjunto de crematórios existentes no país no ano de 2014 (ver quadro 3). Isto possibilita que seja observado como tem se dado o crescimento desta prática.

QUADRO 3. Crematórios em funcionamento no Brasil (ano referência: 2014)

ESTADO	NÚMERO DE CREMATÓRIOS	CIDADE
Bahia	1	Salvador
Ceará	2	Fortaleza
Espírito Santo	1	Vila Velha
Goiás	2	Valparaíso, Goiânia
Maranhão	1	São Luís
Minas Gerais	1	Contagem
Pará	2	Belém, Marituba
Paraíba	1	João Pessoa
Paraná	4	Campina Grande do Sul, Pinhais, Curitiba, Maringá
Pernambuco	2	Jaboatão dos Guararapes, Paulista
Rio de Janeiro	3	Niterói, Nova Friburgo, Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul	6	Caxias do Sul, Porto Alegre, São Leopoldo, Viamão, Novo Hamburgo, Santa Rosa
Rio Grande do Norte	1	Parnamirim
Santa Catarina	2	Balneário Camboriu, Blumenau
São Paulo	14	Bauru, Embu das Artes, Guarulhos, Itapeverica da Serra (2), Jaboticabal, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Araçatuba, Votuporanga, Jardinópolis

Fontes⁴³: Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP); Organização Terra Branca; Crematório Ecológico Metropolitano de Ribeirão Preto; Grupo Lalue.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, enquanto que em meados da década de 1990 havia apenas 2 crematórios, localizados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2008 já havia 23 espalhados pelo país (WESTIN, 2008). No ano

2014 eles já chegam a mais de 40, espalhados por diversas regiões (ver quadro 1). Ou seja, admitindo os dados do jornal como corretos, pode-se dizer então que entre 2008 e 2014, 6 anos, o número de estabelecimentos praticamente dobrou no país.

Somente no ano de 2013 inauguraram-se pelo menos 4 empreendimentos em diferentes cidades: Araçatuba(SP), Bauru(SP), Ribeirão Preto(SP) e Parnamirim (RN). A maioria destes, são de cunho particular.

Gráfico2. Número de crematórios no Brasil. Fonte⁴⁴: SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1977; WESTIN, 2008; Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP); Organização Terra Branca; Crematório Ecológico Metropolitano de Ribeirão Preto; Grupo Lalue.

Atualmente existem também espaços cemiteriais ligados à cremação que não possuem equipamentos para cremar, mas apenas lugares com finalidade específica de acolher as cinzas como, por exemplo, o Centro Ecumênico Vale dos Templos, em Itapecerica da Serra, na região metropolitana da cidade de São Paulo. Este possui viés ligado à cultura japonesa, em que a cremação se constitui como uma prática usual onde existem rituais específicos em relação à forma de tratamento com as cinzas. Foi construído de modo a ser uma réplica do Templo Zen-Budista *Kinkaku-ji* - na tradução, Templo Dourado - que fica em Kyoto, no

Japão. A organização paisagística dos jardins do entorno também ensejam esta réplica. Neste caso, o edifício tem a função de templo ecumênico e cinerário, ou seja, possui local com nichos especialmente destinados à disposição de urnas cinerárias⁴⁵.

O mais comum, entretanto, é encontrar situações espaciais mistas, com locais que comportam a opção enterro/entumulação e cremação. Os exemplos mais frequentes são fornos crematórios junto a cemitérios parque, dentro da ideia de simplicidade de representações funerárias. Todavia, existem espaços inteiramente dedicados à cremação como o Crematório Municipal de São Paulo.

Primeiramente, os fornos crematórios eram todos importados, o tornava um fator encarecedor a instalação destes empreendimentos. Hoje, contudo, há empresas nacionais que os produzem, demonstrando uma demanda existente e fomentando o investimento de empresas particulares neste setor além de uma possibilidade de diminuição no custo do serviço, incrementando ainda mais a procura.

Um fator que pode ser levado em consideração na escolha por esta prática é a versatilidade dos restos mortais na forma de cinzas⁴⁶. Estas, podem ter as mais variadas destinações de acordo com o gosto dos entes queridos, trazendo maior liberdade na personalização de rituais fúnebres em comparação à inumação/entumulação. Entre as destinações mais populares estão: o espargimento em diferentes lugares pelos quais o falecido possuía afeição, como mares, rios, jardins; e o abrigo em urnas, cuja disposição pode se dar nos edifícios próprios, túmulos, ou até mesmo a residência dos familiares⁴⁷.

Entretanto, apesar de possuir maior aceitação que em seu início e haver

uma crescente procura pelo método, a cremação e a implantação de seus espaços ainda sofrem controvérsias, existindo falta de informação. Na cidade de Içara-SC, por exemplo, a obra iniciada de um crematório causou polêmica entre a população, e no ano de 2013 um vereador encaminhou requerimento solicitando reunião com o prefeito no intuito de que o empreendimento fosse transferido para outro local. Em reportagem à imprensa da região, ele afirmou que a área onde o crematório será instalado “é uma área com bastantes lanchonetes e os proprietários temem que haja algum tipo de mau cheiro, ou que traga uma queda para o comércio”⁴⁸.

2.5. O CREMATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

2.5.1. A inserção na metrópole Paulistana

Posto este breve panorama inicial, direciona-se o foco ao Crematório Municipal paulistano, local eleito para o recorte de estudo da presente dissertação.

Destaca-se que, apesar de possuir 41 cemitérios (ver fig. 19 e quadros 1 e 2), perfazendo uma área de aproximadamente 5,01 km², a cidade de São Paulo possui apenas um crematório, Municipal. Pontua-se, contudo, que se o olhar for ampliado para a região metropolitana de São Paulo⁴⁹, encontrar-se-a outros crematórios⁵⁰, todos, entretanto, de caráter particular e atrelados a cemitérios parque.⁵¹

Como já explicitado, a criação do Crematório Municipal de São Paulo ocorre após relatório⁵² redigido por grupo de trabalho constituído pela municipalidade para estudar os problemas das necrópoles paulistanas. Datado de

1966, este documento sugere a construção de um local para cremação na cidade, cuja iniciativa seria considerada “moderna” e eficaz para uma possível falta de espaços tumulares.

Seu funcionamento se inicia em agosto de 1974, sendo as primeiras legislações de década anterior onde, por meio do Decreto Lei nº7.017 de 1967⁵³, autorizou-se a prática da cremação no município paulistano. Passou a ter a nomenclatura “Dr. Jayme Augusto Lopes” na década de 1980, em homenagem a este personagem, que foi diretor administrativo do Serviço Funerário do município na época de inauguração da instituição.

Quanto à localização, situa-se na zona leste da cidade de São Paulo, subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba, distrito de Vila Prudente, Jardim Avelino. Não se encontrou documentos que justifiquem o porquê da motivação da escolha deste local em especial para o crematório, entretanto, de acordo com a arquiteta Ivone Arantes foi escolhido por ser um terreno da municipalidade com características necessárias às implicações técnicas para a construção do Crematório, que deveria possuir espaços livres amplos devido a presença das chaminés dos fornos a serem instalados. Seu terreno fazia parte de uma extensa gleba por muitos anos ociosa, mas que aos poucos foi ocupada por equipamentos públicos. Atualmente sua vizinhança imediata é composta pelo Cemitério São Pedro, Parque Ecológico “Profa. Lydia Natalizia Diogo”, heliponto⁵⁴, Senai, Centro Esportivo Educacional Arthur Friedenreich e Hospital Estadual Henrique Altimeyer.

Figura 40. Mapa de São Paulo (com divisões distritais). Em destaque, distrito de Vila Prudente como localização do crematório. Desenho: Aline S. Santos (2013), sobre base em AutoCAD do GEGRAN.

Apesar da localização no Jardim Avelino, erroneamente é adotada a denominação “Vila Alpina” para o crematório e cemitério, sendo popularmente conhecidos respectivamente por Crematório de Vila Alpina e Cemitério de Vila Alpina. Esta confusão causa desconforto para antigos moradores do bairro, como esclareceu Renato Chiantelli, coordenador do desenvolvimento institucional da ONG Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente.

Figura 41. Trecho do mapa de uso e ocupação do solo da Subprefeitura de Vila Prudente. Atentar-se às denominações das regiões de Jardim Avelino e de Vila Alpina. Como o mapa é datado de 2004, ainda não estava indicado o Parque Ecológico “Profa. Lydia Natalízia Diogo”. Assim, sua localização foi acrescida para melhor entendimento (ver “LEGENDA - Informações atualizadas”). Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - PMSP, 2004; intervenções da autora.

Por sua localização topográfica essa área era conhecida até a década de 1950 como “morrão”, e suas glebas se prestavam tradicionalmente a atividades de lazer da população. Segundo Newton Zadra (2010), memorialista da Vila Prudente,

(...) havia somente campos de futebol, capoeiras, pasto e uma olaria, onde a massadeira era ainda tocada por mulas. Era um lugar ideal para se empinar pipas, caçar passarinhos e, durante as festas juninas, para moleques e marmanjos soltarem e apanharem balão. Nas margens dos riachos que o cercavam, tributários do córrego da Mooca, caçava-se rãs, pescava-se traíras e lambaris. (ZADRA, 2010 p. 150)

Figura 42 e 43 (acima). Lazer em vila Alpina. Jovens passeando pela região do “morrão” (direita) e campinho de futebol na região (esquerda). Fotos: Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, 1962 e 1964 (respectivamente).

Figura 44 (direita). Comemorações do 7 de setembro em 1968 próximo à região do córrego (hoje Av. Prof. Ignácio de Anhaia Mello), ao fundo, população na região do morrão durante os festejos. Foto: Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, 1968.

Deve-se frisar que vila Prudente se desenvolveu no processo de industrialização e imigração de São Paulo. Começou a se formar efetivamente em outubro de 1890 com a venda de gleba, antes de uso predominantemente rural, para os irmãos Bernardino, Panfílio e Emídio Falchi e o financista Seraphim Corso, que possuíam a intenção inicial de construção de uma fábrica de chocolate e confeitos, moradia para trabalhadores e loteamento pra vendas.

Posteriormente, construíram também uma olaria - para principalmente fornecer materiais às construções residenciais - que futuramente seria a Cerâmica Vila Prudente. Estes empreendimentos mais a fábrica de chapéus (Manufatura de Chapéus Ítalo-Brasileira Oriente) instalada em 1907 e a de papel e papelão (Companhia Industrial de Papel e Papelão) em 1923, foram os que primeiramente alavancaram a formação do bairro, atraindo principalmente trabalhadores, em que predominavam imigrantes italianos vindos de regiões de Ipiranga, Mooca e Brás. A partir da década de 1930, a região também recebeu descendentes imigrantes do leste europeu.

As terras que constituíram o “morrão” faziam parte do sítio Juca Padre, pertencente a Gustavo Avelino Correa de Amador da Cunha, a sul do rio Moóca, cujo percurso corresponde à atual Av. Prof. Luiz Ignácio Anhaia Mello. Desta gleba, uma área de 519.600m² foi desapropriada pela municipalidade pelo Decreto nº 6308, de 7 de dezembro de 1965, com o objetivo da instalação do cemitério de Vila Prudente (atual cemitério São Pedro). O restante do terreno seria loteado em 1968 pelo filho de Gustavo Avelino, dando origem ao Jardim Avelino.

Figura 46. Mapa da cidade de São Paulo, 1913. Ampliação no bairro de Vila Prudente com destaque em área que seria futuramente considerada por “morro”. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Indicações e ampliação da autora.

Figura 47. Mapa de desenvolvimento urbano do município de São Paulo até 1940. Na ampliação, bairro de Vila Prudente. Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de expansão da área urbanizada da região metropolitana de São Paulo, 2002/2003. Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

No entanto, o cemitério público que seria futuramente construído - o São Pedro - ocupou do total desapropriado apenas 311.282m², sendo no restante da área construídos: o Centro Esportivo, em 1969; SENAI - sob uma parceria com a prefeitura - em 1969; Hospital, em 2001⁵⁵; Crematório, em 1975; e Parque, em 2005 (ZADRA, 2010).

Atualmente é uma região que se encontra em franca valorização imobiliária, por conta da estação Vila Prudente do metrô, inaugurada em 2010, que é razoavelmente próxima - fica por volta de 1,5 km - e do trecho do futuro monotrilho Linha 15-Prata, já em obras, que passará pela Avenida prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e cuja primeira estação — Oratório — já se encontra em funcionamento parcial.

Figura 48. Crematório e região atual.
Fonte: Google Earth Pro, 2014 (foto aérea); desenho e informações da autora.

2.5.2. Vizinhança imediata: o cemitério e o parque

Apesar do cemitério São Pedro ter sido o primeiro equipamento a ser aventado na área do “morrão”, este foi aberto apenas em 1971, ou seja, posteriormente ao SENAI e Centro Esportivo (ambos de 1969). Sua área corresponde a 219.780m², sendo predominantemente ajardinado. Possui jazigos que podem ser comprados, onde os proprietários têm a opção de erigir construções tumulares - com certa padronização a ser seguida - e também área de cova rasa, oferecidos pela municipalidade, onde os corpos são enterrados diretamente no solo e exumados após 3 anos, com os restos mortais sendo destinados a ossário coletivo ou particular, caso a família tenha interesse em alugar um lóculo. Os

Figura 49 (acima). Vista aérea com indicações das proximidades do Crematório. Foto: Prefeitura Municipal de São Paulo, s/d. Indicações da autora.

túmulos temporários têm por padronização a presença de pequena estrutura de concreto para velário. Os entes dos enterrados fazem a identificação, na maioria dos casos, com placas encomendadas aos funcionários da própria necrópole ou então com elementos de decoração jardinística.

Figura 50(esquerda). Dia de Finados em 1975, mostrando que a necrópole possuía visitação intensa da população. Foto: Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, 1962.

Figura 51(direita). Dia de Finados em 1977, mostrando pessoas dando manutenção aos túmulos de entes queridos. Foto: Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, 1965.

Figura 52(esquerda). Cemitério São Pedro, área de túmulos diretamente no solo. Foto: Autora, 2012.

Figura 53(direita). Cemitério São Pedro, área de jazigos. Foto: Autora, 2011.

A necrópole ainda possui dois locais de destaque, que recebem visitação popular: o túmulo das 13 almas, local de peregrinação popular para pedidos de milagres e o mausoléu do Expedicionário, onde estão sepultados 54 “pracinhas” da Força Expedicionária Brasileira, mortos na II Guerra Mundial. Dos dois, o túmulo das “13 almas” é o com visitação mais frequente, sendo segunda-feira o dia mais procurado, por ser popularmente conhecido como o “dia das almas”.

Figuras 54 e 55. Túmulo das 13 almas no cemitério São Pedro, São Paulo-SP. Local onde foram enterradas 13 vítimas do incêndio do edifício Joelma em 1974 na cidade de São Paulo. Estas, ao tentarem fugir do fogo pelo elevador, não conseguiram escapar e morreram carbonizadas. Devido ao estado em que os corpos foram encontrados, não foi possível fazer suas identificações, sendo então enterrados lado a lado. Segundo a crença popular, lhe são atribuídos milagres. Ao ter suas graças recebidas, os devotos trazem placas ou faixas de agradecimento ao local. As pessoas em visita aos túmulos geralmente os regam e deixam copos d’água sobre cada um, no intuito de amenizar a aflição das almas que estariam sofrendo com o incêndio. Hoje o local destes túmulos é cercado e ao seu lado foi construído um velário e uma capela, onde as pessoas fazem preces e levam fotos, recados, entre outros objetos pedindo ou agradecendo bênçãos. A Capela foi idealizada por Newton Zadra, morador do bairro e liderança expressiva, sendo executada com recursos de um empresário, também morador do bairro, em 1993. Foto: Autora, 2011

A região lindeira ao cemitério continuaria sendo utilizada para lazer. Antes da construção do crematório, o terreno ainda era utilizado para a prática de brincadeiras, como empinar pipas. Assim, apesar do Centro Esportivo próximo, a população sentia falta de uma área de parque para atividades de lazer.

Com a vinda do crematório, a área deste foi cercada, mas boa parte se mantinha ociosa, e se constituía como área de atalho da população para a passagem entre ruas. Isto fez com que, na década de 1990, se aventasse que parte do terreno fosse destinada a outro fim: um Fórum. Esta ideia, entretanto, toma outros rumos quando o presidente da ONG Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, Newton Zadra, decide que a região precisaria de um parque. Segundo o mesmo, isso se deu quando viu uma reportagem que mostrava a carência de áreas de verdes por habitante do bairro. Assim, ele apresenta ideia a lideranças locais, que apoiam o projeto. Nas palavras de Zadra (2010):

Fiz um esboço do que poderia ser o parque e o submeti à apreciação de alguns líderes locais, que imediatamente se engajaram no projeto. Destaco entre estes João Prando, diretor do Cemitério São Pedro, Izaura Viscardi, que na ocasião era diretora do crematório. Osvaldo Santana, presidente da Sociedade Amigos de //Ha Alpina, Benedito Lucente (Tubinha), Augusto Korps e Gilberto Mojaes Oliani, entusiasta administrador regional de Vila Prudente, peça fundamental na campanha que iria se iniciar. (ZADRA, 2010)

Após esforços e apoio dos personagens supracitados, o parque foi criado pela Lei nº12.139, de 5 de julho de 1996. Contudo, a movimentação para o desenvolvimento de um projeto pelo Departamento de Áreas Verdes ocorre somente em 2003, o que se liga ao fato do secretário do Verde e Meio Ambiente à época ser Adriano Diogo, antigo morador do bairro e entusiasta do projeto. O parque então recebe, sob o Decreto nº45.655 de 27 de dezembro de 2004,

a denominação de Lydia Natalízio Diogo, em homenagem à mãe de Adriago Diogo, que foi educadora na região, sendo inaugurado no ano de 2005, no dia 27 de dezembro.

Figura 56. Foto da área onde hoje se encontra o Parque Profa. Lydia Natalízio Diogo, na época ainda pertencente ao crematório. Foto: Renato Chiantelli, 2003.

Independente da motivação inicial, a construção do parque foi bem recebida pelos moradores do bairro. Segundo Rosely Marchetti Honório (2010), historiadora e ex-administradora do Parque, o local somente recebeu um administrador nomeado pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) em 2007. Até esta data a administração era realizada por representantes da comunidade, instituições, movimentos e entidades locais, que eram eleitos para um Conselho Gestor. Os moradores colaboravam com a arrecadação de verbas e contribuições voluntárias para que fossem feitos serviços de manutenção

e vigilância. Assim, quando aconteceu a chegada do administrador nomeado pelo poder público, houve certo atrito com o Conselho Gestor existente, pois já existia uma autonomia da comunidade exercida na gestão do local (HONÓRIO, 2010).

Hoje, nota-se que seus espaços são utilizados com frequência e se constituiu como local relevante de lazer para a região, com uma área de aproximadamente⁵⁶ 60.000m². Contudo, seu regulamento rígido de uso e policiamento no local, faz com que algumas atividades não possam ser exercidas. Um exemplo é o ato de empinar pipas que, como foi relatado anteriormente, é antigo na região. Por ser proibida no parque, é uma prática que passou a ser exercida na área do crematório, como será detalhado no próximo capítulo.

Figuras 57 e 58. Parque Ecológico de Vila Prudente: movimentação em fim de semana. Fotos: Autora, 2015.

Segundo a ONG Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, a falta de equipamentos culturais na região ainda fez com que, recentemente, se pensasse em um polo cultural na região. Assim, houve mobilização desta organização para ser encaminhado pedido à Secretaria de Cultura para a criação do

Figura 59 (esquerda). Antigo muro entre a área do Parque e do campo e edifício utilizado pelos escoteiros. Hoje, este muro não existe mais e as áreas estão conectadas ao Parque. Foto: Autora, 2013.

Figura 60(esquerda). Área pretendida para o Polo Cultural. Em primeiro plano, edificação utilizada como sede de grupo escoteiro. Ao fundo, campo de futebol. Foto: Autora, 2015.

Polo Cultural de Vila Prudente, onde foi escolhido parte de terreno pertencente ao parque para implantação. Assim, já foi desenvolvido projeto por Edif (Departamento de Edificações da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras) junto à Secretaria Municipal de Cultura. Segundo a ONG, é um projeto que foi abraçado pela população, já tendo sido apresentado na forma de pranchas no Parque Ecológico. Contudo, há controvérsias entre as lideranças locais, pois apesar do terreno pertencer ao parque, é utilizado para atividades aos fins de semana pelo grupo escoteiro Corrente e também como estacionamento pelos usuários dos CDC (Campos do Clube da Comunidade) Parque Ecológico. O CDC, apesar de oficialmente pertencer ao parque, possui gestão independente, servindo até mesmo para aluguel de escolinhas privadas de futebol.

No ano de 2014, entretanto, começou-se um debate relativo a ainda outra intervenção no parque: a construção de uma base da Guarda Civil Metropolitana (GCM) dentro de seu terreno, que ocuparia uma área de 1.000m². A obra não foi confirmada, mas está em discussão entre a Secretaria de Segurança e Secretaria do Verde do Município. Seria uma ideia resultante de um ofício encaminhado pelo Conselho Comunitário de Segurança (Conseg), pertencente a uma região vizinha, à Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Neste documento, usuários do parque pediram melhorias na segurança no espaço. Contudo, a ideia de ocupar tamanha área gera conflitos e, segundo consulta realizada por periódico do bairro⁵⁷, participantes do Conselho Gestor e antigos frequentadores do parque seriam contra a ideia.

Figura 61. Localização da área prevista para implantação do Polo cultural de Vila Prudente. Desenho da autora, sobre material fornecido pelo DEPAVE (Departamento de parques e áreas verdes do Município de São Paulo).

Figura 62. Implantação do Projeto do Polo Cultural de Vila Prudente. O partido do projeto seria integrar o edifício ao parque ecológico existente. Fonte: Edif e Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Parque e crematório parecem não ter problemas em ser vizinhos. Entre os espaços a delimitação se constitui por uma mureta de bloco de concreto de aproximadamente 1m, com gradil complementando uma altura de 2m. É curioso que em certo ponto desta divisa entre crematório e parque há um portão para pedestres mantido trancado com a seguinte inscrição: “Acesso fechado por ordem do crematório”. A pista de cooper por exemplo passa ao lado do gradil e é possível ver os jardins do crematório e vice-versa. Segundo um dos funcionários da jardinagem do parque, “dá certo mal-estar ficar sozinho próximo ao gradil do crematório”, mas afirmou não sentir medo. No entanto, contou que os seguranças do período noturno relatam ouvir barulhos como gritos vindos do jardim e que quando vão conferir com a lanterna, não vêem nada, dando a entender que talvez o local seja “assombrado” à noite.

Figura 63 (esquerda). Pista de caminhada no Parque lindeira ao muro de divisa com o Crematório (à esquerda). Foto: Autora, 2015.

Figura 64(direita). Delimitação entre parque e crematório, mostrando acesso por portão, hoje mantido fechado, com placa de indicação de fechamento por ordem do crematório. Vista de dentro do Parque em direção ao Crematório. Foto: Autora, 2013.

2.5.3. O projeto do crematório

O projeto do Crematório como um todo ficou sob responsabilidade Departamento de Cemitérios da Prefeitura de São Paulo⁵⁸, sendo de autoria da arquiteta Ivone Macedo Arantes, funcionária da instituição na época. Posteriormente tal Departamento foi englobado pelo Serviço Funerário Municipal.

Sua área inicial era de quase 150.000m², sendo que hoje ocupa aproximadamente 49.850,00 m². Isto se deve ao fato de parte da área ajardinada ter sido destinada ao parque ecológico vizinho, como explicado anteriormente.

Em relação à gestão do espaço, apesar de se situar vizinho ao cemitério São Pedro, funciona de forma independente a ele. A área dos mesmos ainda é separada por gradil com apenas 2 acessos para circulação de funcionários, já que alguns possuem atividades comuns nos dois locais, por serem empregados pelo Serviço Funerário Municipal. Parte da cerca se encontra danificada, o que, no entanto, é um acontecimento relativo à manutenção do local e não a uma integração espacial.

Figura 65 (esquerda). Acesso entre Crematório e Cemitério. Vista a partir do Crematório, em direção ao Cemitério. Foto: Autora, 2013.

Figura 66(direita). Segmento danificado do alambrado de limite deixando o acesso aberto entre os espaços do Cemitério e Crematório. Ao fundo, Cemitério. Foto: Autora, 2013.

Quanto à organização espacial do Crematório, é composta basicamente por uma extensa área ajardinada, edifício de serviços e estacionamento.

LEGENDA

- árvores
- acesso ao crematório (entrada e saída)
- acesso ao edifício (visitantes)

Figura 67 . Plano geral do Crematório Municipal “Dr. Jayme Augusto Lopes” e vizinhos. Desenho: Autora sobre material fornecido pelo DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes do Município de São Paulo)

Os espaços livres: desejo de um parque em meio à “metrópole furiosa”

Grande parte do crematório constitui-se por áreas ajardinadas. Segundo a autora do projeto, o objetivo seria constituir um grande jardim onde cinzas poderiam ser esparzidas, mas sem elementos que fizessem referência à lembrança específica de algum falecido. Segundo Arantes (2014), as próprias exigências técnicas para a construção do Crematório exigiam a constituição de espaços livres no entorno do edifício, devido ao raio de abrangência das emissões das chaminés dos fornos crematórios.

Ainda de acordo com a arquiteta, sua ideia era que se constituísse uma paisagem com muitas árvores, onde as pessoas pudessem passear livremente em um ambiente que não remetesse o culto aos mortos, mas sim a um espaço de lazer (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974).

Atenta-se para o fato que este jardim foi totalmente construído, não sendo composto de vegetação pertencente anteriormente ao local. Naquele território do “morrão” o terreno era descampado e sem nenhuma arborização. Assim, houve um extenso trabalho de plantio de espécies arbóreas, sendo que hoje já se encontram consolidadas.

De acordo com Arantes (2014), a intenção era desenvolver um paisagismo à moda de parque, com platôs de forma circular no terreno, que servissem de lazer e descanso para as pessoas que visitassem o local. Entretanto, a arquiteta cita que não pôde desenvolver este projeto, pois assim que se deram o início das obras do edifício, em 1971, ela foi levada à prisão pela ditadura militar, tendo que abandonar o acompanhamento do projeto. Desta maneira o plantio não possui

um projeto consistente, não se sabendo a quem se deve a escolha das espécies primeiramente empregadas no local.

Figura 68(acima à esquerda). Crematório em construção, 1974, ano de sua inauguração. Nota-se o terreno descampado. À esquerda se encontra o edifício e à direita, o estacionamento. Foto: Antonio Danilevic, 1974. Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente.

Figura 69 (acima à esquerda). Crematório em 1980, com o gramado já constituído e plantio de mudas arbóreas. Foto: 1980. Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente.

Figura 70(abaixo). Crematório nos dias atuais, com vegetação já conformada. Vista de área de “bosque” lindeira ao edifício. Foto: Autora, 2015.

Pode-se ainda dividir os espaços livres em três grandes áreas: a área dos jardins próximos ao edifício, onde há uma concentração arbórea maior (“bosque”), o estacionamento e um gramado onde as árvores são mais esparsas.

Figura 71 . Plano geral do Crematório Municipal “Dr. Jayme Augusto Lopes”, com indicações de áreas e vistas das fotos. Desenho: Autora sobre material fornecido pelo DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes do Município de São Paulo). Fotos: Autora, 2015.

Destes, o estacionamento e arruamento para circulação de veículos tornam-se divisores espaciais, sendo que o canteiro central das vagas de automóveis são arborizadas, formando uma espécie de “cortina” separando os jardins.

Esta organização acaba por orientar os usos dos espaços. Os mais próximos ao edifício se caracterizam mais para os usos fúnebres e vê-se que são os locais ajardinados favoritos para o esparzimento de cinzas funerárias.

Já o gramado, pelo distanciamento, acaba proporcionando um espaço que convida a atividades que não remetem à morte, sendo utilizado para atividades de lazer, que serão discutidas no próximo Capítulo do presente trabalho.

Um edifício moderno para um projeto moderno de morte

O único edifício existente no crematório municipal foi também concebido por Ivone Arantes. Constitui-se em um volume único, cuja disposição horizontal em concreto aparente e continuidade do espaço remetem a uma orientação projetual modernista, de possível influência da Escola Brutalista⁵⁹ Paulista.

Figura 72. Edifício do crematório, no mês anterior ao de inauguração, 1974. Foto: Antonio Danilevic, 1974. Acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente.

Para uma breve caracterização, pode-se dizer que esta escola, inserida dentro da arquitetura moderna brasileira, possui como figura central João Vilanova Artigas, sendo comumente distinguida pelo brutalismo, com larga utilização do concreto armado aparente, e intenções ético-sociais incorporadas ao projeto. Também é reconhecida como possuidora de um viés formalista e pela busca de uma essência de ênfase construtiva e estrutural (ZEIN, 2002)⁶⁰.

Ruth Verde Zein, é uma autora que faz um esforço no sentido de sistematizar resumidamente algumas características construtivas de tal escola, a saber:

procura de horizontalidade; jogos de níveis quase sempre reunidos num bloco único, destacado do chão; tratamento cuidadoso de estrutura de concreto armado aparente; elementos de circulação têm função destacada: se internos, definem zoneamento e usos, se externos, sua presença plástica é marcante. A tecnologia empregada é a do concreto armado ou protendido, fundido in loco, utilizando lajes nervuradas, pórticos, pilares com desenho diferenciado, sempre com vãos livres e balanços amplos, sheds, grandes empenas de concreto usadas como quebra-sol ou plano de reflexão de luz, jogos de iluminação zenital/lateral, volumes anexos com estrutura independente. Nos memoriais os autores mostram-se preocupados com a flexibilidade de uso dos espaços e possível renovação na sua destinação; segundo eles, isso comparece no projeto através da modulação, previsão de amplos espaços cobertos, concentração de funções de serviço. Sua relação com o entorno é claramente de contraste visual, apesar de se proporem integrados com o sítio, pela facilidade de acessos. (ZEIN, 2002. p.22)⁶¹

O caráter formalista, com uma arquitetura pretendida “modelo” é outro aspecto que perpassa este tipo de arquitetura, não sem gerar contradições e conseqüentemente críticas. De acordo com Zein (2002),

[p]ara ser exemplar, essa arquitetura necessita-se inserida num

contexto coerente a si própria (daí a preferência pelo ‘terreno ideal’ e o ‘cliente ideal’, aqueles que não colocam empecilhos de nenhuma ordem, principalmente econômica). Sua utopia é normalizadora, quer estabelecer novas regras para a sociedade, para dentro destas poder encontrar seu lugar preciso. (ZEIN, 2002. p.23)

Obviamente não se está aqui elencando estas características e críticas como únicas ou definidoras deste tipo de arquitetura. Entende-se a complexidade de definições e chaves de análise interpretativas de obras, sendo aqui estes pontos citados com a intenção somente de contextualização. Assim, apenas se aventam estas influências, tanto pela inserção da obra do crematório na cidade, como por sua época de concepção. Arantes (2004) pontua que quando desenvolveu o projeto, em 1971, era ainda recém formada, estando a arquitetura moderna brasileira em efervescência. É interessante ainda notar que, na mesma década, a instituição Senai, vizinha ao crematório, inaugurava um prédio de autoria do arquiteto Vilanova Artigas, no ano de 1970.

Sobre as referências empregadas para o desenvolvimento projetual específico de um crematório, a arquiteta revela que os materiais eram escassos à época. Assim, o Departamento de Cemitérios solicitou a diversas embaixadas de países que possuíssem crematórios para enviar informações e materiais, pois aqui não existiam. Entretanto, ela disse não ter encontrado nenhum exemplo que chamasse a atenção entre o que recebeu. (ARANTES, 2014)

Em relação às intenções do projeto, Ivone afirma que procurou desenvolver um espaço que refletisse uma arquitetura brasileira — portanto, moderna —, onde a paisagem seria um elemento chave, pois gostaria de trazer São Paulo para o edifício por meio da vista proporcionada. Pretendeu ainda um local que fosse isento de referências religiosas, proporcionando liberdade de expressão pelas

pessoas que ali fossem. Também nota-se um viés político em sua concepção, de forma que a cremação e a possibilidade de esparzimento anônimo das cinzas nos jardins, estabeleceriam um espaço democrático e coletivo de memória, isento da “propriedade privada” dos túmulos. (ARANTES,2014)

Atenta-se para o fato de que como não havia precedentes de espaços com a finalidade de cremação no país, não havia paradigmas estabelecidos. Seria este projeto que, na realidade, poderia estabelecê-los. Assim, poder-se-ia dizer que teve um caráter mesmo de modelo, estabelecendo a partir de seu projeto, uma forma que a sociedade poderia entender a prática da cremação.

Deste modo, não se pode eximir a importância que este espaço possui para a arquitetura de locais com esta finalidade no país. Arrisca-se dizer que, se fosse optada outra postura projetual em relação ao edifício, como, por exemplo, seguir um modelo de templo religioso, talvez poderia ter-se estabelecido paradigmas diferentes em relação à cremação. Assim, é relevante observar como os projetos de tais espaços podem estabelecer relações com os costumes mortuários.

Em relação às características dimensionais do edifício, possui uma planta retangular de aproximadamente 25 x 50 m², com 3 pavimentos totalizando 4.700m². Seu projeto é horizontalizado, acompanhando a topografia existente no local. Desta forma, é um bloco que não se destaca em meio à vegetação. Segundo a arquiteta Ivone Arantes, a intenção era do prédio “perder-se no meio de uma paisagem de muitas árvores, onde as pessoas poderão passear agradavelmente” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974).

Figura 73. Plantas da configuração atual do edifício do Crematório.
Fonte: SFMSP, 2014.
Indicações da autora.

Figura 74. Vista do edifício do Crematório, onde hoje se localiza o acesso a visitantes. Foto: Autora, 2014.

Os pavimentos inferiores comportam estacionamento para funcionários e carros do Serviço Funerário, manutenção, fornos crematórios - à sua inauguração existiam 2 fornos a óleo, que recentemente foram trocados por 4 modelos a gás por serem mais eficientes e menos poluentes — e câmaras frigoríficas — hoje cerca de 60⁶² — onde os corpos ficam em aguardo para a cremação.

Figura 75(esquerda). Uma das áreas internas de serviços do edifício. Foto: Autora, 2015.

Figuras 76 e 77. Área externa do edifício (atual área dos fundos) próxima a alguns acessos de serviços. Fotos: Autora, 2015.

O pavimento superior é onde se dá o acesso principal, no nível do estacionamento, e se localiza a administração e salão ecumênico para cerimônias de despedida. Este salão é circular, todo envidraçado, e hoje é fechado por cortinas, no intuito da privacidade dos familiares e amigos dos falecidos. No entanto, a intenção original, segundo depoimento da arquiteta na época da inauguração do edifício, era que a transparência permitisse uma visão panorâmica da cidade, caráter que foi perdido com o atual fechamento:

Ah, eu procurei dar uma atmosfera de muito respeito e dignidade. É uma sala grande toda fechada por painéis de cristal, tendo como única decoração a própria paisagem externa, e, como o lugar é muito alto, de lá se pode ver, ao longe, a cidade de São Paulo quase inteira.(ARANTES In: Arquiteto, 1972)

Figuras 78 e 79.

Vista externa do salão ecumênico em época próxima à inauguração do Crematório. Fotos: José Carlos Vieira Henrique, 1974.

Figuras 80 e 81. Vista externa e interna do salão ecumênico em dias atuais. Observa-se as cortinas vedando o fechamento em vidro. Fotos: Autora, 2014.

Em depoimento atual (ARANTES, 2014), Ivone afirma que a composição circular da sala baseou-se na ideia do teatro de arena, onde o espectador faz parte do espetáculo. Assim, em uma composição deste tipo, o enlutado não ficaria como espectador distante do momento de despedida de seu ente querido, mas sim participaria da mesma de uma maneira mais próxima. Frisa ainda que a maioria das salas de cerimônia dos crematórios que viu, possuía a ideia do teatro italiano, que distancia o espectador.

Figura 82. Vista interna do salão ecumênico em época próxima à inauguração do Crematório. Fotos: José Carlos Vieira Henrique, 1974.

Um aspecto relevante a se destacar são os acessos ao edifício. Durante a execução do projeto, que não pôde ser acompanhada em sua totalidade pela arquiteta⁶³, foram feitas modificações neste aspecto. Onde hoje são considerados os “fundos” do edifício, idealmente seria o acesso principal, na forma de uma grande praça, com um mirante para a cidade de São Paulo. As chaminés dos fornos ali locadas deveriam ganhar um revestimento, constituindo-se obelisco, “que seria o ponto de referência central”(ARANTES, 2014), dialogando com a praça. A intenção seria o carro funerário chegar por este acesso, possibilitando a existência de um cortejo a partir da rampa até o salão de cerimônias, mantendo assim esta tradição fúnebre.

Assim, a entrada que irá se consolidar, localiza-se no lado oposto da considerada em projeto.

Figura 83(esquerda). Vista da rampa de entrada do edifício, com a chaminé ao fundo. Foto: José Carlos Vieira Henrique, 1974.

Figura 84(direita). Corqui relativo ao projeto da rampa de estrada do edifício e sua utilização pelos visitantes. Desenho: Ivone Macedo Arantes.

Figuras 85 e 86. Vistas atuais da área da rampa do edifício. Na foto à esquerda, ao fundo, nota-se duas chaminés, diferente da época de sua inauguração quando existia somente uma. Isto devido ao fato de posteriormente o crematório ter aumentado o seu número de fornos. Fotos: Autora, 2015.

Figuras 87 a 90. Fotos onde atualmente são carecterizados os fundos do Crematório. Ao contrário do idealizado em projeto, hoje é proibido o acesso a esta área a partir do interior do edifício. A primeira imagem mostra as atuais duas chaminés. Na ampliação, placa proibitiva do acesso ao local. Fotos: Autora, 2014.

Figuras 91 e 92. Entrada atual do edifício. À esquerda, vista externa do acesso a visitantes. À direita, área administrativa com recepção aos visitantes, logo à entrada atual. Fotos: Autora, 2014.

Figuras 93 e 94 (esquerda e centro).

Dois painéis do artista Yutaka Toyota (à esquerda, “Espaço Infinito”, ao centro “Espaço harmonia”) no crematório, s/data. Hoje já não se encontram mais em seu local original, sendo que os funcionários do Crematório desconhecem sua existência. Fotos: Site do artista. Disponível em: <<http://www.yutakatoyota.com/>> Acesso em: fev. 2015.

Figura 95(direita). Único painel do artista Yutaka Toyota existente no Crematório no ano de 2014. Localiza-se próximo ao acesso, na sala de espera de atendimento ao público. Alguns funcionários do Serviço Funerário disseram até mesmo desconhecer de que se tratava de uma obra de arte. Foto: Autora, 2014.

Intentou-se ainda que as circulações do edifício fossem livres de referências religiosas ou mesmo ornamentos. Segundo a autora, o público ali, deveria se sentir em uma “área de lazer” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974). Também foi especificada a instalação de um conjunto de 3 painéis abstratos do artista plástico Yutaka Toyota. Segundo publicação da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, estes três painéis

se integram, neste caso de forma mais completa, à arquitetura de linhas simples e em concreto aparente - talvez devido àquela preocupação cósmica própria desse artista, advinda da meditação budista, seja de que essas obras tragam em seu âmago a mensagem condizente com o local. (IDART, 1980).

Segundo Ivone Arantes, a intenção era que fosse instalada uma obra que tivesse uma atmosfera cósmica, que seria o símbolo adotado pelo crematório. Em depoimento à Folha de São Paulo, a arquiteta diz que

após muitos estudos chegamos à conclusão de que o melhor símbolo seria uma espécie de abstração de uma paisagem da Terra, fotografada pelos astronautas; é a melhor forma de expressar o espaço cósmico, sem implicações de ordem religiosa. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974)

Os painéis eram constituídos em aço e fórmica com pintura sobre estes materiais. Grande parte de sua extensão possuía um caráter que trabalhava com a questão da propriedade de reflexão do material.

No entanto, apesar de todas estas intenções na inserção da obra, hoje apenas é encontrado um dos painéis mais no crematório, não existindo notícias dos outros. A equipe que trabalha na administração é composta por funcionários recentes, sendo que quando indagados sobre o destino dos demais painéis, nem mesmo não sabiam de sua existência.

Em relação a reformas modificativas do caráter original do edifício, os jardins presentes nas laterais foram substituídos por um lago com carpas no ano de 2012. Também está prevista uma reforma para os próximos anos de forma a ampliar a quantia de câmaras frigoríficas e acrescentar ainda mais dois fornos. Isto devido ao crescimento contínuo pela procura do serviço no local⁶⁴, de forma que a estrutura já está começando a não ser suficiente em relação à demanda existente. Segundo dados da instituição, a média de corpos cremados por dia no ano de 2013 foi de 25 corpos/dia.

Figura 96(esquerda). Jardim sobre laje mantido. A vegetação, no entanto, não é plantada diretamente na floreira, sendo que a administração coloca vasos no local. Foto: Autora, 2014.

Figura 97(direita). Local de jardim sobre laje transformado em lago para carpas. Foto: Autora, 2015.

Os rituais estabelecidos: a cerimônia de despedida

O ritual padrão a ser seguido no referido crematório é a cerimônia de despedidas. Estas ocorrem depois do velório - que se realiza em outro local, pois no edifício não há salas para este fim - e seriam uma espécie de substituição ao tradicional enterro para um último adeus. Sua duração média é de 15 minutos. Enquanto os convidados se reúnem, a urna funerária é levada ao subsolo e colocada em um sistema elevatório. Este sistema faz com que a mesma suba ao centro do salão no início da cerimônia, em uma estrutura especial. Podem ser proferidas palavras, feitas orações, ou qualquer tipo de manifestação que os entes queridos queiram. Caso haja o desejo, podem também ser tocadas até três músicas diferentes à escolha.

Após estes acontecimentos, o suporte é baixado novamente ao subsolo, o que remete a uma espécie de simulação do ato de enterrar, onde o corpo vai para o acondicionamento adequado à espera do momento da cremação. O próprio suporte possui revestimento de grama sintética, de forma a aparentar uma espécie de solo.

Figura 98(esquerda). Sala de cerimônias com local onde se apóia a urna funerária ao centro. Foto: Autora, 2014.

Figura 99(direita). Local onde se situa a urna funerária durante a cerimônia. Nota-se o gramado artificial no fundo do suporte, onde se apoia a urna. Foto: Autora, 2014.

Sublinha-se, entretanto, que este procedimento descrito ocorre de forma diferente do idealizado em projeto: como apontado anteriormente, a urna funerária deveria chegar pela parte hoje considerada “fundo” do edifício, seguida pelo cortejo dos enlutados, até o salão, onde seria depositada ao centro. Segundo Ivone Arantes, a urna seria baixada ao subsolo por meio do acionamento de um botão, hoje desativado, presente no suporte central. Observa-se então que, da forma como ocorre atualmente, perde-se a pretendida manutenção do caráter do ritual do cortejo, além de não haver a possibilidade de autonomia dos entes queridos acionarem a descida da urna após as despedidas.

Notou-se que, nas referidas cerimônias, na maioria dos casos observados na presente pesquisa, há um luto contido e controlado entre os presentes, atitude que tanto caracteriza a “morte invertida” descrita por Ariès. Contudo, o funcionário conhecido como “Mineiro”, jardineiro empregado do serviço funerário municipal de São Paulo há 29 anos, relata algumas situações incomuns que presenciou nestas cerimônias que, segundo ele, nem sempre são tristes. Conta que em algumas delas há a contratação de bandas para tocar ao vivo e o momento acaba virando uma “festa”⁶⁵. Há também aqueles que escolhem a execução de hinos de times de futebol onde, de acordo com ele, o mais pedido é o do Corinthians. Porém, as músicas mais ouvidas durante as visitas a campo foram as versões da tradicional e religiosa “Ave Maria”⁶⁶, mostrando um modo de como a religião continua fazendo parte dos ritos de morte contemporâneos.

Destaca-se aqui que, apesar de haver o desejo que o projeto não exibisse referência a nenhuma corrente religiosa, a preocupação com a aceitação destas foi um fator relevante durante a implantação do crematório. Uma semana antes do início do serviço de recebimento de pedidos de cremação pelo Serviço Funerário

Municipal a Secretaria de Serviços Municipais convidou líderes religiosos paulistanos para conhecerem as instalações do local e confirmar que esta prática seria aceita por todos os credos religiosos praticados na cidade. Nesta ocasião foram convidados representantes de Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Presbiteriana, Igreja Metodista, Islamismo, Espiritismo, Judaísmo e Budismo. No entanto, compareceram somente líderes metodistas, católicos e espíritas, sendo que todos estes se manifestaram favoráveis à prática (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974b).

O cuidado relativo ao respeito a preceitos religiosos ainda é tomado durante o procedimento do tratamento dos corpos. A religião espírita, por exemplo, exige que se espere pelo menos 72 horas após a morte para que o espírito possa se libertar da matéria corpórea, caso contrário este pode sentir a dor do processo. Segundo Chico Xavier⁶⁷, relevante divulgador desta crença no Brasil,

Emanuel, no 'O livro' e no 'O Consolador', afirma que a cremação é um processo legítimo de liberação do espírito desencarnado. Apenas aconselhando que o tempo de expectativa deve ser mais longo nos climas tropicais e subtropicais, nada menos de 72 horas de câmara fria para o nosso veículo carnal, quando nos desvencilhamos dele, no caso de optarmos pela cremação.⁶⁸

Assim sendo, quando é solicitado, tal tempo é observado para o procedimento, respeitando este credo.

A técnica, o tratamento dado aos corpos e os procedimentos legais

Mesmo quando não existe a solicitação religiosa, como a citada acima, a cremação não ocorre imediatamente após a cerimônia, quando o corpo desce ao

subsolo. Este fica acondicionado em câmaras frigoríficas e permanece em espera por no mínimo 24 horas, sendo cremado de acordo com o fluxo de trabalho, pois a instituição possui um prazo de 10 dias corridos para entregar as cinzas aos familiares.

O procedimento de cada cremação leva cerca de 2 horas e meia. Após o período na câmara fria, o corpo é inserido no forno, tal qual se apresentou no velório - portando vestes entre outros paramentos que existam -, juntamente com sua urna funerária, de onde são retirados somente os objetos metálicos e vidro, devido à alta temperatura que o processo alcança. Ao ser aberto, o forno não se mantém com a chama acesa por medida de segurança, sendo esta acionada somente quando é fechado. O fogo provém da parte superior do aparelho e cessa de ser alimentado quando se chega à temperatura necessária à operação (o aparelho chega a 1200 °C), voltando a ser aceso apenas para a manutenção de temperatura constante no interior do aparelho. Antes que a chama possa tocar a urna, dependendo a temperatura que o forno se encontra, alguns materiais já começam a se volatilizar.

Desta forma, o que ocorre no processo, mais que a queima, é a evaporação e volatilização dos elementos corpóreos e demais elementos. O material resultante deste processo são basicamente as partículas inorgânicas que compõem os ossos e demais itens metálicos que porventura não foram retirados anteriormente (como próteses, por exemplo). Separados os metais, os elementos resultantes são colocados para resfriamento, onde é peneirado. O pó fino é resultante de materiais inorgânicos como a madeira, já os maiores seriam referentes aos ossos. Assim, estes ossos separados são encaminhados a um aparelho triturador, onde são moídos até se transformarem em uma espécie de pó, que são as chamadas

Figura 100(esquerda). Câmara frigorífica onde os corpos ficam em aguardo para o procedimento da cremação. Foto: SFMSP, s/d.

Figura 101(esquerda). Forno crematório. Atualmente a instituição possui 4 unidades. Foto: SFMSP, s/d.

cinzas. Geralmente, um corpo de 70kg resulta em aproximadamente 1,5kg de material.

É relevante destacar ainda que existem também as exigências legais para que o procedimento da cremação possa ser feito. No município de São Paulo, a legislação em vigor para a cremação é a mesma que definiu o início desta prática na cidade: Lei Municipal nº 7017/67. Recomenda-se que, em vida, a pessoa faça uma declaração de vontade⁶⁹ de ser cremado e que a mesma seja registrada em cartório, para garantir que seu desejo seja cumprido após falecimento.

No caso de não haver esta declaração, o processo somente poderá ser realizado sob autorização de um parente de primeiro grau, na ordem sucessória (cônjuge, ascendentes, descendentes e filhos maiores de 18 anos), com duas testemunhas. Em caso de morte violenta, é necessário ainda autorização judicial. Assim, caso não haja declaração ou o falecido não possua parente de primeiro grau, a cremação não poderá ser executada. Além disto, é obrigatória a assinatura de dois médicos na declaração de óbito do falecido.

Também não há apenas a cremação de corpos em substituição ao sepultamento, mas existe ainda a possibilidade de cremação de restos mortais, decorrentes de exumação para os que assim desejarem. Neste caso, também é necessário autorização de parentes de primeiro grau.

Quando buscam as cinzas, os entes têm a opção de escolher entre as urnas cinerárias disponíveis para compra na instituição. Se não houver interesse na compra de algum tipo, elas são entregues em um saquinho plástico transparente, o qual é colocado dentro de uma sacola de papel branca com um laço assemelhado a um presente.

Após o recebimento das cinzas, chega o momento de lidar com as mesmas. Nos jardins do crematório há a possibilidade de livre esparzimento, ato que é muito usual. Algumas famílias acabam por delimitar até mesmo pequenos espaços onde dispõe as cinzas. Tais locais são muitas vezes tratados como túmulos: são visitados e recebem decorações, velas, flores, placas, epitáfios. Estas formas de disposição das cinzas e as demarcações nos jardins em sua maior parte não possuem referenciais simbólicos fúnebres, se diluindo em meio à paisagem. Tal fato somado à disposição espacial do crematório, que se assemelha a um parque, faz com que ele acabe ainda abrigando usos relativos a lazer. Durante as férias e finais de semana, seu amplo gramado se transforma em ponto de encontro de empinadores de pipa. Também se vê durante a semana o uso para caminhadas ou passeios com cachorros, por exemplo.

Estes usos contraditórios se mantêm no local, não sem causar certa tensão. Constantemente a administração solicita a presença da Guarda Civil Metropolitana, coibindo as atividades de lazer nos jardins. Também foram instaladas placas com indicativos de proibição. Todavia, nos dias em que não há policiamento há ainda certo retorno destes usos.

Estes usos contrastantes e conflituosos formam uma paisagem marcante e rica a ser explorada. Um espaço em que vida insiste em acontecer, permeada por atos de resistência dos enlutados que se recusam a deixar que seus mortos desapareçam, estabelecendo lugares de vida, repletos de memória.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. Sobre a separação dos cemitérios das igrejas e criação dos primeiros cemitérios laicos no Ocidente, ver ARIÈS, 1977.
2. Para uma leitura aprofundada sobre o tema da passagem dos cemitérios junto às igrejas para os cemitérios laicos especificamente no Brasil, ver: REIS, 2009 e PAGOTO, 2004.
3. Para maiores informações ver VALLADARES, 1972. Vol. 01; CYMBALISTA, 2002; BORGES, 1991.
4. No Brasil não se nota uma distinção clara para estas denominações de espaço cemiterial. Sendo assim, no presente trabalho, as expressões cemitério parque e cemitério-jardim serão tratadas com sinonímia.
5. Ver site da Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil-SINCEP. Disponível em: < <http://www.sincep.com.br/portaltpt/> > Acesso em: 21 jan. 2015.
6. No entanto, o pesquisador Stephen Prothero (2001) comenta que no período em que as cidades estadunidenses começaram a crescer a ponto de chegar nas redondezas dos cemitérios rurais, em fins do século XIX, estes espaços foram questionados como locais de contaminação, agora sob a ótica da teoria dos germes, como poluidores do ar e de águas. (PROTHERO, 2001 p.51)
7. *The Massachussets Horticultural Society*, no original.
8. Importante necrópole parisiense, datada do século XIX, e em funcionamento até os dias de hoje. Mais informações serão apresentadas a seguir, no item 2.2. “A morte e o Jardim”.
9. Os restos mortais de Juscelino Kubitschek já não se encontram mais nesta necrópole pois foram trasladados para o seu memorial em 1981.
10. Utilizou-se o ano de fundação como referência pois foi a informação fornecida pelo Serviço Funerário Municipal de São Paulo.
11. Apesar de outras variações, os tipos de necrópole foram classificadas em 2 grandes grupos, onde se considerou do tipo “tradicional” os cemitérios com construções tumulares acima do nível do solo, e “parque” os que não possuem túmulos construídos acima do nível do solo, com predominância de túmulos gramados.
12. Como o processo atual para regularização e aprovação para construção e posterior funcionamento de novas metrópoles, utilizou-se como ano de referência os anos de

início de funcionamento neste caso, já que diversas necrópoles particulares são recentes.

13. Esta questão será discutida mais à frente, no item 2.4 “Cremação no Brasil: um quadro a ser delineado”.

14. No cemitério São Pedro, existe uma seção onde os túmulos possuem construção acima do nível do solo, não possuindo assim, a totalidade de seus túmulos de forma gramada.

15. A situação de túmulos não gramados e com terra batida também é resultante, no caso do cemitério de Vila Formosa e São Luiz, das constantes exumações que existem no local, devido o fato de serem cemitérios cujos túmulos são oferecidos por concessão apenas por três anos (onde o prazo pode se estender caso o cadáver ainda não esteja suficientemente decomposto para este procedimento). Fonte: SANCHES, 1999

16. Cemitério do Leste, em tradução livre do francês.

17. Espécie de edificação onde existem nichos com a finalidade de disposição de urnas cinerárias.

18. No original, *Jardin du souvenir*.

19. Nos EUA também houve larga reprodução dos *lawn cemetery*, mas no início da década de 1850, já posteriormente aos *rural cemetery*, e herança da tradição inglesa. Fonte: EGGNER, 2010.

20. Cemitérios parque, em tradução livre.

21. Cemitérios-floresta, em tradução livre.

22. O pensamento paisageiro (traduzido livremente de *paysagère*, no original em francês), se constituiria como um pensamento não construído “academicamente” de paisagem, mas de uma situação em que o homem encontra-se harmonizado com o Cosmos, a natureza, não havendo a separação moderna. (BERQUE, 2009).

23. Essa discussão será retomada de forma mais ampla no Capítulo 4.

24. “Textos [Hindus] da metade do primeiro milênio a.C. que popularizaram conceitos como reencarnação e karma”. (PHROTERO, 2001, p.06).

25. Mais tarde, pesquisadores definiram estas urnas como saxãs.

26. Referências do dicionário Merrian-Webster, a partir de informações de Davies; Mates, 2005.

27. No original: “*Cremation: The Treatment of the Body After Death*”

28. O poder da maçonaria depende muito do país. Em locais como Inglaterra e Suécia, por exemplo, os maçons tinham pouco influência. (DAVIES; MATES, 2005)
29. No original: *The Cremation Society of England*. Esta sociedade existe até hoje, agora sob o nome de *The Cremation Society of Great Britain*.
30. No ano de 2010, a média no Japão de escolha pela cremação era de mais de 99,90%. Fonte: International Cremation Statistics 2010, **Pharos International**, winter 2011. p26-38.
31. Frisa-se aqui que a cremação não é uma doutrina budista, mas muitos fiéis cremavam seus mortos no Japão medieval e Tokugawa, emulando a cremação do Śākyamuni Buddha, que teve esta destinação após sua morte. (BERNSTEIN, 2000)
32. Apesar deste pedido, segundo Prothero(2001), ele não fazia parte de alguma sociedade cremacionista. Não se sabe ao certo o porquê de seu pedido para que fosse cremado, mas acredita-se que fosse talvez pelo horror de ser enterrado vivo. (p.26) No entanto, seu perfil era o das pessoas pró-cremação: intelectual, médico e com religião pouco ortodoxa (fazia parte da recente Teosofia).
33. Segundo Mates (2005), no início década de 1920, há evidência de somente um crematório funcionando em toda América Latina, que estaria localizado no Panamá. Ainda posteriormente nesta década há evidências de um crematório no Uruguai e Peru, sendo todos pouco utilizados. (p.292)
34. Estatística de 2010. Fonte: The Cremation Society of Great Britain, 2011.
35. No original, Cremation Association of North America (CANA)
36. Segundo site da Sociedade dos Crematórios da França (La Société des Crématoriums de France, no original). Disponível em: <<http://www.crematoriums.fr/cremation.php>>. Acesso em: 3 jun. 2014.
37. Segundo URBAIN (1978 p. 444), o percentual pela escolha de cremação na França em 1975 era de 0,44%.
38. Aqui no sentido de contemporâneo a quando o referido autor escreve suas obras em relação à morte, em fins da década de 1970.
39. URBAIN, Jean-Didier. La cendre et la trace. La vogue de la crémation. In: LENOIR, Frédéric; TONNAC, Jean-Philippe (dir.). **La mort et l'immortalité. Encyclopédie de la mort et des croyances**. Paris: Bayard, 2004, p. 1207-121.
40. Este é o mesmo relatório que indicou que as próximas necrópoles construídas na

cidade seguissem o tipo jardim, já indicado anteriormente neste trabalho.

41. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a origem e responsabilidade sobre as ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco em Perus, e a situação dos demais cemitérios de São Paulo. Foi apresentado pela vereadora de São Paulo Tereza Lajolo, sessão do dia 15/05/1991. Fonte: INSTITUTO MACUCO, 2012.

42. PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Projeto quer incentivar a cremação no município. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico_funerario/noticias/index.php?p=3913> Acesso em: 25.julho.2012.

43. O quadro foi composto a partir de informações encontradas nas empresas referidas nas fontes, em pesquisa revisada em junho de 2014.

44. O total de crematórios existentes em 2014 foi baseado nas informações colhidas para o quadro 1 do presente trabalho.

45. Urnas que contêm as cinzas resultantes do processo de cremação.

46. Esclarece-se aqui, que as chamadas “cinzas” resultantes da cremação não são literalmente “cinzas”. O processo, que consiste na queima do corpo juntamente com sua urna funerária, tem como resultado os ossos do falecido, que são triturados em micropedaços constituindo o pó que é então chamado de “cinza”.

47. Em relação às diversas opções possíveis de destinação para as cinzas, ver o Capítulo 4.

48. BOSA, Gabriel. Instalação de crematório gera polêmica em Içara. **Portal clicatribuna**, Içara, 30 Set. 2013. Disponível em: <<http://www.clicatribuna.com/artigo/instalacao-de-crematorio-gera-polemica-em-icara-96788>> Acesso em: 07 out. 2013.

49. Segundo a Lei Complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011, do estado de São Paulo, a região metropolitana de São Paulo é composta pelas seguintes cidades: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã, Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista, Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

50. Na região metropolitana de São Paulo encontram-se 3 crematórios: “Cemitério

e Crematório Parque Paulista” - Embu das Artes; “Cemitério e Crematório Horto da Paz” - Itapeverica da Serra; “Crematório Metropolitano Primavera” - Guarulhos. Fonte: Associação Cemitérios e Crematórios do Brasil (ACEMBRA) e Sindicato dos Cemitérios Particulares do Brasil (SINCEP). Disponível em: <<http://www.sincep.com.br/7Crematorios>> Acesso em: 1 Abr. 2013.

51. O que talvez se deva a uma solução econômica para os empreendimentos privados. Apesar de estar em franco aumento, por enquanto a cremação por si só ainda não é um negócio lucrativo no Brasil, de acordo com Haroldo Felício, presidente do Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil. Fonte: WESTIN, Ricardo. Crematórios se multiplicam pelo Brasil. **Jornal do Senado**. Brasília, 13 Ago. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/jornal.pdf>> Acesso em: 7 out. 2013.

52. Apesar de solicitado ao Serviço Funerário Municipal, este documento não foi localizado. Ver mais informações sobre a procura deste material no Capítulo 3 deste trabalho.

53. Ver “Anexo I” do presente trabalho.

54. O heliponto foi construído devido à abertura do crematório. A intenção era facilitar o acesso a figuras importantes do país caso necessitassem estar presentes em alguma cerimônia no local. Fonte: Renato Chiantelli em entrevista concedida à pesquisadora em 27 set. 2013.

55. Os esforços para a construção do hospital começaram, contudo, já em 1989, na prefeitura de Luiza Erundina.

56. Dados da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Fonte: Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/folder_lydia_natalizio.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

57. RODRIGUES, Gerson. Conselheiros e usuários do Parque de Vila Prudente não querem perder área verde para base da GCM. **Folha VP**, São Paulo, ano 22, nº1153. p.5, 26 set. 2014.

58. O Departamento de Cemitérios fazia parte da Secretaria de Serviços e Obras do Município, sendo que em 1975 foi absorvido pelo Serviço Funerário Municipal.

59. A denominação “brutalista” é controversa entre os estudiosos do tema. Contudo, utiliza-se aqui esta nomenclatura apoiando-se nos estudos de Ruth Verde Zein (2005).

60. Zein, Ruth Verde. Brutalismo, escola paulista: entre o ser e o não ser. **ARQTEXTO** n.2. Porto Alegre, 2002. PROPAR-UFRGS, p.6-32.

61. No entanto, a própria autora citada explica que estas características se encontram presentes isoladamente ou em conjunto também em obras não consideradas desta corrente, devendo-se ter cuidado em uma análise mais apurada.
62. Na inauguração do Crematório havia somente 4 câmaras, previstas em projeto. Este aumento revela como subiu a demanda pela procura do serviço.
63. Devido a prisão da arquiteta pela ditadura militar à época.
64. Tal crescimento pode ser observado pelo gráfico 01, apresentado neste Capítulo.
65. Segundo o próprio portal do serviço funerário do Município de São Paulo, “Apresentação de coral, orações, alocações, músicas sacras ou profanas, populares ou clássicas, escolhidas previamente, podem integrar essa cerimônia”. Site Do Serviço Funerário Municipal de São Paulo. Sobre **Crematório e cremação**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico_funerario/noticias/index.php?p=3913> Acesso em: 25.julho.2012.
66. Ouve-se com frequência no Crematório a música “Ave Maria” tanto na versão de Bach, como de Schubert.
67. Apelido pelo qual este personagem era conhecido. Seu nome era Francisco de Paula Cândido.
68. Depoimento de Chico Xavier em entrevista ao programa televisivo “Pinga-Fogo”, na TV Tupi, em 21 de dezembro de 1971.
69. O Serviço Funerário Municipal de São Paulo disponibiliza um modelo de “Declaração de Vontade” em seu site. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/servico_funerario/arquivos/DECLARACAODEVONTADE_Cremacao.pdf> Acesso em: fev. 2014. Ver “Anexo IV” do presente trabalho.

CAPÍTULO 3

ESTABELECENDO MÉTODOS E TATEANDO DEFINIÇÕES

Interpretações do trabalho de campo

A partir deste capítulo, serão colocadas em foco as discussões com base na pesquisa de campo, a fim de se chegar aos objetivos de reflexão propostos neste trabalho, que pretendem relacionar expressões perante a morte com um sentido de paisagem, no Crematório Municipal de São Paulo. Assim, primeiramente serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados, bem como a forma pela qual se deu o percurso do entendimento do recorte empírico escolhido.

De modo geral, a pesquisa se desenvolveu por meio de investigação bibliográfica, consulta a legislações, periódicos, levantamento de materiais através de instituições como o Serviço Funerário Municipal de São Paulo, SINCEP-ACEMBRA e acervo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente, além de visitas a campo e entrevistas.

Primeiramente, guiou-se por um levantamento bibliográfico específico – tanto relativo ao tema da morte como ao da paisagem – concomitantemente a primeiras inserções a campo. Como já exposto no início desta dissertação, os objetivos, assim como o objeto empírico, foram se desenhando ao longo do processo de trabalho. O contato com o campo, de forma aberta, mas atenta, levando em consideração o cuidado de não se levar hipóteses fechadas, foi fundamental para as decisões tomadas em relação ao recorte e objetivos.

Com estes pontos definidos, seguiu-se à consulta a legislações, conversas com funcionários do Serviço Funerário Municipal e visita técnica, que permitiram uma visualização do papel do Poder Público Municipal tanto na maneira como vem sendo praticada a cremação, bem como se dão aberturas nos usos dos espaços do Crematório do estudo em questão.

Metodologicamente, optou-se pela utilização de alguns procedimentos

do campo antropológico, do qual se destaca o raciocínio etnográfico. A etnografia, longe de configurar uma simples técnica a ser aplicada, constitui-se um “modo de acercamento e apreensão” (MAGNANI, 2002), em que o campo é parte relevante, mas que só tem sentido com o constante diálogo com a teoria.

Assim, foram empreendidas visitas regulares ao Crematório, onde se buscou travar contato com trabalhadores e usuários do local, em todas as suas dimensões – participantes de cerimônias, constituidores de jardins cinerários, empinadores de pipa, entre outros. Tais relações buscaram permitir uma melhor análise a partir das observações efetuadas durante a pesquisa de campo.

Posteriormente, para maior compreensão de questões que foram suscitadas durante o campo, esquematizou-se entrevistas em profundidade, que foram aplicadas *in loco* com determinados usuários do Crematório. Este procedimento permitiu a continuidade de um viés qualitativo na pesquisa, proporcionando uma dialética desejável com a teoria estudada e reflexões relativas às questões propostas pelo trabalho. Como forma de complemento às informações levantadas, também se entrevistou a autora do projeto do Crematório, a arquiteta Ivone Macedo Arantes, de modo a compreender intenções projetuais e quais suas implicações após 40 anos da abertura.

Apresentado este panorama inicial, a seguir serão pormenorizados os dois principais procedimentos metodológicos desenvolvidos durante o trabalho: a etnografia e a entrevista em profundidade. Também serão brevemente apresentadas as implicações de dois contatos fundamentais para a pesquisa: o poder público – na forma do Serviço Funerário Municipal – e a arquiteta autora do projeto. Posteriormente serão expostas as primeiras impressões obtidas

em campo de modo a estabelecer um cenário propício para o entendimento e detalhamento da questão central da pesquisa que versa sobre uma relação entre um sentido de paisagem e as expressões diante da morte no Crematório, tendo sido considerados aqui, os jardins para cinzas como principais representantes destas.

3.1. SEGUINDO OS PASSOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS REALIZADOS

3.1.1. De perto e de dentro: as visitas a campo e a experiência etnográfica

As visitas a campo constituem parte fundamental deste trabalho. Estas permitiram um reconhecimento desejável do empírico, por meio de uma observação que buscou interação com os indivíduos, além da análise do espaço. Para o aprofundamento almejado realizou-se uma sucessão de visitas, buscando um caráter etnográfico. Isto pois, entendeu-se que este *modus operandi*, caro ao campo da antropologia, mostrou-se apropriado para o auxílio na obtenção dos resultados desejados da pesquisa, já que pressupõe contato contínuo com o campo, procurando sempre diálogo com a teoria.

Faz-se interessante destacar neste ponto o que Marcio Goldman (2003) diz a respeito do trabalho de campo. O autor coloca que, dentro da perspectiva de Lévi-Strauss, este trabalho teria um caráter processual e representaria para os antropólogos o “único modo de operar a síntese de conhecimentos obtidos de forma fragmentada”, além de ser uma “condição para a justa compreensão até mesmo de outras experiências de campo”(GOLDMAN,2003 p.463). Chama atenção ainda para que o pesquisador tenha o entendimento que ele mesmo se modifica – ou pelo menos deveria se modificar – durante este caminho, devendo procurar assim não desenvolver uma postura de superioridade e invulnerabilidade, de forma a não avaliar tudo o que se passou no processo como algo totalmente descolado dos acontecimentos.

Também é parte do fazer etnográfico, a observação participante, a qual

pressupõe interação entre pesquisador e pesquisado. Destaca-se, no entanto, que não se considera tal procedimento como uma prática que objetiva acompanhar o nativo¹ a fim de se tornar como ele, e desta forma entender como experiencia o mundo. Considera-se por outro lado, a visão colocada por Goldman (2003), que aponta a observação participante sendo “muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo” (p. 458).

Cabe ressaltar ainda que a etnografia não se caracteriza apenas como um exercício de campo, nem como um exercício puramente teórico, mas uma relação entre ambos de forma que um colabore com o outro no caminhar da pesquisa. Segundo a antropóloga Mariza Peirano,

(...) a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, **mas a própria teoria vivida**. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. (...) No fazer etnográfico, a **teoria está**, assim, de maneira óbvia, **em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados**. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia-a-dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, **etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação**. (PEIRANO, 2008 p.3, grifo nosso)

Tendo isto em mente, no processo todo procurou-se seguir certos princípios que regem a prática etnográfica, onde foram primeiramente escolhidos para um reconhecimento do campo alguns instrumentos propostos por Magnani (1991, 1996): caminhada, observação e grade classificatória.

De acordo com o autor, na caminhada, mesmo que de reconhecimento, o pesquisador deve possuir um plano preestabelecido, de forma que “seu caminhar, mais lento do que o usuário e mais regular do que o do passeante, deve permitir uma observação contínua e seguir o fluxo do andar e parar” (MAGNANI, 1996 p.37). Recomenda ainda caminhada sistemática, porém não exaustiva, onde se deve deixar “impregnar pelos estímulos sensoriais”. Com o desígnio de não haver dispersão do olhar neste processo, entraria então a grade classificatória. Assim, a intenção da utilização desta grade não seria de enquadrar elementos, mas auxiliar na observação e caminhada, tendo em mente uma tentativa de identificação de cenário / atores / regras (MAGNANI, 1996).

Buscou-se experimentar o olhar do antropólogo, que segundo Geertz (2008), não apenas observa e descreve, mas interpreta, ou seja, faz uma “descrição densa”. Em outras palavras, é um olhar que busca entender os significados dos comportamentos humanos (MAGNANI, 1996 p.03). Segundo Magnani (2009), “não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”(p. 136). Ao propor um olhar “de perto e de dentro”, este autor parte dos atores sociais, seus grupos e práticas no espaço para o entendimento de questões culturais e não de apenas uma “visão macro e dos grandes números”.

Manteve-se então este olhar de “perto e de dentro”, entendendo o cenário como parte fundamental das relações entre os atores (MAGNANI, 2002). Sendo aqui o termo “cenário” utilizado pelo autor para designar não só um pano de fundo das práticas dos atores sociais, mas também parte transformadora das mesmas.

Faz-se relevante também destacar matizes do trabalho de campo, que são a “experiência etnográfica” e a “prática etnográfica”, como elenca Magnani (2012). Num primeiro momento, nos primórdios do contato, há a experiência etnográfica, onde se tem as primeiras impressões, o contato com um tema e campo completamente desconhecido. Posteriormente, com seus desdobramentos, quando os deslumbramentos iniciais são superados e existe um planejamento, continuidade e cronograma, que já trariam outras evidências ao longo da pesquisa, haveria então a “prática etnográfica”. (MAGNANI, 2012 p. 272-74)

Assim, desta maneira, encaminhou-se o presente trabalho: primeiramente com a descoberta do campo – o Crematório – houve um reconhecimento das práticas no local, de seus frequentadores e de como o espaço se organizava. À medida que se deu continuidade nas visitas, foi possível atentar-se melhor no que foi observado inicialmente e estabelecer novos contatos, que encaminharam o enfoque do objeto de estudo, onde se elegeu como ponto central os jardins cinerários constituídos pelos enlutados e a sua relação com a paisagem.

Quanto ao contato com os atores, procurou-se manter diálogos livres sem o esquema rígido de questionários, conservando obviamente o foco dentro do contexto teórico e objetivos do experimento. Esta liberdade, todavia, consistiu em uma forma de primeiro reconhecimento do território social, sendo que, posteriormente, com o avanço da pesquisa, aproximando-se do seu término, buscou-se apoio em entrevistas em profundidade a fim de se obter informações para reflexões consistentes.

Durante este processo deste trabalho sentiu-se a condição de “ser afetado”, no sentido dado pela antropóloga Jeanne Favret-Saada (2005). Tratando a palavra

afeto como uma ação, a mesma defende que o mergulho a campo acaba fazendo com que o pesquisador seja atingido pelo mesmo. Isto, contudo, não quer dizer que na condição de afetado, seja preciso concordar, ou partilhar da visão daqueles que irá estudar, como deixa claro a autora:

(...) quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. (FAVRET-SAADA, 2005, p.160)

Assim, o que Favret-Saada (2005) chama a atenção é para a sensibilidade, de se deixar ser afetado pela experiência em campo. Não se trazendo certezas a campo, a experiência então pode fazer com que o conhecimento se renove:

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas, se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, P.160)

Nas palavras de Goldman (2003), ser afetado, no sentido dado pela autora não se relacionaria então a uma “apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros”, mas sim “ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação” (GOLDMAN, 2003 p.465).

E não só em campo se é afetado, mas também quando há a retomada e análise do material coletado. Mais uma vez adotando-se Goldman (2003) como referência, o mesmo aponta que “na antropologia, a leitura das notas e dos cadernos de campo, a imersão no material coletado e, principalmente, a própria escrita etnográfica revivem o trabalho de campo, fazem com que sejamos afetados de novo”.(GOLDMAN, 2003, p.469)

Sabendo que “ser afetado” não significa mergulhar na pesquisa a ponto de se perder no campo que ela explora, sublinham-se agora as falas do antropólogo Gilberto Velho (2002). Este informa que é importante, durante o processo de trabalho, que o pesquisador mantenha uma atitude de estranhamento, tanto com o que se passa à sua volta, mas também consigo mesmo. Isto porque, segundo o autor, perceber o arbitrário da vida social seria algo fundamental ao antropólogo, pré-requisito constante para a realização de seu trabalho (p.84).

Ainda acrescenta que, mesmo que o pesquisador porventura estude a realidade em que se insere, este estranhamento se faz possível, pois

a vida social e a cultura se dão em múltiplos planos em várias realidades que estão referidas a níveis institucionais distintos. O indivíduo na sociedade moderna² move-se entre esses planos, realidades, níveis e constitui sua própria identidade em função deste movimento. (VELHO, 2002 p.91)

Assim, no estudo da própria sociedade em que se está imerso, ou seja, quando se “observa o familiar”, deve-se sempre ter atenção em fazer o movimento de deslocamento e buscar este “estranhamento”.

Pontua-se aqui que, por mais que se busque uma investigação imparcial, o resultado do empreendimento de campo nunca é isento da autoridade³ do pesquisador, ou seja, a realidade descrita e analisada é filtrada pelo seu ponto vista, pois sua subjetividade está presente a todo momento (VELHO, 2002).

Deste modo, é necessário que se reflita em que medida se dá o exercício de afastamento e aproximação, tomando cuidado e tendo em mente que o conhecimento pode ser comprometido por fatores como estereótipos, hábitos e rotinas, por exemplo. (VELHO, 2002 p.74).

Destaca-se que a prática de se permitir ao afeto, mantendo um afastamento necessário e percebendo os momentos de aproximação não foram exercícios fáceis ao longo deste trabalho, pois se entende que requerem prática e atenção constante do pesquisador. Conversar com pessoas enlutadas, por exemplo, escutar suas histórias, muitas vezes carregadas de conteúdo emotivo, foram momentos desafiadores no entendimento da postura adequada que deveria ser tomada. Além disto, não enviesar o olhar, defendendo práticas ou usuários em específico, mantendo uma dialética, foi também um desafio a ser enfrentado.

Frisa-se ainda que, dada a formação da presente pesquisadora, não se pretendeu chegar a um resultado de trabalho como o desenvolvido por um antropólogo. O que se buscou, foi um apoio em suas práticas, experimentando seu olhar, mas sem perder o modo de pensar e representar caros aos arquitetos.

Entende-se que uma abordagem multidisciplinar no campo da arquitetura, buscando contribuições qualitativas, que procuram compreender o humano, como o possibilitado pela abordagem antropológica, permite o fomento de produções mais próximas do vivenciador. Acredita-se que uma arquitetura que não percebe, entende, investiga, ou seja, que não considera a dimensão humana, corre o risco de tornar-se incapaz de fazer da concepção ensejada de espaço, um lócus para a realização mais plena de vida no ambiente urbano, ou qualquer outro que seja.

Faz-se aqui menção ao trabalho desenvolvido por Carlos Nelson Ferreira dos Santos que, arquiteto de formação, entendia fundamental uma compreensão da dimensão antropológica na disciplina, chegando a se auto-definir um “antropoteto”⁴ (SANTOS,1980). Segundo o mesmo, ao buscar observar as

relações inter-sociais e redes de significados, o arquiteto poderia se afastar da figura autoritária com visão totalizante e compreender a realidade apresentada com suas particularidades.

3.1.2. Roteiro em mãos: a entrevista em profundidade

A experiência etnográfica, ou seja, os primeiros contatos em campo, permitiu um reconhecimento do local e, posteriormente, o recorte do foco da pesquisa. Em um primeiro momento, julgou-se pertinente um estudo relativo às atividades de lazer lá empreendidas. No entanto, com as observações e frequência a campo, as questões foram se encaminhando para as manifestações jardinísticas espontâneas encontradas nos espaços livres: canteiros constituídos por enlutados para abrigar as cinzas de seus entes queridos.

Forma de expressão diante do fato da morte, entendeu-se que estes canteiros, à moda de jardins miniaturizados, mostravam-se paradoxais à ideia racional da cremação, remetendo ao tradicional costume dos túmulos, lógica relacionada ao ideal da inumação.

Por que então estas formações estariam ocorrendo no Crematório? Estariam relacionadas a uma espécie de manutenção de tradição de culto aos túmulos, hoje já perdendo força até nos cemitérios? Os grandes espaços livres ajardinados inspirariam um sentimento propiciador a estas ocorrências? O sentimento despertado a partir da relação do imaginário de morte e natureza poderia neste sentido estar relacionado a um sentido de paisagem?

Assim, com questões como estas em mente, partiu-se para um estudo em tal sentido sem, no entanto, se fechar em hipóteses a serem confirmadas. O

lazer, ponto anteriormente destacado, não foi esquecido, entendendo-se também como parte deste grande campo que se delineou, podendo participar, ou não, diretamente no sentimento despertado nos enlutados.

A livre conversa com autores e visitantes destes locais para as cinzas durante a prática etnográfica, mostrou-se enriquecedora, de forma a apontar discussões no sentido de paisagem e também de apreensões de atitudes perante a morte. Entretanto, progressivamente, sentiu-se a necessidade de direcionamento de diálogo, de forma mais assertiva, com os interlocutores do recorte definido. Desta forma, pensou-se que seria apropriado fazer entrevistas com algumas destas pessoas, de maneira a complementar o trabalho que vinha sendo desenvolvido.

Pontua-se ainda que anteriormente a esta fase com entrevistas, diversos visitantes e constituidores de jardins cinerários foram abordados e conversas se estabeleceram. Assim, o objetivo desta nova etapa seria a de um direcionamento de diálogo proporcionado pela entrevista, de forma a elucidar dúvidas suscitadas sem, no entanto, deixar de propiciar uma abertura ao surgimento de novos pontos de reflexão ainda não cogitados.

Em vista do caráter informal dos jardins pesquisados, houve dificuldade em identificar autores e estabelecer comunicação prévia para este procedimento. Havia o contato de algumas pessoas as quais se havia estabelecido diálogos anteriores, mas preferiu-se optar por novos atores que não estivessem de alguma forma já contaminados por contato com a pesquisadora, tentando evitar assim falas que pudessem se enviesar para um conhecimento prévio dos objetivos da pesquisa pelo interlocutor. Deste modo, os possíveis entrevistados eram abordados no momento em que visitavam o Crematório, quando eram notados em campo.

Para um resultado desejável dentro dos moldes adotados pela pesquisa, foi eleita a “entrevista em profundidade”. Cara ao viés qualitativo, é uma modalidade de trabalho que leva em consideração não um questionário rígido a ser respondido pelos entrevistados, mas procura estabelecer uma conversa de forma aberta, porém direcionada por um roteiro a ser seguido.

Segundo Joel Martins (2005), enquanto a pesquisa quantitativa se apoia no “fato”, que seria “tudo aquilo que pode se tornar objetivo e rigorosamente estudado enquanto objeto da Ciência”, a pesquisa qualitativa se apoia no “fenômeno”, termo que possui aqui o sentido de aquilo que se expressa, se mostra em si mesmo. O autor ainda sintetiza: “O fenômeno mostra-se a si mesmo, situando-se. O fato é controlado após ter sido definido.” (MARTINS, 2005 p.22)

Assim, destaca-se aqui que não foram realizadas interrogações a fim de se estabelecer gráficos correspondentes à frequência de respostas semelhantes, ou seja, dar tratamento estatístico às informações obtidas, mas objetivou-se uma tentativa de compreensão do que foi apresentado à pesquisadora.

Segundo Duarte (2006), o objetivo da pesquisa em profundidade

muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. Por isso, a noção de hipótese, típica da pesquisa experimental e tradicional, tende a ser substituída pelo uso de pressupostos, um conjunto de conjecturas antecipadas que orienta o trabalho de campo. Estabelecidas limitações e condições de realização, a entrevista pode ser ferramenta bastante útil para lidar com problemas complexos ao permitir uma construção baseada em relatos da interpretação e experiências (...) (DUARTE, 2005. p.63)

Deste modo, partiu-se para a entrevista não com hipóteses rígidas a

serem confirmadas ou refutadas, mas pressupostos obtidos a partir do trabalho de campo já realizado.

A partir da definição do perfil desejado dos entrevistados – autores e mantenedores dos jardins cinerários –, foi confeccionado um roteiro, que deveria guiar a conversa com os mesmos. Sublinha-se que o roteiro diferencia-se do questionário no sentido de não conter todas as possibilidades colocadas, pontuando grandes temas que devem ser abordados durante a conversa (BARTALINI, 2014)⁵. Ele também deve possuir uma questão central, um objetivo de pesquisa, que deve permear toda a entrevista. Assim, delineou-se para as entrevistas a serem realizadas o seguinte objetivo:

“Procurar perceber como o entrevistado lida com a morte – a partir da maneira que se coloca frente à perda do ente querido – tentando entender assim sua relação com o espaço do Crematório e possíveis motivações para a construção dos jardins de memória, buscando atentar-se aos significados de sua construção e de seus elementos.”

Assim, a partir das conversas empreendidas desejar-se-ia ter uma melhor compreensão a respeito da ocorrência dos jardins de memória, bem como entender a existência de uma relação com um possível sentimento de paisagem ali existente.

Destaca-se que, antes de ir a campo para as entrevistas, foi pertinente uma reflexão relativa ao comportamento a ser tomado pelo pesquisador. A psicóloga Vânia Bartalini⁶ explica que na entrevista em profundidade, o entrevistador teria o papel de auxiliar o entrevistado a refletir, e auxiliar no afloramento de sentimentos e percepções ainda não estruturados de forma consciente.

Salienta-se ainda que neste tipo de interlocução a postura do pesquisador também é relevante para um resultado desejável. Segundo Bartalini⁷, deve-se estar sempre aberto a ouvir o entrevistado, bem como buscar com ele uma interação genuína, além de deixá-lo à vontade. Ainda deve-se tomar o cuidado na orientação da conversa de forma que não tome rumos distantes do objetivo, sem, no entanto, impossibilitar a livre fala do entrevistado.

Orienta-se também que este tipo de entrevista seja ambientada em local confortável para ambas as partes, de forma que o entrevistado fique à vontade para conversar por longo tempo. No entanto, devido o caráter da seleção dos interlocutores que seria conforme o fluxo e encontro das pessoas no Crematório e também do teor das entrevistas que levaria em consideração a constituição dos jardins, entendeu-se que diálogos estabelecidos junto a estes locais seriam mais ricos, de forma a possibilitar explicações e apontamentos.

Faz-se relevante pontuar que a entrevista em profundidade é de difícil prática e requer treino e preparação do pesquisador, sendo mais efetiva quanto mais experiente este for. Assim, foi fundamental a participação nos seminários “A Pesquisa Qualitativa e o Fenômeno da Paisagem”, durante os meses de abril a setembro de 2014, sob coordenação da psicóloga Vânia Bartalini. Estes auxiliaram nos embasamentos teóricos, bem como na execução de exercícios e orientações para análise posterior dos dados coletados.

De qualquer modo, como se tratava de um método novo para a presente pesquisadora, procurou-se tomar cuidado no rigor dos procedimentos, bem como manter análises dentro do arcabouço teórico que se possui, no desejo de se evitar cometer imprudências.

3.1.3. Períodos de desenvolvimento da pesquisa de campo

A realização do trabalho de campo constituiu-se em duas etapas predominantes: uma em 2012 que, pode-se dizer, se constituiu pelas “experiências etnográficas” e outra em 2013 e 2014, com os desdobramentos de campo.

A primeira incursão se deu em julho de 2012, onde se pôde ter um primeiro panorama aprofundado do local de estudo. A partir disto, puderam-se traçar direcionamentos de pesquisa e buscar bibliografia específica que apoiasse a continuidade do trabalho.

Cumprida esta etapa, o retorno efetivo a campo se deu em 2013, entre os meses de agosto e setembro. No entanto, visitou-se o Crematório também em alguns períodos esporádicos como, por exemplo, em julho de 2013 para um comparativo com as observações de 2012 e nas datas específicas de dia de finados (02 de novembro).

Já em 2014, fizeram-se as demais visitas ao longo do ano, além de retornos para entrevistas em profundidade com constituidores e visitantes dos jardins cinerários.

A primeira incursão - período de julho de 2012.

O objetivo principal desta primeira etapa consistiu em observar as diferentes apropriações do espaço do Crematório Municipal de São Paulo. Esta foi a primeira sucessão de visitas ao empírico, e fez parte de um trabalho proposto pela disciplina “A Dimensão Cultural das Práticas Urbanas”, cursada pela pesquisadora no primeiro semestre de 2012 e ministrada pelo professor José Guilherme Cantor Magnani no programa de pós-graduação em antropologia

social da FFLCH-USP.

As visitas ocorreram durante manhãs e tardes do mês de julho de 2012, alternando dias úteis e finais de semana, sendo que alguns dias de observação foram prejudicados pela chuva, que impossibilitou a ocorrência de atividades ao ar livre no Crematório.

De maneira geral, os atores foram receptivos nas conversas, tanto usuários como funcionários. Preferiu-se contatar os funcionários de cargo não administrativo por serem de mais fácil acesso e menos burocráticos no fornecimento de informações. Entretanto, apesar da receptividade, foi notada certa desconfiança inicial que não se perdeu totalmente, pois em razão do curto tempo de duração do experimento, não se conseguiu uma aproximação maior entre pesquisador e pesquisado. Notou-se também que havia uma preocupação em parecer não estar desocupado: um dos entrevistados, por exemplo, frisava em todas as interlocuções que estaria conversando com a pesquisadora somente porque o carro da instituição estaria quebrado, impedindo que se deslocasse para outros locais de serviço; em outra situação revelou que após ser visto conversando com a pesquisadora, ao ser questionado por outros colegas, disse que a mesma era sua sobrinha, o que, segundo ele, justificaria a atenção dada à mesma.

Já em relação aos usuários dos serviços do Crematório, em um primeiro momento houve certo receio na abordagem, pois os mesmos se encontravam em momento de luto. No entanto, conseguiu-se travar algumas conversas, que acabaram por ser muito relevantes, pois ajudaram a interpretar observações feitas em campo.

Incursões posteriores - períodos durante 2013 e 2014.

Durante o ano de 2013, procedeu-se a continuidade da pesquisa, agora com o objetivo claro de uma incursão maior na área dos jardins construídos para abrigar as cinzas. Efetuaram-se várias visitas esparsas ao Crematório durante o ano, sendo que os períodos de agosto a setembro foram os com visitas mais regulares.

Notou-se que após o período de férias de janeiro, os espaços livres do Crematório sofreram coibição de atividades por parte da administração com a presença da Guarda Civil Metropolitana durante alguns dias. Isto fez com que as atividades não correlatas à cremação no local tivessem uma diminuição drástica por certos períodos.

Este policiamento no local se deu pelo fato da principal ação nos gramados ser empinar pipas, o que, pelo discurso de funcionários do Crematório e de um membro do conselho gestor do parque vizinho, é incômodo. Segundo eles, os jovens que brincam não respeitariam os espaços, quebrariam cercas e depredariam árvores para pegar as pipas. Questiona-se, entretanto, se haveria certo preconceito em relação a estes indivíduos, pois se vê que muitos são provenientes de áreas carentes da região. Observou-se que alguns, por exemplo, são moradores da ocupação de moradias limítrofes ao cemitério São Pedro e pulam o muro do cemitério como atalho para acesso ao Crematório.

No fim de 2013 e início de 2014 notou-se um retorno das atividades de lazer com pipas nos gramados do Crematório. Soube-se por meio de relatos dos pipeiros que as férias são os períodos mais movimentados com esta intenção no local. Em julho de 2014 também se notou grande movimentação

havendo, no entanto, presença novamente da guarda civil metropolitana ao final do mês, o que fez com que a atividade voltasse a diminuir.

Continuou-se o contato com os funcionários já conhecidos e conheceram-se alguns novos. Todos se mantiveram simpáticos à pesquisadora, porém sempre reticentes quanto ao fornecimento de informações, tanto em relação à presença da guarda municipal e sumiço das atividades de lazer, como também em relação aos construtores dos jardins cinerários que foram descobertos durante a pesquisa. Assim, as informações coletadas eram obtidas aos poucos, de forma lenta e progressiva, constituindo-se por pequenos indícios extraídos das conversas.

A abordagem aos visitantes e principalmente dos construtores dos jardins para cinzas foi complexa devido ao caráter do local. As visitas não eram frequentes, sendo mais escassas ainda durante a semana, e algumas pessoas eram rápidas e discretas em suas atividades.

Levando-se em consideração o estado de ânimo que poderiam estar estas pessoas, buscou-se uma abordagem com certa sensibilidade na fala e na escuta, de forma a não se fazer perguntas incisivas e permitir que os interlocutores se sentissem à vontade com a conversa. Diversos enlutados abordados demonstraram se sentir bem em conversar sobre seus entes falecidos. Mesmo sabendo da condição de pesquisa, muitos agradeceram pela oportunidade de ser ouvidos, demonstrando o já explicitado tabu em relação à morte no contexto atual, que no caso dos enlutados, faz com que os mesmos acabem sendo isolados por sua condição.

Neste sentido, o psiquiatra Colin Murray Parkes (1998) comenta que há de modo geral uma dificuldade em lidar com os enlutados, em como agir em relação aos mesmos. Desta forma, passam a ser evitados e quando outras pessoas

acabam sendo forçadas a vê-los, sentem-se em uma situação difícil. O autor cita também o antropólogo Geoffrey Gorer que, em seu estudo com enlutados na Inglaterra na década de 1960, notou estas atitudes, observando que, ao invés de ser tratado como uma necessidade psicológica, o processo de luto era visto como uma espécie de fraqueza, auto-indulgência e mau hábito repreensível (PARKES, 1998 p.26).

Retomando a questão em relação à recepção dos interlocutores, também se ressalta que a disponibilidade e interesse em conversar com a pesquisadora, não foi unânime, sendo que alguns, apesar de não negarem diálogo, se mostraram incomodados com a abordagem.

A etapa das entrevistas em profundidade foi desenvolvida no segundo semestre de 2014, em períodos de fim de semana, onde se notou maior movimentação dos “proprietários”⁸ dos jardins cinerários. Procurou-se abordar pessoas que se mantinham diante destes locais por períodos prolongados, por imaginar que possivelmente teriam disposição para conversa mais facilmente.

Conversou-se também não só com estas pessoas, mas também com algumas que mantinham relação de memória com locais de dispersão de cinzas de entes queridos no Crematório sem constituição de jardins claramente identificados, entendendo-se possível traçar relações com os jardins de memória.

Apesar da dificuldade da execução deste tipo de entrevista que, como se destacou anteriormente, requer preferencialmente experiência do pesquisador, considera-se que com o esforço empreendido obteve-se resultados desejáveis na coleta de informações que foram utilizadas para análise ao longo do trabalho.

3.1.4. O papel da autarquia municipal: conversas com o Serviço Funerário Municipal

Os aspectos legais, bem como a postura do Serviço Funerário Municipal de São Paulo, mostraram-se também elementos significativos a serem levados em consideração na pesquisa.

A facilidade ou não da possibilidade da cremação, como esta é divulgada pelo poder público, seu custo, bem como os investimentos no setor, podem resultar em uma maior aceitação e escolha por este método pela população. Além disto, sublinha-se que a forma como se dá a administração do Crematório é também dado relevante nas apropriações dos seus espaços.

Tendo isto em vista, após os primeiros anos de pesquisa, já com um levantamento até então possível de material, entrou-se em contato com o Serviço Funerário Municipal. Desta maneira, seria possível ter uma melhor dimensão de dados possivelmente faltantes que poderiam ser fornecidos pela autarquia, como números relativos à quantidade de cremação na cidade e informações concernentes aos investimentos na área.

O contato se deu com funcionários ligados ao Departamento Técnico de Cemitérios. A pesquisadora foi bem acolhida e foram estabelecidas conversas livres onde foram fornecidos os primeiros dados solicitados para o andamento da pesquisa.

Houve, no entanto, certa dificuldade em se conseguir alguns materiais específicos como as plantas originais do Crematório e o relatório do grupo de trabalho definido pelo município em 1966 para o estudo das necrópoles da cidade. Neste último documento constariam a descrição de necessidades da

cidade quanto aos espaços cemiteriais e motivações que levaram à decisão da construção do Crematório. Apesar de não encontrado, sua existência é sabida por meio de relato na própria publicação do Serviço Funerário do Município, em 1977. Além disto, foram localizados trechos do mesmo em trabalho de disciplina efetuado por estudantes de antropologia da USP⁹ em 1994. Assim, em função da falta de acesso a este documento original, foram utilizadas as citações do referido trabalho.

Em relação às plantas, as mesmas foram difíceis de ser localizadas e em um primeiro momento sua existência ainda foi questionada, já que não há uma organização formal estabelecida para estas informações dentro da instituição. Devido às mudanças na divisão de autarquias do município com o passar dos anos, muitas documentações poderiam estar situadas em outras divisões do poder público atual. Assim, teve-se acesso às mesmas somente através da arquiteta autora do projeto.

Por meio do contato com os funcionários do serviço funerário também houve a possibilidade da realização de uma visita técnica ao edifício. Isto permitiu melhor conhecimento da dinâmica do trabalho desenvolvido no local por meio de acesso a áreas de trabalho restritas como os fornos crematórios, câmaras frias e locais de processamento das cinzas.

3.1.5. Entrevista com a autora do projeto

Encontrar materiais nacionais dentro do tema da cremação tanto em relação à prática, como projetos, foi dificultoso, pois são escassos. Informações a respeito do Crematório Municipal de São Paulo são ainda mais difíceis. As fontes de informação foram predominantemente uma publicação de 1977 do Serviço

Funerário Municipal, e matérias de jornais e revistas. Nestes veículos, os dados eram encontrados de formas “homeopáticas”, exigindo um esforço no sentido de procura e relação entre as informações encontradas.

A própria autoria do projeto foi difícil de ser detectada num primeiro momento, já que em nenhum informativo do Serviço Funerário Municipal pesquisado ela era identificada. Soube-se da identidade desta apenas por meio de reportagem¹⁰ da revista Projeto Design do ano de 2005. A partir de então, sabendo-se que a autoria seria da arquiteta Ivone Macedo Arantes, pôde-se empreender buscas a publicações com a finalidade de encontrar depoimentos da mesma em relação ao projeto.

Ainda assim, apesar de ter-se encontrado relatos da mesma em periódicos em época próxima à inauguração do Crematório, não se localizou nenhum recente. Além disto, tinha-se em mente que nenhuma leitura substituiria o encontro pessoal com a autora, de forma que a mesma foi contatada e realizou-se assim uma entrevista.

A abertura para conversa por parte da arquiteta mostrou-se uma oportunidade fundamental para coleta de relato em relação ao processo da concepção do projeto, bem como suas intenções, além da possibilidade de esclarecimentos de dúvidas suscitadas pela pesquisa.

Desta maneira, fez-se possível um entendimento mais claro em relação à conformação espacial que o Crematório possui hoje, possibilitando saber o que seria proposta projetual e o que teria sido alterado, por exemplo, e como a arquiteta se posiciona a respeito do quadro que se encontra no Crematório, 40 anos após sua abertura.

3.2. PRIMEIRAS IMPRESSÕES EM CAMPO: APROPRIAÇÕES E CONTRADIÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES

Como já descrito anteriormente, a predominância da área do Crematório é de espaços livres ajardinados onde, caso haja o desejo, as cinzas resultantes da cremação podem ser esparzidas. Muito utilizados para este fim, nota-se que os locais preferidos para tal ato são os de maior concentração arbórea, menos expostos, que dariam certa privacidade. Isto faz com que uma área significativa, constituída predominantemente por gramado, torne-se mais ociosa quanto à movimentação de enlutados em relação à restante.

Esta área, juntamente com as vias lindeiras de circulação de automóveis, acabaram se configurando então como palco para outras atividades não correlatas à cremação: caminhadas, empinar pipas, passeios com cachorros, passeios de bicicleta, skate e até mesmo utilização para práticas de direção automotiva. No ano de 2012, durante o mês de julho, por exemplo, foi possível notar a ocorrência destas atividades, em diferentes graus, durante todos os dias da semana.

Assim, pode-se dizer que se constitui um cenário formado por trabalhadores, usuários previstos – aqueles aos quais se destina o projeto do Crematório – e usuários imprevistos – aqueles que utilizam o espaço do Crematório para atividades não afins e possivelmente não previstas durante a elaboração do projeto.

Dos usuários previstos, pode-se dizer que se dividem entre os participantes das cerimônias de cremação e os visitantes dos jardins utilizados como local de esparzimento de cinzas de entes queridos. Este último tipo de uso citado é reconhecido de imediato devido alguns fatores: os montículos de cinzas

encontrados junto ao pé das árvores e seu cercamento somado a identificações em alguns casos. Apesar de ser esperada esta utilização, a demarcação bem como identificação em pontos do jardim não foram previstas sendo até mesmo práticas proibidas no local. Assim, poder-se-ia dizer que dentre os usuários previstos há ainda o exercício de práticas imprevistas.

Contudo, antes de se entrar na discussão relativa a tais identificações, na forma de pequenos jardins cinerários, será feito um passeio pela evidência em campo que, em um primeiro momento, mais chama atenção neste local: os usos dos espaços livres para práticas não relacionadas ao contexto fúnebre.

3.2.1. Entre pipas e cães: os contra-usos do lugar

Diante do já exposto, pode-se dizer que grande parte dos usuários encontrados no Crematório¹¹, são os imprevistos, principalmente os que desenvolvem atividades correlatas ao lazer. Em um primeiro momento, este fato causa estranhamento, não só pelo motivo de ser um crematório, local ligado a rituais fúnebres, mas também por ser vizinho a um parque que teoricamente seria o local natural para estas atividades.

Bastante frequentado pelos moradores da região, este possui manutenção constante de seus espaços e equipamentos de forma geral. No entanto, observou-se que o regulamento existente no local – Portaria 43/09 DEPAVE/SVMA¹² –, somado a uma vigilância rígida, fazem com que se inibam lá algumas atividades de lazer da população.

Este regulamento se encontra parcialmente impresso em banners colocados na entrada do Parque, bem como próximo ao edifício administrativo. Do texto, grande parte é de caráter proibitivo quanto a atividades.

Figura 102. Um dos banners afixados no Parque. Foto: Autora, 2012.

Figura 103. Placa de proibição de atividade ciclística no Parque. Esta, por vezes, ocorre no estacionamento do Crematório. Foto: Autora, 2012.

Entre as regras existentes, encontra-se a proibição de algumas das atividades de lazer que se nota ocorrer com expressividade nos espaços livres do Crematório: empinar pipas e passear com cães de estimação sem utilização de coleira e guia¹³.

No entanto, não são só os lazeres proibidos no parque que acontecem no espaço do Crematório. Vê-se também, por exemplo, muitos praticantes de *cooper*, sendo que se ouviu relato de algumas pessoas que tratam este espaço como adicional à pista existente no parque. Sendo assim, parece haver uma espécie de complementaridade entre espaços livres do Parque e Crematório em alguns casos.

Assim, pode-se dizer que existe uma espécie de contra-uso (LEITE, 2007) dos espaços livres do Crematório, ou seja, uma espécie de uso espontâneo, contrário ao esperado. E, dentre estas práticas desenvolvidas, a que agrega sem dúvida o maior número de representantes é a de empinar pipas. Atividade efusiva no entorno, é no Crematório que se concentra com mais intensidade.

Segundo funcionários entrevistados, ela é vista em todos os períodos do ano, com predominância nos fins de semana, sendo que na época de férias escolares ocorre todos os dias – exceto os chuvosos – a partir do período vespertino. O gramado extenso, livre de fiação elétrica e a distribuição esparsa das árvores tornando-o ponto de encontro favorito dos “pipeiros”¹⁴. Segundo um dos garotos entrevistados, não existe na região nenhum local tão bom como este para a prática, e quando não estão lá, brincam na rua mesmo, o que acaba sendo ruim, pois as pipas enroscam nos fios de energia, e os motoristas “xingam muito”.

Como já citado em capítulo anterior, a atividade de empinar pipas na região em que se encontra o Crematório não é nova, sendo que remonta a período anterior ao loteamento do bairro em que se insere. No entanto, através de conversas com os empinadores de pipa atuais, não se consegue traçar uma relação destes com os antigos empinadores de pipa da região. Observou-se, contudo, que diversos são moradores do bairro ou de regiões do entorno.

Em sua maioria, são do sexo masculino – as mulheres avistadas dificilmente estavam sozinhas, sendo sempre acompanhadas de amigos e na maioria das vezes, namorados – entre crianças, adolescentes e jovens distribuídos de maneira praticamente equivalente. Adultos também não são difíceis de serem encontrados. A ocorrência de famílias é menor, sendo sua presença mais expressiva aos finais de

Figuras 104 a 109 (página anterior).
Diversas formas de lazer encontradas nos espaços livres do Crematório.
Fotos: Autora, 2012, 2012, 2014, 2012, 2015, 2012 (respectivamente da esquerda para direita, de cima para baixo).

Figuras 110 a 112 (abaixo). Pipeiros no Crematório. São encontradas pessoas de todas as idades. Fotos: Autora, 2015 (esquerda); Cris Artment (centro e direita), disponível em: < <http://www.flogao.com.br/artmentrabiola> > Acesso em: fev. 2015.

semana. Entretanto, quando estas se fazem presentes, observa-se algumas vezes comportamento semelhante ao encontrado em parques: há a presença de cadeiras de praia, e até mesmo caixas térmicas de isopor com lanches e bebidas em alguns casos.

Principalmente no período de férias escolares – dezembro, janeiro e julho – ,que é quando há maior movimentação, muitos adultos chegam ao final da tarde durante a semana. Devido ao modo de vestir – camisas sociais, por exemplo – e horário de chegada, pode-se deduzir que vieram logo após o expediente do trabalho. Tal inferência ainda pode ser reforçada pela fala de Kleber Novais Dias, morador do bairro, para um jornal local:

“Na minha época somente as crianças soltavam pipa. Hoje vejo muitos adultos ao redor e dentro do parque e do crematório. Basta reparar que o número de pipeiros aumenta a partir das 17h, quando os ‘barbados’ começam a sair do serviço.” (Kleber Novais Dias In: FOLHA VP, 2014b p.5)

Figura 113 (página ao lado). Rapaz empinando pipa no estacionamento do Crematório. Foto: Autora, 2015.

No período de uso do jardim pelos pipeiros, pouquíssimas pessoas desenvolvem outras atividades neste local, pois os mesmos se espalham por todo o gramado formando até mesmo grupos com tarefas distintas: existem os que empinam as pipas, os que ficam esperando cair as pipas que são “cortadas”¹⁵ e os que vasculham o gramado em busca de linhas, rabiolas e pipas em estado de possível conserto. Nota-se até mesmo uma espécie de código de conduta implícito nas atividades: não é bem visto, por exemplo, cortar a linha de pipa de crianças pequenas. Vê-se ainda que, diversas vezes, os mais velhos ajudam a passar as regras e mantê-las.

Assim, percebe-se que, apesar de ser uma apropriação espontânea, não oficial, sem lideranças ou coordenações, há certa organização que permeia a atividade, contendo regras que acabam sendo incorporadas no convívio destes atores, de forma a estruturá-la. Pela maneira como esta atividade se desenvolve e ocupa o espaço, pode-se então chegar a um entendimento desta relação por meio de uma categoria delineada por Magnani (2002), o “pedaço”. Isto pois, observa-se que, mesmo não sendo necessariamente conhecidos entre si, estes frequentadores que ocupam tal espaço se reconhecem como “portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modo de vida semelhantes.” (MAGNANI, 2002 p.22)

Estas atividades são tão significativas que acabam gerando até mesmo um comércio informal no local. Vendedores de pipas muitas vezes chegam com pacotes e ficam sentados em alguma área do gramado ou próximos a seus carros esperando clientes. Certa vez, viu-se até mesmo um rapaz com um *cooler* comercializando bebidas. Questionado, o mesmo disse que morava no bairro de Sapopemba, e lá tinha uma loja que comercializava pipas. Vinha vender bebidas e

lanches nos fins de semana quando o local estava mais cheio, como complemento de renda.

Sobre a relação com o Crematório, a preocupação do uso por ser um local que remete à morte parece não existir e não foram observadas atitudes de medo ou nojo em relação às cinzas nos pés das árvores do gramado. Vê-se que existe certo respeito em relação aos locais onde as cinzas são identificadas e símbolos como fotos ou enfeites que são colocados próximos não são depredados. Contudo, em alguns casos, certas pessoas utilizam alguns destes objetos para apoio de seus materiais de empinar pipas.

Esta atividade é, no entanto, controversa. A maioria das linhas utilizadas possui cerol¹⁶ ou é do tipo chilena¹⁷, o que, além de serem produtos proibidos por lei¹⁸, muitas vezes acabam ferindo os encarregados pela limpeza no momento de recolhimento destes materiais no gramado e árvores, como relatou um funcionário que trabalha nesta função no Crematório. Ele disse que estas linhas cortam as mãos e mostrou um ferimento nos dedos ocorrido recentemente. Também reclamou da sujeira que é deixada para trás, fato que pôde ser constatado durante as visitas: pelo gramado havia muitas linhas, pipas destruídas, latas, garrafas e pacotes de alimentos vazios, além de haver pipas e linhas enroscadas em praticamente todas as árvores.

Há também a ocorrência de brigas no local e de acordo com o mesmo funcionário, o problema maior não seriam as crianças e sim os “marmanjos playboys mal-educados”. Afirmou, em 2012, que havia muitas reclamações em relação aos pipeiros e em breve a Prefeitura mandaria segurança fixa para o local a fim de proibir a atividade de vez. Já outro encarregado da jardinagem criticou

Figura 114. Pipas guardadas em cercamento de jardim de memória no gramado. Foto: Autora, 2014.

Figuras 115 e 116. Árvores com restos de pipas enroscados nas copas. Foto: Autora, 2015.

também os garotos que sobem nas árvores frutíferas, não deixando nenhuma fruta para os funcionários.

As atividades dos pipeiros se concentram no gramado do Crematório, mas muitas vezes se estendem também para parte do estacionamento, principalmente nos finais de semana, quando seu número aumenta. Ouviu-se relato que, dependendo do dia, empinam até mesmo no cemitério ao lado, sendo que alguns funcionários afirmaram já ter visto meninos subindo em cima do telhado do edifício do Crematório.

Ainda segundo reportagem do Jornal Folha de Vila Prudente¹⁹, o Serviço Funerário Municipal, ao ser questionado sobre a utilização do Crematório para o ato de empinar pipas, haveria relatado que “incentiva os jovens a soltarem pipa no estacionamento da unidade, que é utilizado pela população como extensão do parque.” (FOLHA VP, 2014 p.5) Deste modo, entende-se que haveria certo consentimento da instituição nestas atividades.

Nos fins de semana alguns jovens chegam a parar seus carros no estacionamento, abrir o porta-malas, ligar o aparelho de som em volume alto e consumir bebidas alcoólicas enquanto empinam pipas. Nestes casos, em que o incômodo é extremo e chega a afetar as cerimônias de cremação no edifício, a guarda civil é acionada. De acordo com o relato de alguns garotos, a administradora do Crematório já conversou com os mesmos sobre o assunto dizendo que faria “vista grossa” à atividade desde que se mantivessem na parte do gramado. Porém, como se pôde observar, esta espécie de acordo não é seguida por todos, o que acaba prejudicando a totalidade do grupo.

Quando chegam, os policiais fazem uma ronda recolhendo carretéis

de linha e expulsando os pipeiros, ficando de plantão no local até todos irem embora. Eles afirmaram que muitas vezes são chamados pelos participantes das cerimônias de cremação que se sentem incomodados, e ressaltam que o local não é para brincadeiras, chegando a classificá-lo como religioso.

Os pipeiros expulsos partem, na maioria das vezes, para a região lindeira ao Crematório, principalmente para a rotatória da entrada, que é um heliponto. A atividade então se torna mais perigosa, pois a quantidade de fiação elétrica é grande, a avenida em que se encontra é movimentada, e eles correm pelas ruas, muitas vezes desatentos, preocupados com suas pipas. Diversas vezes foram observados a iminência de acidentes entre automóveis e garotos distraídos correndo pelo leito carroçável.

No entanto, este policiamento citado acima não é somente fruto de solicitação dos participantes das cerimônias ou da administração do Crematório. De acordo com Renato Chiantelli, funcionário da ONG Círculo de Trabalhadores Cristãos e integrante do conselho gestor do parque Profa. Lydia Natalizio Diogo, este próprio conselho encaminhou uma solicitação à guarda municipal. Ele afirmou que os garotos que brincam de empinar pipa no Crematório acabam atrapalhando as pessoas do parque também pois, correndo atrás das pipas, pulam os gradis do Crematório estragando-os e se direcionam ao Parque com varetas a fim de pegá-las quando estão presas a árvores, acabando por causar depredação.

Esta atividade e suas consequências são objeto de reclamação até mesmo em redes sociais na Internet. No grupo “Parque Ecológico Vila Prudente” no *Facebook*, diversos usuários se mostraram descontentes com as pipas, refletindo esta visão do conselho gestor apresentada por Chiantelli. Há muita reclamação

relativa às linhas, como já relatado pelos funcionários. Algumas pessoas ainda classificam os pipeiros como “mal encarados”, sendo que um membro do conselho gestor relatou que o próprio pai, certa vez, quando foi confrontar um grupo, sofreu ameaças e precisou ficar um mês sem frequentar o Parque.

Este sentimento de incômodo pode ser visto ainda em relatos de usuários no Jornal Folha de Vila Prudente:

“Eu e os demais frequentadores do parque estamos preocupados com o descaso sobre esse assunto. A situação, além de depreciar o patrimônio público, causa sérios riscos de ferimentos. Já me cortei em uma linha com cerol dentro do parque. A administração tem que fazer algo. Em outros parques da cidade, como o CERET, o Parque do Povo e o Villa Lobos, não existe este problema” (Ivandro Inaba de Sena In: Folha VP,2014b p.5)

“Gostaria de entender porque isso só acontece na Vila Prudente. Não é permitido nos demais parques, mas aqui vale tudo? Também desrespeitam um lugar sagrado, como o crematório: pisoteiam as plantas, quebram galhos de árvores, usam cerol e frequentemente machucam os frequentadores desses espaços” (Gerson Perussi In: Folha VP,2014b p.5)

No ano de 2013, durante as férias de julho, notou-se que a atividade foi temporariamente coibida com a solicitação de policiamento contínuo pela guarda civil metropolitana. Esta se manteve de plantão na entrada do Crematório durante alguns dias do mês, impedindo todos os tipos de atividades que não eram correlatas à cremação. Também foi instalada uma placa proibitiva logo na entrada do local.

Concomitante a esta ausência de atividades de lazer nos gramados neste período, notou-se um sensível aumento das demarcações para cinzas constituídas neste espaço. Antes localizados geralmente nas áreas com maior concentração

Figura 117. Placa de proibição de atividades de esporte e lazer no Crematório. Foto: Autora, 2013.

arbórea, começaram a aparecer nestes locais com mais intensidade no período. Observou-se ainda que, de uma maneira geral, entre 2011 e 2013, período em que foram feitas visitas a campo, o número destas composições cinerárias aumentou de uma maneira expressiva, fato ratificado por usuários dos jardins entrevistados, que afirmaram ter notado este aumento nos últimos anos.

Todavia, a prática de empinar pipas nunca cessa no Crematório. Tão logo o policiamento frequente é interrompido, os usuários de lazer voltam ao local e ocupar os espaços livres. Foi o que aconteceu após o período relatado. Nas férias de janeiro de 2014, bem como em julho deste mesmo ano, os gramados já estavam repletos de pipeiros, gerando as reclamações acima citadas.

Apesar da efervescência da atividade relacionada a pipas, pode-se dizer que o gramado e vias de circulação não se configuram como “pedaço” dos pipeiros durante todo o dia. Nota-se uma variação temporal no uso do espaço pelas pessoas. Nas manhãs de final de semana, por exemplo, nota-se protagonismo de outros atores sociais, principalmente os donos de cães. Menos evidentes que os empinadores de pipas, os donos de cachorros geralmente aparecem pelos períodos da manhã em finais de semana ou então durante a semana, geralmente em horários que os pipeiros não estão em grande número. Segundo relatos, o próprio uso para passeio e lazer canino acaba chamando a atenção e fomentando novos frequentadores deste tipo. Percebeu-se até a existência de reuniões de donos e adestradores que utilizam o local.

Alguns dentre estes usuários afirmaram que lhes agrada o uso dos espaços livres do Crematório pela extensão e possibilidade de soltar o cão livremente para passear no gramado sem a guia. Outras pessoas chamaram a atenção para as

linhas resultantes das pipas, que contêm cerol, e que podem machucar as patas dos cães, fato negativo que teria que ser observado.

Figuras 118 a 121. Lazer com cães no gramado do Crematório e estacionamento. Crematório. Fotos: Autora, 2015, 2015, 2013 e 2015 (respectivamente da esquerda para direita, de cima para baixo).

Quanto ao fato de se situarem em um local relacionado à morte, não haveria um incômodo aparente, pois a configuração do espaço, com poucos símbolos relacionados à morte visíveis, parece auxiliar para que isto não seja lembrado.

Um destes usuários abordados disse sentir que o gramado seria uma espécie de local que não faz parte do Crematório. O estacionamento e as árvores lá plantadas estabeleceriam um tipo de barreira frente ao edifício, formando dois espaços separados. Assim, prefere que seu cão se mantenha onde considera que não seja o destinado às práticas do Crematório, um local de “dor”, em suas palavras. Questionado sobre o que achava das cinzas dispostas também no próprio gramado, disse que a princípio, quando começou a frequentar, nem havia reparado, e somente depois foi percebendo, juntamente com algumas plaquinhas, objetos que as sinalizavam. Relatou que foi algo “estranho” esse momento quando refletiu que alguém poderia estar ali na forma de cinzas, mas ainda assim gostava do gramado e que se sentia lá em um “lugar de vida”.

Trazer cães ao Crematório é uma atividade tão significativa que acabou se tornando tema de um artigo no jornal “Folha de São Paulo” no ano de 2014. Com o errôneo²⁰ título “Cemitério da Vila Alpina se transforma em ‘cachorródromo’ no fim de semana”, a matéria mostra como os espaços livres do Crematório são utilizados para passeio com cães.

Figuras 122 e 123. Vista do estacionamento em direção ao edifício (à esquerda), da calçada do edifício para o estacionamento (à direita). Nota-se nas duas fotos que as árvores do canteiro do estacionamento formam uma espécie de divisão entre os espaços, como comentado pelo entrevistado. Fotos: Autora, 2015.

Figuras 124. Cão urinando em jardim de memória do gramado. Foto: Autora, 2011.

Nesta publicação, a fala de um dos entrevistados, chama a atenção:

“Às vezes o pessoal joga cinzas, o Marley [nome do cachorro] vai farejar e fica com o focinho branco (...) Tirando isso, nada mais lembra que é crematório.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)

A fala do usuário da reportagem, além de confirmar os depoimentos de usuários obtidos pela pesquisa em relação ao gramado não remeter a um local fúnebre, descreve também uma ocorrência que, segundo relatos de enlutados constituidores de jardins de cinzas, não é incomum: diversas pessoas relataram que certos donos soltam os cães até mesmo entre os jardins além do gramado, e estes acabam por deteriorá-los, cavando, pegando objetos, espalhando as cinzas, atitude considerada desrespeitosa, em suas opiniões.

Em relação a outros usos, alguns antigos moradores do bairro quando entrevistados afirmaram que a prática de passeio no Crematório era algo comum. Um idoso relatou que em anos posteriores a sua abertura, quando algumas árvores já estavam formadas, muitas pessoas iam ao local tirar fotos junto a ipês que existiam lá, pois estes possuíam aparência exuberante. Também informou que existiam pessoas que vinham para alimentar pássaros. Destas pessoas, um exemplo é dona Marinalda, moradora do bairro há 70 anos:

“A gente viu cada árvore que foi plantada (...) Inclusive há uns anos atrás eu vinha trazer comida para os pássaros aqui. Antes de ir para o meu trabalho, eu passava aqui, trazia comida, fruta para os pássaros, trocava aguinha, limpava.” (Marinalda)

No entanto, esta mesma senhora relata já não manter tal prática devido ao aumento das atividades relacionadas às pipas:

“Porque a gente se desgostou, porque a gente via gente lavando cerol na

água, pisando com barro na água. E a gente falou: se eu continuar vir, eu vou arrumar encrenca. Então nós não viemos mais.” (Marinalda)

Até então se pode observar que não há um consenso entre as atividades nos espaços livres do Crematório, independente de sua finalidade. Como diz Michel Conan (1994 p.44), certos ritos sociais contemporâneos em um mesmo espaço “criam significações partilhadas, objetivos comuns, identificações e morais coletivas, mas também conflitos entre grupos portadores de representações e de objetivos diferentes.”

Contanto, dizer que haveria somente conflito entre as pessoas que esparzem as cinzas dos seus entes e os usuários imprevistos do Crematório, como os pipeiros e donos de cães, seria também um erro. Como será visto no próximo Capítulo, alguns enlutados gostam da presença de atividades não correlatas à morte no local, o que traria uma espécie de vida a ele ou até mesmo segurança por torná-lo mais movimentado.

Vê-se assim uma certa complexidade entre a apreensão das diversas atividades no local pelos próprios atores. Ora consonantes, ora dissonantes, convivem em constante tensão entre si e também em relação às dimensões de controle oficiais do local. Estas últimas quando julgam que as atividades de “contra-uso” saem dos “limites aceitáveis” tomam atitudes para coerção, geralmente através da chamada do serviço de guarda civil como visto e relatado.

Como explicitado, tais contra-usos possuem um caráter de organização informal. A partir da regularidade de algumas atividades, outras acabam se moldando para o uso do mesmo espaço, buscando na medida do possível uma convivência entre si.

Táticas e estratégias, modos de fazer e de controlar

Diante da forma como as atividades observadas no Crematório ocorrem, pode-se realizar uma leitura à luz dos estudos de Michel de Certeau (1998), que dá atenção às “maneiras de fazer” do “homem ordinário”, ou seja, do homem comum.

Este autor se debruça sobre as práticas cotidianas de forma a entender as “*operações dos usuários*” supostamente entregues à passividade e à disciplina”. Assim, ele considera que o “homem ordinário” não seria um mero consumidor, passivo, mas que, a partir de suas práticas articuladas no cotidiano, poderia transgredir os mecanismos de disciplina que lhe são impostos. Estas práticas seriam as “maneiras de fazer”, que “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.” Deste modo “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1998 p.38),

Neste sentido, um conceito relevante que Certeau (1998) delineia é a tática. Determinada por uma ausência do “próprio” que seria “um lugar do poder e do querer próprios”, a tática, segundo o autor, não possui delimitações impostas para lhe conferir autonomia e, não teria por lugar senão o do outro (CERTEAU, 1998 p.100). Ou seja, constitui-se de movimentos não esperados em lugares que não lhe são próprios, estando em tensão com os mesmos.

Ainda no tocante a esta concepção, Certeau(1998) coloca a tática como criadora de surpresas, podendo estar onde ninguém espera (p. 101). Em resumo, afirma que é a “arte do fraco”, ou seja, daquele que não detém o poder, a quem é possível, devido a sua não visibilidade utilizar-se dos seus próprios meios para

produzir efeitos de astúcia. Elas se valem do momento e se moldam conforme a situação do espaço²¹. Nas palavras do autor,

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em uma situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. (CERTEAU, 1998 p.102)

Assim, posto nestes termos, é possível traçar uma clara relação entre esta ideia de tática com as atividades que ocorrem nos espaços livres do Crematório. Movimentações não esperadas, partidas da espontaneidade do querer das pessoas, estas ações – sejam para o lazer com pipa, a brincadeira com os cães, ou até mesmo os jardins cinerários pelo seu caráter não oficial e de certa forma ilícitos – se constituiriam como procederes dinâmicos que se arranjariam conforme a situação encontrada no local, situando-se fora das regras estabelecidas pelo poder presente no local.

É possível dizer ainda que, as diversas táticas não correlatas ao contexto fúnebre, por suas características, fariam com que parte dos espaços livres, constituintes de um bem público de uso específico, acabassem sendo convertidos em espaços livres públicos²², trazendo novos sentidos ao mesmo.

Cabe ressaltar que a visão do gramado como um espaço separado do constituído pelo edifício e seus jardins adjacentes não foi observada apenas na fala do dono de cachorro citado anteriormente no texto. Esta foi uma observação levantada mais de uma vez em conversas estabelecidas com usuários do lazer. Concomitante a este fato, diversos usuários de todos os tipos, relataram terem ouvido conversas – não oficialmente confirmadas – a respeito de um possível

empenho para separação do gramado do Crematório e sua transformação em anexo do parque. Esta separação que já se faz clara em atividades, agora seria definitivamente oficializada, transformando parte do espaço livre em local de lazer oficial.

Independente de tal informação ser verdadeira ou não, os usos fazem esta separação tão evidente que até mesmo a administração municipal começa a enxergá-la. Tanto que, a partir de setembro de 2014, esta região do Crematório passou a abrigar todas as quartas e sextas-feiras pela manhã atividades recreativas de ginástica de forma aberta e gratuita para a população. Tal iniciativa foi fruto de um convênio entre o Serviço Funerário Municipal e a Federação de rádio Taisso no Brasil, que se configura como uma espécie de forma de fazer ginástica advinda do Japão²³.

Segundo organizadores, esta atividade tem tido sucesso, com aceitação e participação crescente da população da região. Na inauguração da atividade que se deu no dia 03 de setembro de 2014, foram ainda organizadas uma roda de conversa e contação de histórias com uma escritora no local.

Para a atividade, é montada uma espécie de pequeno palco no gramado, onde ficam os instrutores, sendo que os participantes se mantêm em parte do estacionamento. Após o término, a estrutura é desmontada. Este empreendimento, de acordo com o Serviço Funerário, seria resultante de um desejo de melhor aproveitamento dos espaços cemiteriais da cidade. Segundo a superintendente do Serviço Funerário Municipal, Lucia Salles França Pinto,

“Levando-se em conta que os cemitérios e o crematório da nossa cidade possuem extensas áreas arborizadas que podem ser usadas por toda a população, mas estão ociosas, ocuparemos estes espaços oferecendo projetos

culturais e de lazer aos moradores, desmistificando o aspecto lúgubre do local que abriga a história da memória cultural paulistana.” (FOLHA VP, 2014a)

A partir desta parceria estabelecida com a Federação de rádio Taíso, a autarquia municipal pretenderia ainda ampliar tal atividade a demais necrópoles públicas do município, uma vez que, na visão da prefeitura, possuiriam “extensas áreas arborizadas e ociosas” (PMSP, 2014).

Figuras 125 e 126. Atividades de Taíso no Crematório, em seu dia de estréia em setembro de 2014. Foto: Blog Radio Taíso, disponível em <<http://radiotaiso.blogspot.com.br/2014/09/radio-taiso-inaugura-mais-um-espaco.html>>, acesso em: fev. 2015.

Assim, vê-se que os contra-usos, podem ser também transformadores na forma como o espaço se apresenta oficialmente à população. Contudo, é relevante refletir até que ponto esta proposta institucionalizada para um uso de lazer específico ou até mesmo uma possível separação oficializada poderiam constituir-se como estratégia para controle do espaço pelo poder público. “Estratégia” aqui utilizada conforme acepção de Certau (1998), a qual seria uma ação relacionada ao poder e ao controle. Nas palavras do autor, a estratégia se constituiria como

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível

a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa etc). (CERTEAU, 1998 p.99, grifos do autor)

Desta forma, pode-se arriscar dizer que, no momento em que se oficializasse um espaço de lazer público no gramado do Crematório, principalmente caso se tornasse ligado ao parque, imediatamente as regras e vigilância se fariam valer ali de outras formas, impedindo então as manifestações espontâneas hoje encontradas. Isto pois, destaca-se aqui que, no parque, devido a regras e maior policiamento, há um maior domínio sobre as ações exercidas.

Uma oficialização seria então uma forma de institucionalizar o lazer ali já existente, mas mantendo-se certo controle, um domínio do lugar pela “vista”. De acordo com Certeau(1998), as estratégias permitem um “domínio dos lugares pela vista”, uma “prática panóptica”, onde “a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e ‘incluir’ na sua visão.” Ver (longe) seria igualmente “prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço”. (p. 100)

Em suma, o uso que se tem nos espaços livres deste local e como se dão, é uma discussão complexa, envolvendo fatores como concepções culturais, carências existentes de espaços de lazer adequados na cidade e a forma que as pessoas lidam com a morte. Informais, por vezes dissonantes, por vezes consonantes, essas atividades, muitas vezes ações táticas do “fraco”, mostram como os atores sociais modificam a lógica de uso de um espaço.

3.3. DIRECIONAMENTO À PAISAGEM

À primeira vista, a utilização do espaço cemiterial como local para o lazer ou outras atividades não correlatas com a morte, pode parecer inusitado. Entretanto, enganam-se os que pensam que este é um fato novo ou que ocorreria somente no caso do Crematório.

O geógrafo Eduardo Rezende (2000), já explicita alguns diversos usos possíveis em seu livro “Metrópole da Morte - Necrópole da Vida”²⁴, onde fala sobre o cemitério de Vila Formosa em São Paulo, uma das maiores necrópoles públicas do país em área. O autor descreve o local como sendo palco de atividades entre as quais pode se citar: brincadeiras com pipas, balões e encontro para góticos. Rezende(2000) ainda alega como motivação para estas apropriações a falta de espaços livres para a população na região.

Ainda sobre a ocupação dos espaços cemiteriais em contraponto aos oferecidos pela “cidade dos vivos”, Jean Baudrillard(1996) fala:

Agora que os conjuntos habitacionais populares parecem cemitérios, estes normalmente assumem forma imobiliária (...). Inversamente, é admirável que, nas metrópoles americanas, e na França por vezes também, os cemitérios tradicionais constituam os únicos espaços verdes, ou vazios, no gueto urbano. O fato de o espaço dos mortos ser o único ambiente vivível na cidade diz muito sobre a inversão de valores na necrópole moderna. Em Chicago, as crianças brincam nele, os ciclistas pedalam, os namorados se abraçam. Que arquiteto se atreveria a inspirar-se nessa **verdade** do atual dispositivo urbano para conceber uma cidade a partir dos cemitérios, de terrenos vagos e espaços “malditos”? É verdade que isso seria a morte da arquitetura. (BAUDRILLARD, 1996. p.174,175 grifo do autor)

Diante do exposto, poder-se-ia dizer então que a apropriação do

Crematório Municipal constitui-se como uma consequência da falta de espaços livres adequados na cidade? Seria o único “espaço humanizado na metrópole furiosa” – nas palavras da arquiteta autora do projeto – que restou ali para a população?

Atentando-se para o que se expressa em campo, vê-se que talvez a resposta não seja tão simples. Isto porque, a despeito da abertura de um parque na vizinhança imediata – ou seja, um espaço livre público para o lazer e descanso –, as atividades de lazer ainda se mantêm no local.

A conformação do espaço então poderia ser a chave para este entendimento. Os elementos como a presença da natureza, e a sensação que desperta poderiam ser motivadores para o desejo de apropriação? Entendendo-se estes elementos como chave constituintes de uma noção de paisagem, poder-se-ia então observar lá um sentido de paisagem? Que expressões mais este espaço cemiterial poderia suscitar?

Primeiramente, para estas reflexões, entende-se fundamental a apresentação de uma teoria paisagística adotada. Assim, entende-se que, de mesmo modo que se delineou um quadro relativo às noções culturais de morte, seja adequado delinear um relativo à noção que aqui se ancora para paisagem, de forma a tornar um debate possível de relacionamento entre os termos.

É como se pretende assim iniciar o próximo – e último – Capítulo. No entanto, o objetivo não é aprofundar-se no sentido das apropriações do lazer, mas conduzir o enfoque do trabalho para outro sentido. Se num primeiro momento evidenciou-se a apropriação dos espaços livres que não consideravam o viés fúnebre do lugar – ou pode-se mesmo dizer que negavam a morte ali presente–

agora será dado lugar aos usos e apropriações que dialogam com ela, na forma dos pequenos jardins cinerários. Seriam uma forma de resistência num contexto da “morte interdita”? Poderiam estas expressões serem colaborativas de um sentido de paisagem? Este sentido motivaria estas expressões? Como se relacionariam com os outros usos?

Estes são questionamentos que não se buscou responder de maneira certa e definida, mas que se mostraram como auxiliares nas reflexões propostas pelo trabalho.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. O termo “nativo” é utilizado como referência aos atores sociais centrais da pesquisa. Frisa-se aqui que o nativo não deve ser considerado um ser genérico, abstrato, mas sim, pessoas concretas. Nas palavras de Goldman (2003), trata-se sempre de “pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade.” (p.256)
2. Aqui consideramos também a sociedade pós-moderna.
3. Autoridade aqui no sentido de autor.
4. Brincadeira de Carlos Nelson, fazendo uma junção dos termos “antropólogo” e “arquiteto”.
5. BARTALINI, Vânia. **Seminário A Pesquisa Qualitativa e o Fenômeno da Paisagem**. Notas de aula. LABPARC - FAUUSP, São Paulo. 25. de abr -12 de set. 2014.
6. BARTALINI, op. cit.
7. BARTALINI, op. cit.
8. Usam-se aspas aqui, pois, as pessoas que constituem os jardins para cinzas sentem-se proprietárias dos mesmos em caráter informal, já que se dão em terreno público e de forma não oficializada.
9. SOUSA, José Ivo de; MODESTO, Milene; BINDÁ, Nadja Havt. Relatório de Pesquisa “Cremação: uma opção moderna”. FFLCH-USP, Ciências Sociais. São Paulo, 1994.

Tal relatório consiste em trabalho desenvolvido para a disciplina “Pesquisa Antropológica no Contexto Urbano”, do curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP, ministrada pelo prof. José Guilherme Cantor Magnani. O trabalho foi disponibilizado pelo próprio professor à pesquisadora.
10. MELENDEZ, Adilson. Projeto para o fim da vida. **Revista Projeto Design**, São Paulo, n. 302, ano 2005.
11. Pelo menos durante o desenvolvimento do trabalho, entre os anos de 2012 e 2014.
12. Ver “Anexo III” do presente trabalho.
13. De acordo com PORTARIA 43/09 - DEPAVE/SVMA, Art. 6º, parágrafos XI e XV, a saber:

“Art. 6º - No interior do parque é proibido:

(...)

XI – visitantes conduzindo animais, salvo cães e gatos domésticos, desde que levados presos à coleira, guia, ou enforcador e por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos dos animais. É obrigatória a coleta dos dejetos do animal pelo condutor e, para as raças Pit Bull, Rotwailer, Mastim Napolitano e animais agressivos, são obrigatórios o uso da focinheira, conforme determina a lei (Decreto nº 48.533 de 09 de Março de 2004). É vedada a utilização dos bebedouros de uso público pelos animais, bem como o ingresso de animais domésticos no playground.

(...)

XV– empinar pipas;”

14. Denominação utilizada entre os empinadores de pipa.
15. “Cortar” uma pipa, neste caso, seria utilizar-se da linha da própria pipa para cortar a linha de outra. Quando uma pipa é “cortada”, ela já não pertence mais a seu antigo dono e inicia-se uma corrida em disputa pela mesma.
16. Mistura de cola e vidro moído, que se passa na linha para empinar pipas, de forma a aumentar seu poder cortante.
17. Linha com potencial de corte maior da que contém cerol. É obtida a partir do uso de mistura cuja composição leva quartzo e óxido de alumínio.
18. De acordo com a lei nº 12.192, de 06 de janeiro de 2006. Ver “Anexo II” do presente trabalho.
19. Jornal paulistano que veicula notícias relativas ao bairro de Vila Prudente.
20. O título está incorreto, pois a matéria foi desenvolvida em relação ao crematório, que é distinto do cemitério vizinho.
21. Faz-se relevante destacar as acepções de lugar e espaço para Michel de Certeau a fim de um melhor entendimento de suas falas. Para o autor, estas seriam categorias imbricadas entre si. O lugar teria como característica uma homogeneidade, estabilidade dada por um “próprio”, sendo então regido pelas estratégias que seriam as formas organizadas de poder. Já o espaço, não teria esta estabilidade, sendo da ordem móvel, realizando-se quando é animado por movimento, de forma que Certeau vai chegar à definição de que seria então um “lugar praticado”. Ele faz então um paralelo de que o espaço em relação ao lugar seria como que o ato da fala de uma palavra, entendida nas suas

modificações desta ação. Estas definições se distanciam do que concebem alguns autores da geografia fenomenológica, como Yi-Fu-Tuan, no qual este trabalho irá referenciar-se no próximo Capítulo. No entanto, isto não prejudica a referência que se faz a Certeau no conteúdo do texto.

22. Segundo Queiroga (2014 p.113), “o sistema de espaços livres públicos constitui o principal subsistema de espaços livres voltado à esfera de vida pública (geral e política), notadamente os bens de uso comum do povo.”

Assim, pode-se dizer que, os espaços livres do crematório, parte de um bem público de uso específico, ao se voltarem a uma esfera de vida pública poderia assumir este caráter.

23. “Originário do Japão, o Taissô, que significa ginástica, era transmitido inicialmente pelo rádio e, assim, os ouvintes podiam se exercitar em qualquer lugar que estivessem. Daí veio a denominação Ginástica Rítmica Rádio Taissô. A atividade foi regulamentada em 1928 e, até hoje, é incentivada e praticada em escolas, indústrias, hospitais e praças públicas. No Brasil o Rádio Taissô teve início em 1978, na comemoração pelos 70 anos da imigração japonesa no país.” (FOLHA VP, 2014b)

24. REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Metrópole da morte necrópole da vida : um estudo geográfico do Cemitério de Vila Formosa**. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

CAPÍTULO 4

AS EXPRESSÕES DIANTE DO TABU

Os Jardins do Crematório e o sentido de Paisagem

Neste Capítulo final da dissertação serão abordados os jardins para disposição de cinzas constituídos pelos usuários do Crematório. Possuindo diversas formas e por vezes até mesmo sendo representados simplesmente por uma localização, sem demais elementos físicos além da vegetação existente, observou-se que se mostram como expressões de uma dimensão subjetiva, que pode revelar concepções próprias em relação à morte, maneiras de lidar com o luto, sociabilidade, tradições, entre outras. Desta forma, serão revisitadas discussões empreendidas nos Capítulos anteriores, no sentido de referenciação e articulação com o trabalho de campo.

Durante o percurso empreendido da pesquisa, o grande jardim instalado nos espaços livres do Crematório se mostrou como elemento fundamental para o acontecimento dos jardins cinerários postos em questão. Estes, estabelecidos como lugares de homenagem, lembrança e retorno, serão aqui caracterizados como “jardins de memória”.

A partir das observações e entrevistas, acredita-se que a experiência do jardim, que evocaria, mas também constituiria, o trabalho de memória dos enlutados, conjuga-se por meio da dialética da vida e da morte. Considerando-se aí a existência de uma conjunção entre o elemento humano e a natureza, entendeu-se então que uma noção de paisagem promoveria um diálogo entre as referidas instâncias.

Destaca-se, entretanto, que a paisagem é uma noção que se situa em um campo complexo e aberto de conceituações. Deste modo, buscou-se primeiramente fazer um esforço no sentido de pontuar algumas reflexões em que se apoia o pensamento adotado no trabalho, relacionadas à dimensão sensível humana.

Assim, decidiu-se partir de uma discussão relativa a esta noção para se tecer as percepções em relação aos jardins para cinzas, sendo que estes foram caracterizados a partir do que se acreditou serem elementos-chave de suas formações, usos e apreensões, promovendo-se um movimento dialógico com a dimensão da paisagem.

4.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PAISAGEM

Paisagem é uma categoria que comporta inúmeras definições. Polissêmica, não é um campo fechado, mas permeado pela possibilidade de diversas significações, não possuindo um conceito fixo (SERRÃO, 2011). De acordo com estudos empreendidos por teóricos como Adriana Serrão (2011, 2013), a paisagem poderia constituir-se um problema a ser discutido pelo campo da filosofia¹. Afastando-se da visão ligada ao pictórico, de um observador separado de um fundo fixo e distanciado, ela seria mais que uma apreensão ligada ao panorama ou pano de fundo.(SERRÃO, 2011) Associada simultaneamente à natureza e à cultura, não seria uma ideia universal, mas uma categoria mental, inaugurada pela figura humana.

Neste sentido, pode-se destacar a fala de Augustin Berque(2013), estudioso caro à geografia cultural, quando o mesmo argumenta que a paisagem, “longe de ser uma simples embalagem do nosso ambiente, nos diz que esta realidade foi, ainda é e que deve mais do que nunca ser instituída pelos atores sociais.” (p. 27) Escapando ao meio puramente material, levaria em consideração a dimensão do espírito humano:

Em suma, a paisagem diz respeito ao visível, **mas também** ao invisível. Ao material, **mas também** ao espiritual. É esta ambivalência o que é essencial, e o que faz a realidade da paisagem. (BERQUE, 2009 p. 85 grifo do autor)

Para tal autor, a dimensão cultural é fundamental para esta noção. Marcada por historicidade e *mediança*² – uma espécie de sentido da relação de uma sociedade com seu ambiente – a paisagem seria trajetiva, ou seja, realizaria uma trajeção, que seria a “conjugação ao longo do tempo da história e no espaço

dos meios, dos fatores subjetivos e dos fatores objetivos que concorrem para a elaboração dos meios” (BERQUE, 2013 p.41).

De acordo com Georg Simmel (1988), em seu texto inaugural relativo à paisagem³, a mesma seria formada a partir de um fragmento de natureza, sendo carregada de uma pulsação de vida, sentimento e percepção. Ela então é colocada como uma unidade, independente e ao mesmo tempo tributária do todo, que é a natureza – aqui considerada como totalidade, cadeia sem fim das coisas, continuidade de existência temporal e espacial. Para a formação desta unidade, explicita ainda que é necessário haver “um certo conceito unificador”, que “a envolva para imprimir-lhe uma força”, e chega-se então no que considera como a *Stimmung* da paisagem. Esta última seria um suporte unificador que penetraria por todos os seus detalhes, de forma que não só a soma destes seja a paisagem em si. No entanto, a *Stimmung* não estaria ligada a uma condição de causa: para o autor, a paisagem só possui *Stimmung* a partir do momento em que é vista como unidade, mas ao mesmo tempo esta unidade só seria possível com a existência da *Stimmung*, havendo então uma relação de complexidade. (SIMMEL 1988, p.25). Assim, pode-se dizer que, para o autor, “a paisagem faz-se e refaz-se a cada ato contemplativo”. (SERRÃO, 2011 p.18)

Neste sentido, diz Serrão (2004 p.91) que paisagem se refere a

(...) uma porção de natureza, uma parte da realidade natural, uma unidade diferenciada contendo os seres naturais no seu elemento próprio. Resguardada portanto a solidez de um conjunto, integrando nele os seus elementos e também todo o enquadramento vital. Um conjunto não idealizado, mas real, presente e, enquanto tal, visível e sensível, que se oferece à percepção.

Seria assim, a partir desta concepção, uma categoria relacionada à estética,

posta aqui em seu sentido amplo, ou seja, ligada à *aisthesis*. “É união de ser e experiência”⁴. Baseada nos estudos do filósofo Rosario Assunto, a autora pontua que

Como natureza estética diretamente experienciada, **presença** e não representação, a paisagem apresenta-se assim segundo uma dupla referência: ao ser mesmo da natureza e ao nosso modo de a experienciar. Implica o nosso **estar-em nela**: é sempre a “experiência de nós vivendo nela”. (SERRÃO, 2004 p.92, grifos do autor)

Apesar da paisagem estar carregada da subjetividade humana, Serrão (2011), entretanto, chama a atenção para o fato de não ser ela passiva desta subjetividade. Nas palavras da filósofa: “a paisagem não é uma projeção afetiva sobre o exterior, mas, inversamente, um quadro pessoal em que um sujeito individual recebe, como que num *écran*, o mundo que sobre ele projeta” (SERRÃO, 2011 p.15). Assim, longe de ser algo distanciado e ligado a uma lógica de enquadramento, a fruição do ser humano entendendo-se como parte dela é fundamental. Desta forma, vive-se não somente **na** paisagem, mas **a** paisagem, já que o ser humano se inclui nela. Nestes termos, Assunto (2011 p.366) afirma que

(...)É exatamente pelo fato de a paisagem ser natureza que nós, que somos também natureza, não nos limitamos a viver **na** paisagem, mas vivemos **a** paisagem, porque **vivemos a natureza** e, ademais, vivemos **da** natureza: daquela natureza que na paisagem se configura em imagem, imagem da qual nós somos, à qual pertencemos, e não simplesmente imagem que observamos estando fora dela.

No tocante à fruição, o ser humano, a partir dos sentidos, na contemplação da natureza, quando se encontra em uma paisagem, identifica-se como um ser uno, sem distinção entre espírito e corpo:

Porque a fruição da alma, desinteressada, é aqui uma espécie de juízo que tem por tema não só a paisagem como tal, por aquilo que nela se pode assimilar a uma obra de arte, mas também as sensações físicas do nosso estar na paisagem(...)o nosso estar na paisagem é todo um com o nosso viver a paisagem e viver **da** paisagem, viver **da** natureza que é paisagem.(ASSUNTO In: SERRÃO,2011 p.368, grifos do autor)

Deste modo, Assunto chega a um “sentimento vital” do humano deste estar na paisagem. Os aromas, cores, sabores, luzes da natureza, provocam um sentimento de unidade com a mesma, reavivando-a dentro do humano:

Com o seu céu, as suas águas, as suas rochas, a sua vegetação, as suas aves e insetos e animais de todo tipo; que chega aos nossos pulmões, entra-nos, literalmente, no sangue, e expande-se pelos membros, fazendo-nos sentir unos com a natureza: e exalta o nosso ser natureza, a natureza que está em nós, e reaviva-a; e dela faz objeto de deleite, para a alma, suscitando em nós a alegria da nossa identificação com a natureza, de fazer da sua a nossa alegria. (ASSUNTO In: SERRÃO,2011 p.368)

Em sua relação com o espaço, o autor também considera a paisagem como abertura. Apesar de não ser infinita, ao mesmo tempo não seria limitada como um espaço fechado, mas conteria dentro de sua limitação a abertura ao ilimitado. Assim, seria uma “finitude aberta”:

Espaço **limitado** a paisagem, mas **aberto**, porque, diferentemente dos espaços fechados, tem sobre si o céu, isto é, o espaço ilimitado; e não **representa o infinito** (simbólica ou ilusoriamente), mas abre-se ao infinito, mesmo na finitude do seu ser limitado: constituindo-se como **presença**, e não **representação**, do infinito no finito. E a limitação da paisagem enquanto espaço é o autolimitar-se do infinito, e simultaneamente como que o desabrochar da finitude, tal qual como o rebento quando se torna flor: o desabrochar, verdadeiramente, do finito, que embora permanecendo tal, remove dos próprios limites e se abre de infinito. (ASSUNTO In: SERRÃO,2011 p.345 grifos do autor)

Neste ponto, pode-se ainda relacionar com o pensamento desenvolvido por Jean Marc Besse (2006), onde o mesmo, baseando-se na geografia fenomenológica diz que a paisagem não é um círculo fechado, mas é “fundamentalmente um horizonte que se abre” (p.92). Não sendo um lugar fechado, que se fecha em si mesmo, é assim “o que abre o olhar para um além, para uma inconclusão que é propriamente abertura do sentido e da história, e não fechamento sobre o gênio de um lugar.”(p.93)

Voltando o foco ao filósofo Assunto e seus estudos sobre a paisagem, é relevante o cruzamento que o mesmo faz de espaço pelo tempo dentro dessa noção (SERRÃO In: VICHETTI, 2012). Para o autor, ela seria contenedora de uma temporalidade, própria da natureza, a qual possui uma característica não quantitativa, mas qualitativa de tempo. A temporalidade liga-se à noção de tempo circular, não linear, que é inclusivo, trazendo dentro de si passado, presente e futuro: “conserva e prolonga o passado no presente, e no presente antecipa o futuro no qual o presente feito passado se conservará, prolongando-se por sua vez.”(ASSUNTO In: SERRÃO, 2011 p.350) Nas palavras de Serrão (2011 p.27), um tempo “onde se gera a **novidade do idêntico**”, já que na natureza “o mesmo é sempre diferente e sempre novo.” (grifo da autora)

Tal temporalidade seria contrária do tempo encontrado nas metrópoles, onde Assunto (2011) diz predominar a temporaneidade, que seria o tempo linear, quantitativo e finito. O tempo-quantidade, da produção e do consumo:

o contínuo aniquilar-se do presente em face do inexorável emergir do futuro, da ausência do **não-ser-ainda**, um novo presente, também ele efêmero, que também ele se afundará, perseguido por um ulterior **não-ainda**, destinado por sua vez, depois do estrépito de um instante, a apagar-se sem qualquer possibilidade de ser

recuperado, numa ausência ainda mais sombria do que aquela de onde o vimos momentaneamente surgir: a ausência do **não-ser-mais**. (ASSUNTO, 2011 p.350-51, grifos do autor)

Assim, o autor, de certa forma, negaria a possibilidade de haver uma existência de paisagem no meio urbano. Pode-se ainda estabelecer uma relação entre esta dimensão do tempo causadora da não existência de paisagem com o discutido tabu em relação à morte no contexto Ocidental. O ser humano, imerso na temporaneidade, estaria incorporado na lógica do tempo finito, desejando assim eternizar-se e não pensar no fato da morte, eliminando suas evidências do cotidiano e tornando-a ao máximo asséptica.

No entanto, procurar-se-á dentro deste trabalho, com os jardins cinerários, mostrar ainda certo diálogo com a morte, por meio da experiência estética da natureza, instância contenedora da vida e da morte. O que, de certa forma, também mostraria um sentido de paisagem no grande jardim em que se inserem.

Simon Schama (1998) diz que os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: “sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos.” (p.26) Assim, ainda que se localize em uma área densamente urbanizada, poderá ser visto que o Crematório situa-se como um espaço no qual se encontram imersos referenciais arcaicos de natureza Edênica, o que em algum sentido pode ser reforçado pela presença da dialética vida-morte, presentes tanto nos referencias que remetem à natureza existente no jardim – a vegetação, os pássaros – como também nos falecidos presentes nas cinzas dispostas em meio a ele. Segundo Serrão⁵, a paisagem seria uma categoria composta, admitindo

diversos cruzamentos entre natural e humano, desde que se faça presente a base natural.

Diz Serrão (2013) que

A integração do jardim na Paisagem, que não é só o plano de fundo da visibilidade de onde se destacam seres e elementos mas é essencialmente organicidade, **vida**, permite dotá-lo imediatamente das notas distintivas e exclusivas da paisagem natural: a **finitude aberta** e a **temporalidade inclusiva**. (p.79, grifos da autora)

Neste sentido a autora destaca uma frase de Rosario Assunto que se faz relevante colocar aqui: “Jardim é a ‘paisagem em pequeno” (SERRÃO, 2013 p.79).

Colaboração entre a “autopoiese natural” e da “poiese humana”, o jardim seria onde a forma difusa da Paisagem individua-se, “graças a uma poética de colaboração humana que dá origem, não propriamente a uma obra acabada, mas a um espaço com identidade própria, um lugar objeto-subjetivo, modelação humana da atofinalização das formas naturais.” (SERRÃO, 2013 p.80)

Assim, diante do exposto, pode-se fazer referência à existência de um sentido de paisagem no jardim do Crematório. Apesar de não haver um plano projetual para este espaço, há, contudo, uma apropriação das pessoas das mais diversas formas, de onde se destacam os jardins cinerários. Uma apropriação contemplativa e da memória, onde estes pequenos jardins chamam à fruição do grande jardim, remetendo a uma imagem do paraíso, do descanso dos mortos, como já especificado anteriormente. Lugares de memória, permanência do passado no presente, estes, como será visto, compõem-se não só por uma dimensão material, mas também por uma dimensão do sensível, mostrando

formas de enfrentamento da morte, sendo parte do que pode ser considerado um ritual.

4.2. DESCOBRINDO OS JARDINS NO JARDIM

Como já apontado, em um primeiro momento, os espaços livres do Crematório não apresentaram, de imediato, representações incomuns relacionadas à morte. Via-se em meio a seu jardim, flores e placas de homenagens: mas estes não seriam elementos comuns aos locais relacionados à morte?

Fazendo-se, contudo, uma leitura destas expressões à luz da lógica em que a cremação foi implantada no Brasil, assim como no Ocidente de uma maneira geral, observa-se um paradoxo: em seus primórdios, foi estabelecida como método prático de disposição mortuária, não exigindo manutenção de túmulos ou memoriais.

Isto fica claro, por exemplo, na fala de Ariès (1977) em relação ao estudo de Gorer na Inglaterra da década de 1960, como já comentado anteriormente neste trabalho. Ao notar que, na pesquisa empreendida, diversos enlutados preferiam não utilizar locais para lembrança e visita disponíveis para dispor cinzas de seus entes, Ariès chega à hipótese de que com a cremação, haveria uma progressiva mudança do culto do túmulo para um culto da lembrança em casa. Diz ainda que “o parente do incinerado recusa, ao mesmo tempo a materialização do local, seu elo com o corpo que inspira repugnância, e o caráter público do cemitério.” (ARIÈS, 1977 p.630)

Esta lógica também parece ter sido transposta para o contexto brasileiro,

de acordo com depoimentos da arquiteta responsável pelo Crematório Municipal de São Paulo. Em reportagens à imprensa, em época próxima à inauguração do projeto, ela afirmou que a ideia era que o espaço não remetesse a um local fúnebre, com expressões existentes em cemitérios como o ato de deixar flores, identificações ou acender velas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974)

Com o passar do tempo, este raciocínio ainda de certa forma vêm sendo mantido no imaginário popular em relação à cremação. Diversas pessoas a relacionam ainda com o ato de desprendimento dos restos mortais. Tal pensamento ficou evidente com alguns depoimentos de usuários do Crematório, que utilizaram o exemplo de cinzas jogadas ao mar como contraponto ao fato de preferirem ter algum lugar fixo, de referência para retorno.

Além disto, um dos grandes argumentos em favor da cremação ainda em voga é também o não desperdício de terras com os mortos, sendo que podem ser utilizadas pelos vivos. Dentro desta ideia há ainda o motivo da superlotação dos cemitérios, que poderia ser resolvida pelo fomento desta prática. Assim, a cremação seria defensável como opção justamente na medida em que prescinde de locais de retorno para memória à semelhança de túmulos.

Deste modo, diante dos fatos acima apresentados, entende-se que a criação de locais para recordação como os encontrados não seria algo tão comum em locais que promovessem a cremação. Contudo, tendo-se em mente a dimensão dos espaços livres do Crematório e o alto número de cremações que vêm sendo realizadas na instituição, principalmente a partir do ano de 2010 (ver gráfico 1, Capítulo 2)⁶, infere-se que nem todos optam pela disposição de cinzas nos espaços livres do local. Assim, nota-se que, na realidade dos usuários, não

haveria uma resolução homogênea quanto às cinzas, existindo uma variedade de atitudes perante as mesmas.

Além disto, são cada vez mais amplas as opções oferecidas como forma de lidar com as cinzas mortuárias. Somente para citar alguns exemplos, há empresas que oferecem desde a transformação do material em diamantes, a artistas que se habilitam a compor quadros de recordação com tintas misturadas às cinzas⁷. Entretanto, o estudo deter-se-á nas pessoas que optam por constituir um local para disposição cinerária e homenagem dentro do jardim do Crematório.

A existência desta atitude se faz ver claramente por uma observação atenta dos espaços ajardinados. Junto a alguns montículos de cinzas são vistas além de flores depositadas, placas identificatórias, quadros, estatuetas, objetos jardinísticos. Em diversos casos também se encontram delimitações feitas dos mais diversos materiais como cercas plásticas e pedras. Tendo-se em vista a etimologia e conceituação de jardim, como uma delimitação humana de uma área para prazer e deleite⁸, estas conformações encontradas poderiam ser consideradas então como pequenos jardins independentes, pois vê-se que possuem um cuidado na organização de seus elementos além de haver uma escolha de demarcação de acordo com o espaço em que se inserem. Ou seja, seriam como pequenos jardins dentro de um grande jardim já estabelecido nos espaços livres do Crematório.

Estas organizações, que se fazem das mais diversas formas, mostrariam então, desejo de retorno para visitaço, assemelhando-se a expresses encontradas em cemitérios. So locais que remetem principalmente memria dos entes queridos cremados, com elementos que diversas vezes simbolizam os gostos que possuíam em vida, ou apenas demonstraes de afeto em relao a estas pessoas.

De acordo com o observado nos relatos, nota-se que ao construir, manejar, visitar estes jardins, as pessoas se colocariam em outro estado em relação à sua vida cotidiana. Parece sugerir um momento de pausa, reflexão, lembrança de seu ente falecido.

Em relação às lembranças, destaca-se a citação de Henri Bergson, que diz que “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON apud BOSI, 2004, p.46). Assim, pode-se dizer que a própria percepção dos jardins se faria permeada pelas lembranças, onde os objetos colocados auxiliariam sua evocação.

Neste sentido dado pelo autor, Ecléa Bosi (2004) faz relação da escrita na língua francesa para ilustrar o que seria este processo da lembrança: “lembrar-se” em francês é “*souvenir*”, o que indica um movimento de vir de baixo – *sous venir* – ou seja, trazer à tona o que estaria submerso. Deste modo, a lembrança, “afloramento do passado”, “combina-se com o processo corporal e presente da percepção.” (BOSI, 2004 p. 46).

Em relação à memória⁹, Bosi(2004) ainda diz que, para Bergson, esta teria um papel decisivo no processo psicológico total, de forma que

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2004 p.47)

Assim, ali, diante daquele local, do jardim constituído, o enlutado poderia recordar, trazer à mente acontecimentos passados. Seriam então, pequenas

composições jardinísticas, atribuídas de significações e lembranças construídas com o caráter de manutenção da memória. Como diz Bosi (2013 p.71), “Se o espaço para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva.”

Desta maneira, à luz do que foi explicitado, entendeu-se apropriado chamar estas composições jardinísticas, lugares privilegiados escolhidos e constituídos pelos enlutados para as cinzas de seus entes queridos, de “jardins de memória”.

Figuras 127, 128 e 129 - Exemplos de alguns pequenos jardins encontrados no grande jardim do Crematório. Fotos (esquerda para direita): Autora, 2013, 2013, 2014.

Observa-se que não são poucas estas demarcações para cinzas nos espaços livres do Crematório. Diante disto, chama a atenção uma placa proibitiva da própria administração do local no tocante a essa expressão em relação aos mortos. Ao mesmo tempo em que, de acordo com a instituição, pode-se utilizar o espaço livremente para a disposição das cinzas, identificar os locais fazendo demarcações depositando elementos seria proibido. Assim sendo, tem-se a impressão de que se espera que o usuário que utiliza o jardim para esparzimento das cinzas de seus entes não retorne ao Crematório, ou pelo menos, não se expresse de forma

demasiada em relação àquele local.

Pode-se inferir que esta proibição possa estar relacionada ao desejo de prevenir-se ocorrência de certa privatização de áreas de um espaço livre de uma instituição pública. Quanto às velas entende-se que, por não haver um local específico para as mesmas, poderiam ser provocadoras de início de incêndios.

No entanto, a dimensão relacionada aos ritos é mais complexa de que um conjunto de regras racionais a serem seguidas. Dizem respeito a como as pessoas entendem a morte de uma maneira geral, tanto do outro como a sua própria. Tradições fúnebres e crenças relativas à morte, bem como o trato no qual se acredita ser necessário ter com os desejos da pessoa falecida quando era viva, são elementos que se colocariam além da manutenção de uma solicitação administrativa, justificando de certa forma quebrá-las.

Observa-se ainda que, pelo volume de demarcações jardinísticas existentes, a própria administração que teoricamente proíbe estes atos, de forma contraditória, geralmente não toma providências para a retirada de demarcações quando as mesmas são constituídas, existindo uma espécie de consentimento silencioso.

“Cada um faz de uma forma. Tem pessoas que só jogam as cinzas e depois não fazem mais nada. Despejam e vão embora. Tem pessoas não, que fazem um jardinzinho com plantas, com flores, com cercado. Aí vai de cada um. E aí, o interessante é que desde que a gente vem aqui, eu vejo que cada um trata de um jeito. Pela regra não pode, mas acaba tendo esta concessão entre aspas aí. E o pessoal acaba cada um fazendo de uma forma. Mas assim, acho que sempre tem um respeito grande porque, quando vem, joga cinza ali, sabe que ali já tem alguém.” (Miguel, enlutado que constituiu jardim de memória para sua mãe)

Figura 130. Placa proibitiva afixada no jardim do Crematório. Foto: Autora, 2012.

Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”¹⁰ no ano de 2013, funcionários afirmaram que a própria administração orienta para que elas não sejam retiradas. Questionados posteriormente pela pesquisadora, alguns afirmaram que não retiram as composições feitas pelas pessoas, respeitando-as, e relataram que alguns enlutados pedem para que sejam tomados cuidados especiais, dando manutenção necessária. Para esta tarefa, geralmente são dadas bonificações informais, as chamadas “caixinhas”, presentes normalmente na forma de dinheiro. No entanto, de acordo com algumas pessoas que constituem jardins cinerários, muitas vezes os próprios funcionários se oferecem para este serviço. Notou-se ainda que, de forma geral, os que pagam pela manutenção têm seus jardins mantidos mais intactos, enquanto que outros relatam o sumiço de enfeites e mesmo retirada de vegetação plantada.

Figura 131. Diante do comportamento de alguns cães, constituidores de jardins colocam placas como a acima (lê-se: “cão amigo, não faça do meu jardim o seu banheiro”). Foto: Autora, 2014.

A localização destes jardins e as intempéries também são fatores que contribuem para um sentido de efemeridade. Quanto mais próximos de locais de grande circulação como os gramados, mais ficam suscetíveis a serem modificados em decorrência das atividades de lazer. Apesar de não se notar que os empinadores de pipa provocam modificações intencionais nestes jardins, o fato de alguns correrem pelo gramado muitas vezes sem atenção, poderia provocar estragos nos mesmos. Os cachorros também trariam problemas, pois quando não há controle dos donos, alguns cavam as cinzas ou então pegam elementos dos jardins, o que foi relatado tanto por usuários dos jardins cinerários como por donos de cães¹¹. Dependendo ainda da localização – se no meio de taludes ou então em áreas de caminho de drenagem, por exemplo – quando há chuvas torrenciais, podem ser desmanchados pelas enxurradas.

Diante do exposto, vê-se que, apesar do processo de cremação no contexto

pós-moderno Ocidental ter uma origem tecnicista-racional, há no Crematório um movimento de ritualização para com as cinzas por meio da construção e manutenção dos jardins de memória, contrariando esta lógica. Pode-se dizer que há até mesmo uma mescla com os costumes presentes na inumação: não se enterra, contudo, simula-se o enterro por meio da cerimônia de despedida; além disto, as atitudes perante os restos mortais, que são as cinzas, mantêm-se de certa forma semelhantes com os em relação aos corpos enterrados, com a delimitação de espaços para retorno e homenagem através dos jardins de memória.

4.3. FALANDO SOBRE TÚMULO

Como dito anteriormente, de acordo com a forma como são encontrados, pode-se fazer uma relação entre alguns jardins de memória estabelecidos no Crematório e túmulos encontrados nos cemitérios. Desta forma serão feitas algumas considerações relativas a este paralelo traçado.

Quanto a sua etimologia, a palavra “túmulo” origina-se do latim *tumŭlus*, que significa “elevação do terreno, eminência, altura”¹². Ou seja, uma referência ao resultado protuberante do solo após um enterro, provocando uma irregularidade. Assim, essa origem relacionar-se-ia com o processo de enterramento e identificação do local¹³.

Metaforicamente, diz-se que os túmulos são considerados a morada dos mortos. Também pode-se dizer que possuem um caráter de monumento: uma forma de manter viva a memória, evocando a lembrança de quem já está fisicamente ausente (AZARA, 1990).

Dentro destas características, pode ser estabelecido um paralelo claro com os jardins de memória: possuem desejo de localização, seriam uma última morada para o morto na forma de cinzas, além de possuir elementos que remetem à vontade de manter viva a memória em relação ao falecido. Além destes tópicos levantados, os próprios enlutados entrevistados traçam esta analogia, como pode ser visto nas seguintes falas destacadas:

“Eu acho que não é tão diferente. Porque, no cemitério normal, a gente tinha meu pai (...) Era aqui do lado, no São Pedro, e era campinha. A gente vinha, também trazia florzinha pra plantar, tudo, porque tinha o espaço de terra, né. Então, eu acho que não é tão diferente assim da campinha. Não sei, na minha opinião.” (Sandra sobre o jardim de memória em homenagem a seu pai)

“(...) a gente procura conservar como se fosse uma campinha, né... não deixa de ser uma campinha dela.” (Dona Leni, sobre o jardim de memória em homenagem a sua mãe)

Figuras 132 e 133. Plaquinhas em que se observa tratamento dos jardins como “casa” das pessoas falecidas.

À esquerda lê-se: “Nesta casa moram os melhores Avós do mundo!”

À direita lê-se: “Aqui mora uma Rosinha”

Fotos: Autora, 2015 (esquerda), 2014(direita).

Quanto à forma como o túmulo se apresenta, o antropólogo Louis-Vincent Thomas sublinha que a arquitetura funerária contém formas expressivas que abordam o simbólico (AZARA, 1990). Apesar de não existir uma “arquitetura formal” destes jardins de memória, consegue-se notar também esta dimensão simbólica. A partir dos discursos e até mesmos dos textos colocados junto a estes locais, observa-se que cada autor destas composições atribui valorações para os objetos que dispõem, e que, muitas vezes, possuem significações além das que podem ser observadas em um primeiro momento.

Os jardins de memória poderiam ainda carregar um sentido de monumento funerário que, segundo Fernando Catroga(2010), seria simultaneamente uma exteriorização da consciência humana do “ser-para-a-morte” Heideggeriano e afirmação de um direito à memória (p.170). Aqui, a palavra monumento colocada pelo autor deve ser entendida em sua essência etimológica, do latim *monumentum*, derivativo da raiz indo-europeia *men*. Tal raiz “exprime uma das funções nucleares do espírito (*mens*), a memória.”(p.170) Assim, diz Catroga(2010) que “tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação – incluindo os próprios atos escritos – é um monumento.” (p.170)

Ainda à moda das campas¹⁴, posteriormente estes locais são visitados e recebem tratamentos de manutenção. Mesmo nos casos em que a visita se dá somente no dia de finados – à semelhança do que ocorre com muitos túmulos –, procura-se conferir um cuidado ao lugar de forma a conservá-lo de maneira organizada como uma atitude de respeito ao ente falecido.

Em relação à frequência destas visitas, de acordo com os relatos, há os que vêm periodicamente, seja semanal ou mensalmente e os que vêm em datas

Figuras 134 e 135. Plaquinhas de parabéns. Talvez trazidas em homenagem a datas comemorativas (dias das mães, pais ou aniversários, por exemplo)

Fotos: Autora, 2014 (acima), 2014 (abaixo).

especiais, dentre as quais predominam dia das mães, dos pais e finados, além das datas de conotação familiar para o enlutado, como aniversário do falecido ou dia de sua morte.

Contudo, se, ao que parece, as pessoas criam jardins e os visitam no Crematório, mantendo uma ideia tumular, poderia ficar uma questão: por que elas não enterram e definitivamente mantêm um túmulo para seus entes queridos, em um cemitério jardim, por exemplo?

Pode-se dizer que não existe uma resposta definitiva a esta pergunta, podendo-se, entretanto, ser levantadas algumas discussões a respeito. São motivações que perpassam diversas dimensões, desde o cumprimento de um desejo do falecido, formas de lidar com o cadáver e principalmente a possibilidade de dispor seus mortos em um lugar considerado aprazível, como será visto pelas questões levantadas a seguir.

4.4. A ESCOLHA PELA CREMAÇÃO E PELO CREMATÓRIO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A escolha pela cremação perpassa diversas dimensões, sendo elas subjetivas ou não, relacionadas a fatores econômicos e sociais, em diferentes escalas dependendo do caso. Com o intuito de promover uma reflexão relativa à demarcação de lugares para a disposição de cinzas na forma de jardins, deter-se-á em algumas motivações relativas à opção pela cremação a partir de relatos dos enlutados ouvidos no Crematório, de modo a enxergar possíveis entrelaçamentos.

O método de lidar com a configuração do corpo após a morte é uma

destas motivações. Em muitos casos, as escolhas se relacionaram à higiene e também a não suportar a ideia da corrupção corpórea.

“É tranquilo, é realmente uma coisa bem higiênica, não vai ficar com bicho te comendo. É ‘embaçado’ o bicho te comendo.” (Cláudia)

“Eu acho que cremação é mais higiênico, acaba esse negócio de ficar sofrimento de ir lá em cima [referência ao Cemitério São Pedro], mantendo uma ‘máfia’, dentro do cemitério. Acho que é bom pra família porque sabe que está aqui e acabou. Não tem tanto problema.” (Vivian)

“(...) lá no cemitério, na cabeça da gente... certo ou errado... o corpo, a carne, será consumida por bichos ou naturalmente, e aqui... eu tenho uma cinza que guardo em algum lugar e que eu sempre vou lembrar sem aquele pensamento de animais...enfim, de coisas da natureza orgânica, né...” (Olga)

Assim, o corpo, na forma de cinzas, não se apresentaria como possibilidade de vetor de vermes, ou emanções pútridas, não provocando este tipo de imagem em relação ao ser amado. Vários entrevistados disseram ainda ter optado pela cremação após exumação de corpos que em um primeiro momento, foram sepultados em cemitério comum. Houve relatos ainda de pessoas que passaram por momentos traumáticos no acompanhamento do procedimento exumatório de seus entes queridos, tendo-os visto em processo de decomposição, cercados por insetos. Saber que os seus corpos estão neutralizados, não mais passando por este “sofrimento” debaixo da terra, ajudaria a afastar tal imagem.

Ainda sobre a decomposição corpórea e a maneira de lidar com os cadáveres, diz Rodrigues (2006b) que são itens diretamente ligados ao fator cultural, relacionando a aversão aos corpos com o tabu do enfrentamento da morte:

A sociedade tem de se apropriar desse processo natural porque, se os indivíduos morrem, ela pelo contrário, sobrevive. Se ela vê no homem a sua imagem projetada, gravada, as forças que o constituem devem ter a mesma perenidade. A destruição do corpo turva a sua imagem, sobretudo enquanto ele se consome. Obriga a sociedade a refletir sobre si e os homens a pensar em seus destinos. Evidencia suas vulnerabilidades. Para uma sociedade que se crê imortal, o espetáculo de degradação do objeto em que se vê, não pode ser suportado (RODRIGUES, 2006b p.61).

Soma-se a isso ainda o caráter purificador que o fogo teria no imaginário. Carregando dentro de si a propriedade da destruição, mas também da luz, da purificação, o fogo seria um elemento que teria esta capacidade de poder transformar o cadáver, com todas suas implicações, em restos mortais neutros (BACHELARD, 1994). Assim, as cinzas, sob efeito do “fogo purificador” apresenta um simbolismo próprio e puro. (MAURO, 2007 p.13)

Há também as motivações que partem do desejo dos falecidos, com bases em histórias populares. Ouviu-se relatos onde os entes solicitavam que fossem cremados após a morte devido ao medo de serem enterrados vivos e acordarem dentro das urnas funerárias. Este tipo de temor remete a antigas histórias do imaginário popular, onde se ouve contar de coveiros que escutam gritos vindos de jazigos e que, quando vão abrir as urnas para conferir, encontram as mesmas com marcas de arranhões na parte interna, com os corpos virados dando sinal de que se moveram.

A cerimônia de despedida também se mostrou um fator para a escolha da cremação, especialmente no Crematório Municipal. Em praticamente todas as conversas empreendidas, ela foi destacada como bela em contraponto ao enterro:

“É uma coisa, que não te deixa tristeza, entendeu? Porque, quando você

vai enterrar, faz o buraco, põe lá dentro do buraco, e põe placa, parece que a pessoa vai fugir de lá. É... agride a terra... Aí não. É uma cerimônia bonita.” (Ana Maria, sobre a cerimônia de despedida)

“eu acho o cerimonial divino, maravilhoso, respeitoso, bonito... que não existe beleza na morte? Existe!” (Dona Leni, sobre a cerimônia de despedida)

Além disto, ela simularia um enterro sem todos os fatores negativos, como ver o ser amado ser colocado debaixo da terra:

“Eu cremei pelo seguinte: Porque, se você enterra, é um sofrimento. Você já está enterrando, ainda mais para quem não tem campa. Você está jogando aquela terra. Depois é um outro sofrimento, porque você tem que desenterrar, pegar aqueles ossos e pôr em algum lugar. E pelo menos cremando, você guarda a lembrança da pessoa assim: abaixou o caixão, pronto. Não teve terra, não teve nada. Depois a gente vem, pega as cinzas...” (Olga, sobre a opção de cremar a mãe)

A questão financeira também é um fator que não pode ser ignorado. Com o crescimento da procura pela cremação, abertura de novos locais para este procedimento, o custo vem progressivamente diminuindo. Principalmente no Crematório, que é de cunho público, o processo é bem menos custoso em comparação a um enterro em um cemitério particular, além de possibilitar o não pagamento de manutenção de um túmulo ou um de ossário, caso escolha esparrizar as cinzas lá, por exemplo. Assim, a cremação se configuraria como uma escolha acessível.

“Eu vejo que hoje em dia muita gente crema mais por facilidade e parte financeira. É mais barato cremar, porque você crema, põe as cinzas aí e acabou. Agora você vai num cemitério, você paga um jazigo caro, você paga a manutenção, porque o jazigo tem que ter a manutenção, é eterno. A gente paga do meu sogro, tudo, é pra vida toda, né. É uma manutenção. Então

eu acho que hoje muita gente está mudando mais pela parte financeira.”
(Mari)

E não só o custo da manutenção, mas também o aspecto dos ossários, foram levantados como motivações. Segundo relatos, são locais desagradáveis e que trazem uma sensação de aprisionamento do ente falecido em contraposição aos espaços livres do Crematório. Isto pois, se constituem por pequenos lóculos onde cabem somente os ossos exumados, dando assim a impressão de “sufocamento” e “aperto”. Ainda a aparência, por falta de manutenção nos ossários dos cemitérios públicos, também são fatores levados em consideração para que se sinta que são “feios”.

Figuras 136 e 137.
Ossários dos cemitérios públicos paulistanos “São Pedro” (esquerda) e “São Luiz” (direita). Fotos: Autora, 2015 (esquerda), 2014(direita).

A enlutada Mirtes, por exemplo, relata que a possibilidade de dispor as cinzas em um local bonito e organizado traria ainda uma espécie de dignidade que, pode-se inferir, não existiria nos cemitérios públicos destinados a pessoas menos favorecidas financeiramente:

“Não é porque a gente é pobre que tem que ser bagunça, largado.” (Mirtes)

Desta forma, os jardins de memória podem se configurar como uma opção aos túmulos. Personalizados e construídos pelos próprios enlutados, não teria o dispêndio de gastos, mas ainda sim manteria um local de homenagem e visita, possuindo melhor aparência e estando em um local com características mais agradáveis que um cemitério público.

Chega-se então à questão da configuração dos espaços livres do Crematório. Ainda quando há a possibilidade de utilização de cemitérios-parque, enlutados consideram o Crematório um local onde a morte se faz presente de modo menos agressivo. Em um cemitério, mesmo que parque, há a definição clara de túmulos, além de possibilitarem a visão de enterros, que suscitariam um espírito de tristeza:

“Mas lá você está vendo, né. Você está lá acendendo vela, você está vendo uma pessoa sendo enterrada. Não é mesma coisa que aqui, né. A gente está aqui agora, mas está tendo uma cerimônia agora, mas é, sei lá, é diferente.”
(Miguel sobre o contraponto entre cemitério parque e o Crematório)

Em relação aos espaços, não se pode deixar de levar em consideração também as atividades de lazer que ocorrem concomitantemente. O posicionamento em relação a estas não foi unânime, sendo por vezes contraditório. Em alguns casos os enlutados disseram que as crianças correndo, pessoas caminhando, traziam uma esfera de vida ao local, sendo-lhes agradável; ao passo que em outros, em sua maioria, geravam incômodo, como nas falas destacadas:

“Olha eu não tenho nada contra e nem a favor. Eu só não traria meus netos. (...) tem pessoas que não tem parente nenhum aqui. Eu, na minha opinião, não viria. Eu respeitaria porque aqui é lugar dos mortos, né?”
(Olga)

“(...) Porque aqui... gente, aqui é como se fosse um cemitério, vamos respeitar, né. Criança jogando bola, os maloqueiros empinando pipa. Aqui é um lugar de paz. A pessoa quer ficar em paz. A pessoa, o espírito, sei lá. Eu acho que aqui é como se fosse um cemitério. Vê se no cemitério ficam indo empinar pipa, levar cachorro passear, jogar bola. Ninguém faz nada ali. Vem tudo pra cá. Por que? Porque aqui é um jardimzão. E eu não sou de acordo não.” (Cláudia)

“(...)eu acho que tinha que ter esse respeito das pessoas, né. Aqui é um espaço diferente, não é pra você empinar pipa, pras pessoas virem empinar pipa, andar de bicicleta, trazer cachorro. Eu gostaria que fossem mais respeitados esses pontos, né. E o pessoal não respeita.” (Sandra)

4.5. A COMPOSIÇÃO DOS JARDINS DE MEMÓRIA

De acordo com o observado, os chamados jardins de memória são compostos pelos próprios enlutados que, de tempos em tempos, os visitam para dar manutenção, homenagear e lembrar de seus mortos. Pela sua característica constitutiva, pode-se dizer então que são representações jardinísticas vernaculares. Manifestação espontânea destas pessoas, ligada à expressão popular, não se constituem obras pensadas por especialistas.

Para uma contextualização do termo, o mesmo se origina etimologicamente do latim *vernaculus* que teria o significado de nativo, doméstico, em oposição ao que vem de fora. Segundo CONAN (1999), a palavra era utilizada primeiramente para definir linguagens nativas, locais, em oposição à de estrangeiros. Explica então que este uso foi traduzido para o campo da arquitetura sendo utilizada para designar aquela “feita de acordo com práticas e crenças populares em oposição à prática dominante de projeto de edificações construída pela divisão

de trabalho nas sociedades modernas desde a Renascença”(CONAN, 1999 p. 181). Assim uma arquitetura “vernacular” seria aquela feita por “não-arquitetos”. Desta forma, este raciocínio poderia ser transposto em relação aos jardins. Um jardim vernacular seria aquele composto dentro de uma cultura popular, não expressando ideais projetuais de especialistas da área.

Quanto a esta característica vernacular, do fazer popular, dos jardins de memória, convém mencionar também algumas considerações do arquiteto paisagista Bernard Lassus. Este, ao estudar as ações de moradores de subúrbios de algumas cidades francesas na década de 1960, — que denominou de moradores-paisagistas — discute a dinâmica dos jardins espontâneos e fala de como muitas vezes o projeto paisagístico pode ou não invocar uma participação das pessoas no sentido de complementá-lo.

Ele ainda chama a atenção dos profissionais da área para que tenham cuidado em não produzir espaços que tendam a reduzir a contribuição externa, pois poderiam congelar a paisagem:

Cada vez que há uma nova contribuição, há uma nova paisagem; convém que a contribuição não seja considerada somente como um complemento ao contexto, mas como algo que facilita a presença de contribuições vindouras (sempre as mais importantes) e abre possibilidades à evolução do lugar. A contribuição tanto pode reduzir como aumentar a receptividade dos lugares. (LASSUS, 1976, pág. 7)

Pode-se replicar este excerto de Lassus para o caso do jardim do Crematório com algumas ressalvas. Aqui não foi executado um projeto paisagístico convidativo para a contribuição, porém o fato da sua quase inexistência de forma clara, fez com que emergissem as expressões espontâneas das pessoas que esparzem as cinzas. Talvez, se houvesse uma organização espacial rigorosa jardinística, pudesse

haver uma intimidação em construir essas demarcações cinerárias.

Além disto, pode-se relacionar os jardins de memória ao que Anne Cauquelin (In: SERRÃO, 2013) considera como “jardim ordinário¹⁵”, ou seja um jardim da dimensão do comum. Este seria um jardim que:

não é planeado de uma só vez, num desígnio primeiro, mas vai sendo feito e tratado devagar, pouco a pouco, ao sabor da disponibilidade do tratador. Um espaço peculiar, paradoxal e fragmentário onde ao contrário das grandes construções ou concepções arquitetônicas prevalecem os elementos do ensaio, da tentativa e do erro, a indeterminação e a expectativa. (SERRÃO, 2013 p. 81-2)

Assim, os jardins cultivados pelos enlutados, modificados e construídos pouco a pouco, poderiam se aproximar desta ideia exposta por Cauquelin.

Quanto à escolha das localizações dentro do grande jardim existente, esta é ligada a diversos fatores, como: facilidade para memorização do local – próximos a elementos do edifício, torneiras, entre outros, o que torna mais fácil encontrá-los –, apreciação de determinada espécie arbórea existente no jardim, privacidade e segurança.

Esta última, frisa-se, foi um tema tocado por inúmeras falas, sendo influenciadora também, em alguns casos, pela escolha de homenagem no Crematório em relação a um túmulo em alguma necrópole. As áreas ajardinadas do Crematório, apesar de não serem vigiadas constantemente por forças policiais, trariam um sentimento de segurança maior em relação a cemitérios, devido a suas dimensões menores, disposições espaciais e abertura visual dos alambrados. Em cemitérios de grande porte, como de Vila Formosa, ou até mesmo no vizinho São Pedro, existem regiões que acabam ficando inóspitas, sem circulação, tornando-

se perigosas de serem frequentadas.

À semelhança dos “olhos da rua” conceituados por Jane Jacobs (2011), a existência de muros, vedando a visão para a movimentação das ruas, bem como a falta de circulação de pessoas nas áreas mais afastadas dos limites do terreno, acabam por tornar diversos cemitérios locais que transmitem insegurança, promovendo, segundo entrevistados, uma sensação de vulnerabilidade a assaltos, por exemplo.

Esta percepção foi experimentada também pela própria pesquisadora em algumas visitas ao cemitério vizinho, o São Pedro: em alguns locais afastados da movimentação da entrada, que é onde há pequenos comércios, salas de velório e estacionamento, há pouca frequência de visitantes e funcionários, tornando-se áreas que trariam baixa sensação de segurança. Segundo alguns interlocutores, os cemitérios do tipo tradicional teriam esta condição ainda mais agravada em relação aos do tipo parque, pois os túmulos altos e esculturas propiciariam esconderijos para supostos criminosos.

Figura 138. Cemitério São Pedro (à esquerda): alguns locais possuem pouca movimentação e podem ser inóspitos. Fotos: Autora, 2011

Figura 139. Cemitério Quarta Parada (à direita): segundo relatos, este tipo de configuração cemitierial, com túmulos, torna o local propício a “esconderijo” de criminosos. Fotos: Autora, 2011

Ainda no tocante à localização dos jardins cinerários, nota-se que os mesmos predominam nas duas áreas lindeiras ao edifício. Já o gramado, como já explicitado anteriormente, tem menor quantidade destas expressões, o que poderia estar relacionado à presença das atividades de lazer e também por ser muito aberto à visão de todos. As áreas aos fundos do edifício, apesar de utilizadas, são preteridas também, o que se infere por algumas falas pela questão da segurança, além de se notar que não possuem um visual tão agradável, por se tratar de um espaço onde estão equipamentos de manutenção por exemplo. Observou-se que até mesmo o canteiro do estacionamento por vezes é utilizado, mas, como nas áreas de gramado e fundos, é menos escolhido como opção. Assim, observa-se que a escolha se daria por áreas não tão isoladas, mas também não tão abertas, de forma que haja certa privacidade.

Figura 140. Mapa com indicação dos locais com maior frequência de jardins de memória (de acordo com observações no local, pois não foi realizada contagem). Desenho: Autora, 2015 - sobre mapa fornecido pelo SFMSP.

Figuras 141 e 142. Gramado. Apesar de haver alguns jardins de memória, os mesmos são poucos em relação a área. Fotos: Autora, 2015.

Figuras 143 e 144. Fundos do crematório. Local onde ficam as instalações de gás e algumas entradas de serviço. Encontram-se alguns jardins de memória, mas são poucos. É uma área pouco movimentada. Fotos: Autora, 2015.

Estas áreas lindeiras ao edifício são as de maior concentração de árvores, podendo-se dizer que possuem certa característica de bosque. Este tipo de composição, provoca sentimento de acolhimento espacial, pois o elemento arbóreo cria uma espécie de escala humana em contraponto a um espaço livre aberto, dando este tipo de sensação.

Destaca-se ainda que os pés das árvores são os locais favoritos para esparzimento das cinzas e constituição de homenagens, sendo que dificilmente se

encontra uma espécie que não possua um conjunto de cinzas. Isto porque, talvez, sejam os elementos do jardim que de certa forma são fixos, sendo dificilmente derrubadas. Assim, se tornam marcos seguros para retorno caso os elementos jardinísticos sejam retirados:

“O pinheiro tem que estar aqui. Porque, se tirarem o pinheiro, eu já não sei nem mais onde que estão as coisas. Pra mim, a minha referência é o pinheirinho.” (Cláudia, sobre o pinheiro onde foram jogadas as cinzas de 2 de suas bisavós)

Figuras 145 e 146 (acima). A base das árvores são um dos locais favoritos para esparzimento de cinzas. Fotos: Autora, 2015(esquerda), 2014 (direita).

Figuras 147 a 150 (abaixo). Além da escolha das árvores, diversos enlutados também entalham o nome de seus entes nos troncos, sinalizando uma demarcação permanente. Geralmente são iniciais, apelidos ou o parentesco. Fotos: Autora, 2014, 2014, 2015, 2013. (respectivamente, da esquerda para a direita)

Uma usuária afirmou que quando ela e os irmãos procuravam um local no jardim para depositar as cinzas da mãe, um dos jardineiros sugeriu e se ofereceu para plantar uma árvore no local que escolhessem. Assim, plantaram uma ameixeira e ao seu pé delimitaram um círculo com pedras para colocar as cinzas. Ela afirmou que vêm mensalmente dar manutenção a este jardim e procuram sempre tomar cuidado para que as cinzas não se espalhem, reunindo-as. Mesmo dizendo saber que é impossível mantê-las ali para sempre, pois estão à mercê de intempéries, querem ao menos conservá-las juntas por um tempo até que se misturem à terra.

Como já apontado no Capítulo 2, a árvore representa um elemento que remete a uma organização mitológica do sagrado. Mircea Eliade (1979), mostra que ela pode conter diversos simbolismos, entre eles o de Centro do Mundo, ou seja, um local onde o sagrado se manifestaria, ligando as regiões cósmicas do céu, terra e inferno, nas culturas que lidam com estas concepções¹⁶. Assim, nestes casos, o elemento arbóreo teria um papel sagrado que, segundo o autor, seria um arquétipo exemplar da Árvore do Mundo¹⁷. Este caráter de eixo ainda a daria uma conotação simbólica de ascensão e de escada de ligação.

Eliade (1979 p.48) ainda diz que por a morte – iniciática ou não – ser uma ruptura por excelência, é simbolizada por uma escalada, sendo que rituais funerários frequentemente se utilizam de escadas ou escadaria. Em diversas culturas por todo o mundo a alma do morto escala o caminho de uma montanha, sobe uma árvore ou um cipó até os céus.¹⁸

A escada seria então um representante simbólico plástico coerente, exemplificando a ruptura para a passagem de um nível a outro, tornando possível

a comunicação entre as já citadas regiões do Céu, Terra e Inferno. O referido autor ainda mostra que este simbolismo faz parte do inconsciente humano:

Sabe-se que o simbolismo da escada e dos degraus se encontra com muita frequência na literatura psicanalítica, o que define que estamos perante um comportamento arcaico da psique humana e não perante uma criação ‘histórica’, uma inovação devida a um certo momento histórico (digamos: o Egito arcaico ou a Índia védica, etc.) (ELIADE, 1979 p.49)

Assim, faz sentido se pensar nestes termos simbólicos e arcaicos para a realidade encontrada no Crematório. Segundo Eliade (1979), “o símbolo, o mito a imagem, pertencem à substância da vida espiritual”. Pode-se “camuflá-los, mutilá-los, degradá-los”, mas nunca se poderá extirpá-los (p.12). Ou seja, inevitavelmente, o ser humano, independente de pertencer à modernidade, tem em seu subconsciente uma mitologia abundante sobrevivendo dentro de si:

A mais apagada existência está pejada de símbolos, o homem mais ‘realista’ vive de imagens (...)os símbolos nunca desaparecem da atualidade psíquica: podem mudar de aspecto, mas a sua função continua a ser a mesma: basta retirar-lhes suas novas máscaras.

Ainda dentro deste aspecto, pode-se dizer que a própria vegetação, de um modo geral, a partir do seu ciclo, representa constante renovação. A morte, ao adubar o solo, geraria vida ao fazer parte do processo de renascimento de novas espécies.

Simon Schama (1998), levanta um ponto relevante neste sentido: imbricado com o sentimento mitológico ancestral, a natureza presente na forma de bosque, se constituiria como uma espécie de consolo para a mortalidade humana. A promessa anual de renovação deste tipo de ambiente o faria um local adequado para a recepção dos restos terrenos humanos (SCHAMA, 1998 p.25).

Pensamento este que pode ser visto da fala do enlutado Miguel, por exemplo:

“Então, o mesmo lugar que é um local que você deposita as cinzas, você vê que a natureza está se renovando, com as árvores, com aves.” (Miguel)

Neste âmbito, pode-se ainda depreender uma relação com a existência de um sentido de paisagem. Destaca-se então a fala de Assunto (In: SERRÃO, 2012) na qual diz que,

Na paisagem, de que é parte fundamental a vegetação, esta imagem do tempo infinito como circularidade de estações, que das folhagens, das ervas, dos rebentos, periodicamente repete o verde e o ouro, e ciclicamente renova o perfume das flores, o sabor dos frutos (...) (p.358)

Esta atmosfera paisagística, presente no jardim do Crematório, somada à ausência dos tradicionais aspectos fúnebres dos cemitérios, seria ainda promotora de um sentimento de “paz”, palavra recorrente nas falas dos enlutados:

“No crematório é uma paz muito gostosa.” (Dona Leni)

“É uma paz quando você vem. É uma tristeza que você sente dentro de você, mas é uma paz que você está vendo flores, você está vendo árvores. Não é como em um cemitério que você vê os túmulos, você vê aquelas cruzes, o nome da pessoa falecida... então eu sinto mais paz assim.” (Dona Olga)

“Transmite paz, né. Tem uma interação com a natureza, por causa das árvores. Tem muita árvore frutífera aqui, tem muito pássaro. Então, você fica ouvindo direto, tem esse contato.” (Miguel)

Diante desta última fala ainda cabe aqui, transcrever um excerto – um pouco longo, porém pertinente – do “Elogio dos Pássaros”, de Giacomo Leopardi,

Figura 151. Os elementos naturais despertariam um sentimento de bem estar nas pessoas, o que pode ser visto em algumas placas. Na foto, nas placas afixadas no tronco em primeiro plano, lê-se as seguintes mensagens: “Cantinho Feliz!” (placa amarela acima) e “Respeite a natureza pois ela nos faz bem” (placa branca abaixo). Foto: Autora, 2013.

destacado por Assunto (2012):

(...) que as aves sejam e se mostrem mais radiantes do que os outros animais, não é sem uma grande razão. Porque são, na verdade, como referi antes, por natureza mais dispostas a alegrar-se e a serem mais felizes. Antes de mais, parecem imunes ao tédio. Mudam de lugar a cada momento; vão de povoação em povoação tão distantes quanto se queira imaginar, e da mais ínfima à mais extrema parte do ar, num pequeno espaço de tempo, e com facilidade admirável; experimentam nas suas vidas uma infinidade de coisas diferentes, exercitando continuamente o corpo; abundam sobretudo de vida extrínseca [...] E ainda, estando os outros animais, como foi dito, dispostos naturalmente ao repouso, e as aves ao movimento, [...] e sendo o movimento coisa mais viva que o repouso, consistindo, de resto, a vida em movimento, [...]conclua-se que a ave possui maior abundância de vida que todos os outros animais. Ora, se a vida é coisa mais perfeita que o seu contrário, pelo menos nas criaturas vivas, e se, como tal, maior abundância de vida é maior perfeição, também por isto se segue que a natureza das aves seja mais perfeita (...) (LEOPARDI apud ASSUNTO In: SERRÃO, 2012 p.360)

Observa-se na fala do poeta uma visão de que este movimento, imprevisível, das aves constituiria uma abundância de vida, mostrando a infinitude temporal da própria vida: “Tempo como movimento, não do ser para o não-ser, mas para uma outra qualidade do ser”. (ASSUNTO In: SERRÃO, 2011, p.360) Alegria e vida, que tantos enlutados acabam sentindo apesar de estarem em um espaço onde a morte também se faz presente.

Retomando o aspecto da presença vegetal, pode-se dizer que é parte fundamental na escolha de constituição do jardim de memória. Em muitos casos, liga-se com a relação que o falecido tinha em vida com a vegetação.

Um exemplo é o de Maria Aparecida, que cuida do local onde esparziu as cinzas da mãe. Senhora de caráter simples, relata não conseguir vir mensalmente

cuidar do local devido a seu estado de saúde, encontrando sempre suas composições jardinísticas descaracterizadas quando volta a visitá-lo. Diz não ter dinheiro para pagar manutenção, o que poderia levantar um questionamento de talvez existir uma relação entre pagamento informal aos jardineiros para manutenção e zelo quanto à caracterização dos jardins cinerários.

A despeito destes fatos, mesmo não tendo constituído cercamentos, a entrevistada dispensa grande cuidado com a árvore que escolheu como ponto para colocar as cinzas maternas, plantando arbustos no entorno do tronco. Apesar de saber que as cinzas já se dispersaram pelo solo, considera a árvore como símbolo de sua mãe, sempre olhando para ela e se referindo como a sua “mãezinha”. No dia de finados, traz cachos da helicônia¹⁹ plantada no quintal de sua casa, que a mãe cuidava quando viva e tinha grande apreço.

Figuras 152 e 153. Jardim constituído por dona Maria Aparecida. Os cachos de helicônia foram retirados das plantas que a mãe cuidava e prezava quando viva. Ao pé do tronco, ela plantou alguns arbustos e flores. Contudo, se mostra sem esperança que eles se mantenham por muito tempo, pois afirma que sempre encontra desconstituídos os jardins que organiza. Disse que não colocou plaquinhas ou demarcações como os outros pois lhe disseram que não seria permitido e que a manutenção as retirava regularmente. Foto: Autora, 2013.

Já as irmãs Elda e Salete, revelaram que escolheram demarcar o lugar do jardim de cinzas de seus pais com mudas de vegetação diferentes de forma a representá-los. Primeiramente, com o falecimento do pai, elas e a mãe escolheram um local para esparrizar as cinzas do mesmo, e plantaram uma muda de café, trazida de Curitiba por um irmão. Todo fim de semana elas vinham visitar este local, e a mãe até mesmo colocava uma cadeira e passava um tempo lá. Com a morte desta mãe, elas então a cremaram e a colocaram próxima ao pai, plantando um pé de cacau para demarcar. Contudo, elas utilizam uma árvore já existente – que fica entre as 2 mudas – como local para dispor as cinzas constituindo o jardim de memória para seus pais.

Figura 154. Mudas de cacau²⁰ (lateral direita) e café (à esquerda), plantadas pelas irmãs Elda e Salete como símbolo de sua mãe e pai, respectivamente. Entre as 2 mudas fica a árvore que utilizam como jardim de memória, cuja base está com arbustos plantados.

Outro caso que mostra como o contato com os elementos naturais e com a vegetação é um aspecto relevante na constituição das demarcações cinerárias é o jardim de Dona Silvia, que perdeu o marido. Ela constituiu o jardim justamente por este contato, pois diz que o mesmo apreciava muito as plantas e constantemente ornamentava a casa com flores.

O local escolhido foi ao pé de uma árvore com uma “folhagem verde”, onde dispõe juntamente flores artificiais que, segundo a enlutada, mantém seu aspecto de forma permanente. Ela afirmou ter se sentido muito feliz quando percebeu que a “folhagem” também florescia, dizendo ter sido uma escolha acertada tal localização. Isto mostra quanto os locais escolhidos para os pequenos jardins são pensados e significativos, sendo ao mesmo tempo unidades independentes e fazendo parte de um todo maior.

Figuras 156 e 156 Jardim constituído por dona Silvia. Na ampliação (à direita), plaquinha com coração escolhida pela enlutada e amarrada ao tronco de árvore em homenagem ao marido com os dizeres “Você é super especial”. As flores e terço colocados logo após o tronco são homenagens a cinzas de outras pessoas, pois, segundo Silvia, a parte de trás já é local de outra pessoa. Foto: Autora, 2013.

A entrevistada disse ainda que, posteriormente à morte do marido, pediu autorização aos cunhados para após exumação dos sogros falecidos, cremá-los para poder dispor as cinzas no mesmo local, de forma que a família permanecesse unida:

“Este é o jardim deles, continuarei cuidando enquanto eu puder e se possível, quando chegar minha hora, me juntarei a eles”. (Sílvia)

Afirmou ainda que os sogros se encontravam anteriormente em cemitério parque, e a ideia de retirá-los de lá foi justamente colocá-los em um jardim,

um lugar aberto, em meio a plantas, junto ao filho, em um ambiente livre de fechamento e de decomposição. A visita ao jardim se mostra muito importante para a vivência do seu luto, pois diz que ao mesmo tempo que sente que aquele é um local de dor, devido sua perda, é um local de alegria, devido ao que considera a paisagem do local e os próprios objetos que coloca em seu jardim cinerário: “A paisagem é tudo na vida das pessoas!”

Em relação a isto, pode-se fazer menção a Assunto (2012 p.358), quando diz que na paisagem,

a vida exulta por uma libertação da finitude, permanecendo **na** finitude: libertação da angústia que oprime a finitude e a entristece; conciliação da finitude com sua própria fundação infinita: e portanto júbilo do finito que se abre fundado no infinito, como que retornando à infinitude da própria fundação. (grifo do autor)

No tocante ao luto mencionado, a enlutada relatou que em alguns momentos teria sofrido isolamento pelas pessoas, como se tivesse que se manter enclausurada, sendo colocada em uma situação “marginalizada” devido ao momento em que se encontrava.

Recorda-se aqui que esta situação de isolamento em relação aos enlutados é delineada por autores como Ariès(1977), Parkes(1998), sendo parte do contexto de tabu Ocidental em relação à morte, sendo também consequência das relações de sociabilidade pós-modernas.

Parkes(1998 p.27) acrescenta que a “crescente desconsideração pelo luto formal significa que as pessoas enlutadas recebem pouco apoio da sociedade como um todo, e de suas próprias famílias em particular.”

Ainda segundo o autor, ao vivenciar o luto, muitas pessoas acabam

procurando médicos, quando na verdade os sintomas sentidos seriam resultantes mais de ansiedade e tensão do que de doenças ligadas a motivos estritamente “orgânicos”. (p. 41) Enfatiza-se ainda aqui que esta situação pode fazer com que ocorra uma medicalização desnecessária, até mesmo por parte de profissionais médicos relacionados à área da psique. Por não possuir um período pré-definido, seria muito subjetiva a linha que distinguiria um “luto complicado”²¹ de um luto ainda em processo. Esta é uma questão que ainda suscita dissenso entre os profissionais na área da psicologia²².

Assim, a realidade que dona Silvia diz viver em relação ao seu luto e a forma em que é tratada socialmente é uma condição frequentemente encontrada por estudiosos do tema, existindo diversos matizes a serem considerados.

Retornando ao contexto da demarcação dos jardins, quando não se opta por árvores, geralmente são construídas delimitações com cercas jardinísticas ou então elementos como seixos e pedras, sendo que algumas pessoas fazem o plantio de grandes arbustos ao centro para uma demarcação mais perene. Em alguns casos, os cercamentos se constituem como modo de expressão de sentimentos, onde há os que são dispostos em forma de coração, por exemplo. Acrescenta-se ainda que há casos em que o uso destas delimitações é feito nas árvores também, sendo mais comum no entanto, serem ladeadas por pequenas espécies arbustivas plantadas.

Figuras 159 a 169 (página ao lado). Alguns dos diversos tipos de cercamentos encontrados nos jardins de memória. Foto: Autora, 2013, 2015, 2013, 2014, 2013, 2013, 2013, 2013, 2015, 2013, 2015, 2015 (respectivamente de cima para baixo, da esquerda para direita).

Figuras 157 e 158 (abaixo).

Alguns cercamentos na forma de corações. Fotos: Autora, 2013, 2014 (respectivamente)

Após a escolha do local há então o momento em que é decidido o modo pelo qual serão esparzidas as cinzas. Alguns as colocam sobre o solo na forma de montículos, outros as distribuem em área delimitada, sendo que há os que as deixam diretamente em urnas ou então nas sacolas plásticas em que são embaladas quando a família não efetua a compra de urnas. Segundo relatos, há também os que preferem o enterramento, de forma a garantir a localização e não espalhamento pelos jardins.

Figura 170. Cinzas dispostas nas sacolas plásticas fornecidas pelo Crematório. Foto: Autora, 2015.

Figura 171. Urna cinerária disposta no jardim, a qual o enlutado colocou aviso para não mexer. Fotos: Autora, 2014.

Figuras 172 e 173. Alguns outros tipos de urnas cinerárias encontradas nos jardins. Fotos: Autora, 2014 (esquerda), 2013 (direita).

Em entrevista, uma usuária dos espaços revelou ter até enterrado as cinzas da filha, com medo que se perdessem ou se misturassem com outras. Ela demarcou o local com vegetação e dá manutenção regular ao mesmo. Assim, observa-se um exemplo de que não basta saber que as cinzas do ente querido estão esparzidas no jardim, mas sim onde, em que ponto exatamente estão, para que se possa retornar e ainda dispor elementos que perpetuem a memória do morto. Daí a importância para os mesmos de seus jardins de memória.

Dona Leni, por exemplo, relatou que além de enterrar as cinzas de sua mãe, colocou juntamente elementos religiosos caros à mesma:

“deixei na caixinha um pouquinho,... que vem em um bauzinho, né. Deixei um pouco (...) pusemos um pouquinho em volta da árvore. Lógico que com a chuva, com a terra... mas no dia, nós colocamos um pouquinho em volta sim. Mas está no bauzinho, não tiramos de dentro do bauzinho. Então o bauzinho foi enterrado, inclusive com santinho dela, coisinhas assim dela. A gente enterrou com essas coisinhas. e eu coloquei uns santinhos aqui, mas a chuva, tudo, não deixava ficar...” (Leni)

Escolhendo árvores, ou então delimitando áreas à escolha, viu-se que a definição do lugar se fez fundamental para os enlutados constituidores dos jardins de memória. Na maioria dos casos, saber onde estão as cinzas – enterrando, por exemplo – ou pelo menos existir um referencial de onde elas foram esparzidas, faz com que muitos enlutados sintam que desta maneira estão visitando os seus mortos. Neste aspecto, os restos mortais caracterizariam uma valoração afetiva a determinada área escolhida.

Segundo Yi Fu Tuan (1980), o lugar seria formado a partir de uma porção de espaço experienciada, familiar, dotada de valor. Ao identificar e valorar uma porção do jardim do Crematório para a constituição de seu próprio jardim, de

forma a dar uma característica identitária, poder-se-ia então dizer que há, com a construção destes, uma constituição também de lugares. São locais onde há a possibilidade da experiência do exercício da lembrança do falecido, da vivência do luto.

Pode-se ainda observar a existência de um possível sentimento topofílico em relação a estes jardins de memória. Conceito delineado por Tuan (1980), a topofilia seria caracterizada pelo “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (p.5)

“Eu simbolizei o lugarzinho pra ela. eu trago uma florzinha, pra mim é aqui que ela está (...) é uma referência.” (Dona Ana Maria)

Há casos ainda de lugares que acabam por se constituir verdadeiros “jardins familiares”, o que faz lembrar os jazigos de família nos cemitérios. Por já existir um local com valor para a família no Crematório, o mesmo é escolhido como lugar de cinzas para outros eventuais parentes falecidos. Assim, acaba por se constituir um local em que se homenageiam vários entes falecidos simultaneamente.

Figuras 174, 175 e 176. Jardim constituído para as cinzas de um casal. As segunda e terceira foto mostram ampliação de itens encontrados neste jardim: à esquerda foto de comemoração das bodas do casal onde lê-se a frase: “Completamos Bodas de Ouro, chegamos a Bodas de Jade!!! 19/06/2008 Aparecida e Abel”; à direita, ornamento de jardim, onde à frase existente, foi acrescentado à caneta o nome dos falecidos: “Bem vindos amigos! **Do casal Abel e Cida**”

Enterradas ou esparzidas, o solo se faz um vetor comum para a delimitação dos lugares. Cabe pontuar aqui que a terra tem um significado ancestral para o humano. Segundo Eliade (1992), em diversas línguas o homem é designado como aquele que “nasceu da Terra” (ELIADE, 1992 p.117). Essa relação ainda é transposta em ritos como o parto no chão, praticado por povos em diferentes locais do mundo. A ligação telúrica também é colocada em diversos ritos na disposição dos mortos, podendo ser vista então como elemento limiar tanto do nascimento como da morte (ELIADE, 1992 p.118).

O desejo de personalização e o ato de demarcação imprimem também um caráter de sagrado ao espaço do Crematório. Independente de possuir elementos religiosos, o sagrado se expressa no ato de heterogeneizar o espaço, dando-lhe, em alguns casos, significado especial. Eliade (1992) discute que até mesmo para o Homem a-religioso pós-moderno, que procura sempre dessacralizar o mundo, há uma certa noção de lugar sagrado, que pode não ser ligada a um fator religioso, mas é herança do comportamento do homem religioso, para quem o espaço é heterogêneo: assim, mesmo que “profano”, o Homem delinearía ainda locais privilegiados qualitativamente diferente de outros.

Oferendas religiosas encontradas frequentemente nos portões do Crematório reforçariam ainda a concepção de espaço sagrado, pois demonstram o caráter de limiar que estes acessos possuem. Segundo Eliade (1992 p.29), o limiar é a ideia da fronteira que distingue o mundo profano do sagrado. Estes limiares, para o homem religioso, possuem seus “guardiões”, que se constituem em deuses e espíritos, justificando então as oferendas em locais com tal caráter.

Em relação aos objetos utilizados na confecção dos jardins, notou-

se maior frequência de alguns tipos, os quais serão apresentados ao longo do trabalho. No entanto, o objetivo não foi buscar uma padronização, mas sim, talvez semelhanças de atitudes perante a morte ou mesmo notar como eles se influenciam pela maneira que se caracterizam.

Figuras 177 a 182 (nesta página e página ao lado). Alguns dos diversos objetos encontrados nos jardins de memória. Existem desde itens de jardim a bibelôs, brinquedos, entre outros.
Fotos: Autora 2015, 2015, 2015, 2015, 2013, 2015 (de cima para baixo, da esquerda para direita, nesta página); 2013, 2013, 2014, 2015, 2014, 2014 (de cima para baixo, da esquerda para direita, na página seguinte).

Quanto aos seus significados, não se pode dizer que há a possibilidade de interpretação certa, principalmente sem o discurso das pessoas que os escolheram. No entanto, quando se julgou possível, algumas inferências foram feitas a partir de observações. Contudo, frisa-se que não se buscou uma universalização de significados e criação de uma espécie de categorização dos símbolos, mas sim uma tentativa de entendimento de expressões, sempre procurando se referenciar em campos e autores que possam apoiar tais apreciações. Neste sentido, faz-se menção para o alerta colocado por Eliade (1979) no que

concerne a interpretações de imagens de forma fechada e unilateral:

É pois a imagem como tal, na qualidade, de feixe de significações, que é verdadeira e não uma só das suas significações ou um só dos seus numerosos pontos de referência. Traduzir uma imagem numa terminologia concreta, reduzindo-a a um só dos seus planos de referência, é pior do que mutilá-la: é aniquilá-la, anulá-la como instrumento de conhecimento. (ELIADE, 1979 p.16)

Pitta (2005 p. 13) explicita que o ser humano atribui significados aos objetos que vão além da sua funcionalidade e, o ato de dar significado a algo implica entrar na dimensão do simbólico. A autora ainda aponta que, segundo Bachelard, o símbolo permite “estabelecer o acordo entre o eu e o mundo” (p. 15). Assim, poder-se-ia considerar os artefatos depositados nos jardins cinerários como símbolos mediadores das pessoas enlutadas com o mundo, talvez uma forma de direcionamento da energia psíquica que estava ligada ao ser amado perdido.

Convém aqui ainda fazer referência a Eliade (1979 p.13), nas suas discussões em relação à dimensão dos símbolos. Segundo o autor,

O pensamento simbólico não é domínio exclusivo da criança, do poeta ou do desequilibrado: ele é consubstancial ao ser humano: precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade – os mais profundos – que desafiam qualquer meio de conhecimento. As imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psiquê; eles respondem a uma necessidade e preenchem uma função: pôr a nu as mais secretas modalidades do ser.

Em relação à realidade que pode ser apresentada a partir de objetos, Meneses (1998) diz que é necessário que sejam entendidos não isoladamente, mas nas suas relações sociais:

Figuras 183 e 184. Poderia se especular que a bengala, um elemento tão utilitário, seria pertencente ao ser falecido. Diz Bosi (2004) que “quanto mais voltados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abranda.”(p.26) Fotos: Autora 2013, 2014 (respectivamente).

Os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda a espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. (MENESES,1998 p.92)

Ou seja, diante do exposto, um objeto pode possuir uma dimensão simbólica, que não é unilateral, podendo ser múltipla, não podendo ser interpretado isoladamente, mas na relação que possui socialmente.

Bosi (2013), no seu trabalho com as lembranças, ainda faz uma distinção entre objetos opondo-os entre biográficos e de status. Enquanto um teria o intento de reproduzir uma condição de status, os objetos biográficos seriam aqueles incorporados à vida do possuidor, sendo insubstituíveis:

(...) envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. (BOSI, 2013 p.26)

Nos jardins de memória, observam-se elementos que são impregnados de significados pelos enlutados, mas há também aqueles que claramente poderiam pertencer ao falecido, possuindo esta característica biográfica. Seria então um desejo de evocar a lembrança através de um objeto? Assim como se guarda no próprio lar objetos biográficos em memória de pessoas que já morreram, vê-se, em alguns casos, a disposição de elementos nos jardins que poderiam possuir estas mesmas características.

A autora ainda chama a atenção para o fato de que os objetos biográficos, não raramente acabam por se converter em peças de reprodução de *status*, onde a mentalidade da cultura de massas acaba por agravar esse fenômeno criando o

objeto descartável, cuja produção e circulação e descarte é acelerada na sociedade de consumo (BOSI, 2013 p.29). Esta lógica, transposta aos espaços cemiteriais poderia ser vista, por exemplo, nos túmulos vultosos dos cemitérios tradicionais, muitas vezes construídos e adornados como forma de demonstrar uma espécie de posição social do falecido. No Crematório não houve relatos explícitos deste tipo de acepção, contudo, não se pode deixar de pensar até que ponto os objetos colocados nos jardins teriam ou não uma querência de *status*, sendo promovida uma espécie de competição silenciosa entre os possuidores dos mesmos, de forma a se ter o maior ou mais bonito. Sabe-se somente que os elementos colocados por alguns suscitam a vontade de utilização também por terceiros:

“Você olha assim, os lugares onde você olha o cata-vento dá uma outra impressão, né. A gente acabou colocando.” (Miguel)

Destaca-se que a grande riqueza dos jardins mora justamente no fato de se apresentarem tão diferentes e personalizados, possuindo cada um, à sua maneira, caráter único, uma personalização e identidade em relação a estas obras constituídas. Os objetos que os constituem são dispostos de várias maneiras de acordo com cada jardim. Existem, por exemplo, os que preferem identificar os seus entes falecidos e também os que não preferem, sendo as motivações diversas: em alguns casos devido a certa proibição da administração do Crematório, em outros, ao desejo de não se estar em um ambiente que lembre cemitérios. Neste caso, constitui-se uma situação paradoxal, pois apesar de considerar os jardins do Crematório um espaço cemiterial, lugar dos seus mortos, o enlutado não quer se lembrar que este é um local de morte, procurando manter a mentalidade de que aquele seria um jardim “comum”.

Ainda é fato que a administração e os funcionários do jardim do

Figura 185. Existem jardins de memória, como o acima, em que os elementos nada lembram espaços fúnebres, predominando vegetação e itens jardinísticos. Foto: Autora, 2015.

Crematório têm papel relevante na manutenção ou não dos jardins de memória. Apesar da placa proibitiva de demarcações, como foi dito, há certo consentimento na composição destes locais. Consentimento, entretanto, desigual pois, pôde-se ver pelos relatos, que alguns são mantidos e outros são descaracterizados, como no caso de dona Maria Aparecida, apresentado anteriormente.

Além disto, a partir dos relatos, observou-se que nem sempre as regras são as mesmas para todas as pessoas, o que faz com que alguns usuários não se manifestem da maneira como gostariam. Por vezes a instituição parece ser mais rígida, por vezes menos, dependendo de quem está no momento na supervisão do espaço livre:

“Já plantamos várias coisas aí, mas... não sei se tiram ou não... Já fizemos um monte de coisa aqui, já deixamos ele tão lindo, né. Aí quando a gente chega, não sei se o pessoal tira... Porque teve uma vez que a gente estava plantando, aí veio uma mulher aí, gerente aí, falou que não podia. Que não pode plantar nada aqui. Que tem que deixar o natural. Aí ela falou: ‘Olha, vocês podem deixar, ou vocês querem levar embora agora? Vocês, levem o que vocês plantaram. Se quiser deixar aí, amanhã vai tudo pro lixo.’ (...) Aí [a família] ia pondo pedrinhas, assim. Aí ela falou: ‘Olha, nem as pedras. Vocês já levem embora. Põe na sua casa, porque aqui vai tudo pro lixo. Eles não gostam que deixa as coisas. Agora, a gente vê vários que têm.’” (Mari)

A entrevistada Mari, do relato acima, e sua irmã, Marilene, por exemplo, disseram que, por sua família manter um jardim ao pé de uma árvore há 10 anos para as cinzas de diversos parentes, seus familiares já observaram diversos posicionamentos da instituição quanto à personalização dos jardins:

“Mas, uma vez não deixaram nem a gente entrar com a planta, não foi? É, teve uma vez que a moça falou: ‘Não, Não. Não pode entrar com flor. Não podia pôr flor. (...) Mas agora liberaram, mas teve uma época que nem

flor eles deixavam. Teve uma época que eles eram bem rigorosos mesmo.”
(Mari)

A própria forma como se dá a manutenção da jardinagem também parece não seguir o padrão, destruindo por vezes alguns jardins constituídos.

“Quando nós estávamos vindo mais, estava bonito o jardim dela, aí a máquina passou, destruiu tudo, aí a gente ficou meio chateado. Aí estamos voltando a construir o jardim” (Dona Leni, sobre o jardim de sua mãe)

Ao olhar algumas composições, observa-se que são utilizados elementos facilmente encontrados nas bancas de flores próximas, que ficam em frente ao cemitério São Pedro, o que, no entanto, não pode ser tomado como falta de preocupação. Mesmo plaquinhas prontas têm algo a dizer: elas traduzem quem se encontra lá – mãe, pai, avô, avó, filho, filha, entre outros. Um dos entrevistados disse que, ao colocar um cata-vento no local das cinzas da mãe, sente como se ela estivesse mostrando que está alegre quando está girando: “a gente sabe que é o vento, mas dentro sinto como se parecesse que fosse ela mostrando alegria”.

Figuras 186,187 e 188. Plaquinhas que fazem referências ao grau de parentesco: para um super pai, mãe, entre outros. Foto: Autora, 2013, 2013, 2015 (respectivamente).

Figuras 189,190,191. Exemplos de cata-ventos encontrados no Crematório. Alguns modelos coloridos possuem efeito “arco-íris” quando em movimento (primeira foto à direita). Fotos: Autora, 2014.

Em muitos casos ainda são incorporados elementos singularizantes, e há momentos de personalização onde, em alguns casos, pessoas colocam à caneta os nomes dos entes, ou então escrevem mensagens no verso destes elementos. Ou seja, esses itens acabam sendo imbuídos de referenciais dos falecidos, não sendo, portanto, vazios de intenções.

Figuras 192,193,194. Elementos com personalização por meio de escritos à mão pelos enlutados. Fotos: Autora, 2015, 2013, 2015. (respectivamente)

Até mesmo fotografias são identificadas. Algumas mesmo com mensagens individualizadas com dizeres em relação ao falecimento da pessoa, com frases de homenagem.

Figuras 195 e 196. Fotografias encontradas junto a jardins de memória. À esquerda, foi confeccionada foto com informações de nascimento e morte, juntamente com a frase “te amaremos para sempre”; à direita, a foto foi colocada em porta retrato, sendo que nela lê-se a seguinte frase: “Deixou de estar presente fisicamente, mas está presente em nossos corações. Saudades do abraço, do carinho e da força.” Fotos: Autora, 2015, 2014 (respectivamente).

Sejam objetos, seja uma vegetação plantada, ficam claros indícios de que alguns elementos que existem nos jardins se referem ao que a pessoa falecida foi em vida, levando em consideração preferências que possuíam, por exemplo. Não são símbolos de morte, mas símbolos de vida.

“Que era o que ela gostava, de planta, de sol. E eu estou fazendo da melhor forma para ela. De algum jeito ela está vendo.” (Vivian, sobre a escolha da vegetação e da localização do jardim de memória da avó)

Figuras 197 e 198. Neste jardim, a autora afirmou ter colocado um bibelô de pato no local das cinzas da mãe, pois a mesma, quando em vida, gostava muito de patos e galinhas e as criava em casa. À esquerda, foto de 2013, quando houve a conversa com a enlutada. À direita, foto de 2014, quando a pesquisadora retornou ao mesmo local. Percebe-se que foi acrescentado outro bibelô de pato além do existente. Foto: Autora, 2013, 2014 (respectivamente).

Figura 199. Placa de homenagem com a figura de um táxi. Teria sido a profissão do falecido? Foto: Autora, 2013.

Figura 200. Azulejo de identificação de jardim onde lê-se: “Studio do Nonô”. Possuiria “Nonô” um ateliê em vida? Seria um artista? Foto: Autora, 2013.

Figuras 201 a 204. Referências a times de futebol são facilmente encontrados nos jardins de memória. Fotos: Autora, 2014, 2013, 2015, 2012 (respectivamente).

Em tudo isto, parece haver não um desejo de ordenamento paisagístico quanto aos elementos presentes nas organizações cinerárias, de forma a se integrarem e comporem uma história pela forma de disposição dos objetos. Contudo, esta história é formada subjetivamente, onde os objetos simbolizam elementos que constituem uma memória relativa a uma pessoa. Os objetos, assim, de certa forma, contam uma história do que a pessoa foi.

Os pequenos jardins constituiriam-se, à maneira de túmulos, representação simbólica dos entes falecidos, contando histórias e mostrando um desejo de permanência. Quanto a este aspecto, pode-se aproximar a uma discussão de paisagem. Michel Conan (1994 p.46- 47) afirma que a paisagem

é um símbolo do grupo que se torna coeso ao apropriar-se. Mediante formas de experiência ritualizadas, de um lugar que lhe assinala uma identidade esquemática, e o valor que lhe é atribuído é um símbolo dos ideais coletivos do grupo. Por sua materialidade, pelo valor de representação e pelo sentido que lhe é adicionado, ele constitui um emblema do grupo.

Não se pode afirmar que os indivíduos que organizam tais jardins de memória se reconhecem como um grupo, entretanto, seus ritos de organização e disposição de objetos com teores simbólicos, acabam por ter uma coesão, não no sentido formal, mas subjetivo, no desejo de expressarem memória e homenagem a entes falecidos. Desta forma, é possível dizer que estas expressões podem ser componentes de uma paisagem, evocada por meio do referencial mítico do jardim edênico, que traria a sensação de “paz” para os enlutados e sentimento de local de descanso para seus mortos.

Figuras 205 a 208. Placas com dizeres referentes a paz, descanso. Lê-se (respectivamente, da esquerda para a direita): “cantinho do sossego”, “aqui é só paz e amor!”, “meu pedacinho de céu”; “aqui dorme um anjo! Ci”. Fotos: Autora, 2015, 2014, 2014, 2013 (respectivamente).

O ato da disposição dos elementos parece denotar ainda um desejo de resistência à finitude do falecido, uma negação da morte em sua dimensão “não-biológica”. As expressões de individualidade dos elementos mostrariam uma vontade de mantê-lo de certa forma vivo e impedir o seu desaparecimento. Não há construções fixas, mas são colocados e arranjados elementos no sentido de haver permanência. Além de itens que apresentariam maior durabilidade, algumas pessoas se utilizam de artifícios como plastificar dizeres e proteger objetos cobrindo-os com garrafas plásticas *pet*, por exemplo, num desejo de conservação dos seus jardins, de forma que seus objetos resistam às intempéries.

Aqui pode-se fazer novamente menção ao “jardim ordinário” delineado por Cauquelin, o qual Serrão (2013) diz que modesto e despojado, este tipo de jardim remeteria a uma “ética do cuidado”, dependendo inteiramente do seu cuidador: “tal como um ser frágil, soçobriria se deixado sozinho.” (p.82)

Figuras 209, 210 e 211.
Tentativa de proteção de ícones religiosos, onde são envoltos em plástico, acondicionados em potes ou garrafas *pet* cortadas. Fotos: Autora, 2015, 2015, 2014 (respectivamente).

Figuras 212 e 213. À esquerda desenho infantil em homenagem a falecido protegido com plástico (lê-se escrito: “vovó te amo”); à direita, quadro envolto em plástico, com texto de homenagem a falecido. Fotos: Autora, 2015, 2013 (respectivamente).

Vê-se uma constante preocupação dos enlutados na colocação de elementos de forma a deixar o jardim mais bonito e assim, “vivo”. Destes, um exemplo é Miguel:

“Esse azulejo, eu vi o trabalho de um rapaz lá no centro de São Paulo, lá na 25 de março. E eu já queria fazer um trabalho com azulejo assim. Porque assim pode chover, molhar, né. Acaba mantendo. E você vê como fica bem colorido? (...) E aí hoje a gente acabou trazendo. A gente plantou umas flores. Só pra deixar um pouco mais com vida.” (Miguel)

Figura 214. Jardim do enlutado Miguel. Ao centro, azulejo pintado que comprou para colocar no jardim. Foto: Autora, 2014.

As flores artificiais são também um artifício de “vivacidade” recorrente. Suas características permitem que sempre mantenham um aspecto de conservação prolongada de vida:

“A gente traz essas flores que duram mais do que a flor natural, já que a terra não pega.” (Vivian)

Figuras 215 e 216. Flores artificiais, em plástico. Estas são encontradas amarradas aos troncos das árvores, “plantadas” no solo ou em vasos. Fotos: Autora, 2015, 2013 (respectivamente).

Por meio da conservação e cuidado, os enlutados, então, promovem a vida e permanência de seus jardins, proporcionando um local para expressarem até mesmo sentimentos que não conseguiram quando seu ente querido estava vivo. Parkes (1998) mostra que no processo de luto, muitas pessoas passam por momentos de culpabilização de si mesmas, sentindo que poderiam ter feito mais pelo seu ente quando vivo ou até mesmo, de alguma forma, ter evitado sua morte (p.108). Assim, para alguns enlutados, o jardim de memória poderia se constituir como um local para de alguma forma visitar seu falecido, pedir perdão por algum erro que sentiu que cometeu, ou então oferecer um carinho que pensou ter podido oferecer e não ofereceu.

“(...) eu venho geralmente uma vez por mês. Então eu me sinto bem quando eu venho. Eu converso com ela, eu desabafo, tem lembranças. Eu trago as rosas, eu beijo. Eu falo que isso é um beijo que talvez eu não tenha dado quando ela tava viva e precisava. Daí eu coloco as rosas, depois eu rezo, pra alma dela descansar em paz, para ter luz, pra Deus iluminar o caminho deles, para eles terem luz, ter paz lá em cima. A vida é tanto sofrimento que já tiveram na terra. Principalmente minha mãe que sofreu muito. Sempre foi muito doente. Muito, muito doente. Graças a Deus, depois que meu pai faleceu, consegui cuidar dela até a hora que ela morreu.” (Olga)

Figuras 217 a 220. Mensagens de amor e carinho em relação ao falecido como se estivessem no jardim, são frequentes no Crematório. Fotos: Autora, 2014.

Por todo o grande jardim, nota-se nos jardins de memória um cruzamento entre o individual o coletivo: vê-se ao mesmo tempo a expressão privada do luto e o desejo de externar socialmente a memória de um ente querido, na medida em que há inúmeras referências a este, muitas delas com caráter de homenagem.

Assim, estes artefatos, podem ser vistos não somente pelo seu caráter pessoal relacionado ao sentido existente para o enlutado, mas também na escolha pela sua representação social. Ou seja, na forma como vai mostrar aos outros visitantes quem foi o falecido, ou a importância que tem para os enlutados.

Figuras 221 e 222. Jardim de memória onde o enlutado descreve a importância dos seus falecidos. Na placa ao centro (na ampliação), lê-se a seguinte mensagem escrita: “Aqui, Pessoas para se orgulhar, para agradecer e especialmente para amar eternamente.” Fotos: Autora, 2015.

Figuras e mensagens religiosas também são encontradas, mostrando representações de crenças no pós-vida, reforçando o já discutido caráter de lugar sagrado. A presença de ícones como o de Nossa Senhora Aparecida pode demonstrar ainda que, apesar de ser uma prática a princípio proibida e fortemente rejeitada pelos cristãos católicos, hoje a cremação acaba tendo lugar entre seus fiéis. Algumas pessoas entrevistadas afirmaram, por exemplo, seguir esta religião.

Figuras 223, 224 e 225. Elementos religiosos como ícones, mensagens e fitas. Fotos: Autora, 2013, 2015, 2013 (respectivamente)..

Existem ainda as pessoas que decidem colocar frases à moda de epitáfios, ou até mesmo textos poéticos em homenagens aos seus mortos.

Pode-se dizer ainda que as formas de demarcação utilizadas no Crematório são semelhantes às de epitáfios estudados por Jean-Didier Urbain(1978) em cemitérios holandeses na década de 1970. Lá, ele nota um processo de anonimato nas indicações tumulares, onde se colocam identidades genéricas como “mamãe” e “papai”. O autor vê nesta prática do epitáfio anônimo uma forma de “rejeitar ou repelir a morte do Outro, não o nomeando mais” (URBAIN, 1978 p.449). Ele chama esta “despersonalização” de “aniquilação linguística” e considera que retira a singularidade do morto, negando uma possível sobrevivência simbólica gravada na pedra tumular. Compara ainda este ato com a “aniquilação” pelo fogo da cremação, prática que o autor coloca como “morte da morte”, ou seja, eliminação do morto em todos os sentidos.

Ao confrontar tais conclusões com as inscrições encontradas no Crematório, todavia, não se denota uma aniquilação da memória, mas um reforço.

Figuras 226, 227 e 228. Textos de homenagem aos mortos à semelhança de epitáfios.

No primeiro e segundo texto lê-se respectivamente:

“Nosso querido velho! A terra Perdeu um Sábio, E o Céu ficou mais culto! Amor e Saudades... Jô e Marisa”

“V., quando você nasceu, todos sorriam e você chorava. Hoje, todos choram e você sorri. Saudades de seus familiares”

No terceiro, o enlutado compôs uma poesia para a mãe, em homenagem ao dia das mães.

Fotos: Autora, 2013, 2014, 2013 (respectivamente).

Figura 229. Placa em granito com o nome do enlutado. Foto: Autora, 2013.

Como o corpo já foi cremado, não haveria necessidade de constituição de um espaço para disposição das cinzas com demarcações, porém há esta preocupação. Assim, o contexto se faz fundamental para rejeição das afirmações do autor.

Existem ainda as pessoas que sentem o desejo de caracterização através de placas semelhantes às tumulares, como nomes completos, datas de nascimento e morte. Em alguns casos se vê até um aproveitamento de placas de túmulos ou de lóculos de ossários, por exemplo.

A nomeação do ente falecido, pode ser um colaborativo do trabalho de memória do enlutado. Segundo Fernando Catroga (2010) todo o dever de memória passaria “pela invocação (ou restituição) dos nomes próprios”, pois “a nomeação faz sair do esquecimento o evocado, renovando-lhe o rosto e a identidade”. (p.169)

Figuras 230 a 234. Placas com escritos semelhantes a lápides: vê-se nomes completos, datas de nascimento - morte, frases. Em alguns casos, percebe-se que foram reaproveitadas de ossários (primeira foto, acima e à esquerda). Fotos: Autora, 2015, 2015, 2015, 2013, 2014 (de cima pra baixo, da esquerda para direita).

Os elementos dispostos nos jardins suscitam histórias e lembranças, imprimindo no território expressões de memória e sentimentos. Apesar de não se comunicarem umas com as outras, percebe-se um sentido que permeia todo o conjunto destas composições cinerárias existentes, onde permanece o desejo de continuidade do falecido, através de representações imagéticas. Um desejo de vida em um local escolhido para acolher os mortos.

Há um sentimento de orgulho relativo às composições destes jardins. Estarem bem organizados, limpos, com a vegetação bem cuidada, mostraria uma espécie de cuidado e carinho também em relação ao falecido, uma homenagem à sua memória. O que ainda, pode-se dizer, é uma atitude presente em muitas conformações tumulares edificadas. À semelhança destas, que recebem pintura e lavagem, por exemplo, os jardins de memória recebem manutenção dos seus autores. E, em muitos casos, quando não frequentemente, ela se faz pelo menos anualmente, no dia de finados, como também ocorrem em túmulos em cemitérios.

Este cuidado e orgulho podem ser vistos no jardim de memória da enlutada Rita. Este é composto não só das cinzas de uma pessoa, mas de 5 elementos da família: pai, mãe, irmã, cunhado e pai do cunhado. Ela disse ter iniciado o jardim em conjunto com a irmã, Maria, que sugeriu que se cremassem os ossos exumados dos pais, e cuja proposta foi acatada pelos outros irmãos. No entanto, pouco tempo depois, a própria Maria faleceu, sendo cremada, pois era sua vontade.

Rita então, colocou as cinzas da irmã próximas à dos pais, e tratou de continuar a organizar o jardim. Apesar de outros parentes colaborarem, ela é

a que cuida e dá manutenção mensal ao local. Um tempo depois, uma de suas irmãs solicitou permissão para que pudesse colocar as cinzas do marido e pai do marido, que seriam exumados e cremados. Assim, o local acabou se tornando uma espécie de “jazigo da família”, sendo progressivamente ampliado. Houve a preferência do enterro das cinzas, cuja localização a enlutada diz saber identificar pois até mesmo suas disposições foram planejadas.

Os elementos dispostos são colocados principalmente em homenagem à irmã, Maria, que Rita sempre se emociona ao lembrar. Ela se mostra muito devota ao local, e o ato de cuidar do jardim parece ajudar no processo de lidar com a perda que teve. Orgulha-se por ter um dos jardins que mais chama a atenção do local e afirmou que, em determinado momento, colocou tantos objetos que a responsável pela administração do local pediu para que retirasse algumas coisas, de forma que ficasse mais discreto, e que também não colocasse recipientes que acumulassem água devido ao mosquito da dengue. Assim, hoje, segundo a mesma, o jardim está bem mais modesto. Disse ainda que implorou para que a administradora à época deixasse manter um texto em homenagem à irmã, permissão que foi concedida. Afirmou trocá-lo todo ano por um igual, para que não fique com a foto desbotada.

O filho e marido de Maria também dispõem objetos neste jardim, mas sempre em consonância com o que Rita coloca. Ela também afirmou que não se incomoda caso alguém queira colocar cinzas de outras pessoas no local, desde que respeitem sua organização jardinística. Assim, colocou um aviso pedindo para que não mexam, coloquem ou peguem nada do local, para que as pessoas não “baguncem” seu espaço, pois relatou já ter encontrado cinzas espalhadas ao

longo da delimitação do seu jardim, enfeando-o. O pedido para que não retirem os objetos se deu pelo motivo de já terem furtado elementos e também por ter encontrado oferendas religiosas dentro de seu jardim, fato que a incomodou. Desta forma, nota-se um sentimento de apropriação e identificação com o lugar que são muito importantes para a usuária, que vê o local da disposição das cinzas de seus familiares – dos quais o elemento principal é a irmã – como um verdadeiro jardim, denominação que ela mesma utiliza.

Figuras 235 e 236. Jardim da enlutada Rita. À esquerda, vista geral. Acima, texto de Rita em homenagem à irmã, com uma história que criou, contando o dia em que a mesma faleceu e sua recepção no céu por São Pedro. Foi plastificado e possui uma foto, sendo trocado todo ano para não deteriorar e ficar com a foto desbotada. Fotos: Autora, 2013.

Figuras 237 e 238. Objetos do jardim de Rita. Os anjos loiros foram colocados em alusão à irmã, que era loira. O anjo pintado na foto à direita, foi encomendado pela enlutada especialmente para o jardim. Nesta mesma foto vê-se também placa em que ela pede para que não se mexa no local:
 “Por favor, respeite o jardim
 -Não mexa em nada
 -Não coloque nada
 - Não pegue nada
 Fico muito agradecida”
 Fotos: Autora, 2013.

Assim, pode-se sugerir que tal cuidado e manejo com os objetos, a experiência que o jardim proporciona ao auxiliar no exercício da memória, trazendo lembranças, poderiam colaborar no trabalho de elaboração do luto desta pessoa. Trabalho este que, segundo Freud (1974), leva tempo e é executado pouco a pouco, pois o luto consiste em processo em que são evocadas lembranças e expectativas relativas ao ser amado perdido, para então haver o desligamento da libido em cada uma destas situações. Nas palavras de Parkes (1998), Freud

descreveu, no trabalho de luto, como cada lembrança que liga o sobrevivente ao objeto perdido precisa ser ativada e “hipercatexizada”. Com isto, ele quer dizer que a “energia” deve ser usada para cortar a ligação com o objeto perdido e, em consequência, deixar livre a energia a ele associada (catéxis). É importante ter em mente que Freud não está falando aqui de energia física real, mas de energia psíquica hipotética (libido) que obedece leis similares. (p.99)

Ainda em relação a este processo, Parkes (1998) destaca que rituais de luto podem possuir caráter terapêutico. Isto poderia incluir poder se expressar através do choro, por exemplo, e poder contar com o apoio de amigos e familiares, de forma que tenham alguém para conversar sobre como estão se sentindo. O jardim de memória então, poderia propiciar este espaço para a expressão em relação à dor sentida pela perda do ente querido.

Em relação à vontade de Rita de manter o seu jardim de forma que não seja utilizado ou modificado por outras pessoas, é uma atitude não encontrada de forma unânime. Nota-se que, além dos jardins que se propõem mais individualizados, existem lugares com composições mais colaborativas, onde em uma mesma localização são colocados diversos elementos por pessoas diferentes.

“prefiro assim... eu trouxe essa [plaquinha] daqui que está: ‘com amor’. Outra pessoa que estava aqui, colocou: ‘muitas flores em seu caminho’. Então eu acho que vai ficar mais bonito assim, cada um trazer o que acha melhor, que está dentro do coração e colocar” (Olga)

Assim, observa-se que as pessoas vêm de formas diferentes o espaço. Alguns, como o enlutado Miguel, vêm-no como coletivo, de forma que a integração entre os diferentes jardins de memória seria algo positivo:

“É interessante essa integração. Porque eu não posso falar: ‘essa árvore é minha’. Pelo menos eu não considero assim. Mas você vê que tem pessoas que já pegam, e circundam a árvore toda, né.” (Miguel)

Desta forma, em diversos casos, as pessoas deixam pequenos avisos, orientando o que preferem que seja feito. É muito comum encontrar, por exemplo, pedidos para que não se jogue cinzas sobre as folhas das plantas, pois isto as mataria.

Figuras 239 (página ao lado) – Local do Crematório o qual frequentemente é encontrado repleto de pétalas de rosas. Segundo entrevistados, quem faz isso é uma senhora de aproximadamente 80 anos, que as traz semanalmente para jogar aos pés das esta árvore, pois é o local onde depositou as cinzas da irmã, Nina. Nota-se que no tronco foi esculpido este nome. Dizem ainda que tal senhora é muito amiga de todos os funcionários, o que ajuda a este espaço estar sempre bem mantido. Devido à exuberância e localização (na parte do bosque próxima à entrada do Crematório), outras pessoas também o utilizam para espalhar cinzas de seus entes queridos. Foto: Autora, 2013.

Tratando os jardins de forma privada ou não, pode-se dizer que, de certa forma, há uma existência de dimensão de coletividade para com a boa conservação geral do espaço, pois todos o utilizam e desejam que se mantenha agradável.

Figuras 240 a 246. Placas com pedidos para respeito aos jardins ou para que não se mexa nos mesmos. Fotos: Autora, 2015, 2013, 2008, 2015, 2015, 2014, 2015. (de cima para baixo, da esquerda para direita)

Figura 247. Árvore com mensagem confeccionada por usuário do local, no qual chama a uma conservação coletiva dos jardins: “Favor espalhar as cinzas na terra, não em cima das plantas, elas estão vivas e sufocam, estamos conservando este jardim em homenagem a nossos entes queridos. Sejam bem-vindos [sic] e ajudem a manter o jardim sempre lindo e vivo. Obrigado”. Foto: Autora, 2013.

Em alguns casos, quando se percebe que outras pessoas depositam cinzas no mesmo lugar, acaba-se ainda gerando uma espécie de curiosidade para conhecer os outros enlutados, de forma talvez poderem gerar uma rede para manutenção de suas localizações jardinísticas:

“Mas você sabe que tem gente que já veio aqui e queria saber as outras pessoas que vêm. Outro dia nós estávamos aqui, tinha uma mulher que falou: Olha tinha uma pessoa aí, que quer saber das outras famílias que vêm aqui... Porque, pelo menos cuida, né.” (João)

Ao virem cuidar dos jardins, existem aqueles que acabam conhecendo outros frequentadores e travado amizades, como foi o caso entre Dona Ana Maria e Cláudia:

“Eu conheci ela agora.... está fazendo 21 dias hoje. Eu conheci ela por um acaso. eu vinha vindo, ela estava aí, ela estava chorando. E pegamos amizade assim.” (Dona Maria, contando como conheceu Cláudia)

Assim, os jardins proporcionam uma possibilidade de amizade e partilha do momento do luto. Ainda observou-se que, em alguns casos, ela acaba se estendendo além do encontro no ambiente do Crematório.

O Sr. João, por exemplo, demonstra o desejo de conhecer e fazer amizades com os enlutados do crematório:

“Era bom se a gente chegasse aqui e encontrasse as outras famílias, pra gente rezar tudo junto, pra todo mundo. Não seria tão bom? E outra, a gente pega mais amizade, com o pessoal. Podia ligar: ‘E aí fulano, tal dia eu vou lá, você vai?’” (João)

Assim, num contexto em que o luto de forma pública é tabu, e deve ser contido, onde o enlutado por vezes é marginalizado e renegado à solidão neste momento, pode-se acabar existindo certo conforto diante da partilha do sofrimento.

Mesmo sem às vezes se conhecerem, alguns enlutados partilham o mesmo lugar e acabam encontrando semelhanças, colaborando entre si. Foi o que aconteceu com o casal Sandra e Miguel, que constituíram diferentes jardins para as cinzas de seus pai e mãe, respectivamente:

“Hoje, quando a gente chegou tinha esse vasilho aqui. E é interessante, porque geralmente somos só eu e ele [fazendo referência ao marido]. A gente vem aqui, e eu gosto de trazer flor amarela para o meu pai, tanto que esta orquídea, a chuva de ouro, é amarela. E alguém que veio aqui, trouxe amarela. Hoje a gente comprou uma [flor] meio laranja, meio amarela. E, lá para a mãe dele, eu também comprei uma flor cor-de-rosinha, e quando a gente chegou lá, tinha uma flor tipo cor-de-rosa, vermelha.

Quer dizer, são pessoas que a gente não sabe quem é, porque não sabe o espaço que está aqui, mas que de repente tem alguma coisa a ver.

Lá foi cor de rosa, porque ela é mulher, e geralmente compro cor de rosa ou vermelhinha. E aqui é amarela porque eu gosto de pôr pra ele amarela.

Então, você vê, tem alguma sintonia com alguém que a gente não sabe quem é. Tanto que eu falei para ele [fazendo referência ao marido]: ‘Planta aqui, né’. Alguém deixou aqui um vaso com flores, eu falei: ‘Planta, né’.

A gente respeita também os outros.”

(Sandra)

Deste modo, um enlutado através da homenagem ao seu falecido, pôde de alguma forma, trazer conforto a outro que não conhece. Nestes casos, os jardins poderiam então, em certo ponto, serem criadores de uma rede de solidariedade para elaboração do luto ou mesmo para a partilha de um momento de memória em relação ao seus entes queridos. Todos ali, estariam partilhando da dor da perda, e poderiam de forma colaborativa, interagir através da partilha do lugar ou da presença de novos objetos.

Outro exemplo é o caso de Regina e sua família. Ela relata que escolheram

Figura 248. Jardim confeccionado pela enlutada Sandra para as cinzas do pai. Ela o decora com pássaros, pois o falecido apreciava estas aves. O cercado foi disposto em forma de coração. Ao centro, observa-se uma letra “A” formada com filetes de pedra: é a letra inicial do nome de seu pai. Foto: Autora, 2014.

o pé de uma árvore em que havia um ícone de Nossa Senhora Aparecida para espalhar as cinzas da mãe. Isto porque, quando viva, era muito devota da santa. Assim, ao definirem este lugar, distribuíram as cinzas e acrescentaram mais uma imagem da santa junto à existente. A usuária ainda disse que posteriormente em visita, encontraram outros ícones de santos juntamente a este lugar escolhido, e que gostaram desta relação. Desta forma, até jogaram água para tirar poeira de todos, dando uma certa manutenção. Segundo ela, o próximo passo seria cercarem aquela localização.

Regina destacou que o que achava interessante era que ali no Crematório as pessoas seriam colaborativas, não destruindo os objetos alheios, mas acrescentando novos, construindo junto.

Figuras 249 a 252. Jardim onde se localiza as cinzas da mãe da entrevistada Regina ao longo de 2 anos. Na primeira foto (acima, à esquerda), em julho de 2013, havia apenas o ícone de Nossa Senhora que ela disse ter apreciado. A segunda foto (acima, à direita), em novembro de 2013, já mostra o jardim com o ícone acrescentado por Regina e sua família (ao lado esquerdo do ícone maior). As terceira e quarta fotos são de julho e novembro de 2014, respectivamente. Nota-se o acréscimo de outras figuras religiosas e elementos decorativos como o cata-vento. Foto: Autora: 2013, 2013, 2014, 2014.

No entanto, estas visões não são unânimes. Diversos usuários relataram que sumiram objetos de seus jardins ou que foram danificados. Assim, esta conservação é algo muito relativo, que pode se apresentar de maneiras diferentes dependendo da pessoa.

O grande jardim nunca se encontra da mesma maneira e está em constante construção e mudança. A vegetação apesar de ser fixa sob certos aspectos, como organismo vivo que é, está também sempre em transformação: em alguns casos crescendo, em outros florescendo ou até mesmo morrendo por conta de condições naturais. Arbustos e árvores são plantados, manejados, elementos são retirados e trocados por outros novos. Há até mesmo decorações diferenciadas relativas a datas especiais. Segundo relatos de entrevistados, existe uma árvore que todo Natal é enfeitada por uma senhora, com bolas coloridas. Este cuidado se confirma também pela evidência de enfeites natalinos encontrados já no mês de novembro.

Figuras 253 a 255. Alguns objetos natalinos encontrados nos jardins.
Fotos: Autora, 2015.

E mesmo com a efemeridade provocada pela fragilidade muitas vezes presente em alguns elementos e a informalidade, há a resistência da manutenção do lugar pelos usuários que, a partir das referências, como as árvores, por exemplo, reconstróem seus jardins mesmo que tenham sido completamente descaracterizados.

Figuras 256 a 258. Mesmo jardim de memória ao longo de 4 anos. À esquerda, jardim no ano de 2011, ao centro em 2014 e à direita em 2015. Nota-se manutenção e acréscimo de objetos, apesar de, na última foto, observar-se que por falta de poda, a vegetação começa a encobrir alguns elementos. Fotos: Autora, 2011, 2014, 2015 (respectivamente).

Assim, sente-se neste espaço, permeado pelo conjunto de pequenos jardins, ao mesmo tempo pessoais e públicos, um sentido de paisagem. Uma paisagem dinâmica, que nunca se mantém igual, contenedora de uma temporalidade, já que não representaria o tempo linear da finitude, mas traria dentro de si uma abertura para o infinito, a possibilidade de vida dentro da morte. Os elementos que remetem à natureza seriam também motivadores deste sentimento de vida. O ciclo das árvores, sua florada, suas folhas nascendo trariam um sentimento de renovação. Já as aves, ativas, por meio de seu movimento, canto trariam ainda um sentimento de alegria para os enlutados.

Em relação aos animais na paisagem, como pássaros, diz Assunto (In: SERRÃO, 2012 p.365) que

na presença dos animais numa paisagem, cumpre-se então aquela identificação da temporalidade infinita com a temporaneidade finita de que somos participantes; e damos-nos conta de sermos participantes dela do prazer que nos dá a contemplação estética da natureza: na *felicidade*, usemos esta palavra comprometedora, que o *ser-em-uma-paisagem*, sendo esta um espaço *vivente*, o contemplá-la vivendo-a e *nela* vivendo, nos provoca.

Deste modo, poder-se-ia dizer que os espaços livres do Crematório contêm no seu grande jardim uma essência paisagística. Permeado por lugares de memória na forma de outros pequenos jardins, construídos coletivamente através de símbolos, memória e sentimentos, finitude e infinitude se encontram tocando os enlutados que **são** nesta paisagem.

4.6. A CRÍTICA DO ARQUITETO: OBSERVAÇÕES EM RELAÇÃO AO PROJETO PROPOSTO

Após o estudo de como se constituem os jardins de memória, bem como seus significados para os enlutados, entende-se pertinente a abertura de uma discussão com os arquitetos que participaram da elaboração do projeto do Crematório Municipal.

Isto porque, acredita-se ser relevante um cruzamento entre o discurso relativo à concepção projetual e suas apropriações futuras. Entende-se ser do *métier* do arquiteto, a partir de sua *expertise* e repertório, efetuar a interpretação da realidade. Interpretação esta que culminaria na síntese, expressa por meio da proposta projetual, que tem uma linguagem própria, possuindo uma característica autoral. Assim, procura-se entender como o autor assimila apropriações consonantes e dissonantes com suas intenções, refletindo-se sobre caminhos que

possam conjugar estas realidades.

Desta forma, foram entrevistados a arquiteta Ivone Macedo Arantes, autora do projeto do Crematório, bem como o arquiteto José Carlos Vieira Henrique, que participou de algumas fases do processo à época.

Ao ser questionada sobre os usos dos espaços livres do Crematório, Arantes foi clara: concorda com os usos de lazer. Isto pois, segundo sua concepção seu projeto não visa delinear um lugar sagrado, mas enseja liberdade de usos. As proibições, como as colocadas quanto a atividades nos espaços livres não fariam sentido:

“A proposta era essa mesmo, que esse espaço possa ser utilizado (...) proíbem... esse que é o problema. Nossa proposta é a liberdade. Nunca isso.” (Ivone Arantes)

O arquiteto José Carlos Vieira Henrique, seu sócio e também colaborador em algumas fases no desenvolvimento do projeto, acrescenta que a ideia que algumas pessoas de “profanação” no uso de um espaço cemiterial para o lazer seria relativa e medida pelos valores individuais. Isto porque não acreditaria que ali seria um lugar sagrado. O que, contudo, não eximiria um devido respeito para as pessoas que o acreditam como tal:

“Você poder conviver com as várias formas de enxergar este espaço, essa lógica da profanação, a gente não acredita nela. Mas a gente tem que respeitar quem acredita nela, não é? A gente tem que ter respeito por isso. Você pode até falar, olha, no decorrer do tempo, esta lógica vai se desmontar. Porque é uma coisa muito comum, ligar a terra a uma pessoa que morreu, só porque o prédio está ali. Mas para a pessoa tem peso, tem valor.” (José Henrique)

No entanto, para os entrevistados, o lazer também deve possuir limites.

Ao ficarem sabendo, por exemplo, sobre as performances dos garotos que gostam de ouvir músicas altas em seus carros, Ivone ponderou que seria um excesso para o local.

Todavia, apesar de ensinar a liberdade de expressões nos espaços livres, Arantes discorda do uso para os jardins de memória demarcados. Isto pois, acredita que tal atitude seja contrária ao ideal de espaço coletivo preconizado. Ao cercar um espaço para as cinzas de um ente querido, a pessoa estaria em um movimento de privatização de um espaço que por essência é público.

Henrique, seu sócio endossa esta visão e acrescenta:

“O túmulo é uma propriedade privada. Na hora que você faz a cremação, o crematório vira uma coisa comunitária. O indivíduo como não consegue admitir que ele não tenha o privado (...) ele pode com a maior tranquilidade se apropriar do comunitário pro privado dele...”

Ivone ainda entende estas atitudes como um direcionamento à configuração de cemitério e teme que o espaço acabe por se tornar como um:

Porque é muito diferente de você chegar lá e colocar uma flor, que você quer homenagear. Aí o cara [funcionário] chega lá e retira. Mas agora, estar cercando...

(...)

Não tenha dúvida, se isso for permitido, no futuro eles põem o granito e vira um cemitério como outro qualquer. Não tenha dúvida disso. Isso não pode ser permitido.” (Ivone Arantes)

Assim, entre o privado e o público, os arquitetos prezam pelo coletivo e não privatização, demonstrando os ideais políticos comunitários desejados pelo projeto, dentro de uma liberdade que seja coletiva. Nota-se ainda um grande desejo da lógica de parque no Crematório, preferencialmente sem elementos

fúnebres.

Reflete-se ainda se o claro desejo de uma não definição de um lugar de morte, talvez amenizada por outros usos e pela preferência à não utilização de elementos que remetam a esta dimensão, poderia ser também entendido dentro da lógica pós-moderna de afastamento da morte do cotidiano das cidades.

Destaca-se aqui como o papel do arquiteto na proposição dos espaços cemiteriais é fundamental, na medida em que pode interferir nos ritos fúnebres presentes em uma sociedade, facilitando ou dificultando a prática dos mesmos pela forma como organiza o espaço. Além disto, pode até mesmo proporcionar a criação de novos ritos, por meio de suas propostas. Vê-se que existe também uma complexidade entre os valores do arquiteto que estão presentes no projeto e os valores culturais vigentes na sociedade em que estará inserido.

A forma como se apresenta o uso dos espaços livres do Crematório, a partir do desejo de permanência e memória, mostra como um espaço pode ter seu uso transformado, apontando uma resistência a usos pelos quais não se identificariam, revelando que, muitas vezes, a apropriação das pessoas pode fugir à dinâmica prevista pela dimensão do projeto.

Destaca-se assim a fala de Certeau(1998 p.311-12) que diz que

eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e 'mítica' da cidade. Seria deixar a seus habitantes apenas os pedaços de uma programação feita pelo poder do outro e alterada pelo acontecimento. O tempo acidentado é o que se narra no discurso efetivo da cidade: fábula indeterminada, melhor articulada em cima das práticas metafóricas e dos lugares estratificados que o império da evidência na tecnocracia funcionalista.

4.7. OS RITOS FÚNEBRES E OS JARDINS DE MEMÓRIA

A antropóloga Mary Douglas (2012) diz que o ser humano, como um animal social é também um animal ritual, sendo que se o ritual de alguma maneira é suprimido, aparece inesperadamente em outras formas, quanto mais forte for a interação social. (DOUGLAS, 2012 p.80) Segundo a autora, “não é exagero dizer que o ritual é mais para a sociedade do que as palavras são para o pensamento”, sendo “impossível ter relações sociais sem atos simbólicos.”(p.80)

Louis-Vincent Thomas (In: BAYARD, 1996 p.7) ainda diz que “todas as vezes que a significação de um ato reside mais em seu valor simbólico do que em sua finalidade mecânica, já estamos no caminho do procedimento ritual”. De acordo com o estudioso, este tem poder estruturador e tranquilizador, ajudando o humano a lidar com situações novas: “em uma conjectura que introduz falha na ordem estabelecida, o rito é forma de negociar a alteridade, a fim de inflecti-la em sentido positivo” (p.8).

A morte, sob o aspecto humano, não é somente um fato biológico, é um acontecimento que provoca uma desordenação na vida social: são cortadas relações interacionais existentes, sendo preciso lidar com a falta do ser social sobre o qual havia expectativas investidas (RODRIGUES, 2006). Desta forma, os ritos funerários seriam uma maneira das pessoas lidarem com esta falta, um modo de reordenação. Nas palavras de Rodrigues (2006 p.20-21):

Os ritos da morte comunicam, assimilam e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento. Os funerais são ao mesmo tempo, em todas as sociedades (...) uma crise, um drama e uma solução; em geral, uma transição do desespero e da angústia ao consolo e à esperança.

Neste sentido, diz Catroga (2010) que “os ritos funerários – comportamentos complexos que espelham os afetos mais profundos e, supostamente, guiam o defunto no seu destino post-mortem – têm como objetivo fundamental agregar o duplo²³ e superar o trauma e a desordem que toda a morte provoca nos sobreviventes” (p. 165-66).

Já se falou anteriormente que os ritos mortuários constituem-se como reflexos da apreensão da morte na sociedade em que se encontra e também da cultura em que está inserida. Ainda de acordo com Rodrigues (2006 p.21), “a morte de um indivíduo “é a ocasião em que o grupo, no mais amplo sentido do tempo, produz a sua reprodução, tanto nos planos cultural, simbólico e ideológico, como no plano das estruturas socioeconômicas.”

De acordo com Thomas (In: BAYARD, 1996 p.9), os ritos fúnebres começariam já com a agonia, que seriam os momentos finais do moribundo. Após a morte confirmada, seguem-se o velório, exéquias, condolência e luto. Posteriormente, prolongam-se com o culto aos falecidos ou mais simplesmente a visita aos espaços cemiteriais. Assim, vê-se que seriam constituídos tanto para os mortos (nos rituais para encaminhamento para alma ao além, por exemplo) como para os vivos (partilhar a dor da perda e procurar a reestruturação da comunidade sem o morto, por exemplo).

Os ritos fúnebres podem ser considerados ritos de passagem, assim como nascimentos ou casamentos. Arnold Van Gennep, estudioso deste tema, os define como “ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade” (TURNER, 1974 p.116). Estes, segundo o autor, são geralmente divididos em 3 fases: a separação (com o grupo social de origem), a liminaridade (onde o

indivíduo é colocado à margem, estando fora do mundo social) e reintegração ou agregação (entrada em um novo status).

Destas, a liminaridade, é a fase em que os indivíduos estariam em estado ambíguo, nas palavras de Victor Turner(1974), em tal condição estes “não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial.” Assim, a liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua.

Catroga (2010), a partir do estudo de Van Gennep, ainda diz que, com certa frequência, nas chamadas sociedades arcaicas, o período entre a separação – morte – e as cerimônias finais de agregação da alma do morto à comunidade dos antepassados com integração dos vivos à normalidade da vida social, era sincrônico com o período para a decomposição do cadáver até se configurar apenas pelos ossos.

Em relação à forma como os ritos mortuários se organizam, pode-se dizer que hoje, na realidade estudada, as dimensões relativas às crenças, às tradições populares – que por vezes se misturam também com as crenças – e até mesmo às leis, são itens fundamentais.

Atualmente não existe uma homogeneidade entre estas instâncias, como poderia ser visto no caso brasileiro até o século XIX ou mesmo início do XX, onde predominava a morte à maneira católica com todos os seus preceitos. Percebe-se que existe agora um progressivo encaminhamento para uma morte personalizada, com ritos cada vez mais próprios, de forma a refletir a personalidade e preferências do morto, ou então um posicionamento dos familiares quanto a

seu sentimento em relação ao falecido. Assim, tem-se muitas vezes cerimônias que mesclam crenças plurais dos quais o morto era adepto, juntamente com detalhes que lembrem seus gostos em vida, por exemplo.

Isto, no entanto, nem sempre acontece sem conturbações. As pesquisadoras Rachel Menezes e Edlaine Gomes (2011), por exemplo, ilustram em um de seus artigos o caso da cerimônia fúnebre de um homem pertencente a uma família de tradição judaica, mas que se converteu ao longo da vida à crença Hare Krishna: embora tivesse se mantido adepto aos costumes de seu novo credo em seus últimos dias, cantando mantras e seguindo a dieta vegetariana correlata, parentes afirmaram que o homem expressou no mesmo período o desejo de que seu funeral fosse à moda dos judeus, que é totalmente diferente da forma recomendada pelos preceitos de sua nova fé. Assim, o mesmo acabou sendo enterrado em um cemitério israelita pela sua família, de forma que os amigos que partilhavam de sua crença, não entraram no recinto durante o funeral, mantendo-se ao portão da necrópole cantando canções e acendendo incensos.

Observa-se, a partir deste exemplo acima, como podem ser complexas as escolhas pelos ritos fúnebres, esbarrando nas escolhas do morto quando em vida, das tradições familiares, mesclando até mesmo costumes completamente antagônicos.

Como já apontado no Capítulo 1 deste trabalho, segundo Walter (1996), na concepção pós-moderna Ocidental, de uma maneira geral, os ritos fúnebres se encaminham cada vez mais para a memória de que os vivos têm dos mortos, sendo o foco não mais a alma ou corpo da pessoa falecida, mas sim sua personalidade.

Luc Bussièrès (2007), que realizou alguns estudos relativos a estes ritos

na pós-modernidade, coloca ainda que, neste contexto, os mesmos estariam se afastando da lógica dos ritos de passagem, como colocado por Van Gennep, pois se direcionam a uma renúncia a abordar a questão do destino *post-mortem*, celebrando mais o que o morto foi, sua vida.

Ao lado da personalização, é notado também o encaminhamento para ritos de proximidade (BUSSIÈRES, 2007), ou seja, os ritos fúnebres ao invés de se manterem sociais, afetando uma comunidade²⁴, estariam cada vez mais íntimos. Bussières(2007) fala então que estes seriam pensados por e para micro-grupos pertencentes à intimidade, nos quais os participantes seriam parentes ou amigos mais próximos do falecido, por exemplo. (p. 410)

Pode-se dizer ainda que a “indústria funerária”, bem como o processo de medicalização generalizada da vida Ocidental, fazem com que os ritos também se transformem. De uma maneira geral, é o hospital a instituição que predominantemente lida com a hora da morte, sendo responsável por aferir o status de morte. Posteriormente os cadáveres são encaminhados diretamente de lá para empresas especializadas em tanatopraxia que realizarão a limpeza e tratamento dos mesmos. Isto tudo faz contraponto ao modo de morrer “tradicional” no qual se falecia no ambiente do lar, onde se incluía muitas vezes a participação de sacerdotes religiosos – a extrema unção no caso católico, por exemplo, era fundamental –, sendo os entes próximos os responsáveis pelo ritual da toalete e vestimenta do corpo. Além disto, a procura pelo aumento do lucro, faz diversas empresas do setor funerário procurarem lançar cada vez mais opções variadas de produtos e serviços com cunhos exclusivos e personalizados, como pode ser visto no Capítulo 1 deste trabalho.

No entanto, ver os serviços oferecidos pelo setor funerário como apenas um fator desnecessário, pertencente ao campo das futilidades pode ser incorrer em um erro, sendo que já foi também discutido amplamente no Capítulo 1 como medidas como a tanatopráxis poderiam oferecer um conforto ao enlutado, proporcionando uma visão menos traumática da forma como morreram, o que é muito comum no caso de pessoas desfiguradas por acidentes, por exemplo.

No tocante à personalização dos rituais, pode-se dizer que a cremação é um processo que a facilita. Geralmente tendo o velório como evento em comum com os que optam pela inumação, os rituais posteriores possuem diferentes opções. As cerimônias de despedida, que geralmente são oferecidas pelos crematórios em substituição ao enterro do corpo, se apresentam das mais variadas formas, dependendo da instituição em que ocorrem.

Neste ponto, o projeto do local também influencia em parte nos ritos. Isto porque o programa de necessidades e a forma como se organiza o espaço, acabam por conduzir em certa medida a forma de agir dos enlutados. A cerimônia de despedida que ocorre no Crematório Municipal, como foi dito, é única, possuindo um caráter semelhante ao do enterro com a descida da urna. Em outros casos, a mesma é deslocada para um vão dentro da parede, ou então sobe para um andar superior, que é o caso do crematório Primavera em Guarulhos, SP.

Figuras 259 e 260. Auditório onde ocorre a cerimônia de despedidas do Crematório Primaveras em Guarulhos. Durante o cerimonial a urna é elevada até o andar superior, de forma a simbolizar a “ascensão do morto ao céu” (MELENDEZ, 2005). À esquerda, foto com visualização da urna em sua posição normal e à direita em processo de subida. Fontes: Crematório Primaveras, 2004; Portal IG São Paulo/Divulgação, 2015.

Geralmente nestas cerimônias há também uma liberdade para atos religiosos e homenagens, sendo possível ser direcionados pela família. Após a despedida do corpo, com a posterior obtenção das cinzas, têm-se diversas possibilidades de lidar com as mesmas, devido suas características, já que, como visto no Capítulo 2, um adulto de 70kg se transforma em aproximadamente 1,5kg de tal material. De fácil transporte, possibilita as mais diversas destinações, o que pode ser conveniente, por exemplo, a uma sociedade que, como diz Walter (2012), após a modernidade se caracteriza por cada vez maior e mais rápida mobilidade, migrando entre regiões pelo mundo. Assim, na forma de cinzas, o corpo pode ser deslocado de forma mais facilitada, caso haja o desejo dos entes queridos.

Na forma de cinzas, os restos mortais podem mesmo sofrer novas transformações ganhando outras características: alguns exemplos são artistas que pintam quadros a partir da mistura com tintas²⁵ ou então desenvolvem esculturas com o material²⁶, além de empresas que o transformam em diamantes²⁷ ou até discos de vinil²⁸.

As cinzas também possibilitam que morto se “faça presente” em mais de

um local simultaneamente, já que podem ser repartidas. Pode-se dividir entre entes queridos ou dispô-la em mais de um local que o falecido prezava, por exemplo. Dá-se ainda a oportunidade que este viaje para locais onde nunca poderia em vida, como através de serviços que oferecem levar cinzas de pessoas para o Espaço²⁹.

Figuras 261, 262 e 263. Existem uma infinidade de opções de urnas cinerárias para cinzas. A cada ano as empresas do ramo funerário oferecem produtos cada vez mais personalizados, sendo possível encontrar até mesmo modelos que levam as feições do morto como uma pequena escultura. A empresa estadunidense “Cremation Solutions”, por exemplo, oferece a opção de urna em que a figura do morto poderia vir até mesmo fantasiado, mostrando um personagem da ficção que lhe agradava ou atividade que exercia em vida. Também oferecem a possibilidade urnas na forma de cabeças, modeladas em tamanho real a partir de qualquer foto disponibilizada pelos entes queridos. Na imagem, os modelos Obama, Supermane Militar (respectivamente). Fonte: Site da Empresa. Disponível em: <<http://www.cremationsolutions.com/>> Acesso em: 18 jan. 2015

Figura 264 (esquerda). Artista plástica Cláudia Eleutério ao lado de quadro que pintou, o qual utilizou cinzas em conjunto com tintas para o trabalho. Foto: Isadora Brant/Folhapress. Folha de São Paulo, 2011.

Figura 265 (direita). Escultura feita a partir de cinzas feita pelo artista plástico Tony Reis. Foto: Erlei Schade/Revista Época, 2009.

Assim sendo, vê-se que a cremação abre precedente para as mais variadas e criativas atitudes perante os restos mortais dos entes queridos, que no caso da inumação não seriam possíveis. Fato que também é incrementado pelo mercado funerário que cada vez mais oferece novas e diferentes opções.

Em relação aos jardins de memória no Crematório, pode-se dizer que se constituem como expressões rituais fúnebres de certa forma em consonância com a personalização e individualidade pós-moderna indicada pelos estudiosos. Entretanto, se mostram também portadores de elementos que remetem a rituais tradicionais, fazendo muitas vezes referências a conformações tumulares.

Segundo Rodrigues (2006), “os túmulos não são apenas o lugar onde se depositam os mortos, mas frequentemente são também o símbolo da unidade do grupo familiar, em torno do qual ritos importantes são celebrados”, sendo que “a valorização de um território através dos mortos que a terra contém é um fato bastante conhecido dos antropólogos” (p.49).

Assim, a constituição destes lugares torna, possível atitudes rituais, sem, no entanto, necessitar a utilização de um túmulo propriamente dito, permitindo às pessoas se manifestarem em um lugar que, apesar de carregar a conotação da morte, possibilita com que se lide de forma mais palatável com a mesma, por meio do sentimento de paisagem proporcionado.

Segundo Catroga(2010) o símbolo funerário – e aqui faz-se uma relação com os jardins de memória – têm uma dimensão de vida e chamam à ritualização, que teria um caráter revivificador. Nas palavras do autor:

O símbolo funerário é metáfora de vida e convite a uma periódica ritualização revivificadora; ele é para ser vivido e ajudar a viver,

Figura 266. Columbário do crematório no cemitério de Père-Lachaise, Paris. Foto: Autora, 2014.

oferecendo-se assim como um texto cuja compreensão mais afetiva (a dos entes queridos) mobiliza, antes de mais, toda a subjetividade do vivente.(p.172)

No tocante à escolha de lugares abertos ajardinados para disposição de cinzas em relação a fechados, um exemplo que também pode ser citado é o tradicional cemitério de Père-Lachaise³⁰ em Paris. Mesmo possuindo uma edificação com lóculos para alocação de urnas cinerárias, construído juntamente com seu crematório no século XIX, inaugurou³¹ em 1986 o *Jardin Du Souvenir*³², um jardim com gramado para esparzimento de cinzas. Apesar de lá serem esparzidas sempre de forma anônima, pode-se estabelecer uma relação com o Crematório onde os enlutados também demonstram preferência ao jardim. No caso parisiense, são proibidas expressões livres nestes jardins, sendo permitidas apenas a disposição de flores unitárias ou pétalas³³.

Figuras 267 e 268. Jardin du Souvenir no cemitério de Père-Lachaise em Paris, que se constitui por um gramado ao longo de um de seus muros. Na foto acima (ampliação), vê-se de monumento semelhante a uma lápide, colocado pela administração, onde se lê “Jardin du Souvenir” Foto: Autora, 2014.

Acrescenta-se ainda que na França, a partir de uma legislação³⁴ de 2008, faz-se obrigatório aos municípios com mais de 2.000 habitantes, constituir locais para dispersão de cinzas mortuárias, assim como um columbário ou espaços para que se enterrem urnas cinerárias³⁵. Destaca-se ainda que o termo “*Jardin du souvenir*” acabou se tornando popular na França para se referir a jardins onde se faz o esparzimento de cinzas mortuárias³⁶ (BAYARD, 1996; CAUE 44, 2011).

Ressalta-se que, no caso francês dos *jardins do souvenir*, nem sempre as pessoas se sentem à vontade em não ter um local de identificação precisa para os seus mortos, a exemplo do que ocorre nos jardins do crematório, em que muitos enlutados se recusam em esparzir as cinzas anonimamente, construindo seus jardins de memória. A geógrafa Catherine Armanet(2009), por exemplo, mostra que no *jardin du souvenir* do cemitério público de Guillotière em Lyon, enlutados acabaram por se apropriar de trechos do gramado onde esparziram cinzas, sentindo-se incomodados se cinzas de outras pessoas eram dispostas exatamente no mesmo local e até mesmo se aborreciam quando a poda era feita pela administração. No dia de finados, por exemplo, ela notou ainda que diversas famílias procuravam colocar flores exatamente no local onde haviam dispersado as cinzas de seu ente querido.

Destaca-se que neste cemitério também existem além dos *jardin du souvenir* a possibilidade de concessão para uso de columbários dispostos a céu aberto, de pequenos túmulos cinerários - chamados de *cavurnes*³⁷ - e também de dispersão em roseiras, que são identificadas com o nome do falecido por meio de placas. Armanet(2009) então mostra que nestes casos, mesmo existindo a identificação do local de esparzimento, ainda há o desejo de personalização, sendo que as pessoas colocam nas placas dizeres a respeito do enlutado ou fotos.

Figura 269. Dispersão de cinzas no Jardim du souvenir de Guillotière em Lyon. Foto: Jeff Pachoud / AFP, 2007.

Ainda observa que estas atitudes nem sempre são bem vistas, causando conflito com a administração que deseja manter uma padronização daquele espaço que possui projeto paisagístico definido.

Apesar deste exemplo se situar em um contexto diferente do Crematório Municipal, é possível, em alguns aspectos, serem traçadas semelhanças com os jardins de memória: a despeito de como é imposto pela administração ou então pelo projeto, há o desejo de identificação do local de disposição dos mortos, sendo que em alguns casos a personalização se mostra como um desejo latente.

Quanto às propriedades terapêuticas relacionadas ao luto, pôde-se aferir que o manejo e visitação dos jardins de memória contribuem nestas questões. Parkes (1998 p.199) afirma que “a morte física e a morte social não acontecem simultaneamente”, ou seja, leva-se certo tempo para se aperceber, tornar real a perda, sendo o luto este processo. Ainda de acordo com o mesmo autor,

O trabalho de luto é o processo de aprendizagem pelo qual cada mudança resultante é progressivamente compreendida (tornada real) e é estabelecido um novo conjunto de concepções sobre o mundo. Ninguém absorve de uma só vez a realidade de um evento tão importante como um luto. (PARKES,1998 p.170)

Assim, ao se dedicar a estes jardins, algumas pessoas poderiam estar aos poucos e à sua maneira, assimilando este fato, onde o trabalho da memória, evocando-se lembranças dos mortos também se faz relevante neste processo.

O ritual, por sua parte, contém um caráter de memória, ligando presente e passado, modificando a experiência. Nas palavras de Douglas(2012 p.82), esse

anima a memória e liga o presente com o passado relevante. Em tudo isto ajuda a percepção. Ou melhor, muda a percepção porque

muda os princípios seletivos. Logo, não é suficiente dizer que o ritual nos ajuda a experimentar mais vivamente o que experimentaríamos de qualquer maneira. Não é meramente como uma ajuda visual que ilustra as instruções verbais para abrir latas e invólucros. Se ele fosse apenas uma espécie de mapa dramático ou diagrama daquilo que é conhecido, seguiria sempre a experiência. Mas, na verdade, o ritual não desempenha este papel secundário. Pode vir, primeiro, formulando a experiência, trazendo-a para a luz do dia, mas modifica a experiência, expressando-a.

Assim, pode-se dizer que, ao se estabelecer estes rituais de construção, visitaço e personalizao dos jardins, os enlutados estariam fazendo um trabalho de memria, evocando lembranas ao presente no de maneira intacta, mas de maneira transformada tambm pela percepo do atual. Seria como um ritual estabelecido, onde se ve que estes jardins no seriam apenas uma expresso da memria e luto, mas tambm modificariam esta experincia.

4.8. O ENCONTRO DE THANATOS E EROS NA PAISAGEM

Cabe aqui comear com uma pequena histria:

Era uma tarde quente e abafada, e Eros, cansado de brincar e derrubado pelo calor, abrigou-se numa caverna fresca e escura.

Era a caverna da prpria morte.

Eros, querendo apenas descansar, jogou-se displicentemente ao cho, to descuidadamente que todas as flechas caram.

Quando ele acordou, percebeu que elas tinham se misturado com as flechas da Morte, que estavam espalhadas no solo da caverna.

Eram to parecidas que Eros no conseguia distingui-las.

No entanto, ele sabia quantas flechas tinha consigo e ajuntou a quantia certa.

Naturalmente, Eros levou algumas flechas que pertenciam Morte e deixou algumas das suas.

E é assim que vemos, frequentemente, os corações dos velhos e dos moribundos, atingidos pelas flechas do Amor, e às vezes vemos os corações dos jovens capturados pela Morte.

(Esopo, Grécia Antiga, In Meltzer, 1984 apud Kovács, 1992, p.49)

Assim como apresentado nesta fábula com personagens mitológicos, Thânatos e Eros, símbolos da morte e da vida respectivamente, apesar de representarem dois opostos, estão em constante relação.

Thanatos é uma palavra de origem grega, que significa morte. Sua raiz etimológica é o *tha*. Segundo Otto Dörr Zegers (2009 p.194), “a outra única palavra em grego com esta mesma raiz é *thalamon*, da qual se deriva tálamo, leito nupcial. *Thalamon* é o lugar da casa onde habita a esposa, é o cômodo mais central e também o mais interior e escuro.” Assim, etimologicamente seria possível traçar uma relação entre *thanatos*, a morte, e a mulher, o amor (CAPUTO, 2014).

Morte e vida se entrelaçam o tempo todo, como pode ser observado nos ciclos animal e vegetal, este último o qual já se deu o exemplo apresentado por Schama (1998)³⁸. A morte depende da vida e vice-versa, em uma relação abordada por diversos filósofos como Heidegger que coloca “a apropriação da morte como nosso *poder-ser* mais genuíno”. (NOGUEIRA, In: SANTOS, INCONTRI, 2007 p. 115).

No campo da psicanálise, Freud se apropriou destes dois termos e sua complementaridade para discutir os impulsos fundamentais do ser humano. Estas estariam funcionando constantemente juntas em um processo dialético (KOVÁCS, 1992).

Pensando-se em termos não antitéticos, mas complementares, a morte ainda se faz propiciadora da vida por meio do renascimento, presente não só na

ideia de transcendência mas também nos ritos de passagem da transformação humana. Neste sentido, diz Jung que

O “renascimento” é uma das proposições mais originárias da humanidade. Esse tipo de proposição baseia-se no que denomino “arquétipo”. Todas as proposições referentes ao sobrenatural, transcendente e metafísico são, em última análise, determinadas pelo arquétipo e por isso não surpreende que encontremos afirmações concordantes sobre o renascimento nos povos mais diversos. Um acontecimento psíquico deve subjazer a tais proposições. À psicologia cabe discutir o seu significado, sem entrar em qualquer conjectura metafísica e filosófica. Para obtermos uma visão abrangente da fenomenologia das vivências de transformação é necessário delimitar essa área com mais precisão. Podemos distinguir principalmente dois tipos de vivência: primeiro, a vivência da transcendência da vida, e, segundo, a de sua própria transformação. (JUNG 2002, p.122)

Postas estas reflexões e a partir das observações e relatos, percebeu-se que mais do que a morte, as expressões no espaço do Crematório constantemente evocam a vida. Vida expressa por meio de elementos, como o enlutado que sentia a mãe presente quando o cata-vento se movimentava, vida nas homenagens que mais do que mostrar um sentimento de tristeza – apesar de ela estar muito presente –, mostravam através dos objetos, do sentido dado aos mesmos, uma evocação de vida, de lembrança do que o falecido foi em vida, se tornando um local de memória. Está nas crianças, jovens e adultos correndo pelo gramado atrás das pipas, nos cães passeando, nas atividades de corrida, na ginástica matinal oferecida pela própria instituição.

A paisagem, a partir da apreensão da natureza evocada pelo jardim, através da estética, a *aisthesis*, pela subjetividade, mostra a todo momento esta presença e ciclo da vida dentro da morte, desta ideia de renovação.

A morte não está completamente anulada pela vida. Ela está lá, presente nas cinzas, nas cerimônias que ocorrem a todo instante no edifício, está no entendimento deste espaço como espaço cemiterial. É então a dialética da vida e da morte presentes no contexto de uma paisagem.

O sentido de paisagem existente no Crematório, proporciona um desejo de diversos tipos de apropriação. Desde os sentidos deslocados da intencionalidade do local, até os mais próximos, mas que, porém, também não se intencionava. O sentimento paisagístico provocado pelo local, de “paz”, “liberdade”, “beleza”, nas palavras das pessoas ouvidas, se fazem pelo cruzamento de uma natureza mítica do paraíso, evocada pelo jardim, mesclada com a acepção de local de descanso dos mortos.

É um espaço que proporciona, no caso dos enlutados, um outro estado de espírito, mental, onde se sai do cotidiano agitado das cidades e há a possibilidade de uma pausa diante do fenômeno da morte, que se junta com a memória, suscitada pela lembrança. O tempo se torna outro, o tempo da companhia daquele que já não se encontra mais da mesma forma presente.

Ao confeccionar aqueles jardins, há uma possibilidade de homenagem, de lembrança, um sentimento despertado em cada elemento colocado. E esses jardins são cultivados, muitas vezes pelas próprias mãos dos enlutados, que plantam, choram, se emocionam, personalizam. Que mesmo com o desmonte e efemeridade do tempo ou das regras, retornam para aquele lugar e o transformam.

E assim, ausência e presença se fazem concomitantes naquele lugar, espaço do afeto, escolhido pra o descanso do morto e lembrança do vivo. A apropriação, seja ela dentro da possibilidade estratégica, seguindo as regras impostas, seja ela

extrapolando estas regras, se faz necessária, extravasa um desejo latente de um lugar para retorno e homenagem para os mortos, um ritual que remete à visitação tumular e que, apesar de estar mais escassa devido ao tabu da morte e dos seus lugares, ainda não se apagou.

Mesmo coletivamente, escolhendo já lugares ocupados por outros mortos, se faz uma casa conjunta, um jardim coletivo, construído para abrigar a memória e sentimento de diversos mortos e, muitas vezes encontrar semelhanças entre os mesmos. Assim como a enlutada que se emociona por um desconhecido ofertar uma flor amarela no lugar que estão as cinzas de seus pai, que tanto gostava desta cor ou a família que se alegra pelos que dispõe ícones religiosos perto das cinzas da mãe que era devota destas entidades.

É uma conversa com a morte, num espaço permeado por um sentido de paisagem que faz com que se encontre a vida a partir das expressões do jardim e da memória. É a finitude encontrando a infinitude da natureza, a infinitude nos pássaros presentes nos jardins.

É ainda sensação de que o jardim não é lugar de corrupção como os túmulos, mas de descanso. Ali, o morto pode descansar e não ser corrompido pelos processos naturais.

Poderia ser uma negação da morte? Em alguns momentos sim, mas em alguns momentos não. Apesar de não estar evidente, ela é a todo momento lembrada, somente muda sua imagem. Talvez ali a morte seja lembrada na sua complementaridade com a vida, de que toda morte proporciona vida também, e que não existe somente uma ou outra, mas sim a sua inextrincável dança.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

1. Deixa-se claro que não se pretende aqui discutir filosofia, mas sim, trazer o que a discussão acerca da paisagem poderia enriquecer o entendimento do espaço constituído no Crematório.
2. No original em francês, *médiance*. Termo criado por Berque a partir da raiz latina “meio”. (BERQUE, 2013 p.41)
3. Segundo Adriana Serrão (2011 p.39), o texto “Filosofia da Paisagem” de Simmel, foi o “primeiro texto filosófico inteiramente dedicado à paisagem como categoria do pensamento humano, permanecendo graças a este estatuto inaugural, a referência obrigatória para toda reflexão posterior.”
4. SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem, a unidade de Natureza e Cultura. Sinopse de Comunicação proferida no Seminário Internacional “Questões contemporâneas sobre a paisagem”, São Paulo, 9 abril 2014.
5. SERRÃO, op. cit.
6. Segundo Jeomar Bello Alves, funcionário do Departamento Técnico de Cemitérios do Serviço Funerário Municipal, no ano de 2013 o volume de serviços no Crematório Municipal foi de uma média de 25 corpos cremados por dia.
7. Estes exemplos serão melhor discutidos neste Capítulo no item 4.7. “Os ritos fúnebres e os jardins de memória”.
8. Ver Capítulo 2.
9. Pontua-se aqui que o presente trabalho não procura abarcar a complexidade da teoria de memória do autor. Bosi(2014), expõe ainda que para esta empreitada seria necessário um estudo relacionado ao contexto de sua obra filosófica. O que se pretende é utilizar-se de algumas ideias postas pelo filósofo de maneira a circunscrever a forma de entendimento da “memória” no presente trabalho. Para saber mais sobre o tema ver BERGSON,1999; BOSI, 2004 e BOSI, 2013.
10. ZANCHETTA, Diego. Crematório não pode mais jogar cinzas no jardim. **Estadão**, São Paulo, 24 de janeiro de 2013, Notícias, São Paulo. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,crematorio-nao-pode-mais-jogar-cinzas-no-jardim-,988041,0.htm>> Acesso em: 02 de setembro de 2013.
11. Ver também Capítulo 3.

12. Dicionário Houaiss On-line, 2014. Verbetes “túmulo”. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.
13. Nem sempre os túmulos possuem a concepção individualizada que se faz atualmente. Durante a Idade Média, por exemplo, os mortos eram locados em valas coletivas próximos a Igrejas. Para maiores informações sobre o processo de transformação de entendimento em relação aos túmulos, ver ARIÈS, 1977.
14. Neste trabalho, os termos “campa” e “túmulo” são usados de forma sinonímica.
15. Sublinha-se que a palavra “ordinário” aqui não é utilizada em seu sentido pejorativo, mas sim no seu sentido de pertencente à dimensão do comum, cotidiana. *Jardin ordinaire*, no original em francês.
16. De acordo com o autor (ELIADE, 1979), “todo o microcosmos, toda a região habitada, tem aquilo a que poderia chamar-se um ‘centro’, isto é um lugar sagrado por excelência”, sendo aí onde o sagrado se manifesta de uma maneira total. (p.39) Ainda diz que a árvore poderia conter este símbolo, já que seria um elemento capaz de ligar as três regiões cósmicas: céu, terra e inferno. (p.40)
17. Segundo Eliade(1979), “supõe-se que todas as árvores sagradas se encontram no Centro do Mundo e todas as árvores rituais ou postes, que se consagram antes ou durante qualquer cerimônia religiosa, são como que magicamente projetados no Centro do Mundo.”(p.44)
18. Para saber sobre diversos exemplos culturais sobre este tipo de simbolismo, ver Eliade, 1979 p.48-49.
19. Espécie vegetal arbustiva do gênero *Heliconia*.
20. A muda apontada pelas entrevistadas como sendo de cacau, não seria da espécie comumente identificada de cacauzeiro (*Theobroma cacao*) . No entanto, por suas características poderia ser identificada como a espécie cacau selvagem (*Bombacopsis glabra*)
21. Sobre o luto complicado, ver Capítulo 1.
22. Para maiores informações a respeito, ver Capítulo 1 deste trabalho.
23. Em relação ao que seria o “duplo”, ver Capítulo 2.
24. O caso é diferente, no entanto, com figuras públicas, como políticos, atores, por exemplo; ou então em relação a grandes desastres como acidentes aéreos, ou ainda em relação a vítimas de massacres focados pela mídia, como é o caso emblemático do 11

de setembro nos EUA, ou os assassinatos cometidos no escritório da revista de humor Charlie Hebdo. Nestes casos, tais fatos amplamente midiáticos, acabam por causar comoção e luto generalizado nas comunidades, podendo chegar a todo um país, ou mesmo ter um alcance mundial, como no caso dos EUA ou França. Entretanto, este trabalho não pretende se aprofundar nesta seara.

25. Um exemplo é a artista plástica Cláudia Eleutério que trabalha em parceria com a Associação Brasileira de Cemitérios Protestantes que realiza quadros onde os pigmentos são misturados às cinzas. Fonte: FOLHA DE SP 2011. MOURA, Danila. Serviços ligados a funerais giram R\$1,5bi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2011. Mercado, B6.

26. Crematório de Curitiba transforma cinzas em esculturas. **Revista Época Online**, 29.10.2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT101653-15228-101653-3934,00.html>> Acesso em: janeiro 2015.

27. Técnica desenvolvida por Rinaldo Willy e Weit Brimer, que fundaram a empresa suíça Algordanza que oferece este serviço. São necessários aproximadamente 500 gramas de material cinerário, que é submetido então a um processo químico que separa o carbono para a confecção da pedra de diamante. Fontes: Site da empresa Algordanza. Disponível em: <<http://www.algordanza.com>> Acesso em: 11 jan. 2015; BICHELL, Rae Ellen. From Ashes To Ashes To Diamonds: A Way To Treasure The Dead. **NPR : National Public Radio**, Washington, 19.jan.2014. Disponível em: <<http://www.npr.org/2014/01/19/263128098/swiss-company-compresses-cremation-ashes-into-diamonds>> Acesso em: 11 jan.2015.

28. Fundada por Jason Leach, a empresa britânica “Andy Vinyly” junta as cinzas ao processo de prensagem de um vinil de aproximadamente 24 minutos, cujo áudio é gravado de acordo com a escolha do cliente. Fonte: Site “And Vinyly” Disponível em: <<http://www.andvinyly.com/>> Acesso em: 11 jan. 2015.

29. Baseada em Houston, EUA, a empresa Celestis Inc., oferece diversas opções para o envio de cinzas à órbita terrestre. O primeiro voo da empresa que ofereceu este tipo de serviço foi no ano de 1997, e levou as cinzas de Gene Roddenberry, criador de Star Trek, dentre outras pessoas, como Timothy Leary, famoso defensor da droga LSD. Fonte: Site Celestis, Inc. Disponível em: <<http://www.celestis.com/>> Acesso em: 11 janeiro 2015.

30. Para ver mais sobre o cemitério de Père Lachaise, ver Capítulo 2.

31. Fonte: Site officiel de la Mairie du 20^e arrondissement de Paris (Site oficial da Câmara Municipal do 20^o *Arrondissement* de Paris.) Disponível em: <<http://www>.

mairie20.paris.fr/mairie20/jsp/site/Portal.jsp?page_id=856>Acesso em: 10 janeiro 2015.

32. Jardim da lembrança, em tradução livre do francês.

33. De acordo com as normas do Crematório do Cemitério Père-Lachaise. Ver site Crematorium Père-Lachaise, seção Regulamentação. Disponível em: <http://www.crematorium-perelachaise.fr/p_reglementation_65.html> Acesso em: 10 janeiro 2015.

34. Lei nº 2008-1350 de 19 dezembro de 2008, relativa à legislação funerária. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/eli/loi/2008/12/19/2008-1350/jo/texte>> Acesso em: janeiro 2015.

35. De acordo com o artigo L. 2223-1 da legislação em questão.

36. O uso do termo pode ser visto em BAYARD, 1996; ARMANET (In: GRANDJEAN, 2009); CAUE 44, 2011. Não se conseguiu obter informações precisas sobre os *jardins du souvenir* na França, mas ao que tudo indica, o de Père-Lachaise foi o primeiro.

37. *Cavurne* seria originário de *caveau*, que significa “sepultura”, em francês.

38. Ver neste mesmo Capítulo, o item 4.5: “A composição dos jardins de memória”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se difícil chegar a um fechamento deste trabalho. Isto porque sua principal característica foi a abertura, e assim se construiu: seguindo o caminho apresentado pelo campo, que nem sempre foi linear, mas muitas vezes sinuoso, já que está em constante transformação. Mais do que hipóteses a serem confirmadas, buscou-se levar questionamentos e estar aberto a novas questões, ensejando um diálogo com a teoria, em um movimento circular. Assim, não faz sentido chegar a conclusões estanques e o que aqui será exposto serão sínteses a partir do que foi apresentado ao longo da pesquisa, de forma a instigar reflexões relativas ao tema proposto.

Pode-se dizer que, a despeito de em seus primórdios a cremação no Brasil ser pouco escolhida como método para lidar com os mortos, é uma prática que vem crescendo, principalmente a partir dos anos 2000, como pôde ser visto nos dados apresentados no trabalho. Esta popularização, no entanto, nem sempre se relaciona a seus intentos iniciais, alinhados com um ideal racional, pragmático e tecnicista, fruto de um desejo de modernidade e laicização.

Assim, nota-se que, atualmente, este fenômeno pode estar assumindo outros direcionamentos. No caso do Crematório Municipal de São Paulo, esta escolha não mostra uma motivação hegemônica pelos enlutados abordados: apesar de muitas vezes tomar os contornos racionais ou mesmo revelar um desejo de negação da decadência corpórea, concomitantemente, também apresenta um desejo de dignidade de um espaço aprazível para o seu morto que, muitas vezes não seria possível se enterrado ou então posteriormente disposto em ossários.

Os que optam por construir jardins nos espaços livres do Crematório demonstram que a opção pelo método envolve-se com o local de disposição

corpórea final: em diversos casos, na forma de cinzas, poderiam ser cuidados de uma maneira mais personalizada e zelosa. A última morada de seus entes queridos não seria um lote pré-determinado em uma quadra longínqua e impessoal de uma necrópole de acordo com seu poder aquisitivo. Com o crematório, haveria a possibilidade de escolha de um lugar agradável, debaixo de árvores floridas, de fácil acesso, em um ambiente onde o enlutado se sente acolhido.

Desta forma, os espaços livres, primeiramente definidos em função de uma necessidade técnica relacionada ao raio de alcance das emissões da chaminé do forno de cremação, transformou-se em jardim e trouxe para si um sentido de paisagem. Os enlutados fruem estes espaços, vegetados, depositando suas homenagens, enchendo-as de lembranças, e fazendo-o um local de descanso eterno, que remete à imagem do paraíso, ideal guardado mesmo no humano mais dessacralizado, como diz Eliade (1979). Assim, ao ser um lugar onde outro tempo se faz presente – o tempo circular, não-linear, da natureza – onde o humano é capaz de se tornar imerso e pensar na finitude aberta para a infinitude, a paisagem ali se revela.

Como apontado pelos estudiosos da área antropológica, o ser humano não prescinde de rituais, independente da forma como se apresentam. Para o acontecimento da morte, que provoca uma desestruturação social e pessoal, estes podem constituir-se como fundamentais sendo uma forma de lidar com a mesma.

A despeito do evidente tabu da morte presente no cotidiano das cidades e também do enfraquecimento dos seus espaços, a constituição dos jardins de memória demonstraria certa resistência à uma suposta perda dos

rituais relacionados ao morrer apontados por estudiosos. Assim, mesmo com este enfraquecimento delineado, demonstraria ainda a necessidade do homem pós-moderno ocidental dessacralizado em estabelecer lugares sagrados para os seus mortos, com a transformação de ritos tradicionais e a invenção de novos elementos.

Isto ainda se revela, principalmente, por se tratar de um método que não necessita necessariamente de uma constituição para abrigo dos restos mortais. Como dito anteriormente, seu surgimento nos meios urbanos ocidentais se relaciona à racionalidade, onde o não estabelecimento de locais de memória para os mortos se encaixava. Estes fatos levaram ainda estudiosos como Urbain(1978) a considerá-la como a “morte da morte”, associando a expansão ocidental por esta escolha com o interdito moderno apontado por Ariès (1977).

Desta forma, a criação destes jardins, poder-se-ia inserir dentro de uma mentalidade da tradição da constituição de lugares de memória, homenagem e retorno para os mortos. Uma necessidade, em diversos casos demonstrada, do ritual da visitação e manutenção de túmulos.

Apesar de amenizada através do não uso de símbolos tradicionalmente característicos a locais fúnebres, contenção da expressão do luto por parte dos visitantes e de não haver a presença propriamente dita do corpo enterrado, a morte continua ali presente e demarcada de alguma forma, seja através dos enfeites de jardim, dos objetos pessoais, das plantas cultivadas ou das cinzas espalhadas, possibilitando de alguma maneira a identificação destes locais. Assim, não há a busca do delineamento de um local padronizado de morte, mas sim de algo que seja o mais personalizado possível remetendo ao que foi a vida do agora falecido.

Estas formas de identificação, no entanto, são delicadas e muitas vezes acabam se diluindo no espaço, também por alguns símbolos serem característicos de jardins “comuns”. Esta “neutralidade” aliada ao fato das visitas às cinzas serem esparsas e discretas, acabaram por caracterizar o crematório com um aspecto que não é predominantemente fúnebre. Fato que, somado aos seus extensos espaços livres gramados ociosos e à falta de locais adequados de lazer na região, provavelmente acabou incentivando a utilização do crematório para atividades não afins a que foi projetado. Atividades estas tão intensas que acabam até formando diferentes “pedaços” de lazer em um espaço da morte.

Assim, o espaço do Crematório se mostra complexo, possuindo um território que abriga diversos significados. Isto faz pensar como até mesmo espaços carregados de significados interditos próprios podem abrigar um emaranhado de teias com as significações mais diferentes. Como diz Michel Conan (1994 p.46), “um mesmo território, segundo os grupos que fazem uso dele, pode ser ao mesmo tempo país, lugar e paisagem, ou não ser nada disto”.

Para os usuários do parque significa uma extensão com regras menos rígidas, para os entes das pessoas cremadas, um lugar de ritual e memória, para as pessoas que empinam pipa, um espaço onde podem exercer o lazer sem ter que lidar com carros na rua, entre outros.

Como lidar com estas expressões tão díspares, que ora dialogam, ora entram em conflito? Acrescenta-se que, em um contexto onde o território urbano é cada vez mais visto no seu viés utilitário, e as transformações na região do Crematório se mostram condizentes com a valorização das terras urbanas, seus espaços livres talvez possam ser questionados: por que manter uma área “nobre”

deste tipo como jardim de um crematório ao invés de se abrir oficialmente para uso de lazer dos moradores da região?

Estas não são questões fáceis de serem respondidas, e nem se tem tal pretensão. Coloca-se, no entanto, como desafio, na forma de se pensar os espaços cemiteriais em sua complexidade.

Até mesmo nos usos que se fazem condizentes com um espaço cemiterial, na constituição dos jardins de memória, estes não são realizados de forma estratégica, mas sim tática: não há permissão de uso para demarcação e identificação, o que, contudo, não faz com que tenham deixado de surgir e aumentado em número com o passar do tempo.

Enfrentar a morte do próximo, é enfrentar a própria finitude, pois esta é a única maneira de se experienciar a morte em vida: a partir da morte do outro. Assim, se não existirem mais locais para se refletir e se posicionar diante da morte, mais difícil ainda se tornaria lidar com a finitude. Ao erigir marcos jardinísticos para seus mortos, os enlutados do Crematório poderiam ter um local para memória, quase que como uma representação metafórica do último lar daqueles que amam: eles não estariam perdidos em qualquer lugar, mas ali, se fariam presentes de alguma forma.

O sentido de paisagem que aqui se assume, reside na evocação da natureza por meio do jardim, dado à contemplação estética que perpassa as compreensões de vida e morte dialeticamente presentes no espaço do Crematório. Ao experienciar a vida, na fruição da vegetação do jardim, também se experiencia a morte, intrinsecamente presente e necessária no ciclo da existência. A isto se cruza à vivência da morte através do luto, com a lembrança do ente falecido.

Uma percepção de finitude, mas que pode-se arriscar dizer, com a esperança da infinitude.

Observando-se estas apropriações, reflete-se ainda sobre até que ponto o projeto proposto pelo arquiteto deveria balizar a utilização de um espaço. Qual é o limite entre um projeto acolhedor à dinâmica humana, acomodando novos usos, e um projeto impositivo e hermético a novas significações? Como acomodar a participação, a individualidade, a espontaneidade e ainda a estética que “fere” os cânones arquitetônicos?

Assim como o campo mostrou, o cotidiano não pode ser completamente definido. Por mais que os meios estratégicos tentem normatizá-lo, o homem ordinário escapa, e de alguma forma, até mesmo de maneira inconsciente, estabelece táticas de modo a se expressar. Cabe ao arquiteto o desafio de uma abordagem compreensiva que, ao mesmo tempo que ofereça projetos consistentes com base conceitual e técnica, possa se abrir a modificações inerentes ao uso humano.

Hoje já se nota, através do discurso de alguns enlutados, que a manutenção de alguns jardins de memória pelos funcionários do Crematório é feita de maneira informal, gerando já certa distinção entre os mesmos. Pois os que não dispõem de tempo para manutenção constante e não querem ou podem pagar por uma conservação de seus jardins, não conseguem mantê-los caracterizados por longos períodos como os que possuem essas formas de recurso. Entretanto, oficializá-los então não ampliaria esta diferenciação?

Pode-se dizer que a força destes jardins se mantêm enquanto ações não institucionalizadas. Fica a questão de até que ponto uma organização e

oficialização destes caminhariam para um modelo de “urbanização” do espaço. À moda dos cemitérios, poderia começar a existir uma hierarquização? Sabe-se que nas necrópoles, assim como nas cidades dos “vivos” existem os terrenos melhor situados e, por conseguinte, mais caros e difíceis de obter, relegando aos com menos posses, os menos privilegiados. Assim como também se vê as concessões que, se não pagas, destinam os mortos às fossas comuns.

Por sua informalidade, os jardins de memória são frágeis, efêmeros. Podem desaparecer rapidamente de um dia para outro, seja por vandalismo, intempéries ou decisões da gestão. No entanto, parece que, enquanto existir o grande jardim e houver esta possibilidade de retorno, as pessoas sentem-se seguras do acolhimento de seus entes pela natureza ali presente, um local de “paz” e “tranquilidade”, na palavra de diversos enlutados. À semelhança da vegetação que renasce a cada ciclo, os jardins de memória também possuem a capacidade de se refazer.

Assim posto, acredita-se que a paisagem se mostra como uma categoria possível de estabelecer uma discussão com a morte. Ao tocar o ser humano em sua essência temporal, trasladando-o a um tempo circular, da natureza, se coloca uma compreensão dialética entre a finitude e a infinitude, presente em todos os seres vivos. A natureza, parte necessária para a vida humana, se constitui também pela morte. Não existe morte sem vida, nem vida sem morte. Ambas, constituintes da natureza, se fazem presentes na paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Amir. **Da Dramatização ao silêncio social**: as dimensões culturais da morte em Ribeirão Preto. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinícius Nikastro Honesko. Chapecó: Argus, 2009.

ALVES, Rubem A. A morte como conselheira. In.: CASSORLA, Roosevelt M. S. (coord.). **Da morte: Estudos brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991. 2. ed. p.11-15.

APUR (Atelier Parisien d'Urbanisme). **Situation et perspectives de La place de La nature à Paris**: 9º atelier - Les cimetières. Paris, 2011.

ARANTES, Ivone Macedo. **Depoimento sobre projeto do Crematório Municipal de São Paulo**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Aline Silva Santos.

ARAÚJO, Maria das Graças Ferreira de. **Pequenas romarias para pequenos santos**: um estudo sociográfico sobre o dia de Finados. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Belo Horizonte, PUC, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: Da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. **O Homem diante da Morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981a. Vol. 01.

_____. **O Homem diante da Morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981b. Vol. 02.

ARMANET, Catherine. L'affirmation d'une identité personnelle dans un espace public - Le cas des sépultures cinéraires d'un cimetière communal. In.: GRANDJEAN, Pernette. **Construction Identitaire et Espace**. Paris: L'Harmattan, 2009. p.119-135.

_____. Être incinéré et après? Le rapport des crématistes à la sépulture. In: **Cahiers ADES n° 5. Les espaces de la mort**. Bordeaux: UMR ADES ,2009b. p.29-44.

ASR – ÁGUAS SOLOS ROCHAS. **EVA - Estudo de Viabilidade Ambiental para o Cemitério Parque dos Girassóis**, São Paulo - SP. São Paulo, 2012.

ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 341-375.

AZARA, Pedro. La casa y los muertos. In.: GILI, Monica (Org). **La última casa. The last home**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BARTALINI, Vânia. **Seminário A Pesquisa Qualitativa e o Fenômeno da Paisagem**. Notas de aula. LABPARC - FAUUSP, São Paulo. 25. de abr -12 de set. 2014.

BAUDRILLARD, Jean. A troca simbólica e a morte. São Paulo : Loyola, 1996.

BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários**: Morrer é morrer? São Paulo: Paulus, 1996.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Tradução Luiz Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Record, 2013.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2.ed.

BERNSTEIN, Andrew. Fire and Earth: The Forging of Modern Cremation in Meiji Japan. **Japanese Journal of Religious Studies**, Nagoya, v.27, n. 3/4, Mortuary Rites in Japan, p. 297-334, fall 2000.

BERQUE, Augustin. **El pensamiento paisajero**. Tradução Javier Maderuelo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

_____. Paisagem, meio, história. In.: BERQUE, Augustin (org.). **Cinq Propositions Pour une Théorie du Paysage**. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1994. [Tradução Vladimir Bartalini para uso exclusivo da disciplina AUP 5810 Paisagismo, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2012], 2013.

_____. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994 [Tradução de Vladimir Bartalini para uso da disciplina AUP5810 - Paisagismo, do Curso de Pós- Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2012, 2013.]

BESSE, Jean Marc. BESSE, Jean Marc. **Ver a Terra**: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BICHELL, Rae Ellen. From Ashes To Ashes To Diamonds: A Way To Treasure The Dead. **NPR: National Public Radio**, Washington, 19.jan.2014. Disponível em: <<http://www.npr.org/2014/01/19/263128098/swiss-company-compresses-cremation-ashes-into-diamonds>> Acesso em: 11 jan.2015.

BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular**: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da primeira república. Tese (Doutorado em Artes). São Paulo, ECA-USP, 1991.

BOSA, Gabriel.Instalação de crematório gera polêmica em Içara. **Portal Clicatribuna**, Içara, 30 Set. 2013. Disponível em: <<http://www.clicatribuna.com/artigo/instalacao-de-crematorio-gera-polemica-em- icara-96788>> Acesso em: 07 out. 2013.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. Cotia : Ateliê, 2013. 3.ed.

_____. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 12. ed.

BUSSIÈRES, Luc. Rites funèbres et sciences humaines: synthèse et hypotheses.

Nouvelles perspectives en sciences sociales, Canada, vol. 3, n.1, p. 61-139, 2007.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. **A morte e os vivos**: um estudo comparativo dos Sistemas Tanatológicos Linense e Bororo e suas interveniências nas interações sociais nestes dois grupos sociais. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo, Instituto de Psicologia, 2014.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010

CAUE 44 (Conseil d'Architecture, d'Urbanisme et de l'Environnement de Loire-Atlantique). **De la pierre à l'herbe, des cimetières en mutation**. Lettre d'information du CAUE 44. n.10. mai 2011. Disponível em: <<http://www.caue44.com/IMG/pdf/BulletinN10-web.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano - Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 3 ed.

CHIANTELLI, Renato. **Entrevista relativa ao bairro de Vila Prudente, o Parque Ecológico “Dra. “Profa. Lydia Natalízia Diogo” e o projeto para o Polo Cultural**. São Paulo, 2013. Entrevista concedida a Aline Silva Santos.

CONAN, Michel. From Vernacular Gardens to a Social Anthropology of Gardening. In: CONAN, Michel (ed.). **Perspectives on Garden Histories**. Washington: Dumbarton Oaks, 1999. p.181-204.

_____. A invenção das identidades perdidas. In.: BERQUE, Augustin (org.). **Cinq Propositions Pour une Théorie du Paysage**. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1994. [Tradução Vladimir Bartalini para uso exclusivo da disciplina AUP 5810 Paisagismo, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2012.]

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. In: Brasília, cidade que inventei. Brasília: ArPDF, Codeplan e DePHA, 1991.

CPI Perus/Desaparecidos, 1992 In: INSTITUTO MACUCO. **Vala clandestina de Perus**: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos Vivos**: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 210 p.

DAL CO, Francesco. “De los parques a la region- ideologia progressistay la reforma de la ciudad americana” In: **La ciudad americana** - de la Guerra Civil al New Deal. Barcelona, Gustavo Gili, 1975.

DAVIES, Douglas J. ;MATES, Lewis H (Ed.). **Encyclopedia of cremation**. London: Ashgate, 2005.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO ARTÍSTICAS (IDART). **Situação atual da escultura na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1980.

DIDION, Joan. **O ano do pensamento mágico**. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

DIOGO, Ligia. La Muerte en Facebook: La performance de si mismo como una llave para la inmortalidad en internet. In: Congreso Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades ‘Imágenes de la muerte’, 6, 2014, Salta. **Anais do evento**. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2014. 1 CD-ROM.

DÖRR ZEGERS, Otto. Eros y Tánatos. **Salud Ment**, México , v. 32, n. 3, jun. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-33252009000300002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2015.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Tradução Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 2012. 2ed.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83. 2ª ed.

EGGENER, Keith. Cemeteries. New York: W. W. Norton & Company; Library of Congress, 2010.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico religioso. Tradução Maria Adozinda Oliveira Soares. Lisboa, Portugal : Arcádia, 1979.

_____. **Aspectos do mito**. Tradução Manuela Torres. Lisboa : Edições 70, 1986.

_____. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAVRET-SAADA, JEANNE. Ser afetado. tradução de Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FIX, Reinaldo Guilherme. **Os muros que separam os mortos**: um estudo de caso dos cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo. Trabalho de conclusão de curso (Geografia). São Paulo, FFLCH-USP, 2007.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia** (1917-1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1974. vol. 18.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. p.445-476. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 46 Nº 2, 2003.

GUARALDO, Eliane. **São Paulo, paisagem e paisagismo na primeira república**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, FAU-USP, 1995.

_____. **Repertório e identidade: espaços públicos em São Paulo, 1890-1930**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, FAU-USP, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 22 ed.

HONÓRIO, Rosely Marchetti. A história do Parque Ecológico de Vila Prudente contada pelos moradores locais. In: 1º. Simpósio de história oral e memória, 2010, São Paulo. **Textos Completos**. São Paulo: GEPHOM, 2010. 546p. p.4-9

_____. **O vôo dos flamingos**: uma tentativa de avanço na cocriação de uma nova realidade na gestão do Parque Ecológico de Vila Prudente. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental). Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 3. ed.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos CEBRAP**, n.12, p. 16-26, jun. 1985.

JAMESON, Fredric. In: Fredric **Jameson - Pós-modernismo ou pós-modernidade?** Documentário Encontros e Dissonâncias. Produção Telos Cultural. Produção Audiovisual Okna Produções. Direção Camila Gonzatto. Direção de Produção Gina O'Donnell. Edição Alfredo Barros. Tradução Marina Waquil e Francesco Settineri. 2014. 3'32". Disponível em: <http://youtu.be/nSNAhib3B_M> Acesso em: 4 nov. 2014.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Dora Mariana R. Ferreira da Silva e Maria Luiza Appy. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 2.ed.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2008. 2 ed.

_____. **Morte e Desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo: 1992.

_____. A caminho da morte com dignidade no século XXI. **Revista Bioética**, Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, v.22, n.1, p.94-104, 2014.

_____. Bioética nas questões da vida e da morte. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2003.

LASSUS, Bernard. Uma poética da paisagem: o desmensurável. In: LE DANTEC, Jean-Pierre. **Jardins et Paysages - Textes essentiels**, Paris: Larousse, 1996. [Tradução Vladimir Bartalini para uso exclusivo da disciplina AUP 5834 A Paisagem no Desenho do Cotidiano Urbano, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1º semestre de 2009.]

LAURENTINO, Fernando de Pádua. **Várzeas do Tamanduateí: industrialização e desindustrialização**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo, FFLCH-USP, 2002.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas : Editora da UNICAMP Aracaju : Editora UFS, 2007.

LENTZMEIO AMBIENTE. **EVA - Estudo de Viabilidade Ambiental para o Cemitério de Congonhas**, São Paulo - SP (Termo de Referência Nº11/DECONT-2/2010). São Paulo, 2011.

LIGOU, Daniel. L'Evolution des cimetières. **Archives des sciences sociales des religions**, n. 39, 1975. p. 61-77.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. Origem Histórica dos Cemitérios. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, 1976.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da Periferia ao Centro: Trajetórias de Pesquisa Em Antropologia Urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, ano 15, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, junho 2002.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole - textos de antropologia urbana**. EDUSP: São Paulo, 1996.

_____. **A Rua Quinze, de praça a praça: um exercício antropológico**. Site NAU (Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP), seção Metodologia, 1991. Disponível em: < <http://nau.fflch.usp.br/artigos> > Consulta em: jun. 2012.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre - objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 21, p. 175-197, jan. 2006.

MARANHÃO, José Luis de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani Bicudo. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: Fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Centauro, 2005. 5 ed.

MARTINS, José De Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MAURO, Cynthia. Choisir La Crémation Aujourd'hui. **Études sur la mort**, n.132, p. 9-18, 2007/2.

MELLENDEZ, Adilson. Projeto para o fim da vida. **Projeto Design**, São Paulo, n.302, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.89-103, 1998.

MENEZES, Rachel Aisengart. Tecnologia e "Morte Natural": o Morrer na Contemporaneidade. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.129-147, 2003.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Tradução de João Guerreiro Boto, Adelino dos Santos Rodrigues. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

MOTTA, Antonio. **À flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2009.

MÜLLER, Letícia Morgana. **Sobre índios e ossos**. Estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré- contato. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUC-Rio Grande do Sul, 2008.

NOGUEIRA, João Carlos. A autenticidade e o ser-para-a-morte em Heidegger. In: SANTOS, Franklin Santana; INCONTRI, Dora (Org.). **A Arte de Morrer - visões plurais - vol. 1**. São Paulo: Editora Comenius, 2009. p.109-119.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre o conceito de indivíduo, tempo e morte. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 6 (1-2): 91-105, 1994.

PACHECO, Alberto. **Meio ambiente e cemitérios**. São Paulo: SENAC, 2012.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público**: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Senac, 2013.

PARKES, Colin Murray. **Luto – estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo: NAU/ USP, ano 2, versão 2.0, fev. 2008. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1890>> Acesso em: 01 março 2014.

PENTEADO, Fábio. Uma tarefa: projetar o forno crematório. **Arquiteto**, São Paulo, n.2, p. 12, ago. 1972.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Garamond : IPHAN, 2007.

PESSINI, Léo. Distanásia: Até quando investir sem agredir? **Revista Bioética**, Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, v.4, n.1, 1996.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). **Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000**. São Paulo: Sempla, 1985.

PROTHERO, Stephen. **Purified by fire**: A history of cremation in America. Berkeley: University of California Press, 2001.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres. um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

_____. **Razão Pública e Paisagem**: reflexões e subsídios teórico-conceituais para o entendimento e para a qualificação da urbanização contemporânea. Palestra proferida no 11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil - ENEPEA. Campo Grande - MS, 2012.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REVISTA ÉPOCA. Crematório de Curitiba transforma cinzas em esculturas. **Revista Época On-line**, 29.10.2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT101653-15228-101653-3934,00.html>> Acesso em: janeiro 2015.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Metrópole da morte necrópole da vida: um estudo geográfico do Cemitério de Vila Formosa**. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

RODRIGUES, José Carlos Souza. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

_____. **Tabu do Corpo**. 6. ed. São Paulo: Editora Fiocruz, 2006b.

_____. A morte numa perspectiva antropológica. In: SANTOS, Franklin Santana; INCONTRI, Dora (Org.). **A Arte de Morrer - visões plurais - vol. 1**. São Paulo: Editora Comenius, 2009. p.129-136.

SACK, Kevin. In Tough Times, a Boom in Cremations as a Way to Save Money. **The New York Times**, New York, 9 dec. 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/12/09/us/in-economic-downturn-survivors-turning-to-cremations-over-burials.html?pagewanted=all&_r=1> Acesso em: 25 jul. 2013.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v.03, n. 01. 1997.

SANCHES, Valéria. **A morte na periferia de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?**. In: VELHO, Gilberto (org). O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. EDUSP: São Paulo, 2006.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHUYLER, David. **The New Urban Landscape**. USA: The Johns Hopkins University Press, 1986.

SCHWYZER, Ingrid. **Cremação & Cemitério higiênico**. O olhar dos formandos de Medicina sobre os cadáveres (1882-1906). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2001.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: estudos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

_____. **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **Filosofia e Paisagem**. Aproximações a Uma Categoria Estética. *Philosophica*, 23, Lisboa, 2004, p. 87-102.

_____. Pensar a Natureza e Trazer a Paisagem à Cidade. In.: VICHETTI, Sandra Maria Patrício (Org.). **Psicologia Social e Imaginário**: Leituras introdutórias. São Paulo: Zagodoni, 2012. p.61-71.

_____. **Paisagem, a unidade de Natureza e Cultura**. Sinopse de Comunicação proferida no Seminário Internacional “Questões contemporâneas sobre a paisagem”, São Paulo, 9 abril 2014.

SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SFMSP). 100 Anos de Serviço Funerário. São Paulo, 1977.

SIMMEL, Georg. Filosofia da Paisagem. In.: SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Editions Rivages, 1988. [Tradução Vladimir Bartolini para uso exclusivo da disciplina AUP 5882 Paisagem e Arte - Intervenções Contemporâneas, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2º semestre de 2012.]

SOUSA, José Ivo de; MODESTO, Milene; BINDÁ, Nadja Havt. **Relatório de Pesquisa**

“**Cremação: uma opção moderna**”. Trabalho para a disciplina “Pesquisa Antropológica no Contexto Urbano”, do curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP. São Paulo, 1994.

TOLSTÓI, Lev. **A morte de Ivan Ilitch**. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009. 2 ed.

TUAN, Yi-Fu Tuan. **Topofilia** - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar** - A Perspectiva da Experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

URBAIN, Jean-Didier. La Société de Conservation. Paris: Payot, 1978.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. Vol. 01.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea . 6. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOVELLE, Michel. **L'heure du grand passage**: chronique de la mort. Paris: Gallimard, 1993.

WALTER, Tony. Why different countries manage death differently. **The British Journal of Sociology**, vol.63, Issue 1, p.123-145, 2012.

_____. Historical and cultural variants on the good death. **British Medical Journal**, v. 327, p. 218-220, 2003.

_____. Ritualising death in a consumer society. **Royal Society of Arts Journal**, v. 144, n. 5468, p. 32-40, Apr., 1996.

_____. **The Revival of Death**. London: Routledge, 1994.

WILHEIM, Jorge. **Projeto São Paulo**: propostas para a melhoria da vida urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZADRA, Newton. **Vila Prudente**: do bonde a burro ao metrô. São Paulo: Ed. do Autor, 2010.

ZEIN, Ruth Verde. Brutalismo, escola paulista: entre o ser e o não ser. **ARQTEXTO**, n.2. Porto Alegre, 2002. PROPAR-UFRGS, p.6-32.

ZIEGLER, Jean. **Os vivos e a morte**. Tradução Aurea Weissenberg, 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

Matérias de jornais

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo vai ter um cemitério-jardim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 maio 1967. Edição da Tarde, p. 05.

FOLHA DE SÃO PAULO. Junto ao crematório, locais para o lazer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1974. Local, 2º Caderno, p. 11.

FOLHA DE SÃO PAULO. O crematório, já oficialmente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1974b. Local, p. 8.

FOLHA DE VILA PRUDENTE. Aula de ginástica e contação de história no crematório. **Folha de Vila Prudente**, São Paulo, n.1149, 29 ago. 2014a, p. 7.

FOLHA DE VILA PRUDENTE. Pipas ‘invadem’ parque de Vila Prudente e usuários reclamam. **Folha de Vila Prudente**, São Paulo, n.1161, 21 nov. 2014b, p. 5.

MORI, Letícia. O crematório, já oficialmente. Cemitério da Vila Alpina se transforma em ‘cachorródromo’ no fim de semana, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 fev. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/02/1408624-cemiterio-da-vila-alpina-se-transforma-em-cachorrodromo-no-fim-de-semana.shtml>> Acesso em: fev. 2015.

MOURA, Danila. Serviços ligados a funerais giram R\$1,5bi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2011. Mercado, B6.

ROCHA, Marília; GOIS, Antônio; SOUTO, Luiza. Finados tem pula-pula e sorteio de panela. **Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano. São Paulo, quarta-feira, 02 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1000443-cemiterios-tem-pula-pula-e-sorteio-de-panela-no-dia-de-finados.shtml>> Acesso em: 16 jul. 2013.

WESTIN, Ricardo. Crematórios se multiplicam pelo Brasil. Jornal do Senado. Brasília, 13 Ago. 2013. Disponível em: < <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/08/13/jornal.pdf> > Acesso em: 7 out. 2013.

WESTIN, Ricardo. Procura por serviço de cremação cresce no país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2008. Cotidiano, C8.

ZANCHETTA, Diego. Crematório não pode mais jogar cinzas no jardim. **Estadão**, São Paulo, 24 de janeiro de 2013, Notícias, São Paulo. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,crematorio-nao-pode-mais-jogar-cinzas-no-jardim-,988041,0.htm>> Acesso em: 02 de setembro de 2013.

Legislação consultada

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 12.192, de 06 de janeiro de 2006. Proíbe o uso de cerol ou de qualquer produto semelhante que possa ser aplicado em linhas de papagaios ou pipas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Lei nº15.452, de 28 de setembro de

2011, Institui o Programa Permanente de Esclarecimentos e Incentivo à Cremação.

_____. PORTARIA 43/09 - DEPAVE/SVMA. Regulamentação de uso do Parque Municipal Ecológico Professora Lydia Natalizio Diogo.

_____. Decreto nº45.655 de 27 de dezembro de 2004. Dispõe sobre denominação de Parque Municipal.

_____. Lei nº12.139, de 5 de julho de 1996. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico de Vila Prudente, e dá outras providências.

_____. Decreto Lei nº7.017 de 1967. Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 6308, de 7 de dezembro de 1965. Declara de utilidade pública imóvel necessário à instalação do cemitério de Vila Prudente.

REPÚBLICA FRANCESA. Lei nº 2008-1350 de 19 dezembro de 2008. Lei relativa à legislação funerária.

Sites Consultados

Associação Cemitérios e Crematórios do Brasil (ACEMBRA) e Sindicato dos Cemitérios Particulares do Brasil (SINCEP). Disponível em: <<http://www.sincep.com.br/>> Acesso em: 01 Abril 2013.

Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 14 out. 2013.

CANA (Cremation Association of North America). Disponível em: < <http://www.cremationassociation.org/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (versão on-line). Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

Merriam Webster's Collegiate Dictionary (versão on-line). Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

Empresa “Algordanza”. Disponível em: <<http://www.algordanza.com>> Acesso em: 11 jan. 2015

Empresa “And Vinyly”. Disponível em: <<http://www.andvinyly.com/>> Acesso em: 11 jan. 2015.

Mount Auburn Cemetery Official Site. Disponível em: <<http://www.mountauburn.org>> Acesso em: 14 out. 2013.

Norman B. Leventhal Map Center (Boston Public Library). Disponível em: <<http://maps.bpl.org/>> Acesso em: 14 out. 2013.

Portal da Câmara Municipal de São Paulo. **Projeto quer incentivar a cremação no município**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/sen/icos/servico_funerario/noticias/index.php?p=3913> Acesso em: 25.julho.2012

Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). **Rádio Taisso – atividade regular e gratuita**. Secretaria Municipal de Serviços. Notícias. 01 set. 2014. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/noticias/?p=177872>> Acesso em: 2 out. 2014.

Portal do Serviço Funerário Municipal de São Paulo. **Sobre Crematório e cremação**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/servico_funerario/noticias/index.php?p=3913> Acesso em: 25.julho.2012.

The Cremation Society Of Great Britain. Disponível em: <<http://www.cremation.org.uk/>> Acesso em: 3 jun. 2014.

ANEXOS

Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município, e dá outras providências.

José Vicente de Faria Lima, Prefeito do Município de São Paulo, de acordo com o disposto no parágrafo 4.º do artigo 21 da Lei estadual n.º 9.205, de 28 de dezembro de 1965, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a instituir a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais, bem como a instalar, nos cemitérios ou em outros próprios municipais, por si, pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, através de concessão de serviços, fornos e incineradores destinados aqueles fins.

Parágrafo único — Obedecidas as normas legais vigentes, a instalação e o funcionamento de fornos crematórios e incineradores poderão ser feitos através de organizações religiosas de notória tradição, as quais, para esse fim, ficarão sujeitas à permanente fiscalização da Prefeitura.

Art. 2.º — Será cremado o cadáver:

- a) daquele que, em vida, houver demonstrado esse desejo, por instrumento público ou particular, exigida, neste último caso, a intervenção de três testemunhas e o registro do documento;
- b) se, ocorrida a morte natural, a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida, o "de cujus" não haja feito declaração em contrário por uma das formas a que se refere a alínea anterior.

§ 1.º — Para os efeitos do disposto na alínea "b" deste artigo, considera-se família, atuando sempre um na falta do outro, e na ordem ora estabelecida, o cônjuge sobrevivente, os ascendentes, os descendentes e os irmãos, estes e aqueles últimos, se maiores.

§ 2.º — Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser lavada a efeito mediante prévio e expresso consentimento da autoridade policial competente.

§ 3.º — A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados.

Art. 3.º — Em caso de epidemia ou calamidade pública poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias.

Art. 4.º — Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante o consentimento expresso da família do "de cujus", observado, para esse efeito, o critério estatuído no parágrafo 1.º do artigo 2.º.

Art. 5.º — As cinzas resultantes da cremação do cadáver ou incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas, e estas guardadas em locais destinados a esse fim.

§ 1.º — Dessas urnas constarão, obrigatoriamente, o número de classificação, os dados relativos à identidade do "de cujus" e as datas do falecimento e da cremação ou incineração.

§ 2.º — As urnas a que se refere este artigo poderão ser entregues a quem o "de cujus" houver indicado, em vida, ou retiradas pela família do morto, observadas as normas administrativas e legais vigentes e o critério estabelecido no parágrafo 1.º do artigo 2.º desta lei.

Art. 6.º — Os serviços de cremação e incineração executados diretamente pela Prefeitura terão as tarifas remuneratórias respectivas fixadas oportunamente por decreto.

Parágrafo único — Se os serviços a que se refere este artigo forem realizados pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, a fixação das tarifas remuneratórias respectivas estará sujeita a aprovação prévia do Executivo.

Art. 7.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 19 de abril de 1967, 414.º da fundação de São Paulo. — O Prefeito, J. V. de Faria Lima — O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho — O Secretário das Finanças, Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro — O Secretário de Serviços Municipais, João Moreira Garcez Filho.

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 19 de abril de 1967. — O Diretor, Adriano Theodosio Serra.

ANEXO I

LEI N.º 7017,
DE 19 DE ABRIL DE 1967

ANEXO II

LEI Nº 12.192,
DE 06 JANEIRO DE 2006.

LEI Nº 12.192, DE 06 DE JANEIRO DE 2006.

(Projeto de lei nº 70/2001, do Deputado Rafael Silva - PDT)
Proíbe o uso de cerol ou de qualquer produto semelhante que possa ser aplicado em linhas de papagaios ou pipas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica proibido o uso de cerol ou de qualquer produto semelhante que possa ser aplicado em linhas de papagaios ou pipas.

Artigo 2º - O não-cumprimento desta lei acarretará ao infrator o pagamento de multa no valor de 5 (cinco) UFESPs, sem prejuízo da responsabilidade penal.

Parágrafo único - Quando o infrator for menor, os pais serão, para todos os efeitos, os responsáveis.

Artigo 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 06 de janeiro de 2006.

Geraldo Alckmin

Hédio Silva Júnior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário da Segurança Pública

Fábio Augusto Martins Lepique

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 06 de janeiro de 2006.

PORTARIA 43/09 - DEPAVE/SVMA

O Diretor do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de disciplinar o uso do PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO PROFESSORA LYDIA NATALÍZIO DIOGO, bem como levando em consideração as características próprias deste logradouro público;

RESOLVE:

I – Adotar as normas e procedimentos constantes da REGULAMENTAÇÃO DE USO DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO PROFESSORA LYDIA NATALÍZIO DIOGO, anexada à presente Portaria;

II – Tornar obrigatório o cumprimento da REGULAMENTAÇÃO DE USO DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO PROFESSORA LYDIA NATALÍZIO DIOGO, pela Divisão Técnica de Gestão de Parques – DEPAVE-5, a todos os seus servidores e usuários do Parque.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO INTEGRANTE DA PORTARIA 043/DEPAVE-G/09

REGULAMENTO DE USO DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO PROFESSORA LYDIA NATALÍZIO DIOGO

Art. 1º - O presente Regulamento estabelece as normas de utilização do Parque Municipal Ecológico Professora Lydia Natalízio Diogo, bem de uso comum do povo.

Art. 2º - O acesso ao parque é franqueado ao público diariamente, das 06:00 às 22:00 horas, podendo sofrer alterações, por ocasião da realização de exposições, comemorações ou outros eventos que justifiquem essa medida, ou ainda, quando da vigência de horário especial de verão.

Art. 3º - Fora do horário de funcionamento, somente será permitido o acesso ao parque de:

I - autoridades civis e militares;

II – Servidores lotados em DEPAVE, SVMA, permissionários de uso e contratados pela Administração, desde que no desempenho de suas atribuições e funções e portando crachá de identificação;

III – expositores, organizadores de eventos ou seus contratados, que exerçam temporariamente no parque atividades relacionadas à realização de mostras, festejos ou similares, mediante apresentação de credencial expedida pelo DEPAVE.

Art. 4º - É vedado o ingresso e a circulação no parque de veículos, motocicletas e bicicletas particulares, exceto para acesso às áreas reservadas a estacionamento e bicicletário.

Parágrafo Único - É vedado o uso dos gramados e das alamedas para estacionamento no interior do parque.

Art. 5º - É facultativo o ingresso e circulação no parque dos:

I – veículos oficiais, pertencentes a funcionários a serviço da Prefeitura Municipal de São Paulo e os devidamente autorizados pelo DEPAVE.

Parágrafo Único – A velocidade máxima para qualquer veículo autorizado a circular no interior do parque, incluídas as bicicletas, quando permitidas, é de 10 (dez) Km/h.

ANEXO III

PORTARIA 43/09 - DEPAVE/SMA

ANEXO III (cont.)

Art. 6º - No interior do parque é proibido:

I – a circulação de bicicletas, exceto as utilizadas a serviço da administração;

II – a prática de patinação e skatismo;

III – outras práticas esportivas ou recreativas, individuais ou grupais, fora de áreas reservadas, que prejudiquem a vegetação do parque, ou que incomodem os demais usuários;

IV - pisotear os canteiros e os gramados;

V – colher flores, mudas, plantas, a não ser para fins científicos ou de reprodução e desde que autorizado pela Administração ;

VI - efetuar plantios não autorizados pela Administração;

VII – subir em árvores, prender redes ou outros equipamentos ou danificá-las;

VIII - a prática de qualquer comércio;

IX – o uso de fogueiras, velas e churrasqueiras portáteis;

X – deitar nos bancos;

XI – visitantes conduzindo animais, salvo cães e gatos domésticos, desde que levados presos à coleira, guia, ou enforcador e por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos dos animais. É obrigatória a coleta dos dejetos do animal pelo condutor e, para as raças Pit Bull, Rotwailer, Mastim Napolitano e animais agressivos, são obrigatórios o uso da focinheira, conforme determina a lei (Decreto nº 48.533 de 09 de Março de 2004). É vedada a utilização dos bebedouros de uso público pelos animais, bem como o ingresso de animais domésticos no playground.

XII– pessoas portando instrumentos que possam vir a produzir ferimentos, lesões de qualquer natureza, a terceiros;

XIII – pessoas alcoolizadas, pedintes, que incomodem, de alguma forma, a tranqüilidade dos outros usuários;

XIV – pessoas em trajes ou atitudes atentatórias à moral e aos bons costumes;

XV – empinar pipas;

XVI - atirar bumerangue, por motivo de segurança;

XVII – nadar e pescar no lago e caçar;

XVIII - lançar galhos, pedras, detritos ou quaisquer objetos nos lago ou nas dependências do parque;

XIX – danificar ou subtrair bens públicos;

XX – alimentar os animais existentes no parque sem a expressa autorização do DEPAVE, ou molestá-los;

XXI – montar barracas de acampamento, quiosques e similares sem autorização da administração;

XXII – usar, sem autorização, instrumentos musicais ou de percussão, alto falantes ou outros aparelhos, para amplificação de som, excetuados aqueles de rádio e gravadores portáteis de uso pessoal, desde que sua utilização não incomode aos demais usuários;

XXIII – apresentar espetáculos, shows, de qualquer natureza, exceto os eventos requeridos com antecedência de 20 (vinte) dias e autorizados pelo DEPAVE, SVMA;

XXIV – filmar ou fotografar, para fins publicitários ou comerciais, excetuados os casos previstos em lei e devidamente autorizados pelo DEPAVE, SVMA;

XXV – realizar eventos com finalidades políticas ou religiosas;

XXVI – realizar exposições, exposições de produtos e serviços eminentemente comerciais ou promocionais, com ou sem distribuição de impressos que configurem, de qualquer modo, o lançamento, divulgação, sustentação no mercado ou propaganda de cunho particular, excetuados os casos expressamente autorizados pelo DEPAVE, SVMA;

XXVII – instalar publicidade, exceto nos termos da legislação em vigor;

XXVIII – a utilização dos brinquedos do “playground” por crianças com idade superior a 10 anos;

XXIX – adestrar animais em áreas do parque;

XXX – lavar veículos e quaisquer outros objetos em áreas do parque;

Art. 7º - A prática de esportes radiocontrolados, comunitários ou não, em instalações e equipamentos localizados no parque, dependerá da existência de condições apropriadas e de expressa autorização, observada a legislação pertinente, cabendo ao DEPAVE analisar e deliberar em cada caso concreto.

Art. 8º - Os visitantes, quando no interior do parque, deverão:

I – respeitar as determinações dos funcionários, conselheiros gestores, monitores, seguranças, guardas e vigias em serviço;

II – observar comunicações e alertas constantes de placas indicativas existentes no parque;

III – cumprir e zelar para que sejam obedecidas integralmente as normas deste regulamento;

IV - comunicar imediatamente à Administração do parque qualquer irregularidade observada;

V – preservar a flora e a fauna, bem como a limpeza e conservação do parque, depositando detritos sempre nos recipientes específicos para a coleta de lixo.

Art. 9º - A Administração do Parque:

I- não pode receber pertences de usuários para guardar ;

II- não pode receber animais;

III- pode, a seu critério e nos termos da legislação em vigor, receber mudas de plantas.

Art. 10 - A Administração do Parque deverá afixar em local visível o Regulamento de Uso para conhecimento geral.

Art. 11 - As dúvidas ou casos omissos serão resolvidos pelo DEPAVE, cabendo-lhe expedir as instruções que se fizerem necessárias, através de Portaria, observadas as peculiaridades do parque, as quais serão consideradas complementares, e, como tal, integrantes do presente Regulamento.

Art. 12 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VONTADE
DE CREMAÇÃO

DECLARAÇÃO

(nome)		
_____	_____	_____
(Nacionalidade)	(Estado Civil)	(Profissão)

(Endereço ou Domicílio)		

portador da cédula de identidade R.G. N.º _____, Declara, por força e para fins do disposto na Lei Federal n.º 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 e Municipal n.º 7.017, de 19 de Abril de 1.967 e para todos os demais fins de Direito para que surtam os efeitos legais, como disposição de ultima vontade, que meus restos mortais sejam cremados e as cinzas resultantes

Outras
Disposições _____

São Paulo, ____/____/____

(Assinatura)

TESTEMUNHAS

Nome: _____

Residência: _____

R.G. N.º _____
(Assinatura)

Nome: _____

Residência: _____

R.G. N.º _____
(Assinatura)

Nome: _____

Residência: _____

R.G. N.º _____
(Assinatura)

Observações: 1º A firma do declarante devera ser reconhecida.
2º A presente declaração deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e documentos

Definições de termos utilizados na área cemiterial, baseado na resolução do CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003, Art 2º:

I - **cemitério**: área destinada a sepultamentos;

a) cemitério horizontal: é aquele localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim;

b) cemitério parque ou jardim: é aquele predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões;

c) cemitério vertical: é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos; e

d) cemitérios de animais: cemitérios destinados a sepultamentos de animais.

II - **sepultar ou inumar**: é o ato de colocar pessoa falecida, membros amputados e restos mortais em local adequado;

III - **sepultura**: espaço unitário, destinado a sepultamentos;

IV - **construção tumular**: é uma construção erigida em uma sepultura, dotada ou não de compartimentos para sepultamento, compreendendo-se:

a) jazigo: é o compartimento destinado a sepultamento contido;

b) carneiro ou gaveta: é a unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular; e

c) cripta: compartimento destinado a sepultamento no interior de edificações, templos ou suas dependências.

V - **lóculo**: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;

VI - **produto da coliquiação**: é o líquido biodegradável oriundo do processo de decomposição dos corpos ou partes;

VII - **exumar**: retirar a pessoa falecida, partes ou restos mortais do local em que se acha sepultado;

VIII - **reinumar**: reintroduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais, após exumação, na mesma sepultura ou em outra;

IX - **urna, caixão, ataúde ou esquife**: é a caixa com formato adequado para conter pessoa falecida ou partes;

X - **urna ossuária**: é o recipiente de tamanho adequado para conter ossos ou partes de corpos exumados;

XI - **urna cinerária**: é o recipiente destinado a cinzas de corpos cremados;

XII - **ossuário ou ossário** - é o local para acomodação de ossos, contidos ou não em urna ossuária;

ANEXO V

DEFINIÇÕES DE TERMOS
UTILIZADOS NA ÁREA
CEMITERIAL, BASEADO NA
RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 335,
DE 3 DE ABRIL DE 2003, ART 2º

ANEXO V (cont.)

XIII - **cinerário:** é o local para acomodação de urnas cinerárias;

XIV - **columbário:** é o local para guardar urnas e cinzas funerárias, dispostos horizontal e verticalmente, com acesso coberto ou não, adjacente ao fundo, com um muro ou outro conjunto de jazigos;

XV - **nicho:** é o local para colocar urnas com cinzas funerárias ou ossos; e

XVI - **translado:** ato de remover pessoa falecida ou restos mortais de um lugar para outro.